



Cássio Murilo Alves Costa Filho

Records continuum

Limitações do ciclo vital
dos documentos na era
pós-custodial e as contribuições
da arquivologia australiana

Prêmio
Nacional de Arquivologia
Maria Odila Fonseca
2017



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E SEGURANÇA PÚBLICA



ARQUIVO NACIONAL

Records
continuum

Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca 2017

COMISSÃO JULGADORA

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt

Cynthia Roncaglio

Daniel Flores

Diego Barbosa da Silva (presidente)

Renato Pinto Venâncio

Cássio Murilo Alves Costa Filho

Records continuum

Limitações do ciclo vital
dos documentos na era
pós-custodial e as contribuições
da arquivologia australiana

Prêmio
Nacional de Arquivologia
Maria Odila Fonseca
2017



2020

Copyright © 2020 Arquivo Nacional | Praça da República, 173, Centro
Rio de Janeiro | RJ | 20211-350 | difusaoacervo@an.gov.br | www.an.gov.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente da Repúblia
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Justiça e Segurança Pública
André Luiz de Almeida Mendonça

ARQUIVO NACIONAL

Diretora-geral

Neide Alves Dias De Sordi

Coordenadora-geral de Acesso e Difusão Documental
Luana Farias Sales Marques

Coordenador-geral de Administração
Leandro Esteves de Freitas

Coordenadora-geral de Gestão de Documentos
Mariana Barros Meirelles

Coordenadora-geral de Processamento e Preservação do Acervo
Aluf Alba Elias

Coordenadora-geral regional no Distrito Federal
Larissa Cândida Costa

Coordenadora de Pesquisa, Educação e Difusão do Acervo
Letícia dos Santos Grativil

Supervisora de Editoração
Mariana Simões

Supervisora de Programação Visual
Giselle Teixeira

Edição de texto

Maria Cristina Martins

Revisão

José Claudio Mattar

Capa, projeto gráfico e diagramação
Alzira Reis

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Maria Beatriz Nascimento – Arquivo Nacional)

Costa Filho, Cássio Murilo Alves.

Records continuum: limitações do ciclo vital dos documentos na era pós-custodial e as contribuições da arquivologia australiana [recurso eletrônico] / Cássio Murilo Alves Costa Filho. -- Dados eletrônicos (1 arquivo : 7.700 kb). -- Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2020. -- (Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca; 2).

Formato: PDF

Requisitos do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1º lugar no Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca, categoria dissertação, 2017.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7233-007-7

1. Arquivologia. 2. Ciclo vital dos documentos. 3. Arquivologia australiana. 4. Modelo Records Continuum. I. Título. II. Série.

CDD 025.17

para Laura



Agradecimentos

Este livro é resultado de dissertação de mestrado produzida e defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília. Quero agradecer a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao meu orientador, professor Renato Sousa, pela parceria durante a realização da pesquisa e pelos conhecimentos proporcionados.

Às professoras Angelica Marques e Clarissa Schmidt pela inestimável colaboração como membros da banca examinadora.

Ao professor Frank Upward pelo auxílio prestado e pela presença nesta obra.

Aos professores, funcionários e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília pelo apoio e pelo compartilhamento de ideias e de opiniões.

Aos colegas do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios pelo suporte ao longo deste percurso.

Às comissões julgadoras do Prêmio Nacional de Arquivologia Maria Odila Fonseca 2017, do Arquivo Nacional, e do Prêmio Melhor Dissertação do Fórum Nacional de Ensino e Pesquisa em Arquivologia pelo reconhecimento conferido.

À equipe da Coordenação de Pesquisa e Difusão do Acervo do Arquivo Nacional pelas revisões do texto e pela editoração deste livro.

Por fim, registro um agradecimento especial à minha esposa, aos meus pais e irmãos e aos meus amigos.

Índice de figuras e quadros

FIGURAS

- 1 Processo evolutivo das ciências | 36
- 2 Ciclo de vida dos documentos e os arquivos | 58
- 3 Processo informacional relativo aos arquivos | 65
- 4 O sistema de séries de Peter Scott | 109
- 5 Registro de séries documentais | 111
- 6 Relacionamentos das três entidades do *recordkeeping* | 113
- 7 Modelo de representação do sistema de séries de acordo com a descrição arquivística | 113
- 8 Relacionamentos entre os diferentes níveis de descrição das principais entidades do *recordkeeping* de acordo com o sistema de séries | 114
- 9 Modelo *records continuum*, 1996 | 129
- 10 Modelo *records continuum*, 2000 | 135
- 11 Visão multidimensional da criação do documento dentro da perspectiva do *continuum* | 137

QUADROS

- 1 Universidades internacionais participantes da avaliação do ARC em 2010 | 30
- 2 Classificação dos principais periódicos com temática arquivística em 2010 | 30
- 3 Abordagens de ciclo vital dos documentos | 54
- 4 Ciclo vital dos documentos de acordo com Heredia Herrera | 55
- 5 Ciclo vital dos documentos de acordo com Lodolini | 57
- 6 Abordagens teóricas – arquivologia moderna | 68
- 7 Publicações de teóricos australianos acerca da abordagem baseada no *continuum* | 124
- 8 Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum* | 131
- 9 Principais aspectos das dimensões do modelo *records continuum* | 140
- 10 Dimensões jurídicas dos processos de *recordkeeping* sob a perspectiva do modelo *records continuum* | 141
- 11 Comparação entre o modelo *records continuum* e o ciclo vital dos documentos | 144

Lista de siglas

AAQ	Association des Archivistes du Québec
ACA	Association of Canadian Archivists
ALRC	Australian Law Reform Commission
ARC	Australian Research Council
Arma	American Records Managers and Administrators
ASA	Australian Society of Archivists
AWM	Australian War Memorial
BBTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAO	Commonwealth Archives Office
CNL	Commonwealth National Library
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRS	Commonwealth Records Series
DAT III	Dictionary on Archival Terminology
Dirks	Designing and Implementing Recordkeeping Systems
EDRMS	Electronic Document and Records Management System
ERA	Excellence in Research for Australia
GSA	General Services Administration
InterPARES	International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems
ICA	International Council on Archives
Isad (G)	General International Standard Archival Description
ISDF	International Standard for Describing Functions
Isaar (CPF)	International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families
ISO	International Organization for Standardization
LAA	Library Association of Australia
Lisa	Library and Information Science Abstracts
NA	Nationaal Archief
NAA	National Archives of Australia
Nars	National Archives and Records Service
RABCi	Repositório Acadêmico de Biblioteconomia e Ciência da Informação
RAD	Rules of Archival Description
Ramp	Records and Archives Management Program
RCRG	Records Continuum Research Group
RKMS	Recordkeeping Metadata Schema
SAA	Society of American Archivists
TAC	Tabela de Áreas do Conhecimento



Sumário

Apresentação Renato Tarciso Barbosa de Sousa	13
Prefácio Frank Upward	17
Introdução	23
1. Ciclo vital dos documentos	33
Processo de evolução das ciências, conceito de paradigma e especificidades das ciências sociais e humanas	34
Trajetória do ciclo vital dos documentos: surgimento, disseminação e consolidação	40
Configuração do ciclo vital dos documentos: analogias e interpretações	52
Relações com a teoria das três idades	61
Considerações sobre a história e a epistemologia da arquivologia	64
Ciclo vital dos documentos no âmbito da arquivologia	68
2 Novas abordagens e tendências na arquivologia: limitações do ciclo vital dos documentos	74
Cenário atual: a emergência do novo paradigma	75
Limitações do ciclo vital dos documentos	80
3 A arquivologia australiana	89
Breve histórico da arquivologia na Austrália	89
A noção australiana de <i>recordkeeping</i>	103
O sistema de séries de Peter Scott	106
O sistema australiano na contemporaneidade e as bases intelectuais do <i>records continuum</i>	116
4 Records continuum	122
Renascimento da abordagem de <i>continuum</i> na arquivologia	122
Configuração do modelo <i>records continuum</i>	125
Compreendendo o modelo <i>records continuum</i> : leituras, interpretações e reflexões necessárias	133
<i>Records continuum</i> x ciclo vital dos documentos	142
Considerações finais	148
Referências	158



Apresentação

Este livro é fruto de uma dissertação de mestrado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, cuja motivação maior foram as (in)certezas provocadas pelo aparecimento do documento digital no “que-fazer” arquivístico. O que parecia um fato simples, o documento digital, mexeu com o alicerce que sustentava a prática e o discurso arquivísticos.

O contexto em que se insere este trabalho tem início com o aumento do volume documental, causado pelo crescimento da população a partir do século XVIII, pela expansão das atividades do governo e, em menor parte, pela aplicação de métodos modernos de produção e reprodução de documentos. Junto a esse fenômeno, houve um avanço na complexidade do ambiente administrativo, “bioma” de onde surge o documento de arquivo, com o aparecimento do ambiente digital, a conquista da legalidade de acesso à informação e a mudança na razão de ser do arquivo, que evoluiu do servir à administração, ao direito e à história para, em uma visão pós-moderna, o serviço (ao criador e à sociedade).

Desde o início do século passado, a arquivologia tem buscado um modelo para o estabelecimento de conexões entre dois dos seus processos centrais: criação e guarda. O primeiro modelo pensado, que foi o do ciclo de vida dos documentos, teve como precursores Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova, Philip Brooks e Schellenberg. Esses autores falam mais ou menos informalmente de um percurso de vida dos documentos sem teorizar sobre ele. A teorização somente vai ocorrer a partir da década de 1970 com Maedke, Robek e Brown, Couture e Rousseau, James Rhoads, Ira Penn, Jay Atherton e Cruz Mundet. Interessante é que, nesse mesmo momento, iniciam-se também as críticas às limitações do próprio modelo.

O conceito de ciclo de vida dos documentos, desde que foi formulado, inicialmente como ideia e, depois, com definição e nome, permitiu um avanço teórico importante na área, como o que provocou o princípio do respeito aos fundos, no século XIX. No mundo francófono, da sua leitura nasceu a teoria das três idades, formulada por Yves Pérotin, em 1961, quando propôs os termos “arquivo corrente”, “arquivo intermediário” e “arquivo permanente”. O ciclo vital, porém, foi construído claramente para um contexto de documentos físicos, em uma época em que os documentos digitais sequer tinham sido concebidos.

Além das questões relacionadas às dificuldades de lidar com esse novo problema, o documento digital, percebem-se algumas tentativas recentes de reformar

aquele modelo. São exemplos a arquivística integrada proposta pelos canadenses e o “dual” (prazo de utilidade administrativa e legal) dos franceses e suíços.

Cássio Murilo Alves Costa Filho não fugiu desse debate; na verdade, verticalizou-o de maneira corajosa, abordando esse que é um dos conceitos mais caros para a arquivologia no Brasil e no mundo: o ciclo de vida dos documentos de arquivo.

A estrutura do trabalho privilegiou, o tempo todo, o debate teórico daquilo que pautou, por um tempo considerável, o tratamento técnico dos arquivos e de suas limitações para lidar com o ambiente digital e as novas formas de perceber os arquivos e seu processamento. A ideia das três idades, por exemplo, que se concretizou com a formulação dos *records centers* e o ambiente físico, parece não ser sustentável no ambiente digital. A diminuição dos custos com o armazenamento dos documentos com menos possibilidade de uso em locais mais baratos, mas que precisavam ser mantidos por questões legais, fiscais e administrativas – pilar de sustentação do arquivo intermediário – não faz muito sentido nesse novo ambiente. O custo de armazenamento não difere de maneira importante em um repositório digital.

O trabalho aponta, de forma detalhada, a partir do histórico do conceito, para uma série de questões que o ciclo de vida não alcança quando do aparecimento do ambiente digital. Daí surge a pergunta que o autor se propõe a responder: de que forma a teoria arquivística australiana, sobretudo o modelo *records continuum*, pode contribuir para a elucidação de possíveis limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades ante as novas perspectivas advindas dos documentos digitais?

Busca-se, portanto, analisar o ciclo de vida na perspectiva da gestão de documentos digitais, identificar o percurso histórico desse conceito, verificando sua possibilidade como conceito fundamental para a arquivologia, e, por fim, investigar as principais características da teoria arquivística australiana e do modelo *records continuum*.

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, cuja metodologia é a revisão sistemática da literatura da área, e não uma revisão bibliográfica convencional. O referencial teórico passa pelo processo de evolução das ciências e pelo conceito de paradigma, além da epistemologia do ciclo de vida dos documentos e a emergência de novo paradigma para a área.

O capítulo intitulado “Novas abordagens e tendências na arquivologia: possíveis limitações do ciclo vital dos documentos” faz uma explanação e estabelece um diálogo interessante sobre os questionamentos quanto à validade do ciclo vital. O autor esclarece que isso não é recente, podendo ser encontrado já na década de 1940, quando do aparecimento da ideia. E o primeiro grande embate ocorre devido à cisão entre *records* e *archives*.

O que é recente nesse debate são as críticas quanto ao caráter fragmentado e engessado do ciclo vital. Questões que se repetem na gestão de documentos, por causa da limitação em fases ou idades, e na específica definição dos procedimentos e operações vinculados a cada etapa.

Em busca de possibilidades para tratar os documentos no ambiente digital, o autor chega naturalmente ao conceito de *records continuum*, ideia australiana que tem início na década de 1960 com Peter Scott e é consolidada em meados da década de 1990, com Frank Upward. Ao descrever a trajetória desse modelo na Austrália, Cássio Costa Filho apresenta a história do pensamento arquivístico australiano a partir dos conceitos de documento, série e *recordkeeping*.

A originalidade e profundidade deste trabalho permitem de forma eficiente um mergulho na construção que o autor propõe. Os documentos digitais e todas as suas peculiaridades estão aí: é possível que princípios, conceitos e métodos pensados em contextos diferentes possam dar conta desse desafio contemporâneo?

Boa leitura

Renato Tarciso Barbosa de Sousa

Professor da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília



Prefácio

Sinto-me honrado pelo convite para escrever o prefácio do livro resultado da pesquisa de Cássio Costa Filho. No sumário que me foi apresentado, encontram-se tópicos de grande relevância para futuras redes de arquivistas do *continuum* e para o papel que eles podem vir a desempenhar no fortalecimento do grau de confiança nas modernas tecnologias. Também fica ali demonstrado que as teorias arquivísticas desse modelo devem empreender uma revisão constante do passado e auxiliar a análise das mudanças, tanto do pensamento quanto da ação, em relação a como os arquivos estão sendo constituídos. Nada é definitivo. Em sua atuação como influente filósofo do *continuum* de meados do século passado, o australiano Quentin Gibson observou que, ainda que se pense ter encontrado a solução de um problema, existe uma forte tendência para que este retorne em roupagens novas e mais sofisticadas.

Especialmente gratificante foi ver o tratamento de destaque concedido a Ian Maclean e Peter Scott, os dois principais realizadores do *continuum* na Austrália. Como criador da abordagem australiana desse modelo, Maclean seguiu o trabalho de Gibson, afirmando que o método careceria de reinterpretações e ajustes constantes não apenas em termos do argumento lógico, mas também à luz da experiência prática de arquivistas. Gibson (juntamente a seu pai e irmão, também eminentes filósofos australianos) foi seguidor de Samuel Alexander, em cujo livro *Space, time and deity* (*Espaço, tempo e divindade*) defendeu a necessidade de se estudarem as coisas em movimento. Na Austrália, essa noção foi absorvida pela crença de que os arquivistas devem desempenhar um papel importante orientando as instituições sobre como construir aplicações de negócios baseadas no *recordkeeping*, noção que tem como ponto de partida modelos semelhantes como o dos Estados Unidos, onde arquivistas como Phillip Brooks e Margaret Norton desejavam criar relações do ciclo vital dos documentos. A ideia de que o arquivo sempre esteve em um estado de devir, entretanto, perdeu fôlego entre os estadunidenses. O número crescente de registros documentais a serem gerenciados durante o século XX significou que o trabalho de gestão dos arquivistas se voltou de forma sistemática para o gerenciamento dos produtos finais nas prateleiras.

O tratamento concedido a Peter Scott, outro protagonista das práticas do *records continuum* na Austrália, é também perspicaz. Se Maclean pode ser visto como estudioso dos arquivos em movimento, Scott, como demonstrado por minha colega Sue McKemmish, traduziu esse movimento para uma forma

cinemática de documentação de arquivos.¹ Scott foi um inovador criativo e evolucionário, que seguiu o caminho de outro renomado teórico do *continuum* do início do século XX: Henri Bergson. O livro de Bergson, *A evolução criadora*, esboçou a natureza da duração, aquele momento recorrente no tempo em que, conforme Gilles Deleuze, o passado se reconstitui como futuro. Na era do papel durante o século XX, o controle sobre registros em diversas áreas da gestão de informação havia se consolidado na construção de séries. Scott desenvolveu um método de base cinematográfica no qual documenta toda e qualquer série por meio de um sistema que captura um “retrato” dela em tempo real ou de qualquer período. Sua unidade de controle, a série, tornou possível integrar a documentação arquivística lateral e verticalmente sobre o espaço-tempo e poderia ser usada para descrever documentos oficiais, arquivos pessoais, documentos administrativos, conjuntos de publicações ou quaisquer outras formas de registros naturalmente acumulados.

Scott e Maclean foram importantes para o surgimento de meu modelo de *records continuum* em 1996. Eu estava à procura de uma unidade que pudesse substituir a série na nova era arquivística, mas que pudesse também ser usada para discutirmos os processos de constituição de arquivos em qualquer tempo ou espaço. Agradou-me particularmente que Cássio tenha feito a observação vital de que meu modelo não é teórico nem baseado na implementação. Os modelos de implementação precisam ser específicos quanto ao tempo e ao espaço. Os teóricos são especulativos. Meu modelo é topológico, criando uma metavisão que pode ser baseada em experiências. É um modelo que conscientemente procurou criar uma maneira de estudar as coisas em movimento, mas que poderia ser usado para apresentar retratos dos processos de constituição de arquivos em qualquer tempo ou espaço. Na duração arquivística, um arquivo pode ser formado ou interrompido, e seus limiares podem ou não ser cruzados ou, mesmo, descruzados. Os limiares de duração no modelo foram baseados em um *continuum* de processamento de informações com quatro dimensões, a saber: a criação, a captura, a organização e a pluralização dos registros como documentos de arquivo. O fato de os limiares serem cruzados ou descruzados depende do estudo dos registros em movimento. Em outras palavras, experiências reais podem ser observadas em relação a uma única metaestrutura. O formato lógico do modelo sobreviveu à maciça crise dos processos de acumulação natural de registros nos tempos modernos, mas ainda pode ser empregado para se discutir a constituição de arquivos em qualquer tempo e espaço, criando uma linguagem comum que permeia a natureza cada vez mais diversa do multiverso arquivístico.

Embora o modelo tenha ilustrado a lógica do *recordkeeping single mind* (o foco definido na criação de arquivos que possuem valor de prova), ele não está sozinho. Ao se concentrarem sobre os processos de criação, captura, organização e pluralização com referência específica à formação de documentos probatórios, os arquivistas conseguem se manter conectados às suas funções

¹ MCKEMMISH, Sue; PIGGOTT, Michael (ed.). *The records continuum*. Ancora Press, 1994.

ao mesmo tempo em que podem se integrar a outras especialidades, as quais, por sua vez, terão que lidar, à sua própria maneira, com as quatro dimensões do universo em expansão das informações registradas. De igual maneira, uma gama de modelos do *continuum* surgiu entre 1996 e 2005. Cada um constitui uma unidade do devir ao estilo de Deleuze e Guattari (uma tendência ao devir em modos particulares). Além de um modelo de *recordkeeping single mind*, eles incluem modelos de natureza única para a gestão de informações, a arquitetura de sistemas de informação e a gestão de dados, o patrimônio cultural, a editoração e a ciência forense digital.² O que todos eles têm em comum é o *continuum* do processamento de informações, o qual pode ser organizado, caótico, entrar em colapso, ser refeito em partes, mas estando sempre potencialmente presente sob qualquer área do conhecimento cujo objeto seja a informação.

Em termos lógicos, as dimensões oferecem uma base sólida para compreender o *continuum* em expansão das informações registradas e da necessidade de relacionar diferentes unidades do devir. Ter às mãos ferramentas que reúnem diferentes áreas, entretanto, pode ser um belo feito intelectual, mas em termos pragmáticos não foi muito além dos meus projetos controlados de ensino. É difícil juntar áreas do conhecimento que são divergentes em seus escopos. Cada uma volta-se excessivamente para sua própria função quando se relaciona a um fragmento do quebra-cabeças em constante expansão que é o multiverso arquivístico. E, naturalmente, cada área gostaria de enxergar sua função como aquela que sobressai frente às demais. Não é fácil para eles ir direto à conclusão do arquivista do *continuum* de que tudo no fim diz respeito à constituição de arquivos.

Mas algo ainda estava faltando. Em minha opinião, a lacuna começou a ser preenchida quando meus colegas pensadores do *continuum*, os professores Sue McKemmish e Don Schauder, fundaram o Centre for Organisational and Social Informatics (Cosi) na Universidade de Monash em 2005. A “informática”,³ na qualidade de simples unidade de devir sobre a qual todas as disciplinas podem convergir, aponta para a necessidade básica de se analisarem as tecnologias em uso, seu impacto social e sobre como o conhecimento está sendo formado. É importante disseminar a visão simples se quisermos adquirir confiança em nossas tecnologias. Coloque palavras diferentes depois da palavra “informática” (*informatics*) – informática de alimentos, informática médica ou informática legal, entre outras – e você verá aumentar o grau de

2 UPWARD, Frank et al. *Recordkeeping informatics for a networked age*. Monash University Press, 2018.

3 *Informatics* (informática) é a ciência da informação. Ela estuda a representação, o processamento e a comunicação da informação em sistemas naturais e artificiais. Desde computadores, indivíduos e organizações, todos processam informações. A informática tem aspectos computacionais, cognitivos e sociais. Usada como um composto, em conjunto com o nome de uma disciplina, informática médica, bioinformática etc., pode denotar a especialização da informática para a gestão e processamento de dados, informações e conhecimentos da referida disciplina (FOURMAN, M. *Informatics*. In: FEATHER, J.; STURGES, P. *International encyclopedia of information and library science*. 2. ed. Londres: Routledge, 2003. p. 238-243).

complexidade. Em outras palavras, as áreas do conhecimento podem crescer, mas podem também convergir na direção do que possivelmente mais importa para a sobrevivência humana, a gestão ética e competente de nossos recursos de informação com particular relação à formação de um arquivo útil e acessível das atividades humanas ou intermediadas por máquinas.

Organizar redes de profissionais de várias áreas em torno da formação do arquivo é uma forma de lidar com a era da pós-verdade e da confiança em declínio tanto nas tecnologias quanto na governança. Pode parecer uma tarefa quixotesca, mas o recente livro sobre o *recordkeeping informatics*⁴ a que fiz referência anteriormente traz outra visão. Discutem-se ali processos de arquivamento em uma escala medida em nanosegundos em ambientes da Internet que são também de negócios e sugere-se que os arquivistas devam aderir globalmente ao surgimento de aplicações como a versão moderna da série. Trata-se de uma forma em que, neste século, grandes parcelas do *continuum* crescente de informações registradas podem ser geridas em um ritmo realista dentro de unidades do devir.

Olivro propõe um modelo positivo para a distribuição e o desenvolvimento de aplicações. O modelo consiste em uma gama de unidades do devir que incluem a cultura de informação de uma empresa, as relações entre os processos de negócio e os de *recordkeeping*, as solicitações de acesso, os metadados de gestão de documentos e o próprio pensamento acerca do *continuum*. A funcionalidade do *recordkeeping* pode ser transferida para arquiteturas de gestão de documentos e aplicações de negócio, com especial atenção voltada para a substituição ou a atualização de tais aplicações. Outras unidades informáticas e áreas do conhecimento podem entrar em cena durante a elaboração e a implementação de aplicações específicas. As instituições arquivísticas podem ter um papel crucial na avaliação e na aprovação de aplicações, considerando-se sua eficácia para a gestão de processos de arquivamento por nanosegundos. Como um coletivo, uma rede de profissionais pode se concentrar para a gestão competente e ética de recursos de informação, que incluem a ênfase na gestão de coisas em movimento pelo espaço-tempo, o movimento rumo a associações mútuas adequadas e civilizadas e a melhoria nas chances de vida de indivíduos, grupos e empresas éticas.

Em suma, em um mundo que carece de modelos comuns para a construção de redes profissionais flexíveis e ativas, a pesquisa de Cássio me parece

⁴ *Recordkeeping informatics* é uma maneira de reconfigurar nossos pensamentos, sistemas, processos e práticas ao confrontarmos o crescimento da convergência de informações, do caos e da complexidade. A abordagem está relacionada ao estudo e ao entendimento da natureza (isto é, princípios, estrutura, comportamentos, interações e impactos) dos sistemas que desenvolvemos para criar, capturar, organizar e pluralizar documentos. Ademais, almeja abranger as habilidades e os conhecimentos para gerenciar documentos, processos e sistemas de *recordkeeping* em qualquer ambiente, bem como os princípios e métodos para os processos de *recordkeeping* e desenho de sistemas (UPWARD, F. et al. Recordkeeping informatics: re-figuring a discipline in crisis with a single minded approach. *Records Management Journal*, v. 23, n. 1, p. 37-50, 2013).

particularmente oportuna. A abordagem de *records continuum* que ele discute sobreviveu à crise arquivística das últimas quatro décadas de desenvolvimento tecnológico. Tal modelo vem angariando simpatizantes globalmente e pode desempenhar um papel-chave na restauração da confiança nas tecnologias e na governança. O novo jogo tem importância. Potencialmente, ele pode ser interessante desde que um número suficiente de pessoas se divirta de forma criativa fazendo sua parte no multiverso arquivístico.

Frank Upward

Professor aposentado da Monash University e pesquisador
do Centre for Organisational and Social Informatics



Introdução

O desenvolvimento da arquivologia,¹ vigorosamente vinculado às evoluções tecnológicas do mundo contemporâneo, explicitou novas questões relacionadas à sua teoria e prática. Tal fato impulsionou a realização de pesquisas em torno de uma possível mudança paradigmática, sobretudo por parte de autores americanos, australianos e canadenses, o que fomentou debates sobre novas formulações de princípios e conceitos fundamentais da disciplina, a natureza dos documentos e dos arquivos, os procedimentos de gestão e preservação e o papel do arquivista.

Usualmente é apontado que grande parte das transformações está associada ao recente ambiente de produção e utilização de documentos, que passa a ser virtual. Cook,² como exemplo, reconhece que “uma mudança no âmbito paradigmático da arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho”. Para a portuguesa Fernanda Ribeiro,³ nesse domínio está a transmutação do conceito tradicional de documento, objeto de estudo da arquivologia. Segundo a autora portuguesa:

O conceito “estático” de documento, que significa a fixação inexorável da informação a um suporte físico, também ele se começa a revelar inconsistente para materializar o objecto da arquivística num contexto em que, afinal, é perfeitamente aceitável que a informação pode ser pensada e conhecida independentemente do suporte em que está registrada.⁴

Além disso, constatamos que o ofício dos arquivistas é transfigurado diante dos atuais desafios. Para Cook,⁵ a atual conjuntura exige que os arquivistas se libertem da “era custodial”, que tem o foco nos documentos como entidades físicas, para aderirem à era “pós-custodial”. Desse modo, passarão a participar maisativamente dos processos de gestão de documentos e a reproduzir seus próprios valores, a fim de tornar necessária uma verificação muito mais consciente das escolhas dos processos de criação, manutenção e uso de documentos, com o objetivo de contribuir para a formação da memória coletiva.

1 Optamos pelo termo arquivologia, em vez de arquivística, devido ao seu uso pelo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* do Arquivo Nacional (2005) e à adoção pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em sua Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC).

2 COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos, p. 124.

3 RIBEIRO, F. Da arquivologia técnica à arquivologia científica: a mudança de paradigma.

4 Ibidem, p. 103.

5 COOK, T. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898.

Cook⁶ sugere que, “para os arquivistas, a mudança de paradigma requer deixar de identificar a si mesmos como guardiões passivos de um legado herdado, para celebrar o papel na formação ativa da memória coletiva (ou social)”.

A ascensão de novas abordagens foi crucial para permitir a confrontação com problemas até então não vistos pela disciplina e de difícil resolução. Considerando as tendências emergentes e o cenário arquivístico atual, verificamos como substancial a investigação das ideias que sugerem o rompimento com o paradigma denominado custodial, que ainda permeia a atual arquivologia, a fim de que seja possível a compreensão adequada dessa nova e complexa realidade. Para Jardim,⁷ a arquivologia, na qualidade de disciplina científica, deve superar a era dos manuais e não merece ser interpretada apenas como um conjunto de normas.

Outro enfoque, embora diretamente relacionado às ideias da abordagem pós-custodial, é a abordagem pós-moderna, que tem como objetivo repensar os princípios, conceitos e métodos basilares da disciplina. Segundo Eric Ketelaar,⁸ essa abordagem vai além da denominada tradicional ou positivista e se denota fundamental para a compreensão de que o arquivo não é neutro e não escapa da subjetividade. Os pós-modernos, consoante Cruz Mundet,⁹ devem se impor frente à tradicional concepção positivista, baseada na existência de leis universais, imutáveis, que permeiam o objetivo do arquivo e o trabalho do arquivista.

Nesse prisma, compreendemos como primordial a realização de pesquisas em arquivologia à luz das novas abordagens, com o intuito de ampliar o escopo de subsídios teóricos e aprimorar o processo de resolução de problemas. Couture e Ducharme¹⁰ reiteram que a pesquisa em arquivologia é essencial para o desenvolvimento da disciplina e que é imprescindível a aliança entre teoria e prática.

Ao abordar o hodierno panorama, ilógico nos furtarmos à análise dos documentos digitais. Vários estudiosos tentaram prever qual seria o impacto deles para a teoria e prática arquivísticas. Margaret Hedstrom¹¹ acredita que, em uma era de rápidas modificações na tecnologia da informação, os arquivistas devem reexaminar como os sistemas de informação podem apoiar as funções organizacionais e suas relações com a estrutura institucional dentro de um contexto amplo de produção documental. Adicionalmente, a autora estabelece que a pesquisa relacionada aos documentos digitais determinará se a teoria arquivística atual pode ser aplicada, e onde novas abordagens e métodos serão necessários para lidar com as peculiaridades desses novos objetos.

6 RIBEIRO, F. Da arquivologia técnica à arquivologia científica..., p. 125.

7 JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção, p. 135-154.

8 KETELAAR, E. Archivistcs research saving the profession, p. 322-340.

9 CRUZ MUNDET, J. R. Principios, términos y conceptos fundamentales.

10 COUTURE, C.; DUCHARME, D. Research in archival science: a status report, p. 41-67.

11 HEDSTROM, M. Understanding electronic incunabula: a framework for research on electronic records, p. 334-354.

Tendo em conta as atuais práticas e teorias arquivísticas adotadas no contexto atual e a emergência dessas novas abordagens, podemos destacar que nossa pesquisa foi motivada pela seguinte inquirição: a teoria e prática arquivísticas estão acompanhando as emergentes mudanças?

Segundo Marques,¹² “seria impossível descrever todas as práticas e teorias arquivísticas, considerando a sua enorme variedade, configurada em muitas tradições que conjugam a disciplina, seu objeto e seus desdobramentos”. Assumindo a impossibilidade de nos dedicarmos ao estudo integral do *corpus* teórico e metodológico da arquivologia, optamos por um recorte que se mostrou mais oportuno aos questionamentos formulados.

Não obstante a existência de várias teorias e práticas, podemos ressaltar alguns princípios e conceitos basilares para a disciplina. Santos¹³ salienta que nem todos os termos do escopo da teoria e da prática arquivísticas podem ser denominados como “princípios arquivísticos”. Após a análise de manuais arquivísticos e dicionários terminológicos, o autor identificou uma série de termos adjetivados assim. Na apreensão do autor, após utilizar como requisitos escopo, desenvolvimento, aceitação, originalidade e âmbito disciplinar, apenas o princípio da proveniência e o ciclo vital dos documentos podem ser conjecturados como princípios.

A partir das constatações aduzidas – que se referem às diversas transfigurações do objeto de estudo da arquivologia, da incumbência dos profissionais, das demandas sociais e, sobretudo, dos impactos das tecnologias da informação e comunicação –, e assumindo a abrangência e a complexidade da tarefa de analisar o universo que contempla os princípios, fundamentos teóricos e práticas da arquivologia, decidimos por limitar nossos propósitos, inicialmente, à investigação do ciclo vital dos documentos. A justificativa para tal escolha pode-se resumir à sua notável expressão para o delineamento da arquivologia e para a modelagem de uma prática que perdura até os dias de hoje.

Assim, nosso trabalho exibe como claro objetivo a compreensão do ciclo vital dos documentos. Para alcançarmos tal propósito e corroborarmos a afirmativa realizada há pouco, quanto aos motivos que determinaram nossa predileção pelo ciclo vital, utilizamos estudos de diversos autores. Podemos sobrelevar, como um pressuposto da pesquisa, a tentativa de verificar se o conceito do ciclo vital dos documentos, muitas vezes tratado de forma equivalente à noção de três idades documentais, está, de fato, consolidado na teoria e prática arquivísticas.

Essa contenda culminou no deslinde de reflexões como as dos canadenses Couture e Rousseau,¹⁴ que admitem que o ciclo de vida dos documentos, tal

12 MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*, p. 79.

13 SANTOS, V. B. dos. *A arquivologia como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*.

14 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*.

como a noção de fundo ou princípio da proveniência, integra as bases em que assenta a arquivologia contemporânea. Complementarmente, no mesmo sentido, temos o entendimento do espanhol Cruz Mundet,¹⁵ cuja compreensão é de que a introdução do ciclo vital fez criar um novo paradigma para a arquivologia contemporânea, de enorme influência em nossos dias.

Apesar do caráter elementar para a disciplina, conforme previamente apercebido, questionamentos quanto à noção “estática” do documento e à aplicabilidade do ciclo vital afloraram, principalmente devido ao despontamento de novas perspectivas impelidas pelos documentos digitais. Após os anos de 1990, novas formas de produção e uso da informação arquivística provocaram novas questões na área, em conformidade com o realçado por Jardim.¹⁶ Tal contexto fez a arquivologia se voltar para uma melhor compreensão dos documentos digitais, o que exigiu novos posicionamentos e soluções quanto ao seu tratamento. Para Cook:

Estas mudanças fundamentais que ora acontecem têm afetado a natureza das teorias arquivísticas, as quais foram primeiro articuladas pelos critérios desenvolvidos visando [a]o arranjo e à descrição de antigos e estáveis [no que tange ao suporte] documentos das instituições hierárquicas. Estes conceitos tradicionais têm sido significativamente adaptados para perspectivas completamente diferentes, necessários para a avaliação (assim como para a descrição) dos dinâmicos documentos digitais criados pelas instáveis instituições no mundo atual.¹⁷

No que diz respeito ao ciclo vital dos documentos, ele passa a receber críticas em relação à restrição imposta pela divisão em fases ou idades, ao grande enfoque nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes com a perspectiva dos documentos digitais.¹⁸ Já Rousseau e Couture¹⁹ ressaltam que as etapas de translado até a destinação final não são distintas, engessadas e sem ligação.

Conforme notado, constatamos o advento e a consolidação de um referencial que aflorou de um contexto específico e com o objetivo de atender a demandas práticas e contingenciais de certo período. Indagamos, neste tópico, se esse referencial ainda é capaz de lidar com uma nova forma de documento arquivístico, que agora externa características bastante diversas.

Presumimos que a relevância do ciclo vital na esfera da arquivologia, e consequentemente da teoria das três idades, está diretamente associada ao emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos. Contrastando o atual cenário de produção e uso dos documentos arquivísticos com o contexto de surgimento e consolidação do seu ciclo vital, apercebe-se que as distinções entre ambos são desmedidas.

15 CRUZ MUNDET, J. R. Principios, términos y conceptos fundamentales.

16 JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia...

17 COOK, T. Archives in the post-custodial world..., p. 207, tradução nossa.

18 CRUZ MUNDET, J. R. Principios, términos y conceptos fundamentales.

19 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*.

Tal fato, que está terminantemente vinculado às limitações do emprego do ciclo vital diante das múltiplas possibilidades proporcionadas pelos documentos digitais, condiciona a visão de arquivistas para a existência de etapas ou fases, espaços e tempos, bem definidos e estanques, para a ocorrência de procedimentos, operações técnicas, processos e funções de forma diacrônica. Reconhecendo as singularidades do espaço virtual e a imposição de desafios e problemas até então não vislumbrados, conjecturamos que a utilização do mesmo referencial para o alcance de resultados divergentes e efetivos pode ser inócuia.

Com base no exposto, associando o ciclo vital às novas perspectivas abordadas, julgamos crucial a compreensão de quais são suas possíveis limitações ante as diversas possibilidades de criação, uso, manutenção e disseminação de documentos arquivísticos nesse novo panorama. Para tal, outra necessidade se revelou determinante para a viabilização da pesquisa, que consistiu no processo de escolha de referencial teórico que proporcione uma visão mais adequada desse ambiente complexo e facilite a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital.

A fim de verificar de que forma o ciclo vital é reconhecido no recente contexto de produção e uso dos documentos e de compreender como se dá sua aplicação na gestão de documentos digitais, vislumbramos na teoria arquivística australiana as respostas para as perguntas suscitadas. Porém, um novo questionamento aparece: por que a arquivologia australiana?

Observamos que a teoria arquivística da Austrália está no cerne das discussões que se referem ao paradigma denominado pós-custodial, ou seja, essa teoria figura como destaque no campo das novas abordagens. Como forma de comprovar tal alegação, constatamos a presença de artigos de autores desse país nos mais importantes periódicos com temática arquivística e o constante debate de suas teorias por respeitáveis teóricos contemporâneos – Terry Cook, David Bearman, Tom Nesmith, Eric Ketelaar, Richard Cox etc. Essa notoriedade chamou-nos a atenção para a realização de um estudo mais detalhado sobre as principais contribuições da Austrália para a teoria arquivística.

Além do disposto, verificamos que a teoria desse país ocupou posição de destaque na década de 1990, principalmente por meio da publicação de artigos de autores australianos referentes à gestão de documentos digitais e pelos avanços conquistados por suas instituições arquivísticas, expressos por meio de normas e diretrizes.

Dentre esses, acentuamos o desenvolvimento da metodologia *designing and implementing recordkeeping systems* (Dirks) no início da década de 1990 e sua utilização como base para a elaboração de uma das mais significativas normas de gestão de documentos, a norma ISO 15.489, de 2001, a qual se baseou na AS 4.390, Australian Standard on Records Management, de 1996. Mesmo na década de 1960, a arquivologia australiana já despontava por sua essência contestadora e inovadora. Como exemplo, tem-se o sistema de séries australiano proposto por Peter Scott, que foi de grande importância para o estabelecimento de diversos debates sobre a descrição de arquivos e sobre uma nova interpretação do princípio da proveniência.

Dentro desse contexto, notabilizamos a articulação do modelo *records continuum* pelo teórico australiano Frank Upward em 1996. Tendo em vista o nosso propósito de eleger um referencial teórico consistente para a elucidação das limitações do ciclo vital dos documentos, contemplamos no *records continuum* essa possibilidade. Com o intuito de aclarar o processo de escolha do modelo para cumprir o objetivo da pesquisa, a obra apresentará diversas abordagens e interpretações realizadas por expressivos pensadores. Neste primeiro momento, e assentindo na grande relevância dos teóricos David Bearman e Terry Cook, entendemos como indispensável expor o reconhecimento dado por ambos ao modelo.

Bearman participou como presidente honorário do workshop “Managing the record continuum”, em 1996, na Austrália. O teórico, em publicação decorrente do evento, discorreu acerca das propriedades do modelo, como o fato de se rejeitar o ciclo vital ao se estabelecerem documentos com um valor contínuo, o que diverge da abordagem tradicional para a qual o documento alcança o *status* de permanente ao longo do tempo. O autor atesta que, como resultado dessas ideias, os arquivistas australianos passaram a ser chamados de pós-custodiais no diálogo internacional.

Terry Cook, reconhecido como um dos mais proeminentes pensadores contemporâneos da arquivologia, também manifesta seu reconhecimento à teoria australiana. Cook²⁰ assegura que o *records continuum* consiste na segunda grande contribuição dos australianos para a arquivologia – a primeira, segundo o autor, é o sistema de séries – e em outra revitalização do princípio da proveniência.

A justificativa para a realização do trabalho baseou-se, além dos fatos mencionados anteriormente, na relevância de trazer à tona um possível diálogo com a arquivologia australiana. Marques²¹ constatou que há um acompanhamento tardio do pensamento arquivístico internacional por parte dos pesquisadores brasileiros. Em mapeamento realizado, a fim de identificar as principais tendências históricas do pensamento arquivístico internacional que perpassam a produção científica relacionada à arquivologia no Brasil, a autora verificou a ausência de pesquisadores australianos nas referências bibliográficas das dissertações e teses com temáticas arquivísticas, produzidas em vários programas de pós-graduação brasileiros.

Segundo a pesquisa de Marques, ainda se constatou que os avanços ocorridos na Austrália demoram a ser divulgados no Brasil, o que demonstra um não acompanhamento dessas transformações por parte de pesquisadores brasileiros. Há, portanto, uma expressiva lacuna teórica, o que ilustra, no nosso entendimento, uma necessidade de maior aproximação da pesquisa arquivística realizada no Brasil frente à teoria arquivística australiana.

20 COOK, T. Archives in the post-custodial world...

21 MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*.

Depreendemos que os questionamentos acerca da aplicabilidade do ciclo vital dos documentos no plano das novas abordagens na arquivologia, principalmente as advindas dos documentos digitais, podem ser mais bem compreendidos a partir do ponto de vista proporcionado pelo modelo australiano *records continuum*. O problema da pesquisa pode ser explicitado por meio da seguinte pergunta: de que forma a teoria arquivística australiana, sobretudo o modelo *records continuum*, pode contribuir para a elucidação de possíveis limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades ante as novas perspectivas advindas pelos documentos digitais?

Dessa forma, nosso trabalho teve como objetivo analisar o ciclo vital dos documentos e suas possíveis limitações diante das novas perspectivas decorrentes da gestão de documentos digitais à luz do modelo australiano *records continuum*. Esse intento desenvolveu-se em seis etapas:

- identificação dos principais aspectos relativos à criação, consolidação, disseminação e interpretações relevantes do ciclo vital dos documentos, inclusive suas relações com a teoria das três idades;
- verificação da possibilidade de o ciclo vital dos documentos perfazer a condição de um conceito fundamental ou, ainda, um paradigma para a arquivologia;
- análise do ciclo vital dos documentos ante as perspectivas do cenário contemporâneo, singularmente no que corresponde às peculiaridades dos documentos arquivísticos digitais;
- apresentação das principais características da teoria arquivística australiana, considerando a trajetória histórica da disciplina e realçando seus principais atores, instituições e acontecimentos;
- investigação do modelo *records continuum*, acentuando suas propriedades, objetivos e possibilidades de aplicação teórica e prática;
- reflexão acerca da elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos à luz das perspectivas do *records continuum*.

No que concerne aos procedimentos metodológicos utilizados em nosso empreendimento, realizamos vasta pesquisa bibliográfica no terreno das publicações produzidas nos mais expressivos periódicos que versam sobre temáticas arquivísticas. O método de pesquisa empregado foi a revisão sistemática da literatura sobre o tema. A escolha deu-se em decorrência de ser esta a principal fonte para a coleta de dados. Ressaltamos que essa abordagem difere de uma revisão bibliográfica convencional, na medida em que demanda uma sequência de etapas cuja metodologia é claramente exemplificada, com técnicas padronizadas e passíveis de reprodução, consoante Evans e Pearson.²² Corroborando com o exposto, o manual JBI²³ demonstra que a revisão sistemática busca identificar estudos sobre um determinado tema em questão, aplicando métodos explícitos e sistematizados de pesquisa, e avaliar a qualidade e validade desses estudos, eliminando vieses.

22 EVANS, D.; PEARSON, A. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge.

23 AROMATARIS, E.; MUNN, Z. (ed.). *Joanna Briggs Institute reviewer's manual*.

Os critérios utilizados para a seleção de trabalhos se basearam em avaliação empreendida pelo Australian Research Council (ARC) em 2010, com a participação de todas as universidades australianas e das mais significativas em âmbito internacional que se dedicam ao estudo da arquivologia. A ARC classificou os periódicos em quatro graus: A+, A, B e C. As bases para a inclusão e exclusão de estudos levaram em conta, principalmente, a relevância do periódico e dos autores para cada tema relacionado ao objeto de estudo.

Quadro 1 Universidades internacionais participantes da avaliação do ARC em 2010

País	Instituições
Estados Unidos da América	University of Pittsburgh, University of California e Simmons College
Canadá	University of Manitoba
Inglaterra	University College London e Northumbria University
Alemanha	Archivschule Marburg Germany
Holanda	University of Amsterdam e The Netherlands Institute for Archival Education and Research
Itália	Università degli di Urbino
Suécia	Mid-Sweden University
Suíça	Historisches Institut Switzerland
Argentina	Universidad Nacional de Córdoba

Fonte: elaboração própria

Quadro 2 Classificação dos principais periódicos com temática arquivística em 2010

Título do periódico	Classificação
Archival Science	A+
Archivaria	A+
American Archivist	A+
Journal of the Society of Archivists (UK)	A+
Archives & Manuscripts: journal of the Australian Society of Archivists	A
The Records Management Journal	A
Archives: the journal of the British Records Association	B
Information Management Journal (Arma)	B
Archival Issues: journal of the Midwest Archives Conference	B
Archives & Social Studies: a journal of interdisciplinary studies	B
Libraries and the Cultural Record	B
Arkiv, Samhälle Och Forskning (ASF)	C
IQ: Informaa quarterly	C
Journal of Archival Organization	C
Library and Archival Security	C

Fonte: elaboração própria

A presente obra está estruturada em quatro capítulos, além das considerações finais, que exprimem nossas reflexões sobre os aspectos mais valorosos do trabalho, como as limitações do ciclo vital dos documentos e as

facetas do *records continuum*, tendo em conta seus objetivos e possibilidades de aplicação teórica e prática.

O primeiro capítulo trata do ciclo vital dos documentos. Para tanto, partimos de uma exposição sobre o processo de evolução das ciências, salientando pontos concernentes aos conceitos de paradigma e de matriz disciplinar, especificamente no que tange às peculiaridades da arquivologia. Em seguida, traçamos um possível percurso do conceito do ciclo vital dos documentos, abordando instituições e fatos históricos, profissionais e teóricos envolvidos no seu processo de institucionalização na teoria e prática da arquivologia. Na seção posterior, frisamos o paralelo realizado com a teoria das três idades e a relevância do conceito para a configuração da prática de gestão de documentos. Por fim, buscamos analisar como o ciclo vital é compreendido por autores da área, particularmente em relação à sua integração à matriz disciplinar da arquivologia, e com o intuito de definir sua condição como paradigma ou fundamento teórico.

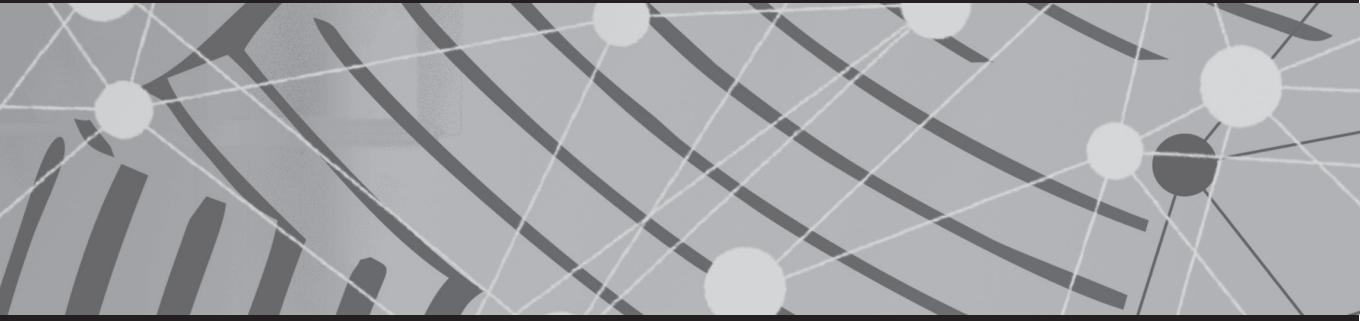
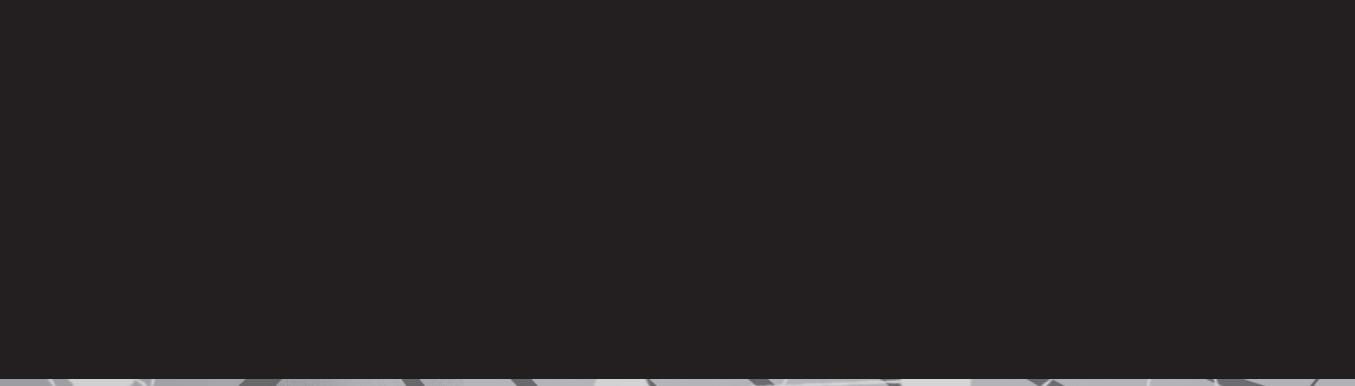
O segundo capítulo trata das novas abordagens e tendências na arquivologia e expõe análise sobre as limitações do ciclo vital dos documentos. Para tal finalidade, investigamos estudos que tratam dos desafios que eclodiram e impactaram a disciplina arquivística.

Destacamos essas novas abordagens e tendências e, posteriormente, assente no panorama que se exterioriza, confrontamos as principais características do ciclo vital com as especificidades dos documentos digitais, verificando a compatibilidade entre ambos.

No terceiro capítulo, investigamos a trajetória da arquivologia na Austrália, revelando circunstâncias como seus atores e acontecimentos preponderantes. Em seguida, examinamos pontos singulares da teoria arquivística australiana, como a noção de *recordkeeping* e o sistema de séries.

Julgando a contextualização necessária ultimada no capítulo anterior, o quarto evidencia o modelo *records continuum*, abordando perquirições alusivas à sua construção, suas particularidades precípuas, seus objetivos, sua aplicação teórica e prática e acepções realizadas por notáveis estudiosos.

Nas considerações finais sobre o trabalho, engendramos reflexões sobre o *records continuum*, com o intento de consubstanciar ideias que facilitem a compreensão dos leitores. Presumimos que as peculiaridades desse modelo podem suscitar entendimentos controversos, haja vista a relevância do ciclo vital dos documentos no campo da arquivologia e, consequentemente, da teoria das três idades, os quais estão diretamente associados ao emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos. A utilização de um novo referencial, que se difere bastante do que está consolidado na área, mostra-se difícil, porém necessária. Acreditamos que o *records continuum* fornece os subsídios teóricos necessários para a compreensão da complexidade trazida pelos documentos digitais e que nosso empreendimento pode ser de grande eficácia para amparar esse propósito.



Ciclo vital dos documentos

Tendo em vista o estabelecimento do conceito do ciclo vital dos documentos no cerne da teoria e da prática da arquivologia, julgamos substancial identificar como se deu o processo de evolução da disciplina, investigando o assentamento e as variações de suas ideias fundamentais.

Para tanto, na primeira seção deste capítulo, utilizaremos como ponto de partida a investigação do processo de evolução das ciências e do conceito de paradigma, tomando como base os estudos realizados pelo físico americano Thomas Kuhn, em sua obra intitulada *A estrutura das revoluções científicas*, publicada pela primeira vez em 1962. Abordaremos, inclusive, as peculiaridades das ciências sociais e humanas, especialmente no que se refere a dimensões da história e da antropologia, visando compreender como os paradigmas são estabelecidos no domínio dessas ciências.

Investigaremos, nas seções posteriores, o contexto de surgimento do conceito do ciclo vital dos documentos – e também da teoria das três idades – e suas particularidades de acordo com as tradições de vários países, sob as interpretações dos mais relevantes teóricos desenvolvedores, aperfeiçoadores e disseminadores (Phillip C. Brooks, Margaret Norton, Yves Pérotin, Theodore R. Schellenberg etc.), além de expressivas análises posteriores (Elio Lodolini, Aurelio Tanodi, Antonia Heredia Herrera, Heloisa Bellotto, Armando Malheiro da Silva, Jay Atherton, James B. Rhoads, José Ramon Cruz Mundet, Glen Dingwall etc.).

As relações com a teoria das três idades serão examinadas em seção específica, que analisará aspectos concernentes à habitual equivalência entre os dois conceitos na arquivologia. Em seguida, nas seções posteriores, almejamos compreender o quanto basilar é o ciclo vital dos documentos para a história e para a epistemologia da disciplina, pretendendo identificar de que forma se dá a sua compreensão como fundamento ou, ainda, como um paradigma.

Avaliamos ser primordial o estudo dos conceitos a serem tratados neste capítulo, a julgar por nossa tentativa de situar o ciclo vital dos documentos nos campos da história e da epistemologia da arquivologia, buscando averiguar a possibilidade de o conceito perfazer a condição de um fundamento, ou até mesmo um paradigma da disciplina. Outrossim, buscamos proporcionar uma integral compreensão do conceito, a partir da demonstração de sua trajetória – aclarando seu contexto de surgimento, os fatores e atores responsáveis por sua consolidação e propagação – e de acepções realizadas por pensadores do campo.

Processo de evolução das ciências, conceito de paradigma e especificidades das ciências sociais e humanas

Para Khun,¹ o desenvolvimento das ciências se dá de duas formas: evolução ou revolução. Conforme análise de Eugênio, França e Perez,² a evolução está relacionada a um processo cíclico constituído pelas seguintes etapas fundamentais: ciência imatura, surgimento de um paradigma, ciência normal, surgimento de anomalias, crise, ciência extraordinária, emergência de novo paradigma, revolução científica, consolidação do novo paradigma e ciência normal.

Iniciando a apreciação de cada uma das etapas fundamentais, a ciência imatura ou protociência é aquela que não possui um conjunto de ideias fundamentais hegemônico, isto é, não há consenso entre a maioria dos praticantes da área de estudo. Essa etapa se caracteriza pela ausência de paradigmas e pelo desmontamento de correntes, fato que suscita a disputa entre grupos de cientistas.

Após essa fase inicial, verifica-se o início de predominância de uma das correntes, com a consequente imposição de suas ideias aos demais membros. Esse é o momento de aparecimento de uma ciência madura, explicitada por um conjunto básico de ideias – surgimento de um paradigma – que tem como resultado, muitas vezes, o desaparecimento das ideias dos grupos opositores, que anteriormente estavam em conflito.

O estabelecimento de um paradigma cria um ambiente menos conflituoso entre os membros da comunidade científica. Os cientistas utilizam-no para o desenvolvimento dos trabalhos na área e procuram comprová-lo ou utilizá-lo como base para a elaboração de novas ideias. Funciona, então, como um caminho para os trabalhos, mas o seu estabelecimento não significa necessariamente que ele tenha explicado todos os fatos. Para Khun, essa etapa é conhecida como ciência normal.

Homens cuja pesquisa está baseada em paradigmas compartilhados estão comprometidos com as mesmas regras e padrões para a prática científica. Esse comprometimento e o consenso aparente que produz são pré-requisitos para a ciência normal, isto é, para a gênese e a continuação de uma tradição de pesquisa determinada.³

A instauração de um paradigma não garante a explicação de todos os fatos concatenados à área de estudo. Quando os cientistas não encontram soluções para os problemas apresentados utilizando o paradigma vigente, tem-se o surgimento de anomalias. Para Kuhn,⁴ quando as anomalias se tornam recorrentes, há a desestabilização do comprometimento dos cientistas com o paradigma vigente e, como resultado, tem-se o momento chamado de crise.

1 KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*.

2 EUGÊNIO, M; FRANÇA, R. O.; PEREZ, R. C. Ciência da informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão.

3 KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*, p. 30.

4 Idem.

Nesse caso, os cientistas podem concluir que nenhuma solução para o problema poderá surgir no estado atual da área de estudo. O problema recebe então um rótulo e é posto de lado para ser resolvido por uma futura geração que disponha de instrumentos mais elaborados. Ou, finalmente, o caso que mais nos interessa: uma crise pode terminar com a emergência de um novo candidato a paradigma e com uma subsequente batalha por sua aceitação.⁵

A ciência extraordinária é definida pelo questionamento dos fundamentos e pressupostos da ciência anterior e pela proposição de um novo paradigma – fato que pode culminar na revolução científica. As revoluções científicas são “aqueles episódios de desenvolvimento não cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior”.⁶ Ou ainda:

As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição à qual a atividade da ciência normal está ligada, forçando [...] a comunidade a rejeitar a teoria científica aceita em favor de uma outra incompatível com aquela. [...] tais mudanças, juntamente com as controvérsias que quase sempre as acompanham, são características definidoras das revoluções científicas.⁷

Quanto aos estudos e trabalhos desenvolvidos com base no paradigma anterior, nota-se que esses são revistos, causando um grande volume de modificações na ciência. Nesse processo, alguns estudos são simplesmente descartados, pois conflitam com o novo paradigma, enquanto outros estudos são aperfeiçoados, tornando-se mais corretos e abrangentes. Com o encerramento do período revolucionário – predominância de ideias de uma determinada corrente – tem-se o fechamento do ciclo, com o ressurgimento da ciência normal. Apresentamos na figura 1, para melhor visualização do todo, o processo evolutivo das ciências, de acordo com Kuhn.⁸

Kuhn nominou paradigmas as ideias fundamentais de uma ciência. Segundo definição do autor, os paradigmas podem ser entendidos como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”.⁹ O autor admitiu alguns problemas em relação ao entendimento do conceito no posfácio de sua obra publicada em 1968, na qual afirma que

o paradigma é usado em dois sentidos diferentes. De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que, empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal.¹⁰

5 Ibidem, p. 116.

6 Ibidem, p. 125.

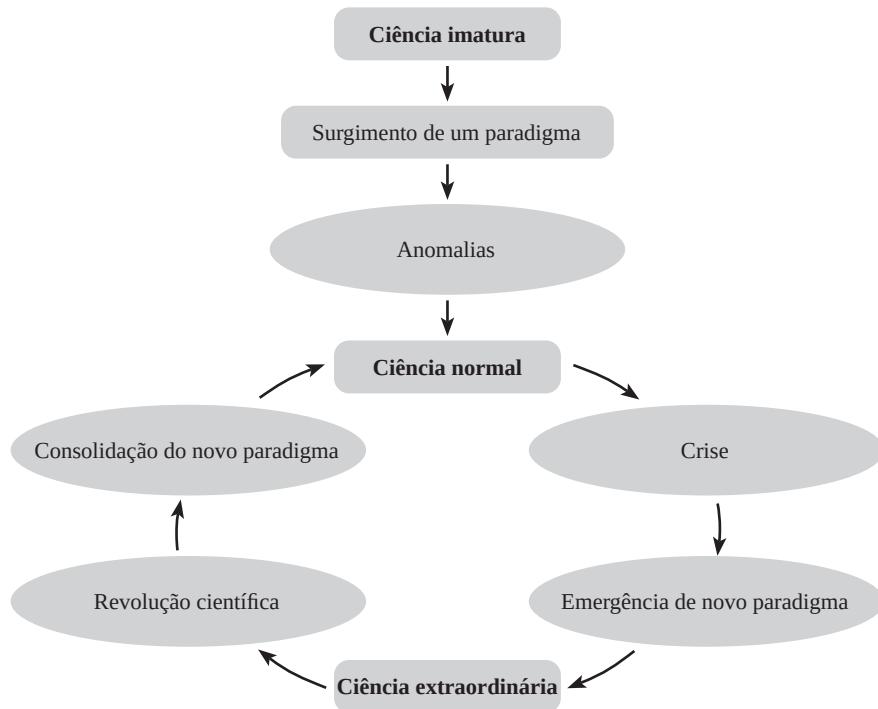
7 Ibidem, p. 25.

8 KUHN, T. S., op. cit.

9 Ibidem, p. 16.

10 Ibidem, p. 216.

Figura 1 Processo evolutivo das ciências



Fonte: elaboração do autor. Adaptado de KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*

Com o intuito de melhor delinear os significados de paradigma, após grande ampliação da noção desse conceito na primeira edição de sua obra, Kuhn utiliza como proposta a noção de “matriz disciplinar”. O autor a reputa como mais adequada, pois o substantivo “matriz” se refere a algo que é composto de elementos ordenados de várias espécies, e o adjetivo “disciplinar” é utilizado porque diz respeito a uma posse comum dos praticantes de uma disciplina particular.

Segundo Kuhn, são quatro os elementos que compõem a matriz disciplinar. O primeiro elemento são as generalizações simbólicas, que consistem em expressões empregadas sem discussão ou dissensão pelos membros do grupo, criando pontos de apoio para o desenvolvimento da ciência. O segundo equivale aos elementos metafísicos, modelos ou analogias preferidas, que são

aqueles compromissos coletivos partilhados pelos pesquisadores que possuem a função de fornecer ao grupo analogias ou metáforas preferidas ou permitidas, determinando assim o que poderá ser aceito como solução dos problemas encontrados na pesquisa científica.¹¹

Os valores são o terceiro elemento e podem ser definidos como princípios compartilhados pelos membros da comunidade científica, que proporcionam um sentimento de pertencimento a uma comunidade global e estabelecem parâmetros norteadores de suas tomadas de posição no decorrer do processo científico.

11 Ibidem, p. 231.

O quarto elemento corresponde aos exemplares, os quais constituem o componente central da matriz disciplinar. Cotejados com a noção de paradigma dos trabalhos anteriores, eles equivalem ao sentido mais estrito, e original, do paradigma. Os exemplares representam

as soluções concretas de problemas que os estudantes encontram desde o início de sua educação científica, seja nos laboratórios, exames ou no fim dos capítulos de manuais científicos. [...] tais soluções indicam, através de exemplos, como devem realizar seu trabalho.¹²

Por conseguinte, infere-se que Kuhn¹³ defende a ciência normal e a adoção de paradigmas, visto que a existência de um paradigma vigente é capaz de responder, ainda que provisoriamente, aos problemas predominantes, além de fazer com que a ciência avance com rapidez e se aprofunde com a utilização dos instrumentos e métodos relacionados a ele. A ausência de um paradigma em uma área de pesquisa, para Kuhn,¹⁴ consiste na falta de especificação sobre os aspectos essenciais para aquela área. Como consequência, os pesquisadores podem considerar todos os ângulos envolvidos como valorosos, ampliando sobremaneira sua pesquisa para aprofundar resultados.

As contribuições de Thomas Kuhn à reflexão teórica sobre o processo de evolução das ciências são inquestionáveis e sua análise tornou-se um clássico para o estudo da história das ciências. Entretanto, utilizando-se a análise realizada por Barros,¹⁵ devemos observar que nas ciências sociais e humanas há a necessidade de ajuste ou adaptação desses múltiplos conceitos. Consoante Barros,¹⁶ isso ocorre porque, em um determinado período, diversas teorias tendem a ser essencialmente concorrentes, bem como a se externar disponíveis para a comunidade científica sem que se possa dizer que, em algum momento, haja predomínio ou hegemonia de uma só perspectiva. Para o autor,

fica mais difícil, para o caso das ciências sociais e humanas, falar em uma “revolução científica” que estabeleça uma hegemonia, ou que produza a substituição de um novo e único paradigma pelo tradicional, como se houvesse uma única sucessão de paradigmas, no sentido sociológico da expressão. [...]. De outra parte, a história da física mostra ainda inúmeras situações em que novas teorias surgiram em radical ruptura com o que até o momento se tinha por certo, e, nestas ocasiões, através daquilo que Thomas Kuhn chamou de “revoluções científicas”, terminava-se por ocorrer a instalação de um novo paradigma, por substituição ao paradigma anterior. [...]. Com as ciências humanas, não é preciso insistir no fato de que é muito mais comum identificarmos, ao longo de toda a sua história, o eterno padrão dos “paradigmas concorrentes” que se dão ao mesmo tempo, em recíproca descontinuidade.¹⁷

12 Ibidem, p. 234.

13 KUHN, T. S., op. cit.

14 Idem.

15 BARROS, J. D. A. Escola histórica, paradigma, matriz disciplinar: três conceitos para a teoria da história.

16 Idem.

17 Ibidem, p. 6.

Com a explicitação de uma gama de paradigmas concorrentes aos pesquisadores das ciências sociais e humanas em um determinado período, Barros entende que as ideias de Kuhn relativas à suplantação de um paradigma por outro, ou ainda de rupturas irreversíveis entre esses, não se aplicam em seu sentido estreito. O que existe nesse caso é a coexistência do que o autor chama de “mundos distintos”, em que cada pesquisador tem contato com uma realidade social desigual, o que lhe proporciona uma visão teórica que conforma sua maneira de pensar.

Dessa forma, há um processo de escolha de paradigmas e posicionamentos teóricos – dentre vários – pelos pesquisadores, o que possibilita o estabelecimento de uma comunicação de mundos distintos. Barros¹⁸ reitera que, diversamente das ciências naturais, em que ocorre um processo de “conversão”, nas ciências sociais e humanas é mais comum a prática da “tradução”. Para o autor, “no universo das ciências sociais e humanas, as conversões de pesquisadores que decidiram migrar para um novo paradigma, em que pese não deixem de ocorrer, são decisões sempre individuais, e não necessidades da comunidade científica”.¹⁹

Como forma de deslindar o processo de “tradução”, o autor se utiliza de pormenores específicos de sua área de atuação, a história:

A comunidade de historiadores jamais se pronuncia em bloco a favor da adoção de um único paradigma, mesmo ao cabo de algumas gerações, tal como ocorreu com a maior parte da comunidade dos físicos ao aderir ao paradigma newtoniano, e ao considerá-lo mais tarde superado pela “teoria da relatividade”. Ao lado disto, ainda que um materialista histórico consiga convencer um positivista a abandonar o seu planeta teórico, ele sabe perfeitamente que não poderá converter maciçamente *todo* o “planeta dos positivistas”.²⁰

Quanto à necessidade de adaptação do conceito de paradigma em relação à sua aplicação em áreas do conhecimento pertencentes às ciências sociais e humanas, Barros²¹ entende que a solução está na ideia de matriz disciplinar de Kuhn. Novamente utilizando sua área de atuação como exemplo, Barros²² assevera que o conceito é bastante interessante para a comunidade historiadora, pois há certos princípios mais gerais que são aceitos pela ampla maioria dos integrantes daquela comunidade – o que corresponde a uma matriz disciplinar –, e pode abrigar em seu âmbito certo número de paradigmas.

Em nossa estrutura conceitual, a “matriz disciplinar” corresponderá, antes de mais nada, a um universo mais amplo de valores que dificilmente seriam colocados em questionamento pela ampla maioria dos historiadores – tais como a necessidade de uma referência à base documental (fontes históricas) ou a consideração das mudanças no tempo – aspectos sem os quais a própria disciplina perderia a sua identidade nos moldes como hoje a concebemos. Estas e outras “singularidades” – que, para cada caso, correspondem àquele conjunto irredutível de dimensões, princípios

18 BARROS, J. D. A., op. cit.

19 Ibidem, p. 9.

20 Ibidem, p. 9-10.

21 BARROS, J. D. A., op. cit.

22 Idem.

e postulados aceites por todos ou quase todos os praticantes de um determinado campo disciplinar, e que, de certo modo, é o que marca a identidade do campo em relação a outras áreas de saber – constituem, por assim dizer, o “núcleo duro” de uma “matriz disciplinar”.²³

Oliveira,²⁴ por sua vez, comprehende a matriz disciplinar como discordante de paradigma; mas, segundo o autor, Kuhn consente esses dois conceitos como sinônimos. Para Oliveira, a matriz disciplinar consiste em “uma articulação sistemática de um conjunto de paradigmas, a condição de coexistirem no tempo, mantendo-se todos e cada um ativos e relativamente eficientes”. Desse modo, de maneira oposta às ciências naturais, em que sua evolução ocorre por meio da sucessão de paradigmas, a antropologia social – campo de estudo do autor – expõe uma simultaneidade de paradigmas, sem que haja uma eliminação do anterior pelo mais recente.

Determinante se faz observar a relação dos elementos exemplares com a matriz disciplinar. Kuhn²⁵ declara que as soluções apresentadas pelos exemplares orientam o trabalho dos praticantes de uma área. O autor prossegue certificando que a “prática da ciência normal depende da habilidade, adquirida através dos exemplares, para agrupar objetos e situações em conjuntos semelhantes”.²⁶

Abrantes,²⁷ ao analisar os exemplares, exprime:

Por exemplares Kuhn entende um conjunto de problemas e de soluções-padrão, que materializam o consenso da comunidade científica, guiando sua prática num período de ciência normal e que são transmitidos pelos manuais durante a formação dos cientistas. Espera-se que, por modelagem, o cientista em seu trabalho científico normal, consiga resolver novos problemas, pautando-se pelas soluções já estudadas anteriormente para problemas similares.²⁸

Na percepção de Barros,²⁹ os exemplares não fazem parte do “núcleo duro” de uma “matriz disciplinar”, todavia habitam como um “repertório de modelos disponíveis para todos os praticantes de uma disciplina científica, inclusive para aqueles que estão aprendendo o seu ofício e ainda se instruindo com vistas a serem aceitos na comunidade científica”.

De posse dos conceitos e ideias apreendidos nesta seção, partiremos para uma análise detalhada a respeito do ciclo vital dos documentos. Após a etapa subsequente, seremos capazes de correlacionar os variados conceitos analisados – matriz disciplinar, paradigma, exemplares, tradução, mundos distintos etc. – com as particularidades da arquivologia, intentando assimilar e melhor definir o ciclo vital dos documentos na esfera da disciplina.

23 Ibidem, p. 12.

24 OLIVEIRA, R. C. Tempo e tradição: interpretando a antropologia – sobre o pensamento antropológico.

25 KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*.

26 Ibidem, p. 234-235.

27 ABRANTES, P. Kuhn e a noção de “exemplar”.

28 Ibidem, p. 63.

29 BARROS, J. D. A. Escola histórica, paradigma, matriz disciplinar...

Trajetória do ciclo vital dos documentos: surgimento, disseminação e consolidação

O surgimento do conceito de ciclo vital dos documentos está intimamente ligado ao período após a Grande Depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos da América foram o país responsável por lidar, primeiramente, com o vertiginoso aumento da produção documental, o que culminou em muita dificuldade no tratamento e na manutenção de um grande volume de documentos. Consequentemente, resultou também no aparecimento do *records management*,³⁰ fortemente influenciado pelas teorias da organização de Taylor, Weber e outros fundadores do *management*.

É importante frisar que a gestão de documentos não nasceu nos Estados Unidos da América no século XX. Duranti³¹ aponta para um passado bem mais distante, em que a prática remonta ao tratamento de documentos por povos da Antiguidade. A autora assegura que as raízes do *records management* estão na Mesopotâmia e em outras civilizações antigas ao redor do mundo, e que já existiam na América do Sul, especificamente na sociedade Inca, pessoas responsáveis por preservar as informações sobre atos e transações para o interesse de seus criadores e para o funcionamento e desenvolvimento da sociedade. O *records management*, em sua concepção moderna, manifesta-se como fruto das necessidades dos arquivistas americanos de desenvolverem técnicas sistemáticas de avaliação de documentos. Klumpenhouwer³² entende que as ideias desenvolvidas pelos “colegas europeus” não contemplavam soluções para o grande volume de documentos mal organizados, o que culminou no desenvolvimento de novas teorias e práticas.

Quantificando o vultoso crescimento da produção de documentos no período, muitas vezes tratado como “explosão documental”, sobretudo nos Estados Unidos, Cook³³ afirma que, quando o arquivo nacional americano foi criado em Washington no ano de 1934, havia sob sua custódia cerca de um milhão de metros de documentos federais, com um crescimento anual de aproximadamente seis mil metros. Já em 1943, após a expansão do Estado, o aumento era de aproximadamente seiscentos mil metros por ano.

Schellenberg³⁴ faz uma análise geral do governo federal dos Estados Unidos e alega que: até a Guerra Civil, em 1861, eram 2.832 m³ de documentos;

30 De acordo com definição presente no dicionário *A glossary of archival and records terminology*, publicado pela Society of American Archivists (SAA), o *records management* consiste no controle sistemático e administrativo dos documentos ao longo de seu ciclo de vida, a fim de garantir eficiência e economia na sua criação, uso, tratamento, controle, manutenção e destinação (PEARCE-MOSES, R. *A glossary of archival and records terminology*). Nesta obra, também utilizaremos o equivalente em língua portuguesa, “gestão de documentos”.

31 DURANTI, L. *The odyssey of records managers*.

32 KLUMPENHOUWER, R. *Concepts of value in the archival appraisal literature: an historical and critical analysis*.

33 COOK, T. *What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift*.

34 SCHELLENBERG, T. R. *Modern archives: principles and techniques*.

entre esta e a Primeira Guerra Mundial, cerca de 42.480 m³; e entre a Primeira Guerra e o período da crise econômica de 1929, havia aproximadamente 99.120 m³. Percebe-se um grande aumento na produção documental na década de 1930, em que foram acrescentados mais 292.200 m³, com a “explosão documental” americana tendo seu ápice após a Segunda Guerra Mundial, quando a produção anual atingiu a média de 56.640 m³.

Cook³⁵ reconhece que esse panorama implicou acontecimentos expressivos. Segundo o autor, tem-se nesse momento a gênese da profissão de *records manager*, profissional incumbido da função de auxiliar no tratamento desse grande volume de documentos nas *agencies*.³⁶ Ainda, conforme o autor, é nessa ocasião que ocorre o redirecionamento da arquivologia na América do Norte, a qual passou a se ocupar de questões referentes a esses novos documentos, conhecidos como “documentos modernos”.

O arquivo nacional americano passa a acompanhar esse redirecionamento em 1939, com a publicação do ato do Congresso intitulado “An act to provide for the disposition of certain records of the United States Government”. A partir desse ponto, os chefes dos departamentos estavam obrigados a listar o rol de documentos “não ativos” em relatório ao arquivo e foi estabelecida uma comissão conjunta do Congresso para determinar quais documentos deveriam ser guardados.

O teórico americano Frank B. Evans³⁷ entende que o *records management*, como uma atividade oficial de governo, teve seu primeiro reconhecimento oficial pela comunidade arquivística americana em 1941, quando o Committee on Reduction of Archival Material da Society of American Archivists (SAA) foi renomeado para Committee on Record Administration. No âmbito do governo norte-americano, seu estabelecimento formal se deu no mesmo ano, com a eclosão de um programa de *records management*, que tinha como objetivo assistir os órgãos do governo nos procedimentos de seleção e arquivamento de documentos, a fim de facilitar sua destinação ou transferência ao arquivo nacional americano.

Além da importância do setor público, Charles Dollar³⁸ notabiliza a participação do setor privado no *records management*. Segundo o autor, quando do início da experimentação na gestão de documentos, é cristalino que grande parte do reconhecimento deve ser creditada ao arquivo nacional americano. Todavia, o setor privado foi uma significativa esfera em que o *records management* se desenvolveu, em virtude do intuito de aumentar o controle operacional e diminuir os custos da manutenção de documentos.

35 COOK, T., op. cit.

36 Uma unidade do governo autorizada por lei para desempenhar uma função específica (PEARCE-MOSES, R. *A glossary of archival and records terminology*). No contexto norte-americano, dentro das esferas federal e estadual, as *agencies* são tipicamente partes do Poder Executivo.

37 EVANS, F. Archivists and records managers: variations on a theme.

38 DOLLAR, C. M. Archivists and records managers in the information age.

Técnicas foram desenvolvidas para lidar de maneira mais eficiente com os processos pelos quais os documentos em papel eram criados, utilizados e destinados – o mais notável foi a tabela de temporalidade. Durante as décadas de 1920 e 1930, a American Management Association promoveu um vigoroso programa de destinação de documentos com a publicação do *Office management series*. Como exemplo, em 1935, uma publicação intitulada *Office machines and methods* incluiu dois artigos que tratavam de prazos de guarda de documentos administrativos. Os dois artigos tinham como foco procedimentos e abordagens sobre a agilidade na eliminação de documentos que não eram mais necessários para as atividades de serviço correntes.³⁹

Para Silva,⁴⁰ um fator apreciável que propiciou o aparecimento do *records management* foi a adaptação americana ao princípio da proveniência – o conceito de *record group*.⁴¹ Consoante o autor, o conceito estabeleceu-se em 1941 no National Archives de Washington a fim de possibilitar uma flexibilidade na organização dos documentos produzidos por diversas entidades.

Este conceito de *record group* difundiu-se rapidamente nos Estados Unidos da América e no Canadá, países de formação recente, em que os arquivistas se debatiam sobretudo com documentação ainda muito ligada à área administrativa e, portanto, não considerada “de arquivo”, no sentido histórico do termo.⁴²

Além de variações significativas nos aspectos quantitativos dos arquivos, observa-se, também, uma transmutação qualitativa. Novas formas de documentos e de sistemas despontaram. Klumpenhouwer⁴³ evidencia o advento de documentos *non-paper*, como fotografias, filmes, microformas e dados de computadores. Assim, o autor acentua a complexidade nos processos de criação, arranjo e utilização desse material. Além dessas novas formas, observa-se o crescimento das organizações em dimensão e complexidade, o que impulsionou a criação de novos tipos documentais, muitos deles produtos de novas funções relacionadas à mensuração da eficiência administrativa, isto é, relatórios acerca da quantificação de resultados.

Ainda abordando o cenário americano, vale ressaltar as consequências acarretadas pela Segunda Guerra Mundial para a gestão de documentos modernos. Krauskopf⁴⁴ alega que esse conflito

redobrou a necessidade por programas efetivos de gestão de documentos, já que as *agencies* emergentes começaram novamente a proliferar e criar documentos volumosos, sem um organizado plano de destinação e sem restrições sobre a quantidade. Sob essa difícil situação, o National Archives abandonou a atitude tradicionalmente conservadora e passiva sobre as instituições de arquivo e mergulhou no campo da administração. Como a *agency central*, com grande responsabilidade sobre o bem-estar dos documentos do governo, tomou a iniciativa

39 DOLLAR, C. M. Archivists and records managers in the information age, p. 40, tradução nossa.

40 SILVA, A. M. da et al. *Arquivologia: teoria e prática de uma ciência da informação*.

41 O conceito de *record group* será abordado com mais afino no capítulo 4 deste livro.

42 SILVA, A. M. da et al., op. cit.

43 KLUMPENHOUWER, R. *Concepts of value in the archival appraisal literature...*

44 KRAUSKOPF, R. W. The Hoover commissions and federal recordkeeping.

no sentido de incentivar e colaborar com outras *agencies* no estabelecimento de programas de administração de documentos.⁴⁵

Notamos, nessa conjuntura, algumas críticas ao pensamento proposto por Jenkinson, principalmente no que tange à atuação dos arquivistas na custódia e preservação de documentos. Tais críticas podem ser atribuídas, inicialmente, à Margaret Norton, pioneira no estudo da avaliação de documentos nos Estados Unidos da América e arquivista do estado de Illinois, a qual entendia que a ênfase nos arquivos estava se deslocando da preservação dos documentos para a seleção daqueles que seriam preservados.

Percebemos uma incipiente predominância de pensamentos alinhados à defesa da participação dos arquivistas na gestão dos documentos administrativos. Para Norton, os arquivistas deveriam estar mais preocupados com o “tratamento científico dos documentos oficiais” e ter como principal interesse a eficiência administrativa, sendo a história apenas um interesse secundário.⁴⁶ Adicionalmente, a autora discorreu sobre a necessidade de uma intervenção de profissionais arquivistas nos órgãos do governo (*agencies*). Gilliland-Swetland sintetiza as ideias de Margaret Norton no trecho a seguir:

Bibliotecas públicas gerenciadas por historiadores não são arquivos, ela argumentava. A confusão em sentido contrário não foi apenas infeliz, pois ameaçava a própria preservação dos documentos legalmente importantes para o país. Historiadores têm uma agenda de pesquisa que está fundamentalmente em desacordo com a missão de um arquivo. O último, como Norton enxergava, era, em primeiro lugar, para servir às necessidades administrativas e às demandas de transparência pública de sua instituição e para as necessidades dos pesquisadores, em segundo lugar.⁴⁷

O artigo de Emmett J. Leahy intitulado “Reduction of public records”, publicado na revista *The American Archivist* em 1940, pode ser reputado como um dos precursores desse movimento. Nesse artigo, o autor aborda a importância de programas de destinação de documentos. Outra proeminente voz nesse movimento foi a de Philip C. Brooks, teórico americano e arquivista do National Archives, que entendia que muitos documentos estavam recebendo tratamento inadequado e até sendo destruídos antes de chegarem à custódia dos arquivistas. Brooks também foi um defensor da cooperação entre esses técnicos e os órgãos de governo, argumentando que quanto antes ocorresse a seleção documental na *life history* dos documentos, mais fácil se tornaria o trabalho de todos.

quanto mais cedo no *life history* dos documentos o processo de seleção se iniciar, melhor para todos os interessados. E quanto mais cedo no *life history* ocorrer um estabelecimento de cooperação entre a *agency* de origem e o arquivista, mais fácil será o trabalho de todos.⁴⁸

45 KRAUSKOPF, R. W. The Hoover commissions and federal recordkeeping, p. 373, tradução nossa.

46 GILLILAND-SWETLAND, L. J. The provenance of a profession: the permanence of the public archives and historical manuscripts traditions in American archival history, p. 165.

47 Idem, tradução nossa.

48 BROOKS, P. C. The selection of records for preservation, p. 226, tradução nossa.

Havia certo acirramento entre arquivistas e profissionais que trabalhavam diretamente junto às *agencies*. Robert C. Binkley⁴⁹ enxergava os *office managers* como profissionais inimigos dos arquivistas, pois eles destruíam “documentos inativos” sem observar valores secundários que poderiam possuir. Para Binkley, a solução estaria na atuação das instituições de arquivo junto aos *office managers* no sentido de aconselhar sobre a “meticulosa distinção entre os documentos destrutíveis e os preserváveis”.⁵⁰

Observamos, nesse ponto, que as preocupações com o tratamento dos documentos administrativos e a constante demonstração da relevância do envolvimento dos arquivistas estavam na época no centro das discussões no campo dos arquivos. Cook confirma que essas preocupações culminam na ascensão da noção de “ciclo vital dos documentos”, a qual prevê que:

Os documentos devem primeiramente ser organizados e ativamente utilizados por seus criadores, para então serem guardados por um período adicional de menor frequência de uso em *records centres*, para, por fim, quando estiver extinto o seu uso operacional, ser selecionado, caso tenha “valor arquivístico” ou ser declarado “não arquivístico” e ser destruído.⁵¹

Constatamos, em nossa pesquisa sobre o tema, uma série de controvérsias no que diz respeito ao nascimento do conceito de ciclo vital e à atribuição de responsáveis por sua institucionalização e difusão. Bantin⁵² refere a articulação do conceito a “Theodore Schellenberg e outros”, sem maior detalhamento de como se deu o processo de construção. Brothman⁵³ também concorda que, entre os arquivistas, o conceito é frequentemente associado a Schellenberg.

Diversas análises – inclusive a nossa – apontam que o marco para a enunciação de um ciclo vital é a apresentação do artigo “What records shall we preserve?”, de Philip C. Brooks,⁵⁴ em uma reunião da SAA na cidade de Washington, em abril de 1940. Em seguida, tem-se a publicação do artigo intitulado “Selection of records for preservation”, publicado no periódico *The American Archivist*, também em 1940. Nesses trabalhos, Brooks faz, pela primeira vez, a analogia do processo de gestão de documentos com a vida de um organismo biológico.

49 BINKLEY, R. Strategic objectives in archival policy.

50 Ibidem, p. 164-165, tradução nossa.

51 COOK, T. Archives in the post-custodial world..., p. 26, tradução nossa.

52 BANTIN, P. C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions?

53 BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation.

54 Philip Coolidge Brooks (1906-1977) foi diretor da Biblioteca Harry S. Truman e arquivista do arquivo nacional americano. Também foi fundador da SAA, em 1936, atuando como seu primeiro secretário e sétimo presidente. Brooks teve, ainda, profícua atividade docente, como professor de arquivologia na American University, em Washington, D. C., e publicou, entre outras obras, o livro *Research in archives: the use of unpublished primary sources*, em 1969.

Apesar dessa analogia enunciada por Brooks no início da década de 1940, Caya⁵⁵ defende que a articulação do ciclo vital foi realizada apenas em 1948, no plano das comissões Hoover, cujos trabalhos abordaremos a seguir.

Quanto à aplicação prática do conceito, podemos inferir que não é posterior à publicação do artigo de Brooks. Constatamos a existência de várias práticas relacionadas ao conceito antes de sua manifestação “oficial”. Margaret Norton, em 1936, estabeleceu uma regra para a definição de níveis de controle e gestão de documentos no estado de Illinois. O primeiro nível seria o dos documentos correntes (*current records*), que se resumiam àqueles utilizados no dia a dia das organizações, onde seriam guardados. O segundo nível baseava-se nos documentos semicorrentes (*semicurrent records*), os quais eram pouco utilizados e seriam guardados em locais alternativos, ainda sob o controle das organizações produtoras. O terceiro nível era o dos documentos não correntes (*noncurrent records*), que não eram mais utilizados pela administração e seriam colocados à custódia dos arquivistas, sob responsabilidade dos arquivistas.

Cabe destacar a importância de Emmet J. Leahy, especialmente no início da década de 1940, quando exerceu ofício relevante em um programa que consistiu na criação dos *records centers* e na separação de documentos que possuíam valor temporário daqueles que possuíam valor permanente no arquivo nacional americano. Cabe, também, ilustrar o papel de Solon J. Buck, o segundo arquivista nacional dos Estados Unidos da América (1941-1948), o qual introduziu o *records management* no governo, tendo a formalização dessas ideias na Federal Records Act de 1950, a qual estabeleceu um programa de gestão de documentos aplicável a toda a administração federal.⁵⁶ Para Buck,⁵⁷ o National Archives deveria participar não apenas dos procedimentos de destinação dos documentos, mas também olhar para o “controle de natalidade na criação dos documentos”.⁵⁸

Charles Dollar⁵⁹ também sobreleva a importância de Buck na gestão integrada. Para o autor, Buck foi a segunda pessoa mais importante no desenvolvimento de uma nova abordagem para o controle dos documentos. Dollar certifica que Ernst Posner, que trabalhou com Buck em um curso sobre história e administração de arquivos na Universidade de Washington, em 1939, escreveu que Buck acreditava que o modo mais efetivo para a seleção de documentos valiosos seria agir na produção do documento, enquanto estivesse nas *agencies*. Buck argumentava que seria necessária a existência de um programa integrado de controle dos documentos que tivesse foco em todo o seu ciclo de vida, desde a sua criação até a eliminação ou o recolhimento para o arquivo nacional americano.

55 CAYA, M. *La théorie des trois âges en archivistique: en avons-nous toujours besoin?*

56 CRUZ MUNDET, J. R. *Archivística: gestión de documentos y administración de archivos.*

57 BUCK, S. Let's look at the record.

58 Ibidem p. 112, tradução nossa.

59 DOLLAR, C. M. *Archivists and records managers in the information age.*

O período pós-guerra foi de excepcional importância para o desenvolvimento das ideias relacionadas ao ciclo vital dos documentos. Houve, nesse período, a criação do primeiro *record center* nos Estados Unidos, fruto dos esforços de Emmet Leahy e Robert Bahmer. Leahy tinha como propósito solucionar problemas de espaço do Departamento da Marinha. O arquivista americano Herbert E. Angel,⁶⁰ em artigo dedicado aos *records centers*, explica:

Os *records centers*, no meu entendimento, são depósitos intermediários que recebem, armazenam, servem, processam e fornecem segurança a documentos que não são ativos o suficiente para serem retidos em um escritório valioso ou em um espaço operacional, mas que são muito ativos para serem diretamente recolhidos aos *archives* ou são ainda muito valiosos para serem enviados para a reciclagem.⁶¹

No entendimento de Angel, nunca houve uma organização semelhante a dos *records centers* nos Estados Unidos ou em qualquer parte do mundo, embora tenha havido uma proposta de organização desse tipo pelo arquivista belga Joseph Cuvelier⁶² em 1923. Indispensável se faz expor a maneira metafórica como Angel os aborda, utilizando a figura do deus romano Jano. O nome Jano é derivado do latim, das palavras “transição” e “porta”, e na mitologia representa não apenas o deus das portas e portões, mas o dos bons começos e fins. Jano é representado por duas faces, e Angel o admite como o “patrono” dos *records centers*, pois suas faces apontam para duas direções: para os órgãos de onde os documentos chegam e para os arquivos ou para os depósitos de reciclagem para onde os documentos vão. Portanto, assim como Jano, eles servem de porta ou passagem que conecta esses dois lugares de um começo para um fim.

Primordial observar o mérito dado por Angel ao Exército e à Marinha americanos, instituições envolvidas diretamente na Segunda Guerra Mundial, para o desenvolvimento dos primeiros *records centers*, em concordância com o mencionado anteriormente.

É justo dizer que uma grande proporção dos *records centers* desse país, federais, estaduais e municipais, corporativos ou comerciais, se desenvolveu a partir dos *records centers* do Exército e da Marinha na Segunda Guerra Mundial e que muitos dos responsáveis pelos *records centers* atuais adquiriram experiência nos antigos *centers* ou receberam treinamento de outros que tiveram essa experiência.⁶³

A relação entre a utilização de depósitos intermediários de arquivamento e o ciclo vital dos documentos está no estabelecimento de uma fase ou estágio em que os documentos são pouco utilizados por seus órgãos produtores e, devido a uma motivação econômica, já não necessitam ser mantidos próximos desses para que aguardem sua destinação final. Constatamos que a utilização de uma fase intermediária é comum nas interpretações do ciclo vital, conforme veremos adiante. Para a espanhola Mendo Carmona, a consolidação dessa fase está ligada à própria criação do ciclo vital dos documentos.

60 ANGEL, H. Archival Janus: the records center.

61 Ibidem, p. 5, tradução nossa.

62 CUVELIER, J. *La construction des dépôts d'archives*.

63 ANGEL, H. Archival Janus..., p. 7, tradução nossa.

no entanto, a ideia do arquivo ou depósito intermediário, na terminologia francesa *dépôt de préarchivage* e nos países anglo-saxões *records center*. Esses arquivos provisórios têm a função de recolher a documentação que já não tem valor administrativo, esperando para ser transferida para os arquivos históricos. De forma que o arquivo cumpre a função de servir à administração que gera documentos, até que eles sejam úteis para a pesquisa científica. O pressuposto desta necessidade para os arquivistas significou a criação de um outro princípio fundamental para a arquivologia contemporânea: o ciclo de vida do documento.⁶⁴

De fato, os eventos que mais propulsionaram a difusão do conceito de ciclo vital dos documentos foram as duas comissões federais que tinham como objeto de análise a organização e a eficiência na gestão de documentos. A Commission on Organization of the Executive Branch of the Government, também conhecida como Comissão Hoover,⁶⁵ designada pelo presidente Harry S. Truman e presidida pelo ex-presidente Herbert Hoover, consistiu em uma força-tarefa liderada por Emmett Leahy.⁶⁶ A primeira comissão exprimiu resultados relacionados às ideias do ciclo vital, singularmente no que se refere à gestão econômica dos documentos modernos. A principal sugestão da força-tarefa foi a criação de uma Federal Records Administration, a qual incluía o National Archives, para centralizar a administração de documentos.

Dessa forma, por meio do Federal Property and Administrative Act of 1949, o National Archives deixou de existir como uma instituição independente⁶⁷ e passou a integrar a área de atuação do então recém-criado General Services Administration (GSA), o qual tinha como função coordenar e manter a eficiência de todas as instituições governamentais federais. Na visão de Eamer-Goult,⁶⁸ há uma grande contradição no Federal Records Act of 1950,⁶⁹ visto que pode ser reputado como um dos mais progressivos atos na administração de documentos, e, ao mesmo tempo, responsável por retirar a autonomia do National Archives and Records Service (Nars).

Houve, nesse período, uma série de discussões sobre as atribuições do Nars em relação à gestão dos documentos administrativos, especialmente no que corresponde à sua subordinação ao GSA. O constante foco em economia e eficiência representou um dos grandes problemas ocasionados pelo controle da GSA. Eamer-Goult garante que o elo entre os documentos ativos e semiativos e os documentos históricos foi extremamente enfraquecido. O arquivista americano Oliver Holmes⁷⁰ pregava que as atividades de *records management*

64 MENDO CARMONA, C. El largo camina de la Archivística: de práctica a ciencia, p. 129, tradução nossa.

65 A Comissão Hoover teve duas fases: a primeira foi de 1947 a 1949 e a segunda, de 1953 a 1955.

66 KLUMPENHOUWER, R. *Concepts of value in the archival appraisal literature...*

67 Após a publicação do Federal Property and Administrative Act em 1949, o National Archives transformou-se em National Archives and Records Service (Nars), um ramo do General Services Administration (GSA).

68 EAMER-GOULT, J. C. *Conceiving the records continuum in Canada and the United States.*

69 As atribuições do Nars passaram a ser definidas pelo Federal Records Act of 1950, o qual revogou a primeira lei federal sobre a temática, o National Archives Act de 1934.

70 HOLMES, O. W. *The National Archives at a turn in the road.*

deveriam ser de responsabilidade do *national archivist*, posto que ele era o único a ter contato com os dois programas – *records management* e *archives administration*. Nesse sentido, Holmes descreve:

Não pode haver um “meio a meio” de atividades sobre isso. O *records management* deve ser incluído em um programa unificado. Tem-se progresso apenas quando isso é conduzido por um grupo profissional e dominado pelo espírito profissional. O *records management* nas *agencies* e nos *records centers* deve ser coordenado e harmonizado pelo National Archives – deve existir uma atividade de controle profissional através do *life history* dos documentos.⁷¹

Enquanto esse debate não chegava a um denominador comum, o volume de documentos produzidos pelas *agencies* não parava de crescer. Em 1953, o Congresso americano criou a segunda comissão que tinha como objetivo, segundo Krauskopf,⁷² “mensurar os custos e dimensões das atividades referentes a documentos em geral, para identificar as áreas de potenciais desperdícios, e sugerir mudanças organizacionais, que podem ser necessárias para melhorar a gestão de documentos e remover a burocracia excessiva”.

Para Eamer-Goult,⁷³ a segunda fase da comissão estava mais interessada em resolver problemas tocantes ao *paperwork* (papelada) do que propor soluções alusivas ao *records management*. Tal fato pode ser comprovado pela criação de uma nova organização dentro do Nars, a Office Records Management, em 1956. Ainda em conformidade com o referido autor, pode-se perceber que a Comissão Hoover também foi responsável por reforçar o distanciamento entre os *records managers* e os *archivists*.

Quanto à origem dos *records centers*, constatamos que os relatórios criados pela Comissão Hoover foram de extrema importância para a divulgação desse modelo de organização, porém não podemos asseverar que os conhecidos *records centers* são oriundos dos trabalhos da comissão. Segundo Angel,⁷⁴ já havia cerca de cem *records centers* identificados nos Estados Unidos.

Corroborando o enfraquecimento do elo entre *records* e *archives*, Robert Bahmer⁷⁵ pregava a não necessidade de participação dos arquivistas na criação e manutenção de documentos. Para o autor, os arquivistas deveriam estar interessados nos documentos inativos públicos, e quanto mais o *records manager* “fiscalizasse” os documentos correntes, menos o arquivista poderia contribuir. “A gestão de documentos e o arquivo nacional são atividades operacionais separadas dentro do National Archives and Records Service. A gestão de documentos não é uma função do arquivo nacional”.⁷⁶

71 HOLMES, O. W. The National Archives at a turn in the road, p. 350-351, tradução nossa.

72 KRAUSKOPF, R. W. The Hoover commissions and federal recordkeeping, p. 386-388, tradução nossa.

73 EAMER-GOULT, J. C. *Conceiving the records continuum in Canada and the United States*.

74 ANGEL, H. *Archival Janus...*

75 BAHMER, R. The National Archives after 20 years.

76 Ibidem, p. 202, tradução nossa.

De outro modo, uma valorosa voz contra esse distanciamento foi a de Morris L. Radoff, então presidente da Sociedade dos Arquivistas Americanos (1954-1955). Seu artigo intitulado “What should bind us together”, que em tradução livre significa “o que deve nos unir”, publicado no periódico *The American Archivist*, em 1956, demonstra com clareza a necessidade de aproximação entre essas duas áreas. Radoff entendia que a solução residia exatamente no que estava sendo administrado: os documentos. Para o autor, as instituições de arquivo e as *agencies* estavam lidando essencialmente com o mesmo tipo de “objeto” e não era produtiva a distinção das responsabilidades sobre os documentos.

Por que não pode o mesmo homem ser tanto o *archivist* quanto o *records manager*? O cuidado com a palavra escrita é tão complexo que nenhum homem possui ciência o suficiente para dominá-la? Será que é tão abstrusa que requer os esforços combinados de um obstetra, pediatra, geriatra? Ou tudo que é necessário é um humilde clínico geral? Estamos nós, em outras palavras, criando especialistas onde especialidades não existem; estamos pensando tanto no documento como um organismo vivo que requer cuidado especial nos vários estágios de sua vida, quando de fato ele é inanimado e com a mesma textura e forma do começo ao fim?⁷⁷

Nessa conjuntura de dissensos, ainda que estabelecidos os mecanismos de gestão para a criação, organização e destinação dos documentos federais, os arquivistas americanos ainda encontravam dificuldades com a definição de critérios para a avaliação de documentos. Nesse contexto, destacam-se os critérios baseados na definição de valores – primário e secundário – propostos por Theodore R. Schellenberg.⁷⁸ Schellenberg assegura a determinação desses valores aos arquivistas, ao contrário de Jenkinson, cuja visão era que os arquivistas deveriam se manter como custodiadores passivos. Além disso, Schellenberg é apontado como um dos grandes responsáveis pela propalação do conceito de ciclo vital dos documentos.

Para Klumpenhouwer,⁷⁹ os valores estabelecidos por Schellenberg e seus respectivos métodos de aplicação complementam o ciclo vital dos documentos. Ademais, o autor consente que os valores se comportam mais como categorias de análise no processo de avaliação, dentro do ciclo vital, do que como apenas simples declarações de valor. Exemplificando o disposto:

O estrito delineamento entre os valores primário e secundário era claramente formulado para servir ao processo de gestão que requeria a separação administrativa de pessoal, de procedimentos e de instalações para os documentos utilizados pelos funcionários das *agencies* produtoras de documentos e para os documentos utilizados posteriormente pelos pesquisadores nos arquivos. Em segundo lugar, o conceito de valor probatório, enquanto claramente definido, destaca a estrutura e as funções da *agency* produtora de documentos como algo de significado especial, principalmente porque isso ajuda a documentar bem o ciclo de vida administrativo dos documentos. Em terceiro lugar, o conceito de valor informativo, que lida com

77 RADOFF, M. *What should bind us together*, p. 5, tradução nossa.

78 As ideias sobre a definição de valores aos documentos arquivísticos são sintetizadas por SCHELLENBERG, T. R. *Modern archives...*

79 KLUMPENHOUWER, R. *Concepts of value in the archival appraisal literature...*

a realidade externa ao funcionamento da *agency* original e do processo de gestão do ciclo vital, necessariamente exige uma definição da relativa importância de uma pessoa, lugar ou coisa que devem ser documentados, e na medida em que Schellenberg falhou ao oferecer tal definição, o conceito permanece vago e geral para ser útil.⁸⁰

Quanto ao estabelecimento de valores aos documentos, conquanto menos difundidas que as ideias de Schellenberg, é essencial citar as “categorias de valor” preconizadas por Brooks. No nosso entendimento, é certo que elas serviram de base para o desenvolvimento do conceito de Schellenberg aproximadamente 15 anos depois.

A primeira categoria de valor a ser considerada é, naturalmente, o valor que os documentos podem ter para a *agency* de origem. [...]. Em outra categoria de valor, estritamente relacionada ao uso administrativo, os arquivistas têm um interesse definitivo. Essa é a utilidade dos documentos para o estudo da história administrativa dos órgãos produtores de documentos. Tal valor é de interesse para os administradores posteriores que procuram por precedentes, para os cientistas políticos ou outras pessoas que querem estudar as operações da organização e para o arquivista, que deve preservar os interesses das *agencies*. [...]. Esse exame de categorias de valor já nos trouxe para o campo amplo e indefinível de “valor histórico”. A maioria das pessoas tem uma ideia bastante convencional da história, que se centra em grande parte em acontecimentos políticos e nacionais. É natural para alguém que pense em documentos históricos como aqueles poucos que possuem valor intrínseco como documentos além da importância das informações que eles contêm.⁸¹

Schellenberg é apontado, ainda, como um dos responsáveis pelo fomento da popularização da ideia de distanciamento entre os *records managers* e os *archivists*. Eamer-Goult⁸² entende que as ideias de Radoff acerca de uma profissão única que abranja as atividades desenvolvidas por *archivists* e *records managers* fracassaram a partir do momento em que Schellenberg – indiscutivelmente o mais influente arquivista americano – propôs uma conceituação dissemelhante. Em sua clássica obra *Modern archives: principles and techniques*, de 1956, Schellenberg realiza uma relevante abordagem sobre a importância da gestão dos documentos modernos e mostra-se adepto à intervenção dos arquivistas nas primeiras fases do ciclo vital, visto que dedica toda uma seção de sua obra – a qual consiste em sete capítulos –, intitulada “Administração de arquivos correntes”, ao assunto.

Os documentos das repartições (*public records*) são as provisões do moinho do arquivista. A qualidade dessa provisão é determinada pela maneira como os documentos são produzidos e mantidos durante o seu uso corrente, e como são descartados. A documentação sobre qualquer assunto [...] será mais adequada ou menos adequada, dependendo da maneira pela qual os documentos são produzidos e mantidos para uso corrente e do destino que se lhes dá depois de terminado aquele

80 KLUMPENHOUWER, R. *Concepts of value in the archival appraisal literature...*, p. 94, 95, tradução nossa.

81 BROOKS, P. C. *The selection of records for preservation*, p. 231, tradução nossa.

82 EAMER-GOULT, J. C. *Conceiving the records continuum in Canada and the United States*.

uso. As apreciações do arquivista quanto ao valor, é lógico, dependem da maior ou menor preservação dos documentos sobre determinado assunto; entretanto o modo pelo qual os documentos são mantidos para uso corrente determina a exatidão com que podem ser fixados os valores da documentação recolhida.⁸³

Contudo, constatamos que a posição do teórico sobre a participação dos arquivistas na gestão dos documentos modernos mais se aproxima de uma forma de garantir que eles se tornem arquivos permanentes “qualificados” em decorrência da determinação dos valores secundários pelos arquivistas. A divisão dos documentos em ativos e semiativos, primários e secundários, foi pautada por Schellenberg como a melhor solução para as questões que envolviam a gestão de documentos modernos na época. Contudo, faz-se substancial observar o entendimento de Parkinson sobre tal ruptura:

Ao distinguir *records* e *archives*, valores primário e secundário, Schellenberg foi capaz de estabelecer uma fronteira entre *records managers* e *archivists*, que se tornou um muro na década de 1960. *Records managers* eram guiados pelo imperativo da eficiência, *archivists* mudaram sua atenção para servir a fins educacionais. Embora ambas as profissões lidassem com o mesmo material, suas diferentes perspectivas pareciam renovar a distinção histórica entre os documentos administrativos e os arquivos históricos, que a teoria arquivística dos últimos cem anos havia tentado unir.⁸⁴

Investigando as análises realizadas por Schellenberg e Brooks acerca das diversas fases do ciclo vital dos documentos, podemos afirmar que Brooks possuía ideias bastante progressistas para o período. Esse autor estabelece que “todo o *life history* dos documentos é uma entidade contínua integrada” e que “é muito importante enfatizar as proximidades das duas profissões e a necessidade de cooperação”.⁸⁵

Cook,⁸⁶ ao comparar as proposições de Schellenberg e de Brooks, reconhece que a visão de Schellenberg evidencia a distinção entre *records* e *archives*, o que ocasiona um maior distanciamento entre *records managers* e *archivists*, em vez de acentuar as similaridades e interconexões. Ou seja, embora pareça existir uma retomada das “categorias de valor” de Brooks por Schellenbeg, este não a faz em um enquadramento integrado como aquele sugeria.

Ainda segundo Cook, o legado deixado por esse distanciamento cria problemas estratégicos em um mundo computadorizado, uma vez que documentos digitais necessitam de uma intervenção inicial dos *archivists*. Essa alegação constitui um ponto capital da presente obra, a qual será abordada no capítulo posterior.

83 SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos...*

84 PARKINSON, J. *Accountability in archival science*, p. 58-59, tradução nossa.

85 Brooks, Philip. *Current aspects of records administration*.

86 COOK, T. *Archives in the post-custodial world...*

Configuração do ciclo vital dos documentos: analogias e interpretações

A apresentação de análises e interpretações do ciclo vital dos documentos é crucial para a integral compreensão sobre a configuração da noção de ciclo vital. Constatamos que grande parcela das abordagens parte da histórica divisão entre *records* e *archives*, baseada na proposição de valores de Schellenberg, inclusive nos países que não possuem a tradição de ter dois profissionais distintos (*records manager* e *archivist*) no seu tratamento.

Podemos reputar como uma das características mais acentuadas do ciclo vital a utilização da metáfora da vida de um organismo biológico. Glenn Dingwall, proeminente arquivista canadense, defende que

essa metáfora é uma das que é mais frequentemente aplicada em conjuntos de objetos que possuem uma existência temporal definida pela ligação entre sua criação e extinção (nascimento e morte) e que experimentam uma mudança na natureza de suas propriedades (crescimento, amadurecimento e declínio) à medida que progridem pelas várias etapas entre essas fronteiras.⁸⁷

O americano Brien Brothman⁸⁸ é responsável por uma análise aprofundada no que concerne à metáfora da vida, que – conforme palavras do próprio autor – é a metáfora mais poderosa na organização de arquivos, fortemente presente na literatura acadêmica e profissional, inclusive nas políticas institucionais oficiais e nos manuais de gestão de documentos. O autor julga que imaginar a gestão de documentos dissociada dessa metáfora é praticamente impossível.

Um corolário quase inevitável à utilização da metáfora da vida está, tal qual discutido por Dingwall,⁸⁹ no uso de uma metáfora religiosa, a qual diz respeito aos casos em que documentos já cumpriram seus propósitos “em vida”. Elucidando o exposto, apontamos a utilização do termo “purgatório” por muitos autores que assentem com a existência de uma fase semiativa ou intermediária. O referido termo é empregado para designar o momento em que os documentos esperam por sua destinação final. Há também, seguindo a metáfora religiosa, o que James B. Rhoads⁹⁰ designa como “reencarnação”, que consiste no processo a que somente os documentos que têm sua preservação permanente garantida se submetem.

Schellenberg⁹¹ utiliza as duas metáforas em sua compreensão de ciclo vital. Para o autor, usando a metáfora da vida, a limitação da criação de documentos pode ser ponderada como uma espécie de “controle de natalidade” no domínio da administração de arquivos correntes. Fazendo uso da metáfora religiosa, ele reitera que o “controle de natalidade” exerce uma gerência parcial

87 DINGWALL, G. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era, p. 42, tradução nossa.

88 BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes...

89 DINGWALL, G., op. cit.

90 RHOADS, James Berton. *The role of archives and records management in national information systems: a Ramp study*.

91 SCHELLENBERG, T. R. *Modern archives...*

sobre o uso corrente dos documentos e ajuda a determinar os que devem ser destinados ao “inferno” do incinerador, ao “céu” de um arquivo permanente ou ao “limbo” de um depósito intermediário.

Em alusão às interpretações do ciclo vital dos documentos, que imprimem bastante influência em sua aplicação prática, usaremos a análise de Brothman⁹² e Santos⁹³ para atingir tal fim. Para Brothman, o ciclo vital pode ser compreendido de três formas distintas, porém fortemente entrelaçadas:

- 1) O ciclo de vida como uma metáfora ou analogia para os processos que integram a gestão de documentos – a criação, captura, manutenção, uso e disposição dos documentos; 2) o ciclo de vida como um cerco “ativo” ou “negociável”, “inativo ou dormente” e “morto ou aposentado”, ou as fases arquivísticas dos documentos; 3) a guarda de documentos como um significado social enfatizando ou atenuando a austera diferença entre a vida e a morte humana, mortalidade ou imortalidade, ausência e presença no ciclo de vida humano.⁹⁴

Santos investiga os vieses de interpretação advindos das inúmeras outras denominações para as fases ou idades em âmbitos nacional e internacional, que também são utilizadas como formas de classificação de documentos e dos arquivos onde estão armazenados. Para o autor, esses vieses podem ser quanto:

- à consulta e interesse da administração produtora: arquivo ativo, arquivo semiativo e arquivo inativo;
- à disponibilidade de consulta e interesse dos cidadãos e pesquisadores em geral: arquivo de gestão ou fase administrativa, pré-arquivo ou fase pré-arquivística e arquivo histórico ou fase histórica;
- ao local de armazenamento: arquivo setorial, arquivo de depósito ou central e arquivo público;
- à representatividade temporal da ação ao qual está vinculado e da instituição produtora: corrente, intermediário e permanente, uma das denominações mais aceitas internacionalmente.⁹⁵

Em consonância com os vieses discutidos por Santos e com a segunda e terceira acepções de Brothman, constatamos que, em diversos estudos analisados, há a predominância de abordagens que levam em conta aspectos temporais, de localização e frequência de uso – denominaremos “abordagem local-cronológica” –, os quais relacionam as fases arquivísticas a idades. Verificou-se que essa abordagem é bastante presente nos países que fazem um maior uso da teoria das três idades – caso do Brasil, em conformidade com o esclarecido anteriormente. Constatamos, também, uma segunda corrente, a qual aborda a aplicação prática do ciclo vital em concordância com os procedimentos e operações técnicas que integram a gestão de documentos, aproximando-se bastante da gestão de documentos, de acordo com a primeira acepção de Brothman.

92 BROTHMAN, B., op. cit.

93 SANTOS, V. B. dos. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos.*

94 BROTHMAN, B., op. cit., p. 237, tradução nossa.

95 SANTOS, V. B. dos., op. cit., p. 186.

Quadro 3 Abordagens de ciclo vital dos documentos

Abordagem	Características	Representantes
Local-cronológica	Fases correspondem a idades documentais que são estabelecidas a partir de aspectos temporais, de localização e de frequência de uso.	Aurelio Tanodi, Antonia Heredia Herrera, Elio Lodolini, Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, Concepción Mendo Carmona, Heloísa Bellotto e Yves Pérotin.
Procedimentos e operações técnicas de gestão de documentos	Fases correspondem aos procedimentos e operações técnicas da gestão de documentos.	Jay Atherton, James Rhoads e Ira Penn.

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito ao conjunto de estudos que têm como alicerce a abordagem local-cronológica, frisamos os de Aurelio Tanodi, Antonia Heredia Herrera, Elio Lodolini, Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, Concepción Mendo Carmona, Heloísa Bellotto e Yves Pérotin.

Tanodi,⁹⁶ em síntese, trata o ciclo vital em concordância com o prescrito na teoria das três idades. Para o autor, o ciclo está dividido nas fases *prechivalia*, que vai desde a criação do documento até o cumprimento da finalidade ou objetivo que lhe deu origem; *archivalia*, que é a fase em que os documentos já cumpriram sua finalidade e são conservados pelos órgãos que lhes deram origem por razões fiscais, contábeis ou técnicas; e *archivalia historica*, fase determinada pela perda de valor administrativo do documento e pela ampliação do interesse da sociedade nos documentos.

Abordagens convergentes são verificadas nas acepções das espanholas Heredia Herrera e Mendo Carmona, que também se mostram adeptas da teoria das três idades. Interessante se faz salientar a sistematização realizada por Heredia Herrera,⁹⁷ a qual relaciona atributos de tipo de arquivo, idade, valor, prazo de guarda e localização, conforme disposto no quadro 4. Para ela, em análise mais recente, a implementação dessa teoria nos países europeus requereu uma forte adequação, pois a teoria não era compatível com a realidade arquivística dos países. Desse modo, as etapas se adaptaram a espaços de custódia desiguais: para a primeira, os *archivos de oficina*; para a segunda, os centrais; para a terceira, os intermediários; e, ao final da terceira idade, os históricos, para os documentos de conservação permanente.⁹⁸

96 TANODI, A. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*.

97 HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*.

98 HEREDIA HERRERA, A. *Manual de archivística básica: gestión y sistemas*.

Quadro 4 Ciclo vital dos documentos de acordo com Heredia Herrera

	Arquivo	Idade	Valor	Duração	Local	
Etapa pré-arquivística	Gestão ou de oficina	Primeira	Primário	5 anos	Oficina ou dependencia produtora	Arquivo administrativo
Etapa arquivística	Intermediário	Segunda	I: Primário preferencialmente II: Primário e secundário	10-30 anos 30-50 anos	Arquivo central da instituição Arquivo fora da instituição	
	Histórico	Terceira	Secundário	Permanente	Arquivo histórico da instituição Arquivo histórico geral fora da instituição	Arquivo histórico

Fonte: adaptado de HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*

Mendo Carmona⁹⁹ compara o ciclo vital dos documentos a um ser humano e estabelece que ele possui três idades: corrente ou de formação; intermediária ou de juventude; e terceira ou permanente. Para a autora, essas três fases são aplicáveis aos documentos, pois, uma vez que eles são produzidos, sua vida passa por uma série de etapas que coincidem com os denominados documentos correntes, semicorrentes e não correntes.

Segundo a autora, o objetivo para a formulação do ciclo vital é garantir a presença dos arquivistas e dos métodos aplicados por esse profissional para que os documentos recebam tratamento adequado em cada uma das três idades. De acordo com ela, a teoria aclara as seguintes implicações:

- garantir a unidade e continuidade das intervenções do arquivista sobre os documentos de uma organização e permitir assim ter uma perspectiva das distintas idades e seus valores em cada fase;
- criar sistemas de arquivo dentro de cada administração e permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas, transferência e eliminação em uma política integral de arquivos.¹⁰⁰

Elio Lodolini, ao dedicar o segundo capítulo de sua obra *Archivistica: principios y problemas*, aborda as “três – ou quatro – fases” da vida dos conjuntos documentais e os problemas decorrentes da não uniformização terminológica. Para o autor, existem divergências quanto ao instante de formação dos arquivos correntes, segundo as tradições alemã e italiana, conforme disposto a seguir. Entretanto, percebe-se que os critérios utilizados são os mesmos e levam em conta, principalmente, a localização e o tempo de permanência dos documentos. Ao fazer menção à tradição alemã, Lodolini aborda o entendimento do teórico alemão Adolf Brennekke.¹⁰¹ Sintetizando as ideias propostas pelo autor, tem-se o “ciclo vital dos documentos” composto de três

99 MENDO CARMONA. Consideraciones sobre el método en archivística.

100 Ibidem, p. 40, tradução nossa.

101 BRENNEKE, A. apud LODOLINI, E. *Archivística: principios y problemas*.

fases, *Kanzlei*, *Registratur* e *Archiv*. A primeira e segunda fases – *Kanzlei* e *Registratur* – consistem nos momentos de produção, tramitação e arquivamento dos documentos dentro da entidade. Segundo Brenneke, a *Registratur* é:

uma parte de um órgão em que o conjunto de documentos, que se formou no transcurso de uma atividade institucional, é depositado segundo uma ordenação determinada, de modo que pode ser encontrado a qualquer tempo para ser reutilizado para as finalidades da referida atividade institucional.¹⁰²

Com base na noção de *Registratur*, Lodolini¹⁰³ elucida a distinção entre as tradições alemã e italiana. Na Alemanha, cada *expediente* é primeiramente tramitado e, só após, tem seu registro e classificação dados pela *Registratur*. Já na Itália, primeiro o documento é registrado e classificado e, posteriormente, é tramitado pela *oficina*. A fase denominada *Registratur* pode ser dividida em duas, o que Lodolini trata como *Registratur corrente* e *Registratur de depósito* (*Reponierte Registratur* e *Altregistratur*), na tradição alemã, ou *ufficio di registrazione* e *archivo intermedio*, consoante a tradição italiana.

O arquivo de depósito ou *Registratur de depósito* encontra-se, ainda, no órgão ou entidade que produziu os documentos, mas, em geral, em distribuições mais amplas que o próprio órgão: um arquivo de depósito ou *Registratur de depósito* recebe ordinariamente os documentos provenientes de muitos arquivos correntes ou *Registratur correntes*. [...]. Os documentos do “arquivo de depósito” ou *Registratur de depósito* são de uso menos frequente por parte do órgão ou entidade produtora: não obstante, podem, de vez em quando, ser ainda consultados em razão das necessidades ordinárias do serviço.¹⁰⁴

Por fim, quando concluídas as funções administrativas dos documentos, ocorre a seleção daqueles que serão eliminados e o recolhimento daqueles úteis para fins culturais aos arquivos históricos (*archivo definitivo* ou *archivo* em sentido próprio). Quanto aos obstáculos terminológicos, Lodolini afirma que existem tradições que não consideram arquivos – em sentido estrito – os documentos correntes e que, para esses, não há que se especificar definitivo ou histórico, posto que arquivos consistem apenas nos documentos que atingiram essa fase.

As contribuições de Lodolini para a interpretação do ciclo vital não se encerram no disposto, visto que seu reconhecimento está na atribuição de mais uma fase, o que é abalizado por muitos como uma quarta idade – utilizando-se como parâmetro a teoria das três idades. Para o autor, há mais uma fase de suma importância, que se encontra entre a fase denominada arquivo de depósito e a arquivo histórico: a fase arquivo intermediário (*prearchivo* ou *archivo intermédio*). Os nascimentos dos arquivos intermediários estão ligados ao aumento impetuoso do volume de documentos. Sintetizando as ideias de Lodolini, podemos certificar que sua noção de ciclo vital consiste em quatro fases: arquivo corrente, arquivo de depósito, arquivo intermediário e arquivo histórico.

102 Ibidem, p. 21, tradução nossa.

103 LODOLINI, E. *Archivística: princípios e problemas*.

104 Ibidem, p. 35-36, tradução nossa.

Quadro 5 Ciclo vital dos documentos de acordo com Lodolini

1 ^a fase	2 ^a fase	3 ^a fase		4 ^a fase
a) Arquivo corrente ou melhor: b) <i>Cancillería, logo registratura corriente</i>	Arquivo de depósito <i>Registratur de depósito</i>	Arquivo intermediário <i>Pearchivo</i>	Seleção	Arquivo histórico ou arquivo definitivo
				<i>Archivo</i>

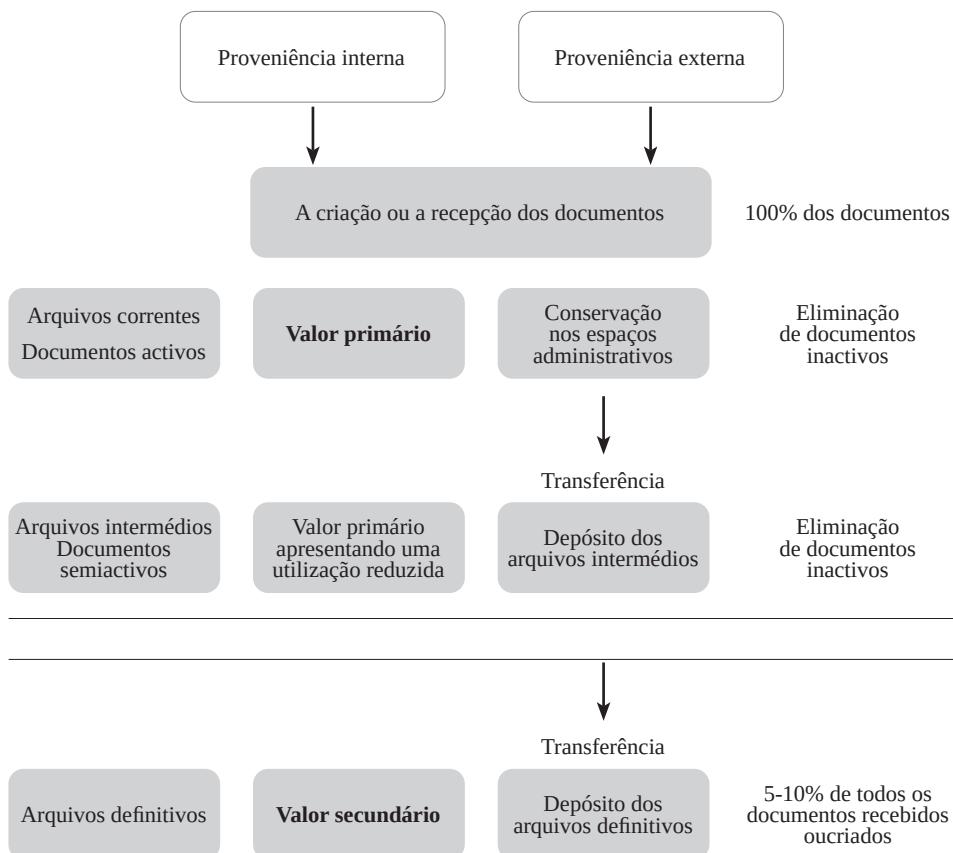
Fonte: adaptado de LODOLINI, E. *Archivística: principios y problemas*

Rousseau e Couture¹⁰⁵ estabelecem que a aplicação do ciclo vital tem como consequência a repartição do conjunto de arquivos em correntes (documentos ativos), intermediários (documentos semiativos) e definitivos (parte dos documentos inativos com valor de testemunho). Os arquivos correntes estão vinculados à tomada de decisão dos administradores, fato que justifica a guarda desses documentos de forma que sua recuperação seja rápida, a fim de que a informação contida seja eficaz. A parte que deve ser conservada para atender a fins administrativos, legais ou financeiros constitui os arquivos intermediários. Em virtude da dificuldade de disponibilização de espaços físicos para a guarda desses documentos nas organizações e a consequente necessidade de otimização de custos, a solução encontrada foi a sua retirada dos locais de trabalho e a transferência para centros de depósitos de arquivos.

Os autores ainda notabilizam quatro elementos para a administração eficiente de arquivos intermediários: o primeiro estabelece que eles permaneçam como propriedade exclusiva da unidade administrativa produtora; o segundo impõe que nenhuma alteração possa ser realizada na forma de organização dos documentos sem a expressa autorização da unidade administrativa; o terceiro remete à rapidez de acesso; e o quarto estabelece que, para a entrada de documentos nos arquivos intermediários, seja indispensável a utilização de uma tabela de temporalidade de destinação de documentos. Os arquivos definitivos consistem nos documentos guardados para fins culturais, patrimoniais ou de investigação e que possuem um valor de testemunho. As ideias dos autores acerca do ciclo vital dos documentos podem ser sintetizadas por meio do modelo evidenciado na figura 2.

105 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*.

Figura 2 O ciclo de vida dos documentos e os arquivos



Fonte: ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. Os fundamentos da disciplina arquivística

Para Bellotto,¹⁰⁶ “o ciclo vital dos documentos administrativos compreende três idades”. A primeira é a dos arquivos correntes, que se caracteriza pelos documentos produzidos durante o seu uso funcional, administrativo, jurídico, ou seja, a utilização está ligada às razões pelas quais foram criados. Adicionalmente, a autora estabelece que a permanência dos documentos nessa fase está ligada à tipologia/função dos documentos e principalmente a sua vigência. A segunda idade, denominada arquivo intermediário, abriga os documentos que já ultrapassaram seu prazo de validade jurídico-administrativo, mas ainda podem ser utilizados pelo produtor. A última é chamada de arquivo permanente, quando os documentos são preservados e conservados definitivamente, a fim de a custódia “velar” pelo patrimônio documental.

O entendimento quanto à equivalência do ciclo vital aos procedimentos e operações técnicas integrantes da gestão de documentos torna-se cristalino quando analisamos as interpretações do canadense Jay Atherton e dos

106 BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*, p. 23.

americanos James B. Rhoads e Ira A. Penn. Cabe ressaltar que Rhoads e Penn restringem seus entendimentos aos chamados “documentos administrativos”, enquanto Atherton acentua a relevância dos arquivos ditos históricos. Para Atherton,¹⁰⁷ atendo-se aos contextos americano e canadense, a teoria do ciclo vital parte da premissa de que é possível a divisão da vida do documento em oito estágios distintos, os quais são separados igualmente por duas fases, a *records management phase*, que consiste nas etapas:

- criação ou recebimento de informações em forma de documentos;
- classificação dos documentos ou de suas informações em algum sistema lógico;
- manutenção e uso dos documentos;
- destinação por meio da destruição ou recolhimento para um arquivo (*archives*).

E, sucessivamente, pela *archival phase*, cujas etapas são:

- seleção/aquisição dos documentos por um arquivo (*archives*);
- descrição dos documentos em inventários, instrumentos de pesquisa e similares;
- preservação dos documentos e, porventura, da informação neles contida; e
- referência e uso da informação por pesquisadores e estudantes.

Já James B. Rhoads, em um dos artigos mais expressivos do estudo *Records and archives management program* (Ramp), define o ciclo vital dos documentos:

que é, do seu “nascimento”, através de sua “vida” produtiva como meio de realizar as funções da organização, até a sua “morte” ou destruição, quando todos os propósitos úteis já foram alcançados, ou a sua “reencarnação” como arquivos, caso justifique uma preservação permanente. Esses interesses resultam em três fases, que podem ser definidas como (1) criação, (2) uso e manutenção e (3) destinação.¹⁰⁸

Penn et al.¹⁰⁹ explicam que o ciclo vital dos documentos considera que a informação registrada tem uma vida, similar à de um organismo biológico, que nasce (fase de criação), vive (fase de manutenção e uso) e morre (fase de destinação). Os autores entendem que os vários procedimentos que compõem as fases são inter-relacionados. Como exemplo, os documentos vitais estão correlacionados a elementos de segurança, e a temporalidade está relacionada à avaliação e à destinação.

A compreensão do ciclo vital dos documentos, no atual contexto, especialmente no que se relaciona à gestão de documentos digitais, revela uma gama de novas interpretações, adaptações e rejeições totais ou parciais. Antes de aprofundarmos nossa pesquisa com relação a tais pormenores, o que será realizado em seções posteriores, cabe prosseguir com o que entendemos constituir abordagens que ainda reconhecem a relevância do conceito de ciclo vital.

¹⁰⁷ ATHERTON, J. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management – archives relationship.

¹⁰⁸ RHOADS, James Berton. *The role of archives and records management in national information systems...*, p. 54, tradução nossa.

¹⁰⁹ PENN, I. A. et al. *Records management handbook*.

Verificamos, analisando estudos mais recentes, um distanciamento das abordagens local-cronológica e de gestão de documentos para entendimentos que apontam para um tratamento fundamentado na responsabilidade que os atores (custodiadores) exercem sobre os documentos. Em um dos produtos do projeto InterPARES, a canadense Martine Cardin exterioriza a forma com que o ciclo vital é compreendido pelo projeto:

A definição do InterPARES divide o ciclo de vida dos documentos em duas fases, a primeira acontece quando os documentos estão sob posse do criador e a segunda quando os documentos estão sob posse do preservador. Quais ações são tomadas sobre os documentos – e o mais importante, quem as realiza – são elementos chave da noção de ciclo vital do InterPARES.¹¹⁰

Complementando as abordagens anteriores, o foco na responsabilidade sobre os documentos mostra-se de uma pertinência relevante no contexto da gestão de documentos digitais. Em acréscimo a esse entendimento, Cardin demonstra a importância das funções de criação e manutenção, utilizando valorosa lição de Duranti:¹¹¹

Como resultado, pode ser visto que o ciclo vital dos documentos, como definido pelo InterPARES, “implica uma mudança de responsabilidade sobre os documentos, do criador para o preservador”, e que o ciclo vital é baseado, em parte, no uso dos documentos, “e consequentemente no propósito das atividades executadas nos documentos e na pessoa responsável por essas atividades, o criador ou preservador”. Além disso, como destacado anteriormente, tanto a criação quanto a manutenção são ações que são realizadas pelo criador durante a primeira das duas fases do ciclo vital dos documentos. As duas diferenças essenciais entre manutenção e preservação, então, estão no fato de a preservação ser realizada na segunda fase do ciclo vital do documento pelo preservador, não pelo criador, e para diferentes propósitos e usos.¹¹²

Constatamos que o ciclo vital dos documentos foi amplamente disseminado e utilizado internacionalmente. Suas características mais marcantes, já explicitadas ao longo desta seção, são facilmente identificadas nas abordagens e interpretações expostas. Sobrelevamos, também, a flexibilidade do conceito no que se refere à quantidade de fases/idades e suas respectivas denominações, refletindo, de certa forma, as diversas tradições de cada país ou, consoante Marques¹¹³ define, “demandas práticas contingenciais”.

¹¹⁰ CARDIN, M. Part two – records creation and maintenance: domain 1 task force report, p. 15, tradução nossa.

¹¹¹ DURANTI, L. *The concept of the records life cycle*, powerpoint presentation, slide 14 apud CARDIN, M., op. cit., p. 15.

¹¹² CARDIN, M. Part two – records creation and maintenance..., p. 15, tradução nossa.

¹¹³ MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*.

Relações com a teoria das três idades

A identificação do marco histórico que ilustra o surgimento da teoria das três idades no âmbito do fazer arquivístico e, também, dos atores responsáveis pela sua enunciação não alcança unanimidade na área. Segundo Silva et al,¹¹⁴ “o apodítico princípio das três idades pode ter tido origem na Itália, no início do século XX, por meras razões práticas de instalação de documentos”.

É frequente a atribuição de sua criação ao historiador belga Carlos Wyffels,¹¹⁵ em 1972. Tal fato, conforme constatado na maior parte dos estudos que fazem essa atribuição, deve-se à clássica e respeitada obra de Antonia Heredia Herrera, *Archivística general: teoría y práctica*, em que a autora atribui a Wyffels a formulação dessa teoria.

Wyffels, em 1972, apresentou sua teoria de três idades dos documentos que daria lugar a diferentes categorias de arquivo. Tal teoria está relacionada com a ideia e realidade de que o documento não é algo morto ou inativo, mas que tem uma vida própria. Este ciclo vital, como outros, contempla depois do nascimento, o crescimento, o decrescimento e a morte.¹¹⁶

Já em nossa pesquisa, constatamos que o primeiro teórico a fazer menção às três idades, no contexto da gestão de documentos arquivísticos, foi o francês Yves Pérotin em 1961, em artigo intitulado “L’administration et les ‘trois ages’”.¹¹⁷ O francês Bruno Delmas¹¹⁸ defende que “foi nesse contexto que, em 1961, Yves Pérotin, arquivista do município de Paris, formulou a teoria das três idades dos arquivos”. Já o canadense Caya explica que:

Yves Pérotin formulou o conceito de três idades para o mundo em língua francesa em 1961, em um artigo publicado na revista *Seine et Paris*. Propondo os termos “arquivos correntes”, “arquivos intermediários” e “arquivos permanentes”, exortou arquivistas para se concentrarem primeiro no contexto de produção dos documentos, antes da sua transferência aos arquivos, de forma a melhor controlar a avaliação.¹¹⁹

Assinalamos que a gestão em três fases arquivísticas distintas não é fruto das ideias de Perótin, visto trabalhos realizados por Margaret Norton – já referenciados nesta seção –, no estado de Illinois, na década de 1930. Cabe imputar ao autor a associação dessas fases ao conceito do ciclo vital dos documentos, inclusive ao dar continuidade à metáfora da vida de um organismo biológico, ao utilizar “idades”, e também na delimitação da quantidade dessas, que se restringiram a três.

Significativo salientar a posterior tradução desse artigo para o inglês¹²⁰ e sua publicação na revista *The American Archivist* em 1966. A relevância denota-se tamanha julgando-se pelo observado na nota de rodapé da primeira

114 SILVA, A. M. da et al. *Arquivologia*..., p. 207.

115 WYFFELS, C. *Archives contemporaines et dépôts intermédiaires*.

116 HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general: teoría y práctica*, p. 173, tradução nossa.

117 PEROTIN, Y. *L’administration et les ‘trois ages’ des archives*.

118 DELMAS, B. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*, p. 65.

119 CAYA, M. *La théorie des trois âges en archivistique*..., tradução nossa.

120 PÉROTIN, Yves. *Administration and the “three ages” of archives*.

página do artigo, a qual frisa o descumprimento de uma política do periódico de evitar a publicação de artigos já constantes em outros periódicos, mesmo que traduzidos. A mesma nota atribui ao membro do conselho editorial, Ernst Posner, o reconhecimento do excepcional mérito de Pérotin. No referido artigo, Pérotin discorre acerca da concepção de três idades:

A *primeira idade* não apresenta grandes problemas teóricos. A única exigência é que os *bureaus* mantenham bons documentos e produzam dossiês que não sejam arquivados com papéis inúteis. Esses dossiês e o restante dos documentos correntes devem ser mantidos em uma boa ordem. [...]. A *segunda idade*, deve-se dizer, é definitivamente mais difícil. Nós temos visto que a administração, nesta fase, muitas vezes tem uma tendência em não reconhecer a sua prole. Ela os expulsa prematuramente de seus lares ou casas e os coloca em porões sob condições deploráveis. Os serviços de arquivo, por seu lado, hesitam em aceitar os documentos nesta fase, que – devidamente classificados – poderiam estar sob o uso dos *bureaus*, já que ainda não podem ser disponibilizados ao público, não estão bem acondicionados e que são, portanto, muito complicados. A *terceira idade* fica totalmente a cargo dos serviços de arquivo. Os administradores, porém, não são completamente estranhos a ele: eles têm colaborado na eliminação preliminar, impondo quais são seus documentos que demandam conservação e expondo seus pontos de vista com autoridade sobre o valor dos documentos. Por outro lado, eles permanecem sempre como os clientes privilegiados dos arquivos, assim garantindo excelência na documentação retrospectiva.¹²¹

Para Llansó Sanjuan,¹²² a importância da formulação do conceito de três idades documentais é a garantia da presença dos métodos arquivísticos em cada uma das idades. Para o autor, as três idades podem ser admitidas como:

- a) primeira idade: circulação e tramitação dos assuntos iniciados. A documentação faz parte dos arquivos correntes e é de uso frequente;
- b) segunda idade: o documento ou dossiê referente a um assunto deve ser conservado, sujeito à consulta ou uso como pano de fundo de forma pouco frequente. É a fase do arquivo intermediário, em que o valor primário decresce na mesma proporção em que aumenta o valor secundário;
- c) terceira idade: o documento adquire valor permanente, de maneira que seu uso será unicamente por seu valor cultural ou de investigação. Sua conservação será definitiva.¹²³

Quanto à influência da teoria das três idades na teoria e prática arquivística, podemos assegurar que essa é enorme. Sua popularidade é enfatizada por Rousseau¹²⁴ da seguinte forma:

Pode constatar-se nas obras sobre arquivística que o conceito das três idades, que caracteriza a organização e o tratamento de arquivos, tem cada vez mais adeptos no plano internacional. Não é exagerado afirmar que, geralmente, onde os arquivos recebem um mínimo de atenção, isso é feito com base nas três idades.¹²⁵

121 Ibidem, p. 368-369, tradução nossa.

122 LLANSÓ SANJUAN, J. *Gestión de documentos: definición y análisis de modelos*.

123 Ibidem, p. 34, tradução nossa.

124 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*.

125 Ibidem, p. 126-127.

Na esfera nacional, tal qual observado por Santos,¹²⁶ podemos atestar que a teoria das três idades está institucionalizada, particularmente, por meio da legislação. A lei n. 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências, apregoa em seu artigo 8º uma espécie de classificação para os documentos públicos e para os arquivos, realizada conforme os pressupostos da teoria das três idades.

Art. 8º – Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º – Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º – Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores, por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º – Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.¹²⁷

Podemos atribuir a Schellenberg uma grande parcela da responsabilidade na divulgação do conceito do ciclo vital no Brasil. As obras do autor podem ser reputadas como de substancial relevância para o desenvolvimento da arquivologia brasileira, especialmente pela incipiente publicação de literatura especializada no período. Acentuamos as traduções das obras *Public and private records: their arrangement and description*, em 1963, e *Modern archives: principles and techniques*, por Nilza Teixeira, em 1973.

Em conformidade com o observado por Marques,¹²⁸ as contribuições de Schellenberg não se restringem às traduções de suas obras, mas também podem ser verificadas pela sua visita, em 1960, quando, a convite do Arquivo Nacional, ministrou cursos e palestras e produziu um relatório a respeito dos problemas arquivísticos do governo brasileiro, publicado no mesmo ano, na série de publicações técnicas, sob o título *Archival problems of the federal government of Brazil*. Dentre as recomendações presentes em seu relatório, Schellenberg frisa a importância da coordenação dos arquivos correntes pelo Arquivo Nacional, para a defesa dos documentos públicos modernos.

Ao analisar as relações entre os dois conceitos, podemos evidenciar o disposto no *Dictionary on archival terminology* (DAT III) do International Council on Archives (ICA), o qual legitima tal correspondência ao externar o termo inglês *life cycle* como sinônimo para *théorie des trois ages* – francês – e *ciclo vital de los documentos* – espanhol. Ademais, o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística* (2005) define a teoria das três idades como “teoria segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras

126 SANTOS, V. B. dos. *A teoria arquivística a partir de 1898...*

127 BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991.

128 MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*.

e a identificação de seus valores primário e secundário”.¹²⁹ Essencial se faz notar a remissiva “ver também”, a qual aponta para o termo “ciclo vital dos documentos”, definido como “sucessivas fases por que passam os documentos de um arquivo, da sua produção à guarda permanente ou eliminação”.¹³⁰

Com o objetivo de compreender se os conceitos são realmente equivalentes e sinônimos, tal qual frequentemente abordados, buscamos explorar estudos que explicitam as relações entre um e outro. Dentre esses, destacamos o entendimento de Rousseau e Couture, que reflexionam as três idades como períodos integrantes do ciclo de vida. Para os autores:

A arquivística reparte assim a vida do documento de arquivo em três períodos: os de atividade, de semiactividade e de inactividade. [...]. O conceito de ciclo de vida transforma um conjunto de documentos quantitativamente demasiado importante, desmedido em relação aos meios de que se dispõe para se lhe fazer face, em subconjuntos que apresentam diferentes características. Isto facilita uma redistribuição dos documentos que compõem o conjunto e deixa entrever uma problemática que é então possível abordar com pragmatismo e alguma hipótese de sucesso.¹³¹

Santos,¹³² ao analisar o ciclo vital dos documentos como uma determinante contribuição à fundamentação teórica da arquivologia, ressalta que muitas vezes é possível observar na literatura a adução de uma relação de sinonímia entre o ciclo vital e a teoria das três idades. Corroborando o entendimento do autor, adotamos o posicionamento de que os conceitos, apesar de complementares, são distintos. Logo, fundamentado na análise manifesta, reconhecemos que a teoria das três idades consiste em uma interpretação do conceito de ciclo vital, sobretudo no que concerne à sua aplicação prática.

Considerações sobre a história e a epistemologia da arquivologia

Antes de iniciar nossa exposição, salientamos que não tivemos como propósitos nesta seção: a discussão sobre o caráter técnico ou científico da arquivologia; a identificação do processo histórico associado ao campo dos arquivos e documentos; e a delimitação de princípios, conceitos ou modelos teóricos de maior ou menor relevância – visto que há notáveis pesquisas que os abordam de forma mais eficaz e primorosa.

Para fins de uma contextualização mais adequada, realizaremos uma breve análise da história e da epistemologia arquivística, a fim de que se torne possível identificar um contexto mais amplo e mais bem definido em que o ciclo vital e a teoria das três idades estão inseridos. Araújo,¹³³ ao analisar o campo epistemológico da arquivologia, cita a importância da existência de diferentes

129 ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, p.160.

130 Ibidem, p. 47.

131 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*, p. 111.

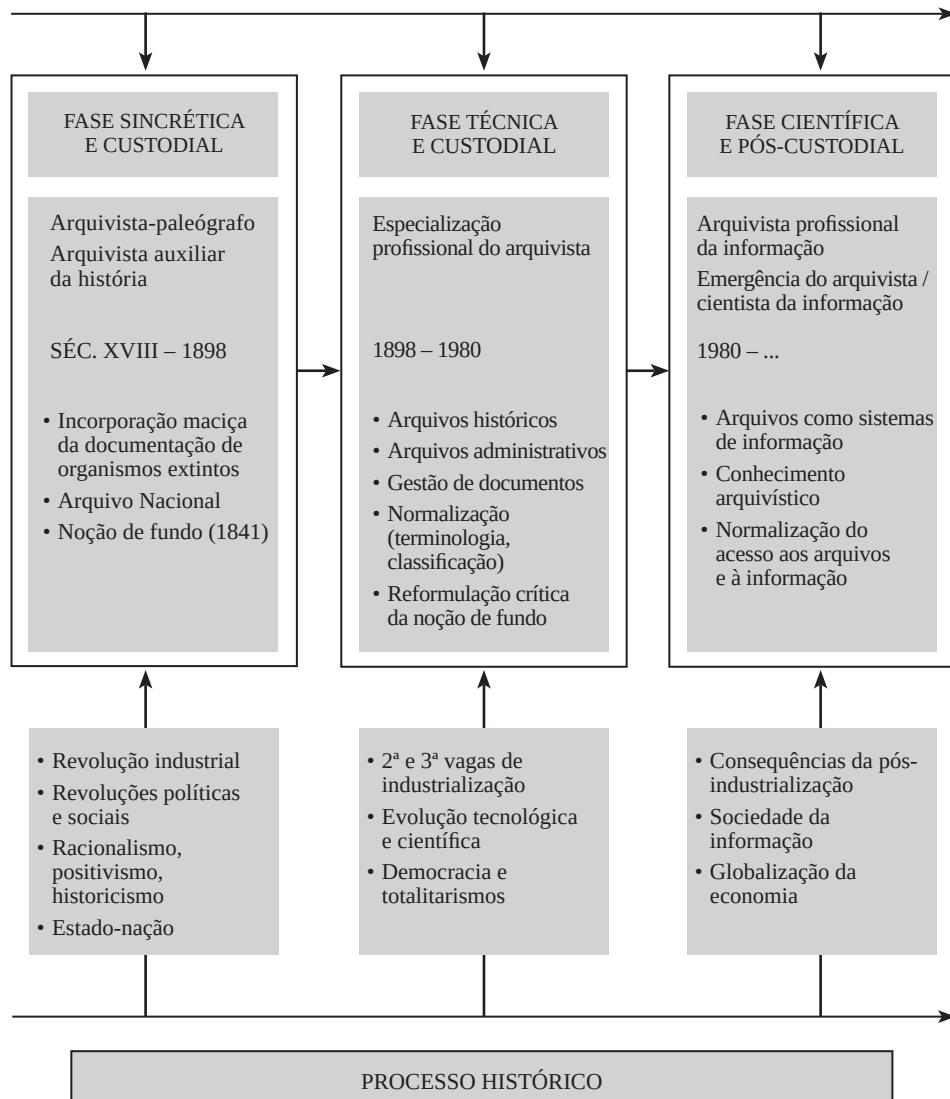
132 SANTOS, V. B. dos. *A teoria arquivística a partir de 1898...*

133 ARAÚJO, C. A. Á. Epistemologia da arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas.

mapeamentos e sistematizações sobre o campo, posto que trazem descobertas de pontos de aproximação.

Um valoroso estudo sobre a trajetória da arquivologia é o de Silva et al.¹³⁴ Os autores distinguem três fases da produção de conhecimento arquivístico sob critérios que levam em conta seu estatuto científico e o binômio custódia/acesso:¹³⁵ sincrética e custodial (do início do século XVIII a 1898); técnica e custodial (de 1898 à década de 1980) e científica e pós-custodial (a partir da década de 1980). Apresentamos um detalhamento da sistematização na figura 3.

Figura 3 Processo informacional relativo aos arquivos



Fonte: SILVA et al. Arquivologia: teoria e prática de uma ciência da informação

134 SILVA, A. M. da et al. *Arquivologia...*

135 ARAÚJO, C. A. Á, op. cit.

Araújo também identifica outras relevantes sistematizações, como a de Lopes,¹³⁶ o qual reconhece três principais correntes do pensamento arquivístico empregando como critério o foco de preocupação e a inserção geográfica: arquivologia tradicional, o *records management* e a arquivística integrada.

Em relação às sistematizações realizadas por diversos pesquisadores, singularmente no que correspondem às divergências quanto à delimitação da quantidade de períodos e quanto aos critérios utilizados para a denominação de cada um desses, acreditamos que esse fator não seja passível de inquietação, uma vez que a opção por uma ou outra sistematização não será realizada com base nesses enfoques. Nossa foco está nos acontecimentos históricos e nas abordagens teóricas, com o fim de melhor situar o ciclo vital dos documentos. Marques, utilizando a lição de Delsalle,¹³⁷ esclarece:

Todavia, qualquer tentativa de esquematização do pensamento arquivístico internacional seria inócuia, sobretudo se considerada cronologicamente, como nos lembra Delsalle. A ciranda arquivística, não linear, multidimensionada entre indivíduos, instituições e documentos representativos de saberes e poderes interdiscursivos, é permeada por tendências diversas, conforme as muitas perspectivas dadas por e para esses agentes em interação.¹³⁸

Já que não é nossa finalidade identificar todas as sistematizações realizadas, utilizar-nos-emos da proposta de Schmidt¹³⁹ que, em nosso entendimento, melhor se adequa às razões expressidas anteriormente. Com embasamento nas compreensões e sistematizações dos mais expressivos autores da área – pela literatura italiana, Eugenio Casanova e Elio Lodolini; pela alemã, Adolf Brenneke; pela francesa, Robert-Henri Bautier; pela americana, John Ridener; pela portuguesa, Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro; e pela espanhola, José Ramón Cruz Mundet – a autora define os períodos que integram a história da arquivologia: arquivologia clássica, arquivologia moderna e arquivologia contemporânea.

Quanto ao primeiro período, denominado arquivologia clássica, tem-se o estabelecimento de um campo científico que possui como marco a publicação do *Manual de arranjo e descrição de arquivos*, de Samuel Muller, Feith e Fruin – conhecido como *Manual dos arquivistas holandeses*. Schmidt indica quais são as contribuições centrais do aludido manual:

Contudo, foi através dele que estes princípios teóricos [princípios da proveniência e da ordem original], gradualmente evoluídos e aperfeiçoados ao longo de anos anteriores, foram mais divulgados e concebidos enquanto enunciados fundamentais. Ademais, outro elemento que justifica a “cientificidade” da arquivologia a partir do *Manual dos [arquivistas] holandeses* é o que alguns teóricos da área definem como “autonomia” perante outras áreas do conhecimento, como a paleografia, a bibli-

136 LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*.

137 DELSALLE, Paul. *Une histoire de l'archivistique*.

138 MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*, p. 302.

139 SCHMIDT, C. M. dos S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*.

teconomia e a diplomática, por exemplo. Isto é: a afirmação de teorias e princípios próprios.¹⁴⁰

Schmidt consente que o conhecimento transmitido por meio do *Manual dos arquivistas holandeses*, em concordância com a apreensão de Kuhn sobre a evolução das ciências, estabeleceu os primeiros paradigmas para a arquivologia. Cabe frisar, de acordo com a autora, que esses paradigmas se materializaram em métodos de ensino e sustentaram as bases teóricas da área. Além do referido manual, concerne evidenciar os estudos de Hilary Jenkinson, Eugenio Casanova e Adolf Brenneke. Sintetizando as contribuições desses pensadores, baseadas principalmente nos princípios da proveniência e da ordem original, bem como na ideia de organicidade, Schmidt¹⁴¹ conclui que esses “podem ser considerados os expoentes da arquivologia clássica, principalmente por consolidarem em seus países o *fazer* e o *saber* dos arquivos sob o pilar do conhecimento científico”.

Após uma breve ilustração do que constituiu a arquivologia clássica, abordaremos o período que mais interessa ao escopo desta seção – a arquivologia moderna. Vale notabilizar que a presente seção externa uma análise superficial quanto às abordagens teóricas do período, visto que se vislumbra unicamente expor as propriedades preponderantes do contexto histórico-epistemológico em que o conceito do ciclo vital dos documentos está inserido.

Quanto ao segundo período, seu início ocorre após a Segunda Guerra Mundial e se estende até o final da década de 1980, tendo como locais de maior distinção os Estados Unidos e a Austrália. Para Schmidt, a atribuição de “moderna” refere-se à grande importância dada aos documentos administrativos, despontados do grande volume de documentos produzidos pelas novas organizações, os quais eram intitulados pelos teóricos do período como “documentos modernos”. Concomitantemente, o contexto histórico é marcado pelos acontecimentos:

É um tempo no qual a gestão administrativa, aliada às inovações tecnológicas, ganha fôlego e demanda novas atitudes por parte da arquivologia e seus profissionais. Desta maneira, a literatura da área se expande, criam-se periódicos, associações profissionais, legislação específica, organismos internacionais para pensar políticas para os arquivos e cursos universitários de formação.¹⁴²

Na arquivologia, verifica-se, especialmente nos Estados Unidos, o surgimento de abordagens que trazem à tona o *records management*, que redireciona o foco para a avaliação dos documentos modernos. Percebemos a eclosão dos conceitos de *record group* e do ciclo vital, a utilização de critérios para a estipulação de valores aos documentos e a consolidação do binômio *archives* e *records*, culminando, consequentemente, na secessão entre os profissionais *archivists* e *records managers*. Já na Austrália, destacam-se os trabalhos realizados por Ian Maclean no contexto do Commonwealth Archives Office (CAO), em 1961, e os trabalhos de cunho contestador de Peter S. Scott, articulador do sistema de séries.

140 SCHMIDT, C. M. dos S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico...*, p. 112.

141 Ibidem, p. 125.

142 Ibidem, p. 147.

Assinalamos que, embora seja de suma importância para o desenvolvimento da arquivologia, a teoria australiana não foi propagada da mesma forma que a teoria norte-americana. Trataremos da trajetória da arquivologia australiana, acentuando suas particularidades essenciais, no capítulo três desta publicação. Por meio do quadro abaixo, ilustramos as principais abordagens teóricas concernentes à arquivologia moderna.

Quadro 6 Abordagens teóricas – arquivologia moderna

Abordagem	País/Localização	Período	Características	Representantes
<i>Records e archives; records management</i>	Estados Unidos da América	A partir de meados da década de 1940	Foco na avaliação, <i>record group</i> , teoria ciclo vital, gestão de documentos, <i>archives</i> e <i>records</i> , <i>records manager</i> e <i>archivists</i> , “documentos modernos” – administrativos, valor primário e secundário	Schellenberg, Ernst Posner, Philip C. Brooks
Sistema de séries	Austrália	A partir da década de 1960	Sistema de séries, crítica ao <i>archive group</i> e ao <i>record group</i>	Peter Scott, Ian Maclean

Fonte: SCHMIDT, C. M. dos S. Arquivologia e a construção do seu objeto científico...

Ciclo vital dos documentos no âmbito da arquivologia

Contextualizando os conceitos abordados na primeira seção deste capítulo – processo evolutivo das ciências, paradigma e matriz disciplinar –, tendo em vista a trajetória e consolidação do conceito de ciclo vital de documentos, temos o intuito, nesta seção, de identificar como esse conceito se comporta no âmbito da teoria e prática arquivísticas e de que forma autores da área reconhecem sua relevância. A fim de cumprir tal propósito, faremos um breve percurso pela trajetória da arquivologia, utilizando como embasamento estudos alusivos aos seus fundamentos teóricos e epistemológicos.

Nosso objetivo é situar o ciclo vital dos documentos e a teoria das três idades no campo histórico e epistemológico da arquivologia, buscando identificar suas relações com sua matriz disciplinar, observar se o ciclo vital perfaz a condição de um conceito fundamental ou, ainda, um paradigma da arquivologia, e analisar como possíveis mudanças paradigmáticas na área podem culminar em substituições ou invalidações de princípios, conceitos e teorias existentes.

Conforme mencionado na seção anterior, constatamos que, no cerne do período denominado arquivologia moderna, indubitavelmente está o conceito do ciclo vital dos documentos e, por conseguinte, sua interpretação mais renomada: a teoria das três idades. Sua relevância e aplicação não se restringem apenas ao período delimitado nem à localização geográfica em que se desenvolveu – Estados Unidos.

Sobre o ciclo vital dos documentos, com fundamento no referencial utilizado, podemos asseverar que: esse conceito, ou paradigma, perpassa um vultoso lapso temporal – aproximadamente setenta anos –, perdurando resis-

tente à ascensão de novos paradigmas, que, em alguns casos, atuam como um verdadeiro contraponto ao ciclo vital; e mesmo sob as tradições de vários países, o conceito foi amplamente utilizado, difundido e interpretado, de modo a se condicionar especificamente a cada necessidade prática.

Podemos concluir, com base nos estudos analisados, que o ciclo vital dos documentos integra a base teórica e metodológica da arquivologia. Como justificativa ao disposto, Rousseau e Couture estabelecem:

Há em arquivística três princípios que constituem o fundamento da disciplina. Trata-se do princípio da territorialidade, do princípio do respeito aos fundos ou princípio da proveniência e da abordagem das três idades. Utilizados desde o final do século XIX e sobretudo no século XX, constituem a própria base da arquivística moderna.¹⁴³

Em seguida, os autores complementam:

O ciclo de vida dos documentos de arquivo apresenta-se, pois, como um dos fundamentos da disciplina arquivística. Os conceitos e as noções em que assenta, quer se trate das três idades, das noções de valor primário e de valor secundário, são outros tantos fatores determinantes que vêm estabelecer com precisão, por via de consequência, os modelos de organização específicos dos arquivos correntes, dos arquivos intermédios e dos arquivos definitivos. Para os arquivos, o ciclo de vida está no próprio coração da integração das intervenções do arquivista numa arquivística global.¹⁴⁴

Por sua vez, Bellotto defende o ciclo vital dos documentos e a teoria das idades como princípios da arquivologia:

Os princípios básicos da arquivística são suficientes para demonstrar o quadro daquelas características: o da organicidade, o da proveniência, o da unicidade, o da indivisibilidade ou integridade, o da cumulatividade, o das três idades ou do ciclo vital dos documentos com o peso dos respectivos valores atribuídos a cada estágio deste ciclo.¹⁴⁵

A espanhola Mendo Carmona alega que a arquivologia, na qualidade de ciência, se baseia em dois princípios: o da proveniência, formulado no século XIX, e o do ciclo vital dos documentos, que se consolidou no século XX.

Marques destaca a relevância da teoria das três idades para a arquivologia ao ressaltar o consenso teórico trazido para a área, apesar de possuir um caráter fortemente contingencial – visto que o conceito se molda em concordância com as necessidades práticas de cada país.

É importante lembrar que a concepção dos arquivos intermédios, (re)inaugurando a teoria das três idades, traria certo consenso teórico para o pensamento arquivístico internacional, embora a sua aplicação seja contingencial, de acordo com as concepções de arquivo que se tem em cada país.¹⁴⁶

143 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*, p. 52.

144 Ibidem, p. 125.

145 BELLOTTO, H. L. A especificidade da informação arquivística, p. 25.

146 MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*, p. 109.

De outro modo, Silva et al. entendem que a teoria das três idades acarretou uma ruptura da unidade disciplinar da arquivologia, uma vez que “a agilidade, o imediatismo e o economicismo, que são características da administração contemporânea, conduziram ao desenvolvimento de novas unidades”, os chamados arquivos intermediários, *prearchives* ou *records centers*. Na concepção dos autores, devido a razões meramente pragmáticas, o desenvolvimento dessas unidades contribuiu para uma desagregação dos sistemas de arquivo.

A chamada “teoria das três idades”, encarada de uma forma simplista, passou a acarretar um risco, que foi o de se confundir um mero “estratagema” operativo com um princípio que consagra – e, para muitos, passou a justificar – a separação efectiva do que não é estruturalmente divisível. A existência de serviços complementares e de depósitos múltiplos torna-se comprehensível face à dificuldade em reunir num só espaço físico toda a documentação arquivada por uma mesma entidade produtora. Contudo, a separação intelectual dos arquivos não pode ser justificada por essa separação material.¹⁴⁷

A partir da visão de Silva et al., depreendemos uma crítica à observação estrita à essência pragmática do conceito. Não há dúvida de que o conceito do ciclo vital dos documentos emerge de um contexto específico, intimamente conectado com a organização de documentos e com o objetivo de oferecer soluções práticas para os problemas apresentados na época. Elucidando essa correlação, Silva faz uma análise acerca da natureza técnica dos princípios arquivísticos:

Essa forma pragmatista de organização documental e os procedimentos funcionais administrativos em larga escala provocaram um grande efeito no que concerne à arquivologia, já que as três idades dos arquivos vêm de forma hermética apresentar um ciclo que se torna perigoso, pois os arquivos correntes, os arquivos intermediários e os arquivos permanentes colocam a arquivologia condicionada a aspectos descritivos e extremamente práticos na realidade funcional, através de princípios arquivísticos que são apontados como pilares epistemológicos.¹⁴⁸

Ademais, ao abordar o caso específico do conceito do ciclo vital dos documentos, o autor estabelece:

O ciclo vital traz uma atividade que preconiza a ação instrumental, porque demonstra a utilização de um interesse que se justifica na organização documental, na estrutura administrativa e nas circunstâncias institucionais que o cercam [...]. Desse modo, a concepção *prático-vital* orienta uma ação do saber-fazer do agir funcional instrumental, em uma circularidade de que se baseia em diretrizes e que se subdivide em três ações do ciclo vital do processo operatório da arquivologia, as quais podem ser compreendidas como idades documentais.¹⁴⁹

Nesse enquadramento, Marques¹⁵⁰ entende que “a teoria das três idades é, portanto, um exemplo emblemático de que o pensamento arquivístico é fundamentado nas reflexões oriundas das práticas de organização e gestão de

147 SILVA, A. M. da et al. *Arquivologia...*, p. 155.

148 SILVA, L. E. F da. *Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de cientificidade*, p. 42.

149 Ibidem, p. 100.

150 MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*, p. 110.

documentos”. Embora já aclarando algumas críticas ao ciclo vital e à teoria das três idades, frisamos que, nesse ponto, temos o intuito unicamente de notabilizar o caráter técnico e contingencial de ambos. As referidas críticas se restringem a quesitos pragmáticos. Abordaremos no próximo capítulo, consoante os objetivos desta publicação, críticas relativas às possíveis limitações impostas pelo ciclo vital frente à nova realidade de produção e uso de documentos arquivísticos.

Retomando os períodos definidos por Schmidt como integrantes da história da arquivologia, é basilar externarmos nossa compreensão de que eles não se pautam apenas pelas ideias que apareceram ou que predominaram em determinado período. Observamos que a sistematização realizada por Schmidt evidencia as principais abordagens teóricas da arquivologia, relacionando-as a acontecimentos históricos.

No entanto, é clara a assimilação de que abordagens, princípios, teorias e conceitos, na esfera das ciências sociais e humanas, não se restringem a um período delimitado ou a uma localização geográfica específica. Conforme examinado por Marques, as tendências e as tradições internacionais coexistem e se complementam. Como exemplo, podemos utilizar a publicação do *Manual dos arquivistas holandeses*, abalizado como o precursor da arquivologia clássica e que teve sua publicação no Brasil apenas na década de 1960, período marcado pela arquivologia moderna.

Como exemplo pragmático, salientamos o deslinde do americano Harold Pinkett em relação à teoria arquivística norte-americana:

Concluindo, deve ser notado que a teoria arquivística norte-americana não existe como um formulado corpo sistemático de ideias. Essa é essencialmente uma agregação de ideias delineadas de aplicações e amplamente aceitas pelos princípios arquivísticos europeus, e de conceitos práticos desenvolvidos para lidar especialmente com as necessidades da administração americana e com as tradições democráticas.¹⁵¹

Cook entende que a história da arquivologia não cumpre uma evolução linear, a qual possui correntes de pensamento exclusivas. Para o autor,

a história da arquivologia é uma rica colagem de camadas sobrepostas, de ideias contraditórias que existem simultaneamente ou até mesmo de forma mesclada, de pensadores que apresentam diferenças quanto à ênfase mais que quanto às ideias fundamentais, de pensadores que mudam suas ideias sob a emergência de novas circunstâncias, de velhas ideias que aparecem em novos disfarces e em novos lugares.¹⁵²

Partindo da premissa de que as ideias de Kuhn sobre o desenvolvimento das ciências – haja vista sua vigorosa relação com as ciências naturais – não se aplicam integralmente às ciências sociais e humanas, temos como consequência a não vinculação estrita do desenvolvimento da arquivologia às fases do processo evolutivo das ciências. Segundo Marques e Rodrigues,¹⁵³ devido ao

151 PINKETT, H. American archival theory: the state of the art, p. 222, tradução nossa.

152 COOK, T. Archives in the post-custodial world..., p. 47, tradução nossa.

153 MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais.

fato de a arquivologia possuir um feitio social, não se torna possível a sua redução a um único paradigma que possa condicionar seu *status* científico.

Isso se justifica pela não ocorrência da total suplantação de uma tradição, tendência, conceito ou teoria predecessoras, por um novo paradigma. Em conformidade com Marques e Rodrigues, os paradigmas no plano da arquivologia são dinâmicos e coexistem, visto que a evolução da disciplina não passou por momentos estanques.

Temos, portanto, no caso da arquivologia, a existência de “paradigmas concorrentes”. Recorrendo à ideia de mundos distintos de Barros,¹⁵⁴ em que o contato dos pesquisadores com realidades sociais desiguais é determinante para a visão teórica que conforma sua maneira de pensar, temos na arquivologia a possibilidade de escolha de paradigmas e posicionamentos teóricos – dentre vários – pelos pesquisadores, o que possibilita o estabelecimento de uma comunicação de mundos distintos.

Dessa forma, ao relacionar o exposto nesta seção aos conceitos discutidos na anterior, concluímos que o ciclo vital dos documentos integra a matriz disciplinar da arquivologia, de modo a compreender aspectos incontestes da área. Ademais, conforme a primeira noção apregoada por Kuhn, verificamos que o ciclo vital pode ser entendido como um paradigma *lato sensu* para a disciplina. Acentuamos a importância dos exemplares da disciplina que são fundamentados na noção de ciclo vital e das três idades documentais, uma vez que eles se apresentam como soluções-padrão para problemas de ordem prática e são responsáveis por sua propalação.

154 BARROS, J. D. A., op. cit.



Novas abordagens e tendências na arquivologia

Limitações do ciclo vital dos documentos

Neste capítulo, exploraremos o atual panorama da arquivologia, sobretudo no que se refere ao apontamento de novas abordagens, tendências ou paradigmas para a disciplina – como as denominadas arquivologia pós-custodial, arquivologia pós-moderna, arquivologia contemporânea etc. Realizada essa etapa, analisaremos a possibilidade de aplicação das perspectivas do ciclo vital dos documentos perante a nova realidade de produção e uso de documentos arquivísticos, principalmente ao apreciarmos as facetas subjacentes aos documentos digitais e ao universo a eles relacionado.

Em vista disso, recorreremos aos estudos realizados por Boaventura de Sousa Santos, relativamente à crise do paradigma dominante e às propriedades precípuas do paradigma emergente; por Terry Cook, tido como um dos primordiais prenunciadores de um novo paradigma no campo da arquivologia; pelos autores portugueses, que propõem uma maior aproximação com a ciência da informação; e por estudiosos canadenses, estadunidenses e australianos, que passam a contestar enfoques tradicionais e propor uma reconfiguração de princípios e fundamentos teóricos da arquivologia.

Posteriormente, abordaremos como se dá a utilização do conceito do ciclo vital dos documentos e, ainda, da teoria das três idades no domínio do “novo jogo” que desponta, o qual exterioriza novas regras e perspectivas advindas pelos documentos digitais e culmina em questionamentos de respeitáveis pensadores da arquivologia sobre possíveis suscetibilidades e limitações.

Verificamos no capítulo anterior que o ciclo vital dos documentos foi utilizado ao longo de todo o período conhecido como arquivologia moderna e que integra a base teórica e metodológica da arquivologia. Notabilizamos que o conceito é de grande relevância e aplicação até os dias de hoje, muito em virtude do fato de ter servido como base para a configuração da prática da área.

Entretanto, a partir das diversas transformações que serão abordadas neste capítulo, verificamos a manifestação de incertezas e indagações quanto à sua integral aplicação às novas formas de produção, uso e disseminação de documentos, singularmente no que tange às peculiaridades dos documentos digitais.

Cenário atual: a emergência do novo paradigma

uma mudança no âmbito paradigmático da arquivologia está de fato ocorrendo, e vai crescer em intensidade no novo século para desafiar a maneira como os arquivistas pensam e fazem seu trabalho.¹

A partir das décadas de 1970 e 1980, verificamos na arquivologia um redirecionamento da área para exigências ligadas às transformações sociais e tecnológicas ocorridas no período. As recentes formas de produção e uso da informação arquivística trouxeram novos questionamentos teóricos e práticos para a área, sobretudo no que corresponde aos objetos, métodos e princípios teóricos.²

Esse período de transição de paradigmas, conforme caracterizado por Boaventura de Sousa Santos, expressa-se pela crise do paradigma dominante. Na arquivologia, é uma tarefa árdua definir quais são os paradigmas em voga e qual é o exato momento em que essa crise se inicia, já que não podemos destacar um evento ou data responsável pelo desencadeamento de incertezas. Já no terreno das ciências, Santos elege a mecânica quântica do físico Albert Einstein como a causadora de um “rombo” no paradigma atual, haja vista a desconstrução da simultaneidade universal do tempo e do espaço absolutos de Newton. Pertinente observar que a crise do paradigma vigente é pautada por sua evolução, que avançou a um nível de conhecimento capaz de problematizar suas bases, ou como Santos³ estabelece: “o aprofundamento do conhecimento permitiu ver a fragilidade em que se funda”.

Outra questão elementar quanto ao paradigma que se manifesta está na incerteza da previsão de como ele será, posto que qualquer tentativa de caracterização é apenas uma especulação. Boaventura de Sousa Santos o denomina “paradigma pós-moderno”, frisando que ainda está em construção e que deve ser capaz de lidar com condições que não se apresentam mais de forma cristalina para a modernidade.

Nesse ângulo, tendo em vista o caso específico da arquivologia, realçaremos alguns estudos expressivos sobre a eclosão de um novo paradigma. Exporemos as modificações responsáveis por ocasionar a crise do paradigma antecessor ou vigente; propostas de reconfiguração e reformulação de princípios, fundamentos teóricos e métodos; e novas abordagens e tendências.

Thomassen et al.,⁴ ao analisarem o desenvolvimento da arquivologia em concordância com as etapas estabelecidas no processo de evolução das ciências de Kuhn, sugerem a emergência de um “novo paradigma”, o qual sucederá o clássico – arquivologia clássica. Esse novo paradigma aparece em virtude do advento das tecnologias da informação e da comunicação no início da década de 1980 e está relacionado ao fato de a “ciência normal”, junto ao seu conjunto de

1 COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo..., p. 124.

2 JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia...

3 SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*, p. 54.

4 THOMASSEN, T. et al. The development of archival science and its European dimension.

tradições existentes, não conseguir integrá-las. A primeira revolução científica da arquivologia se deu no final do século XIX, com a publicação do *Manual dos arquivistas holandeses*, e teve na Europa seus principais representantes. Já no caso da segunda revolução científica, a qual o autor denomina novo paradigma, a América do Norte é apontada como o local de maior notoriedade.

Hugh Taylor é indicado por Thomassen et al. como o primeiro teórico a reconhecer que os impactos causados pelas tecnologias da informação e comunicação não eram apenas técnicos, nem se tratavam de um mero “ajuste tecnológico”. Esses impactos consistiriam em uma mudança paradigmática na arquivologia. No clássico artigo “Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift?”, de 1987, oriundo da primeira conferência anual da Association of Canadian Archivists (ACA), Taylor trata o impacto ocasionado pelas tecnologias como uma ruptura, ou uma mudança de paradigma, determinada pelas transformações da cultura, dos documentos, do computador, do usuário e do arquivista.

Quanto ao objeto, ao objetivo e à metodologia do novo paradigma, Thomassen et al. afirmam que é uma tarefa bastante difícil de descrever, uma vez que os autores se veem em meio ao acontecimento de uma possível “revolução científica”. Entretanto, o autor reconhece a necessidade de se arriscar para tentar estabelecer quais são essas características precípuas:

O objeto do novo paradigma da arquivologia é o que eu chamo: *process-bound* da informação, que é: informação gerada por processos de trabalho e organizada de modo a permitir a recuperação contextual com o contexto desses processos como ponto de partida. [...]. É um objeto duplo, pois se refere à informação arquivística e ao seu contexto de criação, os documentos criando processos. [...]. O objetivo vai além da acessibilidade. É o que eu poderia chamar de qualidade arquivística, que está para a transparência, a força e a estabilidade duradoura do vínculo entre a informação e a criação dos processos de trabalho. A metodologia consiste no estabelecimento, na manutenção e na análise da autenticidade, confiabilidade e fidedignidade dos documentos.⁵

Heather MacNeil, ao ressaltar o alerta feito por Taylor em 1987 sobre uma mudança paradigmática para a área, certifica que a direção dessa transfiguração se tornou mais clara com o passar do tempo. Para a autora, essa mudança está ligada a uma maior reaproximação entre a teoria e os métodos da arquivologia, a qual se iniciou quando novas observações, inexplicáveis nos termos da abordagem anterior, começaram a causar tensões. MacNeil explica que:

A mudança de paradigma que está ocorrendo no mundo arquivístico tem sido provocada por inúmeros desenvolvimentos sociais, tecnológicos e profissionais, que têm posto em discussão, se não em crise, algumas das principais tendências relacionadas à natureza e ao valor dos arquivos. Nós tivemos de repensar o papel social das instituições arquivísticas públicas, agora que as mudanças de atitude em relação ao direito à informação dos cidadãos desgastaram seu *status* especial como fontes públicas de informação sobre o funcionamento do governo. Tivemos que reexaminar a teoria arquivística sobre a natureza dos documentos, bem como os métodos de arranjo e descrição desses, à luz da maneabilidade e transitoriedade da informação eletrônica, da

5 Idem, tradução nossa.

dependência dos sistemas aos *softwares* e *hardwares* e do fracasso da tecnologia da informação em compreender e proteger a integridade dos documentos criados nesses sistemas. Por fim, fomos forçados a pensar mais profundamente acerca dos padrões profissionais, o que torna cada vez mais claro que a nossa falta de visão comum está inibindo nossa habilidade de realizar objetivos profissionais.⁶

Para a portuguesa Fernanda Ribeiro, o novo paradigma – o qual intitula “paradigma informacional, científico e pós-custodial” – está inserido no contexto da era da informação e no quadro da revolução digital. A autora enuncia uma série de faculdades desse novo paradigma, das quais salientamos:

- constatação do incessante e natural dinamismo informacional, oposto ao “imobilismo” documental, traduzindo-se aquele pelo trinómio criação/selecção natural/acesso-uso, e o segundo, na antinomia efémero *versus* permanência;
- imperativo de indagar, compreender e explicitar (conhecer) a informação social, através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes, em vez do universo rudimentar e fechado da prática empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente “assépticos” ou neutrais de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- alteração do actual quadro teórico-funcional da actividade disciplinar e profissional por uma postura diferente, sintonizada com o universo dinâmico das ciências sociais e empenhada na compreensão do social e do cultural, com óbvias implicações nos modelos formativos dos futuros profissionais da informação.⁷

Corroborando o ponto de vista adotado nesta pesquisa, Thomassen et al. abordam as relações entre o paradigma vigente e o novo, defendendo que aquele não será totalmente abandonado ou substituído por este. De acordo com os autores, o “novo paradigma” traz à tona uma nova orientação e uma extensão de domínio que abrange o anterior. Dessa forma, o novo paradigma passa a englobar o anterior, redirecionando o foco quanto ao objeto, objetivo e metodologia da arquivologia para questões ligadas à nova realidade, sem abandonar o disposto no paradigma anterior, o qual permanecerá válido para lidar com implicações ocasionadas pelo contexto anterior.

Quanto à nomenclatura dada a esse novo paradigma no domínio da arquivologia, notamos que os termos “pós-custodialismo” e “era pós-custodial” são bastante utilizados para designar o conjunto de novas abordagens surgidas desde então. Constatamos que o termo pós-custodialismo foi utilizado pela primeira vez por F. Gerald Ham, no artigo intitulado “Archival strategies for the post-custodial era”, de 1981. Nesse artigo, o autor analisa as novas formas de registro, uso, armazenamento e disposição da informação e sugere que os arquivistas precisam ter habilidade para se adaptar e formular estratégias para lidar com as oportunidades e problemas trazidos pela revolução tecnológica.⁸

6 MACNEIL, H. Archival theory and practice: between two paradigms, p. 7-8, tradução nossa.

7 RIBEIRO, F. A arquivologia como disciplina aplicada no campo da ciência da informação, p. 64.

8 HAM, F. Archival strategies for the post-custodial era.

Percebemos, após a demonstração de alguns entendimentos convergentes – Hugh Taylor, Heather MacNeil, F. Gerald Ham, Fernanda Ribeiro –, certo consenso quanto à defesa de uma possível mudança paradigmática na arquivologia. Dentro desse contexto, podemos destacar a relevância da abordagem conhecida como arquivologia pós-moderna e o papel exercido pelo teórico Terry Cook, que pode ser reputado como seu precursor e principal representante. A escolha por uma abordagem pós-moderna é justificada pelo autor pela constatação de que vivemos em uma era pós-modernista, devido ao conjunto de transformações que estão ocorrendo, e isso necessariamente afeta os arquivos. Os arquivistas devem começar a especular como e por que, e mudar adequadamente suas formulações da arquivologia. Para ele, o foco deverá ser:

Processo em vez de produto, se tornando em vez de ser, dinâmico em vez de estático, contexto em vez de texto, refletindo tempo e lugar em vez de absolutos universais: são estas agora as palavras de ordem pós-modernas para analisar e entender ciência, sociedade, organizações e atividades empresariais, entre outros. Elas deveriam também se tornar as palavras de ordem para a arquivologia no novo século e, assim, o fundamento de um novo paradigma conceitual da profissão.⁹

Cook¹⁰ também trata da matéria referente ao embate do paradigma atual com o seu antecessor e argumenta que as ideias pós-custodiais e pós-modernistas não pretendem abandonar os princípios arquivísticos clássicos. O foco está em transformar a forma de se garantir a evidência dos documentos, que ocorrerá na substituição da tradicional custódia física por uma abordagem conceitual, do produto para o processo.

Julgamos primordial exprimir o que Cook¹¹ entende como os grandes temas relacionados às modificações em ascensão e, também, às suas ideias quanto a possíveis ressignificações de alguns conceitos teóricos básicos da arquivologia no futuro. Para tanto, utilizaremos, complementarmente, a interpretação realizada por Fonseca¹² acerca das ideias de Cook, as quais a autora julga como fundamentais para a inserção da arquivologia em um mundo pós-moderno:

1. mudança nas razões pelas quais os arquivos devem ser preservados: essa alteração desloca as razões de preservação dos arquivos de uma justificativa jurídico-administrativa para uma sociocultural;
2. mudança no modo pelo qual os arquivistas tentam preservar documentos como evidências autênticas e confiáveis de atos e transações: vê-se, nesse prisma, uma transformação de perspectiva do princípio da proveniência, antes ligado à estrutura e ao lugar e agora relacionado à função e atividade, tornando a proveniência mais intelectual que física;
3. novas formulações para os princípios e conceitos da arquivologia: a teoria arquivística se baseia agora na análise dos processos de criação

⁹ COOK, T. Arquivologia e pós-modernismo..., p. 147.

¹⁰ COOK, T. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and post-modernist era.

¹¹ COOK, T. Archives in the post-custodial world...

¹² FONSECA, M. O. K. *Arquivologia e ciência da informação*.

dos registros, mais do que nas metodologias de arranjo e descrição de documentos custodiados em instituições arquivísticas. Dessa forma, tem-se as seguintes adaptações:

- a. documentos: as partes componentes dos documentos – estrutura, conteúdo e contexto. Tradicionalmente assentadas em um meio físico único, estão agora divididas em diferentes espaços de armazenagem de dados. Um documento deixa de ser um objeto físico para se transformar em um objeto conceitual de informação;
 - b. arquivos: não são mais considerados reflexos de uma determinada e estática ordem física de acumulação, nem lugares de armazenamento de documentos velhos. Eles se tornarão virtuais, “arquivos sem paredes”, existentes na Internet para facilitar o acesso ao público;
 - c. arranjo e descrição: passam a se concentrar menos nos documentos e nos arquivos como entidades físicas e mais na compreensão dos contextos que serão enriquecidos pelas múltiplas inter-relações e usos dos documentos;
 - d. avaliação: deixará de ser uma avaliação com base no valor potencial de pesquisa, para se transformar em uma macroavaliação de funções, programas e atividades do criador de documentos;
 - e. preservação: o foco na reparação, conservação e salvaguarda do meio físico em que estava o documento será substituído pelo foco nas migrações e emulações contínuas dos conceitos e inter-relações que agora definem os documentos e fundos virtuais;
4. arquivista: deve ser um mediador ativo na formação da memória coletiva por meio dos arquivos;
 5. a arquivologia não é universal nem imutável: a teoria arquivística não deve ser vista como um conjunto imutável de leis, nem, de forma linear, constituída a partir de um consenso universal. Ao contrário, é uma mistura de diversos elementos, sobrepostos e até contraditórios.

Dentre as abordagens ditas pós-custodiais, evidenciaremos em nossa pesquisa o modelo australiano *records continuum*. Upward¹³ atesta que, ao dedicar seu interesse à abordagem pós-custodial, começou a se questionar quanto ao papel do *continuum* dentro desse “jogo” já estabelecido e como os processos de *recordkeeping* e de administração de arquivos serão quando a localização do material tiver menos importância que o seu acesso; quando os documentos não precisarem mais seguir por fronteiras claras dentro do espaço ou tempo para serem partes de arquivos; e quando o reconhecimento de que os documentos existem no espaço-tempo, não no espaço e no tempo, for mais intuitivamente assimilado por qualquer praticante. Tais inquirições, para o autor, nos remetem a um cenário que exige uma invenção de novas regras para esse novo “jogo”, que terá como resultado significante uma repadrãoização do conhecimento.

13 UPWARD, F. In search of the continuum: Ian Maclean’s “australian experience” essays on recordkeeping.

Limitações do ciclo vital dos documentos

um dos problemas da arquivologia contemporânea é o de se limitar aos princípios e à teoria das três idades. Se agregarmos a estes a valorização do conteúdo informacional dos documentos, estar-se-á no caminho da construção de novos paradigmas.¹⁴

Os questionamentos quanto à validade do ciclo vital dos documentos não nasceram durante a década de 1980, período marcado pelo início de grandes inovações tecnológicas, uma vez que verificamos um forte embate entre os *records managers* e os *archivists* desde a década de 1940. Rousseau e Couture¹⁵ perguntam-se, sob o enquadramento da atuação profissional, quanto ao binômio *records* e *archives* e o possível enfraquecimento da arquivologia pela sua divisão em duas vertentes. Tal cisão é clara quando analisados os primeiros esforços realizados na integração dos dois campos na década de 1950 e 1960, em conformidade com o mencionado nas seções anteriores. O canadense Hugh Taylor aborda esse binômio e a consequente ruptura no tratamento dos documentos:

Eu gostaria de sugerir que na realidade não há uma cisão entre o documento “corrente” e o “arquivístico” e que isso é uma ficção do método histórico. Há uma necessidade do governo e do público de recuperação efetiva e de um treinamento arquivístico que reconheça esse *continuum* e que poderia oferecer especialistas em informação de calibre apropriado para trabalhar em ambos [...]. Essa ação tiraria o profissional desse “desvio histórico” e o colocaria de volta aos níveis administrativos de *Record-keeping*.¹⁶

Ademais, podemos apreender resquícios do asseverado até nos dias de hoje, visto as associações de profissionais dos Estados Unidos e do Canadá inglês, o primeiro possuindo a American Records Managers and Administrators (Arma) e a SAA e o segundo possuindo associações assemelhadas à Arma e a Association of Canadian Archivists (ACA). Rousseau e Couture acentuam nesse contexto a região conhecida como Canadá francês, a qual possui a Association des archivistes du Québec (AAQ), que representa as duas categorias de profissionais. Concluímos que os questionamentos de Rousseau e Couture sintetizam o posicionamento adotado nesta pesquisa:

Será que uma integração completa das duas ordens de preocupação não seria mais oportuna e susceptível de garantir uma grande viabilidade arquivística? Uma profissão unificada, onde estivessem reconciliados o *records management* e a arquivística tradicional, não estaria melhor equiparada para se desenvolver, crescer e atingir a plenitude do potencial que a disciplina arquivística oferece? Uma profissão que integrasse as duas vertentes da arquivística não estaria em melhor posição para se comparar às outras profissões da informação e para reivindicar o lugar que lhe é devido?¹⁷

Fato novo, durante as décadas de 1970 e 1980, seria a análise quanto ao caráter fracionado e engessado do ciclo vital e da teoria das três idades que é reproduzido na gestão, em razão da limitação em fases ou idades e na específica

14 LOPES, Luis Carlos. *A nova arquivística na modernização administrativa*.

15 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*.

16 TAYLOR, H. A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift?, p. 34, tradução nossa.

17 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C., op. cit., p. 220.

definição dos procedimentos e operações vinculados a cada etapa. Aliado a isso, tem-se a tentativa, por parte de arquivistas, da aplicação prática do conceito ao recente uso e tratamento dos documentos digitais. Acreditamos que esses empreendimentos de ordem prática implicaram incertezas quanto à aplicação do ciclo vital, culminando em diversas proposições de soluções para os problemas surgidos.

Verificamos, nesse período, a gênese de correntes compostas por teóricos de posições convergentes, singularmente americanos, canadenses e australianos. No Canadá, os primeiros estudos concernentes ao impasse criado pelo distanciamento das abordagens focadas nos *records* e *archives* se iniciaram na década de 1970. Luís Carlos Lopes,¹⁸ um grande adepto das ideias manifestadas pelos estudiosos do Canadá francês, declara que os arquivistas de Québec ocupam lugar de realce nas discussões, especialmente com a utilização da revista *Archives*, da Association des Archivistes du Québec (AAQ), como ferramental de difusão dessas ideias. Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, ao analisarem o ciclo vital dos documentos, defendem uma “arquivística integrada”, a qual possui três objetivos precípuos:

- garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo, permitindo, assim, uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário;
- permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos;
- integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo.¹⁹

Além da abordagem integrada, destacam-se os trabalhos dos teóricos do Canadá inglês. Jay Atherton²⁰ inicia sua análise do ciclo vital dos documentos a partir da seguinte perquirição: o *records management* consiste apenas na primeira fase da metodologia arquivística ou a preservação dos arquivos permanentes é simplesmente a sua última etapa? Analisando o atual contexto de produção e uso dos documentos digitais, o autor reconhece que não é mais possível separar as etapas do ciclo vital devido à natureza e à volatilidade da informação registrada.

O autor utiliza como exemplo a função criação, a qual se torna um processo continuado em vez de um único evento no tempo. Isso significa que o documento provavelmente será alterado várias vezes durante o período de uso administrativo. Quanto à avaliação e à etapa arquivística de arquivo permanente, o autor sugere que também serão processos continuados, porque o profissional que atua no arquivo permanente não pode esperar e deve estar envolvido mesmo antes da criação dos documentos.

Adicionalmente, o autor ressalta a implementação da legislação de acesso à informação no plano do governo canadense como uma forte pressão

18 LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*.

19 ROUSSEAU, J.; COUTURE, C., op. cit., p. 70.

20 ATHERTON, J. From life cycle to continuum...

externa exercida sobre as abordagens arquivísticas tradicionais, o que está estreitamente relacionado ao fomento da noção de *accountability*.²¹ Devido ao estabelecimento de requisitos legais para acesso a informações públicas, cidadãos passaram a ter direito de acesso a documentos que ainda estavam em pleno uso administrativo. Desse modo, a distinção formal entre as fases ativa, intermediária e inativa mostrava-se vaga, na visão do autor. No que se refere ao ciclo vital dos documentos, Atherton assinala que

o conceito tem sido útil na promoção de um senso de ordem e de uma abordagem sistemática para a integral gestão da informação registrada. Entretanto, a estrita aderência a esses princípios minou qualquer tendência de uma maior cooperação e coordenação entre os *archivists* e os *records managers*. Isso ignora as muitas maneiras em que as operações de *records management* e *archives* estão inter-relacionadas, até mesmo entrelaçadas. Pode ser conveniente em uma grande burocracia, na tentativa de esclarecer os papéis e as responsabilidades, delineando cuidadosamente essas funções. Isso pode ser também contraprodutivo. O *archivist* realmente não exerce um papel que serve ao criador dos documentos? O *records manager* realmente não tem responsabilidade na identificação do valor permanente de documentos ou no serviço aos pesquisadores?²²

Tendo em vista tal reflexão, Atherton propõe a substituição do ciclo vital dos documentos por um modelo mais simples e unificado que consiste em quatro, em vez de oito estágios.²³ No modelo idealizado pelo autor, as primeiras duas fases são as mesmas do modelo do ciclo vital: criação ou recepção do documento e sua posterior classificação dentro de um sistema pré-determinado. A terceira fase consiste no estabelecimento de prazos para uma posterior aplicação de tabelas de temporalidade. A última consiste na manutenção e uso dos documentos, quer seja junto ao órgão produtor, a um depósito intermediário ou a um arquivo definitivo. Para Atherton, todas as fases são inter-relacionadas, formando um *continuum* em que tanto *records managers* quanto *archivists* estarão envolvidos em graus variados na contínua gestão da informação registrada.

Complementarmente, Atherton dispõe sobre os objetivos em comum que são compartilhados pelos dois profissionais: a efetiva gestão da informação registrada ao longo de todas as fases do *continuum*, da criação à destinação. A cooperação entre um e outro ensejará a garantia da criação de documentos adequados, contendo a informação pertinente dentro do formato apropriado; a organização de documentos e de seus conteúdos a fim de que seja facilitada a sua disponibilidade; a disponibilização de documentos somente para as pessoas que

21 Sobre o termo *accountability*, optamos pela sua não tradução com base no disposto em PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. *Accountability*: já podemos traduzi-la para o português? Nessa obra, os autores defendem que o conceito envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo, e que a sua tradução para o português também está ligada à própria consecução de uma verdadeira cultura de *accountability*, que, no Brasil, ainda está em construção.

22 ATHERTON, J., op. cit., p. 47, tradução nossa.

23 Verificar no capítulo 1, em “Configuração do ciclo vital dos documentos: analogias e interpretações”, a interpretação de Jay Atherton sobre o conceito do ciclo vital dos documentos.

possuam o direito de acessá-los; a sistemática destinação de documentos que não são mais necessários; e a proteção e preservação da informação pelo tempo que lhe for preciso.

Nesse ponto, assinalamos como precursoras e de extrema importância as ideias do canadense Jay Atherton. O autor é um dos responsáveis por exprimir a noção de *continuum* dentro da arquivologia, utilizando o termo para designar o “relacionamento simbiótico” entre os *records managers* e os *archivists*.

Quanto ao impacto das tecnologias da informação sobre os princípios e técnicas da arquivologia, Dollar identifica três generalizações sobre variações, as quais o autor denomina “imperativos tecnológicos”: a natureza mutável da documentação, a natureza mutável do trabalho e a natureza mutável da tecnologia.

Quanto ao primeiro aspecto, o autor sugere que os documentos perderam uma característica marcante, a linearidade. Desse modo, os documentos digitais trazem uma nova qualidade, a hipermídia, que os organiza de “tal modo que o leitor possa percorrer por todo o documento em busca da informação sobre um tópico particular ou sobre outros documentos sem seguir qualquer sequência óbvia”.²⁴

O segundo imperativo tecnológico está conectado à automação do trabalho e à menor intervenção humana nos processos. Quanto ao terceiro, a própria tecnologia, Dollar sobreleva o caráter impetuoso de sua evolução, de modo a não permitir que as pessoas assimilem a tecnologia existente antes da aparição de uma nova.

Em relação ao ciclo vital dos documentos, nosso objeto de análise, Dollar²⁵ confirma que um dos efeitos da tecnologia da informação foi o redescobrimento da “área comum” entre o que os *archives* e o *records management* compartilham. Para o autor, essa “área comum” consiste em três conceitos fundamentais: integridade, destinação e acesso.

Um importante estudo sobre o impacto das novas tecnologias sobre as práticas arquivísticas foi o do americano Philip Bantin. Atinente ao ciclo vital, Bantin²⁶ alega que esse conceito claramente define o que vai ser realizado e quem vai ser responsável durante cada fase. Exemplificando, na fase corrente, os criadores dos documentos têm a responsabilidade sobre a gestão, embora os *records managers* estejam envolvidos em vários pontos. Na intermediária, o *records manager* responsável pelo arquivo intermediário assume a maior responsabilidade na gestão. Finalmente, na fase permanente, o *archivist* assume o papel principal na preservação, descrição e promoção do acesso aos documentos. Bantin admite que o ciclo vital serviu para uma estrita demarcação das responsabilidades entre as profissões de *archivist* e *records manager*, principalmente na América do Norte.

24 DOLLAR, C. M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações, p. 5.

25 DOLLAR, C. M. Archivists and records managers in the information age.

26 BANTIN, P. C. Strategies for managing electronic records...

No mesmo sentido do entendimento de Bantin, David Bearman reitera que o ciclo vital dos documentos pode ser rejeitado, pois tem seu foco na custódia e nas operações técnicas e faz distinções desnecessárias entre *records* e *archives*. Para o autor, “isso levou a uma paraprofissionalização do *records management* e à marginalização dos *archivists*.²⁷

Para o arquivista espanhol Cruz Mundet, que aceita o ciclo vital como um paradigma e um princípio da arquivologia, críticas quanto à sua validade despontaram a partir de sua anunciação e, especialmente, no final do século XX. De acordo com o autor, são três os motivos que fundamentam essas críticas:

Em primeiro lugar porque os documentos não morrem, mas passam a ser armazenados com outra utilidade diferente das que lhes deram origem, de caráter histórico-cultural, em essência, embora também possa ser probatório. Em segundo lugar, a divisão em três idades mostra-se rigorosa de todas as formas, já que não contempla o fato de o documento poder voltar para a fase inicial da atividade, tanto da fase intermediária, como da histórica, como consequência de um processo de revisão, de um processo judicial ou de qualquer outra atividade que exija sua presença. E já nos últimos anos, acrescentou-se uma terceira crítica, o de ser demasiado focado nos documentos como entidades físicas e nas tarefas operacionais, aspectos que se tornam irrelevantes nas perspectivas dos documentos digitais.²⁸

No que diz respeito às referidas críticas, Heredia Herrera assinala que a gestão de documentos digitais faz com que o ciclo vital exija outra adequação. Consoante a autora:

Isso até ontem, porque no momento da administração eletrônica e a consequente e-gestão documental, o ciclo vital exigirá outra adequação porque vai acontecer que a dita gestão se antecipe e se prolongue, afetando toda a vida dos documentos, que não coincide exatamente com o referido ciclo vital. De tal maneira que o ciclo vital com suas três idades não coincide com a vida dos documentos: porque ocorre que com anterioridade há uma concepção (criação, desenho) e depois, dito de uma maneira gráfica, uma ressureição ou conservação permanente. Duas etapas, anterior e posterior às três idades que levaram aos questionamentos do ciclo vital.²⁹

Para a portuguesa Fernanda Ribeiro, a teoria das três idades já não se apresenta consistente há bastante tempo. Segundo a autora:

A impropriamente chamada “teoria” das três idades já há bastante tempo mostrou que não serve qualquer propósito minimamente consistente e a prová-lo temos o facto de muitos advogarem defensores de uma “arquivística integrada”, em que o ciclo completo da vida dos arquivos não deve ser rompido, quer para efeitos de estudo, quer de análise e representação incluindo-se aqui uma perspectiva também no que toca à avaliação documental, que enfatiza o contexto de produção, em detrimento do conteúdo informativo de *per se*.³⁰

O canadense Carol Couture, em recente análise, aponta que o ciclo vital dos documentos está sendo revisto na atualidade e requer adaptações para

27 BEARMAN, D. Managing the record continuum, p. 134, tradução nossa.

28 CRUZ MUNDET. Principios, términos y conceptos fundamentales, p. 22, tradução nossa.

29 HEREDIA HERRERA, A. *Manual de arquivística básica...*, p. 68, tradução nossa.

30 RIBEIRO, F. Da arquivologia técnica à arquivologia científica..., p. 102.

responder adequadamente ao mundo digital. Ele aborda a questão da intervenção do arquivista na sua fase inicial, haja vista as demandas postas pelas peculiaridades dos documentos digitais:

O arquivista já não pode, da mesma forma que com o analógico, intervir no final do ciclo de vida dos documentos. No domínio dos documentos natos digitais, os autores demonstram concordância quanto ao caráter essencial da intervenção concomitantemente à sua produção. Se o arquivista não estiver presente no momento da criação da informação, para, entre outras coisas, registrar as decisões arquivísticas nos metadados, não mais conseguirá fazê-lo. Jamais poderá recuperar uma realidade tão volátil.³¹

Glenn Dingwall estabelece que o ciclo vital dos documentos, apesar de sua forte influência na formação e estabilização das práticas arquivísticas, servindo como lente primária para a visão mundial de *recordkeeping*, passou a explicitar sinais de fraqueza. As fraquezas são elencadas por Dingwall a partir de três aspectos: o fato de as organizações tornarem-se mais complexas – e consequentemente seus processos administrativos – faz com que a mesma forma de aplicação do ciclo vital a todos os documentos de um mesmo órgão se torne dificultosa; o aumento do distanciamento entre as profissões de *records manager* e *archivists*; e o que reputamos como mais significativo, o desafio de gerir e preservar documentos digitais. Em relação ao último aspecto, Dingwall explica:

Discernir a separação entre os estágios do ciclo vital dentro de um ambiente digital era, e é, problemático. Para os usuários, a recuperação e apresentação dos documentos ocorrem por meio de uma interface que obscurece e abstrai a localização da mídia em que a informação está efetivamente gravada. Isso reduz a distinção entre documentos ativos, semiativos e inativos para uma mera distinção lógica, em vez de uma física, em que o material impacta o acesso, recuperação e circulação. A forma e o conteúdo inherentemente maleáveis dos documentos digitais – e a eliminação da necessidade de os documentos estarem fisicamente em uma ordem para serem manipulados – permitem que os procedimentos do ciclo vital (tais como criação, uso e manutenção) ocorram simultaneamente e continuem transformando o documento ao longo de sua vida.³²

Análise afim sobre a limitação do ciclo vital na sua aplicação à gestão de documentos digitais é a de Chell e Yusof.³³ A inferência de que o ciclo vital se divide em várias fases, manifestamente bem definidas, reputa aos documentos o cunho de objeto. A custódia, da mesma forma, é ponto central na gestão de documentos em papel. Apoiados na guarda e no tratamento dos documentos como objetos, os autores qualificam o conceito como inadequado, singularmente quando se lida com documentos não tangíveis, que são dependentes de *hardware* e *software* e podem se tornar obsoletos rapidamente.

O arquivista canadense Marcel Caya discorre sobre a aplicação da teoria das três idades assente na sua acepção tradicional em cotejo às especificidades

31 COUTURE, C. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá, p. 151.

32 DINGWALL, G. Life cycle and continuum..., p. 146, tradução nossa.

33 CHELL, R. W.; YUSOF, Z. M. The records life cycle: an inadequate concept for technology-generated records.

dos documentos digitais. Para Caya, não é mais possível gerenciar documentos digitais em harmonia com os mesmos princípios e práticas empreendidos na gestão de documentos em suporte papel. É amplamente registrada e aceita na literatura arquivística recente a necessidade de os arquivistas participarem da elaboração dos sistemas de gestão de documentos digitais e de intervirem nos seus processos de criação. Segundo ele, essa participação se justifica por duas razões:

1. primeiramente, a justificativa mais evidente. A fragilidade e a obsolescência dos suportes demandam intervenções regulares e planejadas para assegurar que os documentos de arquivo sejam preservados adequadamente através da migração para suportes mais duráveis;
2. por fim, uma justificativa mais imperativa, os dados são criados em largas proporções em bancos de dados, em rede, nos quais amparam a criação de documentos eletrônicos a partir de recursos múltiplos que se modificam constantemente. A extensão dos novos dados é adicionada ou alterada no fluxo dos módulos de produção documental. Os documentos multimídia são utilizados regularmente pelos softwares e combinam a imagem e o texto. Os sistemas de informação são suportados por esses softwares que são regular e frequentemente modificados e atualizados, o que, indubitavelmente, previne a obsolescência dos bancos de dados.³⁴

Não obstante a quase unanimidade sobre o caráter insuficiente do conceito do ciclo vital frente às especificidades dos documentos digitais, Bantin³⁵ ilustra e notabiliza a percepção de Luciana Duranti e Heather MacNeil na esfera do projeto de pesquisa UBC-MAS,³⁶ sobre a proteção da integridade de documentos digitais, em que utilizam como base teórica a acepção clássica do conceito de ciclo vital e os conceitos de imparcialidade e autenticidade de Hillary Jenkinson.

Para as autoras, o que torna o ciclo vital dos documentos e a sua divisão de responsabilidades tão valiosa é a garantia da autenticidade dos documentos permanentes, o que os tornam recursos imparciais dos quais a sociedade necessita. Ademais, ainda de acordo com as autoras, os métodos intelectuais requeridos para garantir a integridade dos documentos correntes são muito divergentes daqueles requeridos para os permanentes.

Todavia, as autoras sugerem uma adaptação do conceito para sua efetiva aplicação na realidade digital. Assim sendo, o ciclo vital deve possuir duas fases, a primeira denominada “corpo de criação”, que deve contemplar a responsabilidade sobre a autenticidade e a confiabilidade em concordância com os propósitos administrativos e a segunda, denominada “corpo de preservação”, em que a responsabilidade sobre a autenticidade e a confiabilidade devem ser preservadas em longo prazo.

34 CAYA, M. *La théorie des trois âges en archivistique...*, tradução nossa.

35 BANTIN, P. C. Strategies for managing electronic records...

36 Projeto de pesquisa desenvolvido no período de abril de 1994 a março de 1997, pelos pesquisadores do Master of Archival Studies Programme da University of British Columbia, que tinha como objetivo identificar e definir requisitos para criação, manipulação e preservação de documentos digitais autênticos. DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project, p. 46-67.

Tendo em vista os vários questionamentos e críticas sobre a validade e aplicabilidade do ciclo vital dos documentos expostos, podemos sobrelevar as características predominantes do conceito que implicam limitações ante o paradigma denominado pós-custodial, sobretudo quando acentuadas as especificidades da gestão de documentos digitais. De acordo com o referencial utilizado, é possível afirmarmos que as principais limitações podem ser consideradas como:

- gestão fragmentada e linear pelo uso de estágios/fases/idades: a estrita delimitação das atividades dentro de cada fase restringe a atuação do arquivista. Como exemplo prático, tal fato pode limitar a possibilidade da utilização de metadados para a descrição de documentos, com o intuito de proporcionar acesso para fins de memória e *accountability*, ainda no uso administrativo do documento;
- foco na custódia física: constatamos que a volatilidade do documento arquivístico digital permite a utilização de outras formas de custódia, focada na noção de documento como entidade lógica, em vez de física. Destacaremos, no próximo capítulo, uma dessas estratégias, conhecida como “custódia distribuída”;
- procedimentos e operações baseados no tempo, diacronicamente: limitam as possibilidades de realização de atividades de gestão de modo simultâneo;
- estrita demarcação de responsabilidades: constatamos que o impacto da demarcação de responsabilidades foi maior no contexto dos países que possuem uma forte tradição de *records management*, como os Estados Unidos. A atuação de profissionais distintos – *records managers* e *archivists* – reforça o isolamento do uso administrativo e histórico dos documentos arquivísticos. Embora tenhamos, no Brasil, o mesmo profissional responsável por toda a gestão de documentos, vemos que o ciclo vital e a teoria das três idades são reproduzidos nas organizações, de modo a ocorrer um distanciamento entre as atividades nos arquivos correntes, intermediários e permanentes;
- dificuldade de aplicação em organizações complexas: as novas formas de produção de documentos pelas organizações, muitas vezes interativa e colaborativa, e a dificuldade de aplicação das mesmas fases para as diferentes unidades organizacionais são fatores limitadores. Nesse enfoque, apontamos que a complexidade das organizações e sua consequente descentralização administrativa e territorial impactam a integração das atividades de gestão;
- valor primário ou secundário: os valores dos documentos são apreciados de acordo com a fase ou idade em que estão associados, ou seja, embora tenha-se a identificação de um documento de valor secundário em uso administrativo, o empreendimento de atividades típicas a esses documentos – como descrição e difusão – apenas ocorrerá após seu recolhimento para um arquivo permanente.



A arquivologia australiana

A fim de contextualizar as propriedades precípuas do modelo *records continuum*, de modo a compreender como se dá sua aplicação teórica e prática, em conformidade com o previsto nos objetivos desta obra, apresentaremos um breve histórico da trajetória da teoria arquivística australiana, notabilizando seus principais atores, instituições e acontecimentos.

O referencial utilizado consistiu, basicamente, em trabalhos realizados por instituições e autores australianos. Acreditamos que as peculiaridades do pensamento arquivístico australiano podem ser mais bem elucidadas quando investigadas as asserções relacionadas à gênese do campo dos arquivos e do processo de configuração de agentes e instituições responsáveis pelo seu tratamento e preservação. Aspectos políticos, administrativos, sociais e culturais próprios da Austrália moldaram a prática arquivística e exigiram soluções específicas para problemas particulares.

Após evidenciadas as bases da teoria arquivística australiana, acentuaremos ideias peculiares de sua tradição, como a noção de *recordkeeping* e o sistema de séries. Nossa intuito é oferecer um panorama sobre a reconfiguração da arquivologia no país e a desconstrução e ressignificação de conceitos fundamentais da área. Tendo em vista a compreensão desse domínio de ideias próprio, podemos deslocar nossa análise para o *records continuum*.

Breve histórico da arquivologia na Austrália

No discernimento de Michael Piggott,¹ a história dos arquivos na Austrália segue linhas previsivelmente tradicionais. Sua trajetória se dá com uma soma de fatores relacionados às origens do país, à sua evolução e às realizações das instituições arquivísticas, das associações de profissionais, das leis, dos eventos e dos praticantes.

Nesse contexto, cabe ressaltar a nossa constatação acerca da exígua quantidade de pesquisas que abordam a história da arquivologia na Austrália, fato que obstaculizou nosso trabalho. Segundo Piggott, isso pode ser efeito do pouco envolvimento dos pesquisadores australianos com a história do desenvolvimento da arquivologia no país e do pouco reconhecimento dado às origens das principais funções arquivísticas – aquisição, avaliação, destinação, acesso, custódia, arma-

¹ PIGGOTT, M. The history of Australian record-keeping: a framework for research.

zenamento, preservação e controle intelectual – que, ainda de acordo com o autor, não eclodiram nos dias de hoje e tiveram seu fortalecimento nas antecessoras práticas realizadas nas bibliotecas, nos arquivos e nas organizações.

Além da trajetória essencialmente tradicional, Piggott² utiliza três fatores para abordar a distinção da arquivologia australiana. O primeiro é o que denomina *archival terroir*. *Terroir* é um conceito referente à produção de vinhos e está ligado às relações entre o solo, o clima e as práticas enológicas aplicadas, que proporcionam características ímpares e não explicáveis aos vinhos produzidos.

Em relação aos arquivos, a analogia é feita com base nas qualidades particulares de uma sociedade, a qual recebe influências de sua localização, tradição, clima, geologia e geografia, particularidades que influenciam diretamente no registro das atividades de seus membros. O segundo fator é o individual. Piggott enfatiza a aptidão “autodocumentarista” do homem, o que implica um modo de manter seus documentos em harmonia com atributos peculiares. O último fator está relacionado à cultura de uma sociedade estreitamente ligada à noção de documentos arquivísticos como manifestações culturais. Nesse ponto, o autor sugere, como um desafio adicional, o entendimento de como as instituições, os sistemas, as práticas e as terminologias arquivísticas são moldadas por questões que compreendem o contexto histórico, político, intelectual e econômico.

Além do exposto, Piggott trata da articulação de “proveniência social”³ realizada pelo canadense Tom Nesmith, que, segundo ele, consiste em uma abordagem ideal para a compreensão das distinções típicas do panorama arquivístico australiano. Consoante essa interpretação, os documentos refletem e moldam processos sociais, constatação que amplia o entendimento do contexto de produção dos documentos para a abrangência de propriedades como meios de criação, co-criação, silêncios da não criação etc.

A proveniência social estende a percepção tradicional dos documentos para a análise das organizações e pessoas envolvidas nos processos de criação, incluindo arquivistas e instituições de arquivo. Conforme será abordado adiante, reconhecemos que a noção de proveniência social está diretamente relacionada à abordagem do *records continuum*.

Ao tratar do território australiano e de seu povo, Piggott⁴ explica que “a Austrália é um país, um continente, uma sociedade, uma nação e uma localidade. Todos os cinco tem implicações na produção de documentos e, portanto, arquivos”. Dessa forma, o fenômeno de consolidação da arquivologia australiana, marcada por suas características peculiares, advém de uma série de variáveis.

Um expressivo ponto de partida para tratar da história da arquivologia australiana é abordar o legado britânico. A Austrália tornou-se colônia britânica em 1788, sob o comando do governador Arthur Phillip, que levou para o país uma

2 PIGGOTT, M. *Archives and societal provenance*.

3 Tradução livre de *societal provenance*.

4 PIGGOTT, M. The history of Australian record-keeping..., p. 4, tradução nossa.

bagagem invisível: a língua, as formas inglesas de possessão de terras, os bancos, a *common law*, as assembleias representativas e a ideia de liberdade.

Quanto ao tratamento dos documentos, Piggott refere-se à forma britânica de gestão de correspondências, que consistia na separação das cartas recebidas e das cópias das cartas enviadas. Essa forma de gerenciamento estendeu-se até a década de 1930, quando foi substituída por dossiês que agrupavam as cartas enviadas às suas respectivas respostas. Os documentos eram produzidos e mantidos na Austrália. Contudo, devido à grande distância territorial da metrópole, muitos conjuntos de documentos retornavam. Quando aparece o primeiro interesse em escrever a história da Austrália na década de 1850, a importância de se ter fontes primárias no país culmina na propagação de cópias. Quanto aos documentos arquivísticos no período colonial, o Australian Law Reform Commission (ALRC) estabelece:

As administrações coloniais estavam envolvidas não só na gestão plena da política, das finanças e do desenvolvimento das colônias, mas também em muitos dos assuntos dos cidadãos individuais. Em particular, o sistema presidiário e a subdivisão gradual do continente em propriedades *freeholds* e *leaseholds* geraram muitos documentos. Em consequência, a maioria dos aspectos da vida colonial foi registrada detalhadamente e grandes volumes de documentos escritos foram acumulados em Londres e nas capitais coloniais. O processo pelo qual acumulações de documentos em escritórios administrativos coloniais foram gradualmente transformadas no que são agora os vários arquivos estatais foi longo e casual. Alguns documentos valiosos foram perdidos por negligência ou destruição deliberada, mas os australianos são afortunados já que grande parte de um rico patrimônio de documentos escritos sobreviveu.⁵

No século XIX, a gradativa concessão de liberdade às colônias britânicas, especialmente Canadá, África do Sul e Austrália, tornaram esses países praticamente independentes. Em 1901, os seis estados que integravam a Austrália – New South Wales, Queensland, Western Australia, Tasmania, Victoria e South Australia – formam uma federação intitulada Commonwealth of Australia.

Clive Smith⁶ salienta que a maior parte das funções da nova federação foi herdada das antigas colônias, agora estados da federação. As novas funções estavam principalmente relacionadas à administração do novo governo federal. De acordo com o autor, em todos esses casos, os recentes órgãos da Commonwealth estabeleceram novos sistemas de *recordkeeping*, embora tenham mantido séries recebidas do período colonial. Quanto aos arquivos da nova federação, Maizie Johnson expressa:

O novo governo, com poucos documentos antigos, mostrou-se preocupado com os arquivos, sobretudo em razão da proliferação e descartes arbitrários de documentos federais. Assim, no nível da Commonwealth, a atenção foi primeiramente dirigida para a aquisição, o uso, o armazenamento e a destinação dos documentos do século XX. Ainda, devido à sua juventude, a Commonwealth estava ciente da sua necessidade de estabelecer programas de gestão de documentos muito antes da maioria dos países ou estados.⁷

5 AUSTRALIAN LAW REFORM COMMISSION. *Australia's federal record: a review of Archives Act 1983*, tradução nossa.

6 SMITH, C. The Australian series system.

7 JOHNSON, M. Archives administration in Australia, p. 231, tradução nossa.

Os primeiros anos da Commonwealth não ensejaram uma extensa produção documental, uma vez que grande parte das funções estatais permaneceu sob o domínio dos estados. A situação foi modificada na década de 1920, quando o volume de documentos cresceu suficientemente, em virtude dos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

Segundo a Australian Law Reform Commission, tal fato culminou na necessidade do governo desenvolver uma função arquivística em âmbito federal. O primeiro-ministro William Morris Hughes solicitou que a Commonwealth National Library (CNL) tratasse dos quesitos referentes à eliminação dos documentos produzidos pelos órgãos da Commonwealth. Além dos trabalhos da CNL, o Australian War Memorial (AWM) passou a ter responsabilidades sobre o tratamento dos documentos relacionados aos serviços das forças armadas durante a Primeira Guerra.

A Segunda Guerra Mundial forneceu o estímulo final para o estabelecimento de uma função arquivística no terreno da Commonwealth. Primeiramente, tal qual ocorrido na Primeira Guerra, o volume de documentos cresceu significativamente, o que suscitou uma grande necessidade de aperfeiçoar o armazenamento e de estabelecer procedimentos de destinação. Em segundo lugar, a guerra trouxe um maior desvelo para com a preservação dos documentos diplomáticos e estratégicos.

Após campanha de Kenneth Binns, Commonwealth Parliamentary Librarian, o primeiro-ministro John Curtin estabeleceu em junho de 1942 um grupo intitulado War Archives Committee. Como medida provisória, a comissão recomendou que as funções alusivas aos arquivos fossem partilhadas entre a CNL e o War Memorial. Contudo, já havia debates quanto à premência do estabelecimento de um arquivo nacional. A designação de Ian Maclean como *archives officer* em outubro de 1944 pode ser apontado como o início formal da instauração de uma função tocante ao tratamento dos arquivos em âmbito federal, sobretudo com a criação da Archives Division da CNL.

Johnson, ao destacar os avanços ocorridos no pensamento arquivístico australiano, faz menção à criação da Archives Section no domínio da Library Association of Australia (LAA), em julho de 1950. A referida seção passou a contar com arquivistas em seu quadro, que começaram a fomentar ideias sobre a condição e a relevância dos arquivos. Embora presente na estrutura da principal associação profissional de bibliotecários da Austrália, a Archives Section desempenhou fundamental papel na representação dos interesses dos arquivistas até a consecução de sua autonomia, conforme será abordado posteriormente.

No que tange às influências recebidas pelos arquivistas australianos, Adrian Cunningham⁸ consente que esses profissionais foram vigorosamente influenciados pela tradição legal e administrativa abordada nas obras do arquivista inglês sir Hilary Jenkinson. Isso se deve ao fato de Jenkinson ter produzido, até então, o único livro sobre arquivologia em língua inglesa.

8 CUNNINGHAM, A. Archival institutions.

Johnson⁹ aponta como fatores fundamentais para o progresso da arquivologia na Austrália, nas décadas de 1950 e 1960, o desenvolvimento de uma administração em nível nacional, a criação de legislação específica e a mudança dos requisitos para a formação de arquivistas.

O principal órgão responsável pela gestão e custódia de documentos arquivísticos era a Archives Division da CNL. Johnson relata uma série de adversidades defrontadas pelo órgão. Primeiramente, havia uma grande dificuldade em identificar séries que possuíam valor e aquelas que não possuíam, em descrever documentos com base em sua função e, até mesmo, em determinar a proveniência deles. Além disso, o órgão não possuía capacidade operacional para estabelecer um limite cronológico para as aquisições¹⁰ de documentos.

Por conseguinte, os documentos eram transferidos demasiadamente antes do tempo, o que acarretou, muitas vezes, a ausência de informações cruciais para o desenvolvimento das atividades nos órgãos da administração. Para a Archives Division, a excessiva quantidade de aquisições propiciou um grande aumento do volume de trabalho, de modo que todos os funcionários estavam empenhados na transferência, organização e restauração de documentos e na solução de problemas de falta de espaço físico.

Robert Sharman¹¹ direciona sua análise para os problemas ocasionados pela restrição de acesso à informação e pela ausência de um órgão com autoridade para estabelecer regras e diretrizes para a adequada administração dos documentos públicos. O autor examina a matéria a partir do *50-year access rule*, que se tratava de uma norma utilizada por países que adotavam padrões e tradições britânicos de administração. A norma consistia em limitar o acesso a documentos durante cinquenta anos.

Como exemplo, o autor assinala que, na década de 1940, nenhum documento produzido pelas instituições do governo podia ser consultado. A quantidade de documentos com mais de cinquenta anos e que estavam sob custódia dos arquivos australianos era pequena, se cotejada com o acervo de documentos pós-1900.

Durante as décadas de 1950 e 1960, vê-se um significativo aumento no interesse de pesquisa sobre assuntos relacionados à história, à economia, ao direito, à administração, à sociologia etc. Pesquisadores estavam interessados em várias questões relativas ao governo australiano, como a política de imigração, a importação do exterior, o desenvolvimento das indústrias, as políticas de governo durante a depressão econômica da década de 1930, dentre outros temas afins.

Sharman admite que o acesso aos documentos públicos era vital para o atendimento de tais demandas. O autor acentua o papel da Australian National

9 JOHNSTON, M. Archives administration in Australia.

10 Tradução para o termo accession, que, de acordo com Ellis, consiste em “um grupo de documentos de uma mesma fonte que são tomados para custódia ao mesmo tempo”. ELLIS, Judith. *Keeping archives*.

11 SHARMAN, R. C. Australian archives in Lamb's clothing.

University em Canberra, que, impaciente com a lentidão dos arquivos e das bibliotecas públicas em recolher e disponibilizar, para acesso, documentos relevantes aos pesquisadores, passou a se ocupar dessas atividades, com o intuito de prover documentos valorosos para alunos de doutorado. Além da referida iniciativa, havia casos excepcionais em que pesquisadores tinham permissão de acesso a documentos produzidos há menos de cinquenta anos. Sharman mostra que

até as séries documentais que, na teoria, tinham sido aprovadas para a pesquisa acadêmica, continuavam a ser individualmente vetadas, isto é, sujeitas a uma apuração página a página, com as páginas que não eram consideradas adequadas para liberação ocultadas pelos funcionários examinadores. Essa busca por documentos supostamente perigosos resultou em longos atrasos antes que os documentos finalmente fossem disponibilizados nas mesas das salas de pesquisa, e os historiadores sofreram com frustrações que eram mais irritantes do que o total fechamento dos arquivos teria sido.¹²

As primeiras décadas dos arquivos australianos foram marcadas pelos embates profissionais entre bibliotecários, que eram favoráveis ao tratamento dos documentos arquivísticos por bibliotecas, e por profissionais que almejavam a autonomia dos arquivos. Os governos estaduais e federal utilizavam bibliotecas para custodiar documentos históricos. Embora as relações entre arquivos e bibliotecas fossem estreitas, já havia controvérsias quanto à inexistência de programas para a formação de arquivistas, à falta de representatividade dos interesses arquivísticos nas associações profissionais e, especialmente, à metodologia para a gestão de documentos arquivísticos.

Um vultoso estímulo para o desenvolvimento da arquivologia australiana foi a visita do preeminente arquivista americano Theodore R. Schellenberg, que esteve na Austrália em 1954. Schellenberg permaneceu nesse país por seis meses e meio e promoveu uma série de palestras na cidade de Canberra. Sua visita foi fruto de uma demanda dos bibliotecários australianos que buscavam orientações a respeito da administração de arquivos, tendo como fator impulsor a grande atenção que era dada aos trabalhos da Comissão Hoover pelo governo e jornais australianos da época. O convite foi formalizado pelo *national librarian* Harold White.¹³

Para Johnson, a visita de Schellenberg acarretou, indubitavelmente, um crescimento moral dos arquivistas australianos e desenvolveu um espírito de orgulho no meio, que culminou em um aumento dos esforços para a obtenção da efetiva autonomia dos arquivos.

Durante sua permanência na Austrália, Schellenberg não se furtou a evidenciar seu juízo quanto à distinção da metodologia arquivística para a biblioteconômica, fato que o fez abordar o tema em duas oportunidades. A primeira ocorreu durante sua passagem pela Tasmânia em 1954, ocasião em que encaminhou à equipe da State Library um documento denominado “Problems in the administration of archives by librarians” – o qual foi utilizado como base para

12 SHARMAN, R. C. Australian archives in Lamb's clothing, p. 22.

13 CUNNINGHAM, A. Archival institutions.

o desenvolvimento do terceiro capítulo de sua célebre obra *Modern archives: principles and techniques*.¹⁴

A seguir, em agosto do mesmo ano, Schellenberg retratou a matéria em um documento encaminhado a uma filial da LAA em Queensland. Piggott cita que o arquivista se sentia constrangido ao expor argumentos discordantes dos defendidos por seu anfitrião oficial, Harold White. Em um encontro realizado pelo Commonwealth Archives Committee, também em agosto de 1954, a controvérsia a respeito da subordinação dos arquivos às bibliotecas inevitavelmente foi colocada em discussão.

Apesar da presença de Harold White no Commonwealth Archives Committee, Schellenberg ajudou o presidente dr. C. E. W. Bean e outros membros a verem que as diferenças entre métodos para arquivos e bibliotecas eram fundamentais, que o treinamento bibliotecário tinha pouca relevância para os arquivistas, e que a melhor organização nacional seria que a Archives Division da CNL se tornasse um órgão separado com poder estatutário, conduzido por um diretor que respondesse a um ministro.¹⁵

Johnson, ainda, indica que outro grande expoente do período foi David S. Macmillian, arquivista da University of Sidney, o qual se tornou um notável porta-voz dos “secessionistas” – assim chamados aqueles que queriam a autonomia dos arquivos em relação às bibliotecas. Não obstante a constatação de que as dificuldades financeiras e a carência de pessoal eram problemas cruciais por que passavam os arquivos, Macmillian considerava a vinculação às bibliotecas o maior atraso para o desenvolvimento dos arquivos. O aclaramento dos debates quanto à separação pôde ser notado nos artigos publicados pelo periódico *Archives and Manuscripts* – o mais significativo sobre a temática arquivística até o tempo presente –, publicação da Archives Section da LAA que se iniciou em novembro de 1955.

Nesse contexto de embates, foi proposto pelo primeiro-ministro Robert Menzies, em 1953, um estudo quanto à reorganização da CNL, uma vez que, além de incorporar funções relacionadas à administração de arquivos, possuía mais treze atividades extraparlamentares. Piggott salienta que, por motivos pessoais e políticos, a comissão que trataria da análise demorou a ser constituída, tendo apenas em 1955 a escolha de seu presidente, o professor George Paton, vice-chanceler da University of Melbourne e ex-administrador da Public Library of Victoria.

A comissão reuniu-se em seis ocasiões entre julho e outubro de 1956, em Canberra, Melbourne e Sidney. As discussões tratavam de vários temas correlatos à CNL, como o sistema público de bibliotecas de Canberra, as informações

14 De acordo com STAPLETON, R. S. *The ideas of T. R. Schellenberg on the appraisal, arrangement, and description of archives*, a principal obra de Schellenberg foi escrita durante sua permanência na Austrália e teve como motivação a tentativa de fornecer outra fonte de conhecimento arquivístico, em língua inglesa, diversa do manual de Jenkinson, à qual Schellenberg teceu críticas sobre sua influência negativa ao início dos trabalhos arquivísticos dos australianos. Schellenberg também faz menções, no prefácio da obra, ao estímulo fornecido pelas palestras na Austrália. Ademais, julgamos relevante destacar que a obra foi inicialmente publicada na Austrália em 1956 e teve a apresentação da edição original escrita por Harold White.

15 PIGGOTT, M. *Archives and societal provenance*, p. 86, tradução nossa.

necessárias para os parlamentares, as bibliotecas dos departamentos e até a criação de uma biblioteca exclusiva para filmes.¹⁶

Quanto à questão do controle dos arquivos pelas bibliotecas, dr. Bean, presidente do Commonwealth Archives Committee, deixou claro que o posicionamento de sua entidade estava orientado para a cisão. Sua recomendação era que fosse criado um órgão responsável pelos arquivos, com diretor próprio, na estrutura do departamento do primeiro-ministro. Seus argumentos consistiam, basicamente, em ressaltar as formas desiguais com que arquivistas e bibliotecários abordavam seus objetos de trabalho e em afirmar que ambos pertenciam a profissões distintas, cujos métodos de coleção, documentação e descrição eram plenamente díspares.

Em concordância com o ponto de vista de Bean estavam David Macmillian, arquivista da University of Sidney; J. M. Ward, presidente do University of Sydney Library Committee; A. G. L. McDonald, bibliotecário da Australian National University; e K. E. Grainger, comissário do Public Service Board. Contra os argumentos pró-separação estava Harold White, que demonstrava uma série de razões para que os arquivos continuassem sob o controle das bibliotecas.

A comissão, que ficou conhecida como Paton Committee of Inquiry Into the Commonwealth National Library, decidiu pela saída da Archives Division da estrutura da CNL e pela sua transformação em um órgão do governo. Em 23 de março de 1961, tem-se a efetiva separação da Archives Division e a transformação de seu nome para Commonwealth Archives Office (CAO), que passou a integrar a estrutura do departamento do primeiro-ministro.¹⁷

Sobrelevamos essa decisão como uma das maiores contribuições de Schellenberg para a arquivologia australiana, haja vista a forte influência de sua obra para a produção do célebre Paton Inquiry. De acordo com Piggott, o terceiro capítulo da obra *Modern archives: principles and techniques*, que trata da distinção entre arquivos e bibliotecas, foi amplamente utilizado nos trabalhos dos membros da comissão. Tal fato faz com que Piggott sustente que Schellenberg mereça, mais do que qualquer outra pessoa, que lhe seja concedido o crédito pelo estabelecimento futuro do arquivo nacional australiano.

Cunningham, em análise à situação do CAO, assevera que o novo órgão passou por uma série de dificuldades. Entretanto, seu corpo técnico mostrou-se capaz de superar tais impedimentos e desenvolveu importantes trabalhos em prol dos arquivos australianos. Notabilizamos, nesse período, a implementação do Commonwealth Records Series (CRS) como base para o controle intelectual dos documentos em 1966, o qual será abordado com mais apreço em seção própria deste capítulo. Quanto às dificuldades enfrentadas pelo CAO, Cunningham explica:

O novo órgão independente começou a se enterrar dentro da burocracia federal e se afastou do papel cultural/histórico do resto da profissão na Austrália, uma situação

16 PIGGOTT, M. *Archives and societal provenance*, p. 86.

17 JOHNSON, M. *Archives administration in Australia*.

que persistiu até a década de 1990 e que de certa forma continua caracterizando o trabalho da organização. O mais positivo aspecto desse foco burocrático foi, devido aos esforços de Ian Maclean e Peter Scott, o desenvolvimento de uma inovadora e duradoura escola de pensamento na gestão e no controle intelectual de documentos.¹⁸

Mesmo em meio a essa grande tendência secessionista, em 1962, o Board of Examination, Certification and Registration da LAA obteve o domínio do Registration Certification of Archives, que, segundo Johnson,¹⁹ consistiu na primeira tentativa de enfraquecer a formação dos arquivistas, em virtude da proposição de estudos desnecessários. Com a medida, a LAA tornou-se a associação responsável pelo exame profissional dos arquivistas na Austrália. Conquanto a consecução de autonomia, Johnson qualifica a situação da Austrália, nesse período, confusa, já que a LAA permaneceu como a associação responsável por examinar arquivistas e a única publicação com temática arquivística – *Archives and manuscripts* – também pertencia à LAA.

No que concerne às atividades desempenhadas pelo CAO, cabe ressaltar a relevância de seu chefe, Ian Maclean, considerado uma das mais expressivas figuras da arquivologia australiana. Em 1959, Maclean publicou o artigo “Australian experience in record and archives management” no periódico *The American Archivist*. Tal fato demonstra o interesse australiano em se posicionar no âmbito das discussões sobre os arquivos do período. Observamos a iminente notoriedade das práticas australianas, haja vista a receptividade do artigo por parte do conselho editorial da revista americana. Maclean, mesmo antes da autonomia do CAO, aborda a situação dos arquivos no país, a cooperação entre *records managers* e *archivists* e a formação dos arquivistas, compreendendo que:

O programa de arquivos do Commonwealth Government é totalmente distinto dos programas dos governos estaduais; mas a Commonwealth mantém repositórios em todas as capitais dos estados, exceto Hobart na Tasmânia, para prover serviços de arquivo para os departamentos localizados nessas cidades. O programa de arquivos da Commonwealth foi lançado durante a II Guerra Mundial. Desde o início, seus objetivos principais eram, por um lado, proporcionar os meios para a preservação e tornar acessíveis os arquivos da Commonwealth, e por outro, produzir, em cooperação com os departamentos, listas de documentos que não deveriam ser transferidos para os arquivos da Commonwealth.²⁰

Em 1966, a *50-year access rule* foi substituída por outra norma, a qual estabelecia que o acesso aos documentos produzidos antes de 1923 poderia ser permitido a critério do CAO, embora ainda houvesse algumas restrições. Além disso, os documentos produzidos antes de 1923 só eram liberados mediante autorização do governo, persistindo a apuração individual dos documentos que continham assuntos sensíveis.

Em 31 de dezembro de 1970, o primeiro-ministro John Gorton anunciou as condições de liberação de acesso. A norma anterior foi substituída por uma

18 CUNNINGHAM, A. *Archival institutions*, p. 36, tradução nossa.

19 JOHNSON, M. *Archives administration in Australia*.

20 MACLEAN, I. *Australian experience in record and archives management*, p. 392, tradução nossa.

que permitia o acesso a documentos com mais de trinta anos de produção, com exceção dos do Cabinet.²¹ Em 1972, a *30-year rule* foi estendida para os documentos do Cabinet e permitiu-se, também, o acesso àqueles produzidos até 1945. Além da revisão das condições de acesso, teve-se, em 1970, a resolução do governo de autorizar o CAO a decidir sobre o controle, a custódia e a destinação dos documentos da Commonwealth. Sharman²² reconhece que, pela primeira vez na história da federação, tem-se uma autoridade abaixo do Cabinet com poderes para o controle do acesso aos arquivos da Commonwealth.

Outro fator crucial para a consolidação da arquivologia na Austrália foi a organização dos arquivistas em associações profissionais. Conforme já exposto, a Archives Section da LAA estava incumbida de representar os profissionais arquivistas, inclusive abrigando o principal periódico sobre a temática desde 1954, o *Archives and Manuscripts*. Consoante Quinn, durante a conferência da LAA em agosto de 1973, os arquivistas foram convidados por Michael Saclier, da Australian National University, para a formação de uma associação exclusiva. Durante esse encontro, criou-se uma comissão para investigar os meios para a sua promoção. As discussões foram estimuladas por intermédio de uma série de publicações e encontros locais, os quais tratavam de outros modelos de associação, principalmente de casos como a Society of American Archivists e a British Records Association and Society of Archivists.²³ Em decorrência, a Australian Society of Archivists (ASA) teve seu encontro inaugural nos dias 5 e 6 de abril de 1975, em Canberra. Quinn aponta que

a associação desempenhava e fornecia um meio de comunicação e cooperação entre os arquivistas, as instituições onde trabalhavam e os usuários de arquivos; promovendo uma compreensão da profissão sobre a natureza e o valor dos arquivos; incentivando um uso eficiente e responsável dos arquivos; e cooperando com outras organizações, tendo objetivos complementares em campos como a biblioteconomia, conservação, pesquisa histórica e gestão de documentos.²⁴

Em 1973, a convite do senador Don Willessee, ocorre a visita de W. Kaye Lamb, respeitado arquivista canadense, que esteve em Canberra, Melbourne, Sydney e Perth, inspecionando instituições de arquivo. Na Austrália, Lamb produziu o relatório *Development of the National Archives*, o qual ficou conhecido como *Lamb Report* e foi publicado em 1974 pelo ministro Lionel Bowen.

Por meio de seu relatório, Lamb identificou alguns problemas por que passavam os arquivos australianos e sugeriu as seguintes medidas: a reestruturação administrativa dos arquivos australianos; o maior envolvimento dos arquivistas com os procedimentos de gestão de documentos; a custódia, mas não o controle, dos arquivos intermediários pelo CAO; a elaboração de tabelas de destinação com

21 Cabinet: gabinete do primeiro-ministro. Trata-se de um grupo do Poder Executivo, formado pelo primeiro-ministro e por membros do ministério, que dirige a política do governo e toma decisões sobre questões nacionais (<<https://www.peo.gov.au/learning/fact-sheets/cabinet.html>>).

22 SHARMAN, R. C. Australian archives in Lamb's clothing.

23 WILSTED, T. Kiwis, kangaroos and bald eagles: archival development in three countries.

24 QUINN, P. Australian Society of Archivists, p. 70, tradução nossa.

a cooperação entre órgãos e o CAO; e a definição de critérios mais rígidos para a eliminação e recolhimento de documentos públicos e privados. Lamb também tratou das edificações dos arquivos, dos programas de treinamento para arquivistas, do acesso aos documentos públicos, da importância de programas de conservação e preservação, da grande necessidade de criação de uma associação profissional própria para os arquivistas e, especialmente, da elaboração de uma legislação arquivística. Sharman²⁵ reputa a visita de Lamb tão primordial quanto a de Schellenberg.

A partir das proposições contidas no relatório de Lamb, o ministro Lionel Bowen buscou estabelecer uma nova direção para os arquivos australianos. De acordo com Sharman, Bowen transmitiu ao House of Representatives a intenção de o governo australiano expandir e aperfeiçoar as funções do CAO. O primeiro resultado dos esforços de Bowen foi a criação do cargo de diretor-geral e a mudança de nome do CAO para Australian Archives em 1974. Professor da University of Queensland e editor do *Historical Documents*, do Department of Foreign Affairs, R. G. Neale foi designado para o cargo em 1975.

Até 1984, as funções relacionadas aos arquivos da Commonwealth eram estabelecidas por meio de decisões administrativas. Nesse lapso, algumas leis relacionadas diretamente à temática dos arquivos foram promulgadas, como a Administrative Appeals Tribunal Act, que criou um tribunal de apelação administrativo, e também a notável Freedom of Information Act, que regulamentou o acesso a documentos públicos em 1982.

Os primeiros esforços para a criação de uma lei sobre os arquivos surgiram em 1974. Todavia, devido a outras prioridades legislativas e pelo fato de a Lei de Arquivos ter de ser analisada juntamente à Lei de Acesso à Informação, já que ambas tratariam de exigências referentes ao acesso público de documentos, o atraso foi inevitável. As duas propostas foram submetidas à apreciação do Senado em 1978. Após reuniões de duas comissões, o Archives Act encerrou seu trâmite dentro do Parlamento em outubro de 1983, sendo proclamado no dia 6 de junho de 1984.

O Archives Act combinava três objetivos distintos: estabelecer entidades administrativas, conhecidas como Australian Archives e Advisory Council on Australian Archives, e conceder a elas poderes e responsabilidades; estabelecer alguns elementos de gestão para os documentos da Commonwealth, particularmente para aqueles mais antigos, e atribuir responsabilidades administrativas para sua implementação; e estabelecer um regime de acesso a documentos públicos com mais de trinta de anos de criação, atendendo ao disposto na Freedom of Information Act. De acordo com o disposto pela Australian Law Reform Commission:

Os poderes e funções dos arquivos australianos estabelecidos no ato refletem o papel e os objetivos dos arquivos existentes na década de 1970. Eles se concentram sobre as funções de eliminação, preservação e armazenamento e sobre o papel dos arquivos em coletar informações sobre documentos e facilitar o acesso a eles. Embora o Australian Archives tenha modificado significativamente suas prioridades e estratégias em algumas áreas desde que a legislação foi elaborada, as funções mais

25 SHARMAN, R. C. Australian archives in Lamb's clothing.

importantes estabelecidas na legislação são descritas em termos suficientemente gerais para continuarem relevantes hoje.²⁶

Apesar de sua marca substancial na inclusão dos arquivos na base jurídica do Estado, o Archives Act não foi a solução efetiva para todas as questões discutidas sobre os arquivos australianos. O relatório do ALRC estabelece que a norma, apesar de ter conferido um reconhecimento expresso sobre o estatuto jurídico do Australian Archives, fez pouco quanto à posição hierárquica e à autoridade do órgão, posto que esse continuou dentro de uma estrutura departamental. Além disso, o ALRC²⁷ (1998) estabelece que a maior fraqueza da lei foi não tratar o *recordkeeping* como um *continuum*, que necessita ser gerenciado de forma integrada desde a criação dos documentos até a destinação.

Conquanto nossa abordagem tenha dado mais interesse à esfera federal, especificamente ao desenvolvimento dos arquivos na Commonwealth, julgamos pertinente expor o desenvolvimento das instituições arquivísticas nos estados, que, em muitos casos, se anteciparam ao governo federal no processo de regulamentação das funções arquivísticas. Para cumprir o disposto, utilizaremos lista elaborada pelo ALRC e arrolaremos os estados e as iniciativas e progressos primordiais:

- New South Wales – O estabelecimento da Mitchell Library em 1910 forneceu um foco para a coleção de documentos históricos dentro do sistema de bibliotecas públicas. A Mitchell Library supervisionou a eliminação de documentos oficiais e obteve a custódia daqueles dignos de retenção até 1953, quando esta função foi transferida para um novo Archives Department (posteriormente Division) da biblioteca. Em 1961, a Archives Division tornou-se uma autoridade arquivística independente.
- Victoria – Um arquivista foi nomeado dentro da State Library em 1948-49 e um Archives Department separado foi criado em 1956. O Public Records Act 1973 (Vic) estabeleceu o Public Records Office como órgão independente dentro do Chief Secretary's Department.
- Queensland – The Libraries Act 1943 (Qld) incluía disposições para o tratamento de documentos do governo, mas essas disposições não foram proclamadas até 1958. Durante a década de 1950, os documentos começaram a ser transferidos dos departamentos para a State Library e um arquivista foi nomeado dentro da estrutura de biblioteca em 1959.
- South Australia – O Archives Department foi estabelecido em 1920 vinculado ao Library Board, mas separado da State Library. Em 1925, uma lei foi aprovada para regular a eliminação dos documentos do governo, mas foi substituída pela Libraries and Institutes Act 1939 (SA), que subordinou o Archives Department a um novo Library Board. O State Records South Australia foi estabelecido como um órgão independente por meio do State Records Act 1997 (SA).
- Western Australia – A State Library foi autorizada a aceitar documentos oficiais em 1903 e mais tarde gerenciou a política de destinação. O Archives Department foi estabelecido dentro da State Library em 1945, e o State Archives tornou-se parte da Library and Information Service da Western Australia, em 1988.
- Tasmania – Em 1921, uma *lady indexer* foi nomeada para selecionar documentos para publicação na série *Historical records of Australia* e se tornou guia para os

26 AUSTRALIAN LAW REFORM COMMISSION. *Australia's federal record*, tradução nossa.

27 Idem.

documentos de governo do estado, até que o primeiro *archives officer* foi nomeado para a State Library em 1949. O Archives Office da Tasmania foi separado da State Library em 1989.

- Northern Territory²⁸ – O Northern Territory Archives Service foi criado em 1983 e passou a situar vários departamentos. Suas manutenções consistem principalmente em documentos criados desde que o estado alcançou o autogoverno em 1978, e também documentos criados durante as anteriores administrações da South Australian e da Commonwealth.

Em relação à legislação estadual, verifica-se que ela reflete o desenvolvimento gradual por que passaram as instituições arquivísticas estaduais australianas dentro dos sistemas de bibliotecas. De acordo com Chris Hurley,²⁹ a primeira geração da legislação arquivística tratava basicamente do estabelecimento de uma autoridade arquivística; da proibição do descarte de documentos sem autorização legal; do empoderamento das autoridades arquivísticas no recebimento de documentos não descartados; e da permissão de acesso a documentos.

Para esse autor, a primeira geração estava intimamente relacionada às maiores demandas externadas pelos bibliotecários e pesquisadores ao que os burocratas podiam oferecer. Nesse caso, os arquivos consistiam em depósitos passivos de documentos de valor permanente, após seu uso administrativo pelos órgãos. Dentro desse contexto, nascem as primeiras leis australianas sobre os arquivos. A primeira delas, relacionada ao tratamento de documentos arquivísticos, foi a Disposal of Public Records Act 1925 (SA) do estado da South Australia. A primeira lei geral de arquivos foi a Public Records Act 1943 da Tasmania, que pode ser reputada pioneira dentro da primeira geração. Após, teve-se a publicação do Archives Act 1960, do estado de New South Wales.

A segunda geração da legislação arquivística, conforme Hurley, estava mais condizente com o que um programa de arquivos realmente deveria ser e passou a abordar: transferências compulsórias de documentos para as autoridades arquivísticas após 25 ou 30 anos; algumas disposições sobre a regulação ou orientação para práticas de gestão de documentos; e o direito de acesso a documentos depois de um período específico. Exemplares da segunda geração são os Archives Acts da Commonwealth e da Tasmania de 1983.

Outro ponto marcante na arquivologia australiana é o protagonismo das instituições arquivísticas na elaboração de normas relacionadas à gestão de documentos. Destacamos a norma AS-4390, que fornece diretrizes para a criação de políticas de gestão documental e o estabelecimento de procedimentos, sistemas e processos para garantir uma eficaz gestão de documentos, que foi convertida para a norma ISO 15.489.1 e 15.489.2. Ademais, tem-se a relevância da norma ISO 26.122, que complementa a referida norma ISO 15.489 e a norma 16.175, a qual estabelece requisitos para softwares de gestão de documentos digitais.

28 O Northern Territory foi criado em 1911, após integrar o estado da South Australia. Em 1927, o estado foi dividido em Northern Australia e Central Australia e, em 1931, foi reunificado como Northern Territory.

29 HURLEY, Chris. From dustbins to disk-drives: a survey of archives legislation in Australia.

O pioneirismo das instituições arquivísticas australianas no estabelecimento de normas e metodologias para a gestão de documentos digitais durante a década de 1990 pode ser apontado como uma das expressivas contribuições dos australianos para a arquivologia.

Uma das marcas precípuas da gestão de documentos digitais australiana, na década de 1990, foi a adoção da estratégia de custódia distribuída, que surgiu como alternativa à cadeia de custódia ininterrupta de Jenkinson. Para Jenkinson, a custódia é um processo linear de herança que não está aliado apenas ao arquivo como instituição, mas também aos lugares ao longo da cadeia que herdaram responsabilidades. Em suma, o que mais importa para Jenkinson é a distribuição das responsabilidades sobre os documentos de forma linear ao longo do tempo por meio de processos legitimados. Caso a cadeia seja quebrada, os documentos se tornam pouco confiáveis.

No que se refere à custódia distribuída, Bantin³⁰ entende que essa estratégia consiste no atraso ou adiamento do recolhimento de documentos permanentes por períodos muito mais longos do que no passado. Em alguns casos, eles podem permanecer por tempo indeterminado sob a custódia do órgão produtor. Segundo o autor, a premissa básica que fundamenta essa posição é que em um ambiente digital as instituições arquivísticas podem cumprir com suas responsabilidades sem a necessidade de assumir a custódia física dos documentos. Para tanto, torna-se necessário o desenvolvimento de novas metodologias e técnicas para sua gestão em um ambiente de custódia distribuída.

Bantin conclui seu entendimento sobre os referidos tópicos sugerindo que o problema central pode não ser a custódia, mas sim a criação de um sistema confiável e amplamente aceito que gerencie documentos digitais. Para isso, é fundamental a definição de políticas e procedimentos que garantam – independentemente de onde eles estarão alojados – que os documentos serão gerenciados de acordo com essas boas práticas.

No caso das instituições australianas, tem-se a decisão da adoção da custódia distribuída como forma de manter os documentos digitais sob a custódia dos órgãos produtores, já que eles possuem necessidades administrativas e a *expertise* técnica para gerenciá-los. Nesse ponto, recorremos à explanação de Reed³¹ sobre a evolução da gestão de documentos digitais na Austrália. A partir de 1995, o Australian Archives passou a adotar formalmente a custódia distribuída mediante os documentos *Managing electronic records: a shared responsibility* e *Keeping electronic records: policy for electronic recordkeeping in the Commonwealth government*.

Acentuamos que a pesquisa não exauriu completamente os acontecimentos relevantes que integram a trajetória da arquivologia na Austrália. Existem várias outras iniciativas pioneiras procedentes de instituições públicas, como o National

30 BANTIN, P. C. Strategies for managing electronic records...

31 REED, B. Electronic records management in Australia.

Archives of Australia e os arquivos dos estados. Ademais, a produção científica mostra-se na vanguarda da pesquisa em arquivologia internacional, como pode ser verificado nas publicações do periódico *Archives and Manuscripts* e nas bibliotecas de teses e dissertações das universidades australianas.

Destacamos que a referida seção tratou, tão somente, do que julgamos determinante para o entendimento das principais características da teoria arquivística australiana, sobretudo de suas peculiaridades, a fim de que o entendimento sobre o contexto de criação do modelo *records continuum* fosse facilitado. Desse modo, salientamos que a teoria arquivística australiana não se limita apenas aos aspectos evidenciados nesta seção.

A noção australiana de *recordkeeping*

Dentro do contexto arquivístico australiano, imprescindível se faz abordar a noção de *recordkeeping*. De acordo com Piggott,³² o termo foi introduzido pela equipe do CAO na década de 1950 e passou a ser bastante utilizado na esfera do CRS, à medida que o foco dos arquivistas direcionava-se para o registro de informações acerca do contexto de administrações, órgãos e séries documentais.

Duranti e Franks³³ declaram que Ian Maclean reconheceu a teoria do *recordkeeping* em 1959, a qual foi desenvolvida em um curso de gestão documental promovido para os órgãos da Commonwealth em 1958. Ao tratar da base teórica necessária para os arquivistas, Maclean³⁴ estabeleceu que sua formação profissional deveria estar vinculada “ao estudo das características do material de arquivo, nos estudos comparativos dos sistemas de *recordkeeping* presentes e passados e na classificação dos problemas associados com eles”.

Ainda de acordo com Duranti e Franks, a articulação de Maclean define o entendimento central de sistemas de *recordkeeping*, que passaram a ser utilizados como entidades contextuais para o entendimento e interpretação dos documentos. Para as autoras, o conceito é frequente na teoria arquivística australiana, sendo usado no *series system* para determinar órgãos independentes, de acordo com a existência ou não de sistemas próprios de *recordkeeping*. Nesse ângulo, a compreensão do funcionamento do sistema é imprescindível para o entendimento do contexto de criação dos documentos. Para McKemmish:

Sistemas de *recordkeeping* capturam o conteúdo dos documentos, representam sua estrutura e unem documentos relacionados. Entre outras coisas, sistemas de *recordkeeping* de qualidade retêm as informações sobre o conteúdo e a estrutura dos documentos em relações reconstruíveis e se unem a informações arquivísticas originais sobre acesso e uso subsequentes. Eles também permitem que documentos possam ser recuperados em uma data posterior, em uma forma que represente sua estrutura original e de uma maneira que reflete seu contexto de criação e uso.³⁵

32 PIGGOTT, M. The history of australian recordkeeping...

33 DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (ed.). *Encyclopedia of archival science*.

34 MACLEAN, I. Australian experience in record and archives management, p. 389, tradução nossa.

35 MCKEMMISH, S. Are records ever actual?, p. 199, tradução nossa.

McKemmish³⁶ reconhece que o uso australiano do termo *recordkeeping* para categorizar um conceito amplo e inclusivo de processos de gestão de documentos e administração de arquivos permanentes para finalidades correntes, regulatórias e históricas, dentro da visão de *continuum*, torna-se confuso em outros contextos. O termo *recordkeeping* e suas variações – *record keeping* e *record-keeping* – são usados por outras comunidades para se referir a conceitos mais específicos, como aos sistemas de gestão de documentos.

Ficam claras tais distinções quando analisamos as definições de *recordkeeping* e *recordkeeping system* nos dicionários e glossários terminológicos norte-americanos e australianos. De acordo com a definição de *A glossary of archival and records terminology*, da SAA, o *recordkeeping* equivale à “criação, utilização, manutenção e destinação sistemáticas de documentos para atender às necessidades e responsabilidades administrativas, programáticas, legais e financeiras”.³⁷ Já o *recordkeeping system* consiste em “políticas e procedimentos que permitem a coleção, organização e categorização dos documentos para facilitar sua gestão, inclusive sua preservação, recuperação, utilização e destinação”.³⁸

Examinando o uso australiano do conceito, temos a definição do *Glossary of records management terms*, do National Archives of Australia (NAA), em que o *recordkeeping* representa

a criação e a manutenção da completa, precisa e confiável evidência de transações de negócios sob a forma de informação registrada. O *recordkeeping* inclui a criação de documentos durante a atividade organizacional e os meios para assegurar a criação de documentos adequados; a concepção, criação e operação de sistemas de *recordkeeping*; e a gestão dos documentos utilizados nos negócios (tradicionalmente considerados como de domínio do *records management*) e como arquivos (tradicionalmente considerados como de domínio da administração de arquivos).³⁹

Igualmente, segundo o referido glossário, o *recordkeeping system* consiste em uma matriz para capturar, manter e fornecer acesso às evidências de transações ao longo do tempo, tal como exigido pela jurisdição em que o sistema é implementado e de acordo com as práticas comuns de negócios. *Recordkeeping systems* incluem: tanto gestores de documentos quanto usuários de documentos; um conjunto de políticas autorizadas, atribuições de responsabilidades, delegações de autoridade, procedimentos e práticas; declarações políticas, manuais de procedimentos, diretrizes para usuários e outros documentos que são utilizados para autorizar e promulgar as políticas, procedimentos e práticas; os próprios documentos; sistemas de documentos e de informação especializada usados para controlar os documentos; e *software*, *hardware* e outros equipamentos, e papéis.⁴⁰

Para Kate Cumming,⁴¹ a compreensão da noção australiana de *recordkeeping* está diretamente vinculada à de documento como evidência.

36 MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice.

37 PEARCE-MOSES, R. *A glossary of archival and records terminology*, p. 331, tradução nossa.

38 Idem.

39 NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. *Glossary of records management terms*, tradução nossa.

40 Idem.

41 CUMMING, K. Ways of seeing: contextualising the continuum.

Maclean⁴² define os documentos como “partes de papel que constituem evidência de ações administrativas particulares das quais fazem parte”. Cumming julga que, em conformidade com essa concepção, a necessidade de preservar a evidência dos documentos foi capital para o entendimento do papel do *recordkeeping*, pois a preocupação com a gestão adequada dos documentos, independentemente de sua idade ou condição, estava conectada à captura e manutenção da evidência.⁴³ Consoante a autora:

As primeiras práticas arquivísticas australianas assim iniciaram um afastamento dos métodos descritivos baseados em filosofias bibliotecárias, em direção àquelas que equilibravam recuperação, valor informacional e representação de contexto, junto com a evidência e requisitos de *accountability*. Procurou-se integrar múltiplas perspectivas, múltiplos valores, múltiplos modos de ver. Foi assim instituída uma primeira forma de *recordkeeping* baseada no *continuum*.⁴⁴

Constatamos, desse modo, que o conceito de *recordkeeping* australiano difere do norte-americano. Este está precisamente adjudicado ao *records management*, enquanto aquele está assentado na manutenção de evidências de transações por meio de informações registradas e na expansão de seu domínio para além da gestão dos documentos administrativos, compreendendo, do mesmo modo, a administração de arquivos históricos.

Quanto a esse confronto, McKemmish⁴⁵ estabelece que se os entendimentos norte-americanos sobre o termo *recordkeeping*, baseados no conceito de ciclo vital de documentos, forem utilizados para interpretar os trabalhos dos membros da comunidade arquivística australiana, há uma grande possibilidade de equívoco. Com o intuito de minorar eventuais desvirtuamentos, a autora sugere o uso do termo *recordkeeping and archiving community* para se referir à comunidade que utiliza o conceito de *recordkeeping* australiano, que está diretamente associado à abordagem do modelo *records continuum*.

Julgamos impreterível tratar, neste ensejo, da opção pela não tradução do termo *recordkeeping* para o português. Verificamos que o assunto já foi objeto de discussão por Rocha,⁴⁶ quando do relato sobre a construção de uma base de dados de terminologia arquivística no contexto do Projeto InterPARES 3. Para a autora, os problemas de tradução estão baseados, especialmente, nas diferenças entre as práticas de gestão de documentos em diferentes países.

No caso específico do Brasil, temos uma aceitação ampla no que concerne ao uso do termo *records management* como correspondente a uma administração sistemática de documentos arquivísticos. O que não acontece no Brasil, segundo

42 MACLEAN, I. Australian experience in record and archives management, p. 34, tradução nossa.

43 Sobre evidência, destacamos a análise aprofundada realizada por Rosely Curi Rondinelli, a qual consta na quinta seção do terceiro capítulo de sua obra RONDINELLI, R. C. *O documento arquivístico ante a realidade digital*: uma revisão conceitual necessária.

44 CUMMING, K. Ways of seeing..., p. 44, tradução nossa.

45 MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice.

46 ROCHA, C. L. Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do Projeto InterPARES 3: alguns exemplos da experiência do Team Brasil.

Rocha, é a divisão da gestão de documentos nos subsistemas *record-making* e *record-keeping*, tal qual ocorre na ideia presente no InterPARES. No Brasil, existe um único sistema que abrange todas as fases da gestão de documentos. Desse modo, não existem termos em português para designar esses dois subsistemas, já que esses conceitos não foram desenvolvidos no Brasil.

De forma pragmática, uma possível solução seria a tradução do termo *keeping* para manutenção, sendo o conceito de *recordkeeping* equivalente a “manutenção de documentos arquivísticos”. No entanto, esse termo retrata apenas uma das funções presentes no *recordkeeping*. Salientamos que o conceito de *recordkeeping* analisado por Rocha está relacionado à noção norte-americana, restrita ao *records management*, o que torna ainda mais difícil representar a noção australiana de *recordkeeping*, que está vinculada à manutenção da evidência, em uma palavra ou termo em português.

O sistema de séries de Peter Scott

A década de 1960 pode ser considerada como o marco para a configuração de uma teoria arquivística própria da Austrália. Tem-se nesse período, além da autonomia da Archives Division Office, as mais eminentes contribuições de Ian Maclean e seus companheiros.

Cunningham⁴⁷ sinaliza que o trabalho desenvolvido à época era bastante influenciado pelos textos de sir Hilary Jenkinson e, em consequência, pelo modelo de prática arquivística desenvolvido pelo Public Records Office, em Londres. Ademais, havia o legado de Schellenberg, o que levou os arquivistas australianos a tentativas de utilização da abordagem de fundos, em especial do conceito de *record group*. De acordo com Laura Millar:

Como o *Manual dos arquivistas holandeses* encontrou seu caminho por toda a Europa, o termo holandês *archief* desenvolveu-se em *fonds d'archives* na França, *Provenienzprinzip* na Alemanha, *fondo* na Itália e Espanha, e *archive group* na Inglaterra. Com cada mudança na terminologia, cada tradução e redefinição, veio uma maior ênfase em uma visão custodial. Arquivistas gerenciavam os materiais nas mãos, e a proveniência desses materiais estava ligada a um único criador, mais frequentemente à última pessoa ou órgão responsável.⁴⁸

De acordo com Duranti e Franks,⁴⁹ o conceito de *record group* foi desenvolvido nos Estados Unidos no domínio do Finding Mediums Committee, o qual tinha como objetivo auxiliar o arquivo nacional norte-americano a descobrir como demarcar agrupamentos dissemelhantes de documentos federais que eram recolhidos. Por meio de um memorando de 1941, tem-se a primeira definição formal do termo *record group*. Basicamente, vetou-se o uso do termo “coleção”, que remetia às práticas das bibliotecas, e descartou-se o uso do termo *fonds*, porque, segundo Fenyo,⁵⁰ “ninguém tinha certeza do que a palavra significava, a não ser os franceses”.

47 CUNNINGHAM, A. Archival institutions.

48 MILLAR, L. An unnecessary complication: international perspectives on Peter Scott's series system, p. 12, tradução nossa.

49 DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (ed.). *Encyclopedia of archival science*.

50 FENYO, M. The record group concept: a critique, p. 229, tradução nossa.

Maclean constatou que a aplicação da abordagem trazida pelo conceito de *record group* para o controle intelectual dos arquivos australianos era ineficiente. Tendo como base as lições previstas no *Manual dos arquivistas holandeses*, desprende-se que os arquivos só podem ter uma proveniência. Entretanto, Cunningham⁵¹ entende que tal fato não reflete a realidade, pois o mundo real é um lugar complexo, que ocasiona inter-relacionamentos dinâmicos entre diferentes organizações produtoras de documentos. Para exemplificar o disposto, o autor analisa a constante variação administrativa nos governos e em grandes corporações na Austrália:

A paisagem burocrática australiana é perpetuamente mutável, com constantes realocações de funções entre um conjunto de unidades administrativas, agências governamentais e departamentos ministeriais extremamente instáveis. Embora essa tendência tenha se tornado mais perceptível com o passar do tempo, histórias administrativas complexas sempre foram uma das características dos empreendimentos burocráticos australianos. Quando funções são realocadas, os documentos são normalmente realocados com elas. Por exemplo, entre 1916 e 1945, a função de restrição de imigração (e os documentos relativos à performance de implementação dessa função) foi transferida para dez departamentos governamentais diferentes: Assuntos Externos; Interior e Territórios; Assuntos Internos; do Primeiro-Ministro; Mercados e Migração; do Primeiro-Ministro; Transporte; Interior I; Interior II; e Imigração.⁵²

Cunningham acentua que, de forma intuitiva, surgiram as primeiras ideias quanto à importância da análise do contexto de produção dos documentos, tendo em conta a verificação dos documentos como produtos de uma história administrativa complexa. No início da década de 1960, a equipe do CAO, tendo como representantes essenciais Ian Maclean, Keith Penny e Peter Scott, passa a pensar em uma abordagem alternativa para a descrição e o controle dos documentos. Peter Scott, em 1964, faz a sugestão radical de se abandonar o fundo como principal elemento para o controle intelectual dos arquivos e exprime como proposta a adoção da série, baseada em funções.

Os fatores que sucederam à decisão pelo abandono do conceito de *record group* estavam estreitamente ligados aos problemas advindos de sua aplicação no campo dos arquivos australianos. Tais problemas são enumerados por Scott:⁵³

1. Sucessivas transferências de custódia de documentos entre órgãos: nesse caso, tem-se a criação de séries documentais por um órgão e sua separação e transferência por outros órgãos. Como exemplo, Scott cita o recebimento, pelo CAO, de partes de correspondências de diversos órgãos distintos que desempenharam uma mesma função. Na compreensão do autor, caso os documentos fossem integrar seus respectivos *records groups*, as séries documentais seriam separadas de sua primeira associação administrativa, o que acarretaria uma cisão permanente e uma consequente destruição da ordem original.

51 CUNNINGHAM, A. Archival institutions.

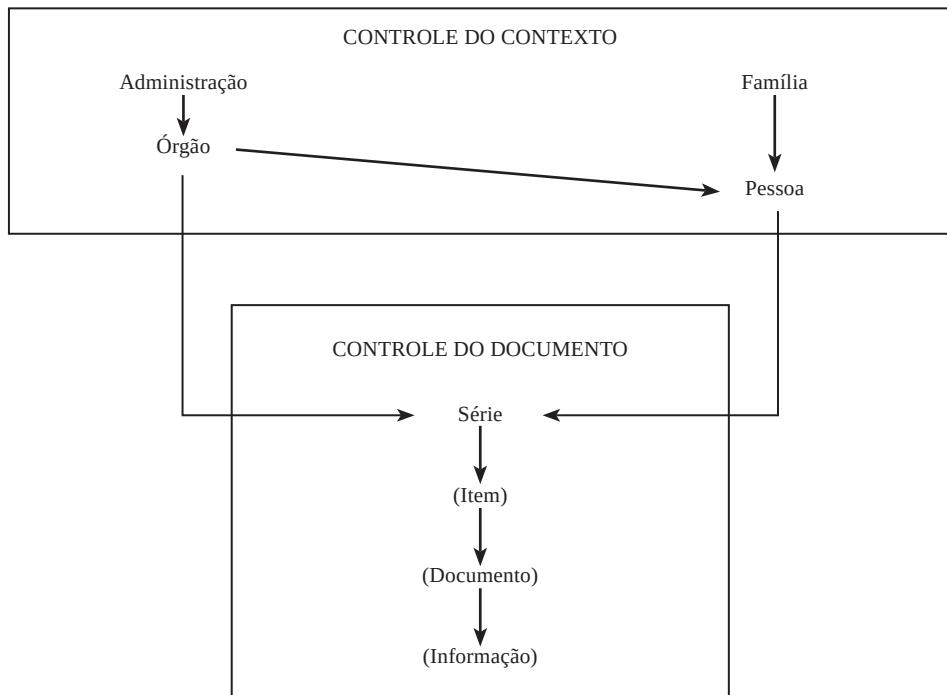
52 CUNNINGHAM, A. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da Isaar (CPF), p. 80.

53 SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment.

2. Criação de documentos por vários órgãos: Scott assinala que três possibilidades podem surgir nessa circunstância:
 - Atribuição do *record group* ao último órgão produtor: o autor utiliza como exemplo a criação de uma série documental de correspondências no período de 1903 a 1938 pelo Department of External Affairs até 1916, pelo Department of Home and Territories, de 1916 a 1928, pelo segundo Department of Home Affairs, de 1928 a 1932, e pelo primeiro Department of Home Interior, a partir de 1932. A atribuição da série ao último produtor priva os outros órgãos de um importante conjunto de seus documentos e torna o *record group* obscuro, uma vez que o último órgão se estabeleceu apenas em 1932 e não participou da criação da série que começou em 1903.
 - Formação de um grupo composto por documentos criados pelo primeiro órgão produtor e seus sucessores: Scott acentua que tal solução pode suscitar a concepção de grupos fictícios, que não fornecem o verdadeiro contexto administrativo para a interpretação dos documentos.
 - Separação das séries e sua alocação conforme seu respectivo órgão produtor: Scott afirma que caso seja aplicado estritamente o recomendado por Jenkinson, tal procedimento pode garantir o contexto administrativo, mas prejudica a ordem original e a organicidade dos documentos dentro das séries.
3. Numeração das séries de acordo com o *record group*: Scott entende que há uma sequência lógica entre as séries dentro de um grupo de documentos, que pode ser funcional, estrutural, por tipo, por classe ou cronológica. Quando uma nova série é incorporada, sua inserção na sequência lógica das séries é dificultada, posto que sua descoberta pode ocorrer em um momento posterior. Para Scott, a utilização do *record group* não é suficiente para lidar com a flexibilidade da numeração das séries.
4. Utilização do *record group* para determinar a localização dos arquivos: tendo em vista o armazenamento físico das séries em um arquivo, Scott aponta que o conceito de *record group* preconiza a ordenação das séries dentro do conjunto. Quando ocorre uma incorporação posterior ao conjunto – a título de exemplo, a série n. 2 de 50 –, Scott questiona se é necessária a realocação de todas as demais séries para a inclusão da nova série em sua posição correta. Desse modo, o autor conclui que o *record group* não permite um armazenamento eficiente.
5. A própria definição de *record group*: para Scott, existe um problema ocasionado pela ausência de uma interpretação consistente do conceito de *record group*. Baseando-se no disposto por Jenkinson, Scott indaga a não abordagem quanto às subdivisões dos órgãos produtores, como as seções, divisões e outros. Na percepção do autor, a arbitrariedade do conceito é suficiente para inquirições quanto a sua utilidade.

Como solução para os problemas exteriorizados, Scott⁵⁴ sugere o abandono do *record group* como a primeira categoria de classificação e base para o arranjo físico dos documentos e propõe a utilização da série como o primeiro nível de classificação. Essa mudança, para o autor, possibilita tanto a manutenção dos documentos no seu contexto administrativo, quanto a manutenção da ordem original, devido à alocação física dos documentos nas séries apropriadas. Outrossim, essa nova sistemática viabiliza a não inclusão das séries em uma ordem física original, pois o contexto administrativo e as associações são registradas em outros instrumentos. Scott ilustra uma versão simplificada do sistema por meio de um diagrama que demonstra as relações estruturais entre seus elementos.

Figura 4 O sistema de séries de Peter Scott



Fonte: adaptado de SCOTT, P. J. The record group concept...

O sistema é construído com base em dois componentes, o controle do documento e o controle do contexto. O primeiro compreende quatro elementos: série, item, documento e informação. As séries, segundo Scott, possuem vínculos “interelementos”, realizados com o contexto administrativo, isto é, os órgãos ou pessoas que as produzem ou controlam. Adicionalmente, as séries possuem vínculos “intraelementos”, que são aqueles entre séries anteriores ou posteriores, que se referem a uma mesma função ou que contêm informações semelhantes e também aos instrumentos utilizados para controlar as séries, como índices e registros.

54 SCOTT, P. J. The record group concept...

No que se refere ao segundo componente do sistema, o controle do contexto, Scott estabelece a existência de quatro elementos básicos: administração,⁵⁵ órgão⁵⁶ família e pessoa. A administração possui vínculos “interelementos” com os órgãos vinculados, por meio de sua estrutura. Também se relaciona com outras diacronicamente – antecedentes e subsequentes – e estruturalmente. Como exemplo, Scott cita as relações entre o governo da Austrália e o do Reino Unido. Os órgãos são ligados às administrações às quais pertencem, às pessoas empregadas e às séries documentais produzidas. Os órgãos também se relacionam entre si diacronicamente – antecedentes e subsequentes – e estruturalmente, de acordo com os vínculos hierárquicos. Ademais, Scott estabelece que os órgãos são elementos livres dentro do sistema, pois podem se transferir entre administrações públicas, privadas, estaduais e federais. Como exemplo, o autor cita a transferência dos Mercantile Marine Offices dos estados para a federação em 1922, e a transferência da Qantas Empire Airways, uma instituição privada até 1947, que passou a integrar a estrutura do governo federal.

Os outros dois elementos, família e pessoa, fornecem o contexto necessário para os arquivos de pessoas, famílias e, também, para os órgãos cujos documentos são produzidos por determinados indivíduos. As famílias se relacionam com as pessoas que as compõem e estas se relacionam às suas respectivas famílias, aos órgãos a que estão associadas e às séries documentais que produzem. Scott estabelece que é necessária a criação de registros de famílias e pessoas, a fim de que as relações entre elas e os órgãos sejam registradas. Nesses instrumentos, devem constar pequenas declarações biográficas para cada indivíduo e para a história e genealogia de cada família. Assim como os órgãos, as pessoas são elementos livres dentro do sistema, visto que pode haver a migração de pessoas entre famílias. Quanto à documentação dos vínculos, Scott sugere a criação de um instrumento denominado Registro de Séries Documentais, que controla a numeração e registra a descrição das séries. Julgamos relevante expor uma adaptação do referido instrumento, a fim de que a compreensão sobre a aplicação prática do sistema de séries seja facilitada (figura 5).

Scott assinala que o conceito de *record group* limita a gestão de arquivos e é uma complicação desnecessária. Segundo o autor, a adoção do *series system* evita todas as dificuldades ocasionadas pelo arranjo físico e permite o estabelecimento de relacionamentos mais eficientes entre os documentos e seu contexto de criação.

Smith enfatiza que as práticas relacionadas ao tratamento de documentos herdadas da tradição britânica consistiam basicamente nos conceitos de *registry*, que incorporavam funções de arquivamento aos protocolos, e de *preaction filing*, que consistia na inclusão de documentos produzidos ou recebidos em dossiês, distribuídos para as unidades administrativas apropriadas. Durante a Primeira Guerra Mundial, a prática predominava. Os dossiês passaram a compor séries numéricas ou classificadas de acordo com a função correspondente. Nos dois

55 Na definição de Scott, equivale a um governo ou a uma instituição privada.

56 O termo órgão foi utilizado como correspondente de *agency*, definido por Scott como uma parte da *organisation* que possui um sistema de *recordkeeping* próprio.

tipos, havia a presença de outros indexadores, como nomes e assuntos. Esses sistemas de ordenação contribuíram para o trabalho posterior dos arquivistas, haja vista a maior facilidade na identificação das séries e no rastreamento de documentos por várias séries. De acordo com Scott, estas consistem em

um grupo de itens documentais, que, sendo controlados por números ou outros símbolos, estão na mesma sequência numérica ou de símbolos, ou que, não sendo controlados por números ou símbolos, resultam de uma mesma acumulação ou processo de arquivamento e que possuem forma física e conteúdo informacional semelhantes.⁵⁷

Figura 5 Registro de séries documentais

Formulário CAO 39	COMMONWEALTH ARCHIVES OFFICE	
	Registro de Séries Documentais	N. CRS AL.
	A série descrita abaixo foi incorporada ao Commonwealth Register of Record Series:	
DESCRIÇÃO		
<ol style="list-style-type: none">1. Título da série: Correspondências, numeração única anual de séries2. Data-limite (Séries): 1903-1938 (Conteúdos): 1885-1940		
<ol style="list-style-type: none">3. Sistema de registro: numeração anual única4. Intervalo entre os números de registro: 1903/79 - 1938/339735. Ordenação dos itens: numérico6. Dimensão do item: 131/2 X 81/2 X espessura do arquivo7. Quantidade: 1040 caixas (tipo n. 1)		
VÍNCULOS INTERELEMENTOS		
<ol style="list-style-type: none">8. Órgãos produtores: 1903-1916: CA 7, Department of External Affairs (I) 1916-1928: CA 15, Department of Home and Territories 1928-1932: CA 24, Department of Home Affairs (II) 1932-1938: CA 27, Department of the Interior (I)9. Órgãos gerenciadores: CA 12, Prime Minister's Department CA 18, Department of External Affairs (II) CA 31, Department of the Interior (II) CA 60, Department of Immigration CA 60, Department of Territories		
<ol style="list-style-type: none">10. Legislação relacionada: não há		
VÍNCULOS INTRAELEMENTOS		
<ol style="list-style-type: none">11. Séries anteriores: 1902: CRS AS, Folio series files CRS A9, A series files 1910: CRS A63, A series files 1924: CRS A5, NG series files 1925: A3, NT series files12. Séries posteriores: 1910: CRS A63, A series files 1911: CRS A3, NT series files 1923: CRS A5, NG series files 1939: CRS A659, class I files		
<ol style="list-style-type: none">13. Controle relacionado ou séries controladas: 1903-1910: CRS A30 Number Registers CRS A31 Index Books 19011-1938: CRS A69 Number Registers CRS A70 Index Cards, Miscellaneous Cabinet CRS A71 " ", Immigration Cabinet CRS A12 " ", Papua/New Guinea Cabinet CRS A14 " ", Northern Territory Cabinet CRS A82 " ", Norfolk Island Cabinet		

Fonte: adaptado de SCOTT, P. J. The record group concept...

57 SCOTT, P. J. The record group concept..., p. 498, tradução nossa.

O foco de Scott não estava estritamente nas séries, mas sim no estabelecimento de uma distinção entre a descrição dos documentos e do contexto administrativo. A série, de acordo com Scott, oferecia o veículo mais eficiente para a descrição dos documentos. Entretanto, destacamos que elas não foram artificialmente construídas por Scott e sua escolha pode ser justificada pela herança britânica, conforme exposto acima.

Muitas vezes ela foi vista como um ataque ao princípio da proveniência pela comunidade arquivística internacional, mas Scott possuía um entendimento diverso sobre sua abordagem. O autor defendia o sistema de séries como o meio mais eficiente para o registro da verdadeira e complexa natureza da proveniência e sistemas de arquivamento de documentos, principalmente quando em paralelo à abordagem de fundos.

Cunningham consente que a visão australiana não vai de encontro ao determinado pelo princípio da proveniência, haja vista a compreensão de que a proveniência não pode ser reduzida a uma simples relação um a um entre o produtor dos documentos e os próprios documentos. “A visão simplista da proveniência, que é incorporada na abordagem de fundos na descrição arquivística, representa, para nós, uma corrupção do princípio arquivístico de *respect des fonds*”.⁵⁸

Em essência, de acordo com Cunningham, o sistema de séries de Peter Scott consiste em dois componentes inter-relacionados:

- controle do contexto, que é alcançado por meio da identificação e do registro das entidades produtoras de documentos e de outras que fazem parte do ambiente e da documentação das histórias administrativas e biográficas daquelas entidades, suas responsabilidades funcionais e suas relações umas com as outras e com os sistemas de arquivamento por elas mantidos; e
- controle dos documentos, que é obtido por meio da identificação, registro e documentação das séries e/ou dos itens que as compõem.

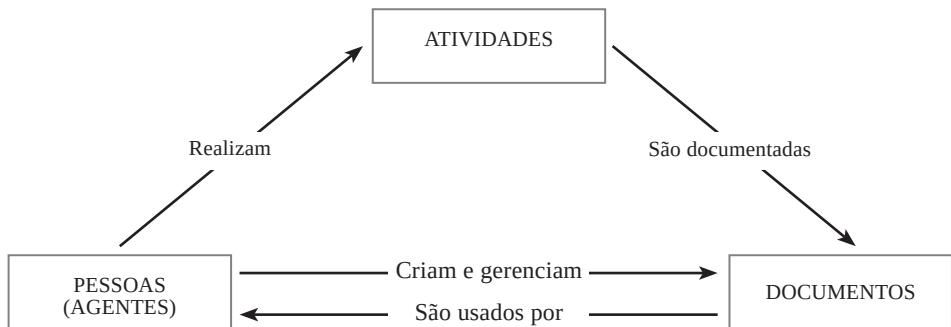
Ainda de acordo com o autor, constata-se que no *series system*, as entidades que precisam ser documentadas e relacionadas às descrições dos documentos incluem indivíduos, famílias, organizações, equipes de projetos, agências governamentais e ministeriais, os próprios governos, funções e atividades. É essa complexa rede de relacionamentos dinâmicos entre essas várias entidades que sustenta as transações que levam à produção de documentos. É, portanto, essencial capturar a documentação desses relacionamentos, de modo a oferecer o conhecimento do contexto necessário para se compreender o conteúdo dos documentos.

Cunningham entende que o *series system* australiano constitui uma dinâmica abordagem para o controle intelectual dos documentos. Utilizando o

58 CUNNINGHAM, A. O poder da proveniência na descrição arquivística..., p. 81.

sistema, qualquer conjunto de documentos pode ser visto simultânea ou sucessivamente por meio de múltiplos prismas contextuais, que refletem a natureza dinâmica e contingencial da criação de documentos. Cunningham⁵⁹ identifica as três principais entidades presentes no *recordkeeping* e demonstra quais são as relações estabelecidas por elas (figura 6).

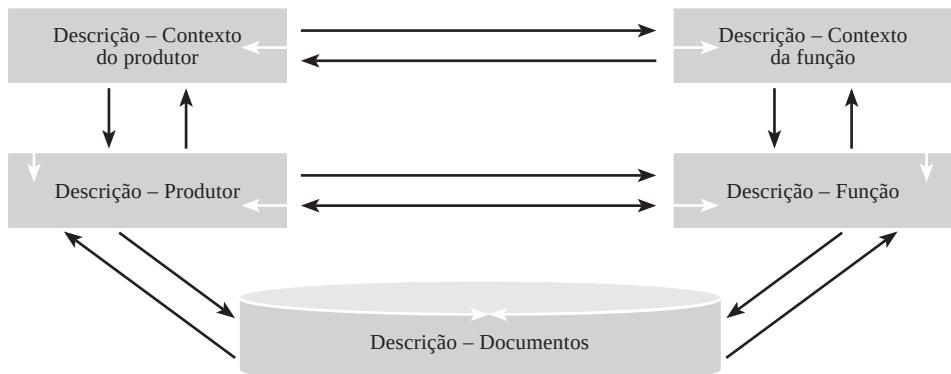
Figura 6 Relacionamentos das três entidades do *recordkeeping*



Fonte: adaptado de CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system...

Em seguida, o autor explicita um modelo de representação do sistema de séries de acordo com a descrição arquivística (figura 7).

Figura 7 Modelo de representação do sistema de séries de acordo com a descrição arquivística

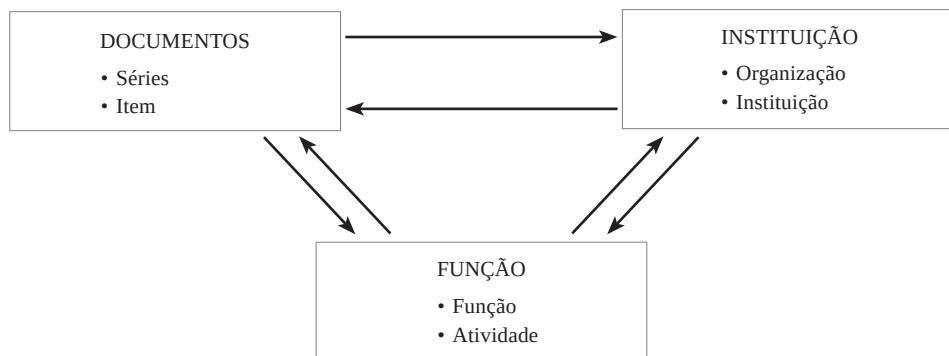


Fonte: adaptado de CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system...

Por fim, Cunningham sugere que o sistema de séries implementa instâncias dentro de cada uma das três entidades do *recordkeeping*, que podem ser descritas em diferentes níveis de granularidade, com a existência de relacionamentos entre os níveis (figura 8).

59 CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system...

Figura 8 Relacionamentos entre os diferentes níveis de descrição das principais entidades do *recordkeeping* de acordo com o sistema de séries



Fonte: adaptado de CUNNINGHAM, A. Peter J. Scott and the Australian series system...

McKemmish, Piggott e Reed⁶⁰ consideram Scott um dos primeiros teóricos a desafiar o consenso estabelecido pela abordagem de fundos. No entendimento de Scott, só era possível cumprir com o estabelecido pelo princípio de respeito aos fundos, por meio do que ele intitulava “sistemas de controle de contexto”, que consistiam em sistemas de descrição que registravam documentos e seus contextos. Logo, entendemos que a interpretação de Scott sobre os fundos era uma construção lógica, não física.

Kate Cumming sinaliza que a abordagem multicomadas para uma descrição contextual permite um potencial ilimitado de associações e relacionamentos a serem estabelecidos dentro das entidades e entre elas. Para a autora:

O sistema de séries funciona porque documentos e seu contexto evoluem e se inter-relacionam e, consequentemente, estruturas descritivas necessitam ser suficientemente flexíveis para acomodar esta evolução e inter-relação. Sistemas de *recordkeeping* também precisam incorporar múltiplas perspectivas, várias maneiras de ver, vários requisitos para a transmissão de significado através do tempo e vários pontos de vista diferentes para ver e compreender os processos de *recordkeeping*. O *series system* permite esse dinamismo e fluidez e, portanto, é uma forma de *recordkeeping* baseada no *continuum* em ação.⁶¹

Para Laura Millar,⁶² Peter Scott acreditava que o foco nas séries permitiria aos arquivistas a representação da natureza dinâmica dos documentos e a identificação não apenas do último criador, mas de todos os órgãos responsáveis ao longo do tempo. Desse modo, a grande transformação proposta por Scott foi a separação da descrição dos documentos da descrição dos criadores, funções e atividades. A autora sustenta que Scott desafiou os arquivistas a repensarem o seu papel na gestão dos documentos modernos.

60 MCKEMMISH, S.; REED, B.; PIGGOT, M. The archives.

61 CUMMING, K. Ways of seeing..., p. 45, tradução nossa.

62 MILLAR, L. An unnecessary complication...

Barbara Reed entende que o sistema de séries foi delineado para uma aplicação prática dentro de uma instituição arquivística que enfrentava impasses particulares: uma instituição muito recente lidando predominantemente com documentos do século XX e não muito incomodada com as restrições de acesso estabelecidas pela *50-year access rule*. Para a autora, o sistema é baseado em um simples e elegante modelo de dados que identifica entidades estáveis de descrição e fornece flexibilidade ao permitir alterações de relacionamentos entre as que serão documentadas de acordo com as necessidades ao longo do tempo. O resultado é um sistema dinâmico que documenta pontos precisos de representações temporais e seu relacionamento com os criadores. Indispensável se faz sobrelevar a maneira como ele respeita a coerência dos sistemas de *recordkeeping*, na medida em que se torna uma extensão desses sistemas dispersos, provendo uma camada de contextualização àqueles existentes, o que torna o sistema escalável.

Reed frisa que o sistema foi concebido para operar ao longo da gestão de todos os documentos de um órgão, isto é, os que estão fisicamente alocados nos arquivos e os que ainda estão em seus ambientes de criação. De acordo com a autora:

O sistema era inherentemente capaz de prover uma aplicação neutro-custodial para essa premissa. Implícito a esse fato está também o entendimento de que sistemas de arquivo podem criar uma virtual, ao invés de física, representação do todo. Quando combinados, esses *insights* do sistema de séries provam-se aplicáveis aos documentos em todos os ambientes, em todos os tempos, não restrito ao governo ou a uma instituição particular – mas extensível, escalável e adequado para ambientes digitais complexos.⁶³

É interessante ressaltar a reação da comunidade arquivística internacional ante as proposições de Scott. A maior parte dos arquivistas da América do Norte rejeitou suas ideias, quando da publicação do artigo “The record group concept: a case of abandonment?” no periódico *The American Archivist*, em 1966. Hurley⁶⁴ justifica que tal objeção deveu-se ao emprego da palavra “abandono” no título do artigo, o que fez com que muitos arquivistas condenassem as propostas como uma espécie de heresia. A oposição às ideias de Scott era inefável e não se restringia apenas à proposta de abandono do fundo como objeto de descrição. Entendemos que os arquivistas associaram o sistema de Scott a uma tentativa de deslegitimar o princípio da proveniência, fundamental no campo da arquivologia. Assim, foi de pronto desacreditado.

Compreendemos que a principal virtude do sistema não está na escolha da série como a principal entidade de descrição, e aquiescemos com a análise realizada por Hurley, que reitera que o uso das séries como entidade preferida não é essencial para a sua aplicação. Logo, o autor justifica sua predileção pelo termo *australian system*, em vez de *series system*.

63 REED, B. Standing on the shoulders of giants: the legacy of Peter Scott’s archival thinking, p. 21, tradução nossa.

64 HURLEY, C. The Australian (“series”) system: an exposition.

Millar declara que muitos arquivistas se interrogaram: por que mudar? A autora acentua que Meyer Fishbein, do arquivo nacional norte-americano, não via necessidade de se alterar o *status quo*. Na Inglaterra, em 1972, Michael Roper afirmou que a solução radical de Scott não seria efetiva no Public Records Office, uma vez que o *archive group*, de Jenkinson, já funcionava bem para as coleções de documentos antigos. Para o francês Michel Duchein, o conceito de *record group*, conforme definido pelo arquivo nacional norte-americano, era vago, mas o *series system* era errado. Duchein propunha o retorno da noção francesa de *fonds*, que, segundo o autor, funcionava muito bem, mas era mal aplicada.

Con quanto a pequena quantidade de debates na literatura arquivística, as propostas de Duchein sobressaíram. No final da década de 1980, os arquivistas da Europa e da América do Norte decidiram pela adoção do *respect des fonds* como base para a descrição de arquivos. De acordo com Millar,⁶⁵ “caso o termo *fonds* fosse adotado ou não, a essência da abordagem era custodial: a descrição se iniciaria em um ponto posterior à seleção dos documentos para a preservação e arranjo permanentes”. À luz da abordagem custodial, normas nacionais e internacionais de descrição foram desenvolvidas na década de 1980, como a RAD e a Isad (G), ambas utilizando o fundo como o primeiro nível de descrição.

O sistema australiano na contemporaneidade e as bases intelectuais do *records continuum*

Destacaremos, do mesmo modo, a relevância do sistema de séries para a teoria arquivística, sobretudo a australiana. Embora as ideias de Scott não tivessem sido bem aceitas pela comunidade internacional quando da publicação de seu seminal artigo na *The American Archivist* em 1966, o sistema desenvolvido pelo autor foi de notável significância para o desenvolvimento da teoria arquivística australiana e passou a ser reconhecido no plano internacional – mesmo que várias décadas adiante – como de grande importância para a descrição de documentos, para a gestão de documentos digitais e para uma reinterpretação do princípio da proveniência.

Para Cook, a reflexão primordial de Scott foi sobre a constatação de que a tradicional hipótese de relacionamento um a um entre os documentos e seu contexto de criação não era mais válida. Ademais, Scott foi responsável por desenvolver um sistema que proporcionava a descrição de múltiplos relacionamentos entre os diversos produtores de documentos e as diversas séries documentais, onde quer que estivessem no *continuum* da gestão de documentos – nos setores de criação, nos arquivos correntes ou em arquivos permanentes. Com base nas proposições de Scott, os arquivistas australianos passaram a desenvolver e aperfeiçoar o sistema de séries, de modo a adicionar novos relacionamentos.

Cook ressalta as contribuições de Scott para a teoria arquivística e o reputa como fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico.

65 MILLAR, L. An unnecessary complication..., p. 15, tradução nossa.

A contribuição essencial de Scott foi o rompimento (ao invés de uma simples modificação) não apenas com a camisa de força descritiva do *record group* de Schellenberg, mas com toda a mentalidade sobre a “fiscalidade” dos arquivos em que a maior parte do pensamento arquivístico desde o *Manual dos [arquivistas] holandeses* esteve implicitamente baseada. Dessa forma, como está finalmente sendo reconhecido, Peter Scott é o fundador da revolução pós-custodial no pensamento arquivístico mundial. Embora ele tenha trabalhado em um mundo de papéis, suas ideias são agora especialmente relevantes para os arquivistas enfrentarem os documentos digitais, onde – assim como no sistema de Scott – a fiscalidade do documento tem uma pequena importância comparada aos contextos multirrelacionais de criação e uso contemporâneo.⁶⁶

Apenas após quase quarenta anos, houve sinais de que arquivistas europeus e norte-americanos passariam a reconhecer a natureza fluida dos documentos e dos sistemas de gestão. Laura Millar⁶⁷ focaliza a revisão da norma Isaar (CPF), publicada em 2004, que passou a incorporar uma discussão do ICA acerca de como relacionar registros de autoridade com os atuais documentos arquivísticos, reconhecendo a validade da proveniência múltipla. No caso do Canadá, tem-se a revisão da norma RAD, que passou a permitir tanto o fundo quanto a série como o mais amplo nível de descrição. Em 2006, no intuito de desenvolver sistemas de descrição arquivística flexíveis, o ICA desenvolveu a norma ISDF, com o objetivo de explicar como e por que os documentos são criados e utilizados, e de mostrar os relacionamentos com funções, atividades e outros documentos.

Mesmo que variações tenham ocorrido, Millar entende que o foco dos arquivistas ainda são os fundos como entidades estáticas. Para a autora, os arquivistas britânicos, norte-americanos e canadenses continuam enfatizando os documentos históricos, que chegam às instituições arquivísticas após o término do ciclo de vida. Tal fato, de acordo com Millar, vigoriza o distanciamento entre aqueles que gerenciam documentos correntes daqueles que administraram os permanentes.

Cunningham⁶⁸ realça a inclinação internacional em direção à lógica de utilização de sistemas para o controle intelectual dos documentos baseados em descrições separadas, mas relacionadas, de documentos e do seu contexto de produção. Para o autor, o desenvolvimento da norma Isaar (CPF) ilustra claramente o redirecionamento do pensamento arquivístico. Sua primeira edição consistiu em uma tentativa corajosa, porém com falhas, de trazer de volta a discussão proposta por Scott e Maclean décadas antes.

Na tentativa de incorporar à descrição arquivística a descrição do contexto de produção dos documentos, o que se viu foi o emprego de mecanismos bibliográficos tradicionais de controle de autoridade. A publicação da primeira

66 COOK, T. Archives in the post-custodial world..., p. 39, tradução nossa.

67 MILLAR, L. An unnecessary complication...

68 CUNNINGHAM, A. O poder da proveniência na descrição arquivística...

edição da norma em 1996 pode ser qualificada como um marco divisório no desenvolvimento da descrição arquivística internacional, um documento visionário. No entanto, Cunningham entende que a maior parte dos arquivistas não estava pronta para a utilização do controle de autoridade, tampouco para descrições de contexto separadas.

Com o cumprimento da política do ICA de revisar as normas em um período de cinco anos, o Committee on Descriptive Standards iniciou em 2001 o exame da norma Isaar (CPF) e a publicou com uma articulação mais sofisticada, a fim de que se tornassem mais facilmente perceptíveis as vantagens da produção de descrições separadas. A norma se baseou em três componentes: o controle de autoridade, a descrição das entidades produtoras de documentos e o uso de referências cruzadas – relacionamentos – entre descrições separadas de documentos produzidos por várias entidades.

Além da relevância do sistema de séries para a renovação da descrição arquivística, salientamos a pertinência de sua aplicação na gestão de documentos digitais, mesmo que tal fato jamais tenha sido imaginado por Scott na década de 1960. Reed admite que o sistema de séries pode ser utilizado para a compreensão da complexidade imposta pela tecnologia. A autora cita a dificuldade em identificar e conceituar a proveniência dos documentos criados por sistemas informacionais complexos e colaborativos compartilhados por múltiplos órgãos. Nesse panorama, o sistema de séries se apresenta como forma eficaz de gerenciar esses relacionamentos, de modo a permitir a descrição da realidade complexa.

A noção de proveniência paralela articulada por Chris Hurley, a qual consiste na criação de documentos por múltiplos agentes ao mesmo tempo, também pode ser tratada sob a luz do sistema de séries. O foco no conhecimento da conjuntura de produção dos documentos passou a ser crucial para a sua completa contextualização e significação. Hurley⁶⁹ indica que, no passado, as mudanças nos sistemas de gestão de documentos e no seu respectivo contexto ocorriam lentamente, de modo a deixar intacta a evidência física no caso de perda ou mutação de um sistema de *recordkeeping* e das associações contextuais. Já no caso dos digitais, tem-se a perda da evidência física, que ocorre simultaneamente à criação.

De acordo com o autor, para que os documentos tenham significado e sua sobrevivência garantida, o conhecimento do *recordkeeping* e do contexto de criação é essencial, haja vista a ausência das características físicas que incorporavam e particularizavam esse conhecimento. O cunho virtual e intelectual do sistema de séries é sobrelevado por Reed:

Agora localizado em um mundo digital onde muitas de nossas práticas estão lentamente sendo reveladas como consequência da fiscalidade, estamos tendo que reexaminar quais práticas devem ser mantidas e quais devem ser reconceituadas e

69 HURLEY, C. The Australian (“series”) system...

substituídas em um mundo digital virtual. O sistema de séries nos fornece modelos para pensar além do físico. O sistema quebrou o nexo de arranjo físico de modo que era, na época, bastante desafiador para muitos implementadores. No entanto, o legado dessa quebra foi a capacitação da habilidade para operar com alguma confiança na evolução do primórdio do mundo digital.⁷⁰

Por fim, evidenciaremos a importância do sistema de séries ou, tomando como base sua acepção mais ampla, sistema australiano, para o desenvolvimento do pensamento arquivístico australiano, principalmente sobre sua influência para a construção da abordagem de *records continuum*.

Reed notabiliza o papel do sistema ao considerá-lo uma das influências indispensáveis ao desenvolvimento da teoria arquivística da Austrália. A título de exemplo, a autora cita que grande parte da influência exercida pela teórica Sue McKemmish para a literatura arquivística australiana tem base conceitual no sistema de séries, especialmente no que corresponde ao projeto de pesquisa Spirt Recordkeeping Metadata Research Project, realizado em 1998/1999, que forneceu subsídios teóricos para o desenvolvimento de normas relacionadas à padronização de metadados, tendo em destaque a ISO 23.081 – Records Management Processes of Metadata.

O reconhecimento da relevância de Scott para a criação do sistema de séries é evidente e unânime. Todavia, há de se frisar os esforços despendidos pela comunidade arquivística australiana na sua aplicação prática e no seu aperfeiçoamento teórico ao longo dos anos. McKemmish, Reed e Piggott⁷¹ acentuam o papel de Chris Hurley como um expressivo responsável pela exploração de todo o potencial do sistema de séries. Os autores assinalam seus artigos e sua prática inovadora, que estenderam as bases conceituais e os princípios do sistema aos desafios impostos pela descrição de documentos e contextos, abordando sua complexidade e relacionamentos multidimensionais no mundo virtual no início do século XXI.

Para Hurley,⁷² o sistema australiano não pode ser entendido somente com base nos artigos de Scott, muito menos pela prática descritiva na Austrália. O autor realça a importância dos arquivistas desse país que estiveram na vanguarda do desenvolvimento de normas relacionadas a documentos arquivísticos. Tais esforços obtiveram reconhecimento internacional, tendo como principal expoente a The Australian Records Management Standard (AS-4.390), que foi a base para a International Records Management Standard (ISO 15.489). Duranti e Franks⁷³ percebem que a compreensão e a implementação do sistema de séries foram dificultadas em virtude da ausência de um manual formal ou de uma codificação para o uso geral do sistema. Essa lacuna foi ocupada em 2007, quando o Australian Society of Archivists Committee on

70 REED, B. Standing on the shoulders of giants..., p. 26, tradução nossa.

71 MCKEMMISH, S.; REED, B.; PIGGOT, M. The archives.

72 HURLEY, C. *What, if anything, is the Australian series system?*

73 DURANTI, L.; FRANKS, P. C. *Encyclopedia of archival science*.

Descriptive Standards publicou o manual *Describing archives in context: a guide to Australasian practice*.

Outrossim, Reed⁷⁴ cita o reconhecimento dado pelos pensadores do *records continuum* a Peter Scott e Ian Maclean, que designam o sistema de séries como uma das bases que fundamentam o modelo. Millar⁷⁵ aponta que o conceito australiano de *continuum* se desenvolveu assentado na flexibilidade fornecida pela abordagem de Scott. Já Cumming⁷⁶ consente que o sistema de séries foi o primeiro sistema de descrição pós-custodial e baseado no *continuum*. Hurley indica:

Além de alguns documentos “antigos” herdados das colônias da pré-federação, os arquivos tratavam apenas com documentos recentes. Não havia, simplesmente, arquivos no sentido antiquado (um corpo estável, finito, físico de documentos mantidos fora do *continuum*) a serem descritos. O que se desenvolveu foi um sistema que poderia ser aplicado a qualquer documento, independentemente da custódia ou localização, do momento da criação e através do *continuum*, que poderia também refletir tanto o passado quanto as mudanças futuras no *status* (proveniência e controle) e do *recordkeeping system*.⁷⁷

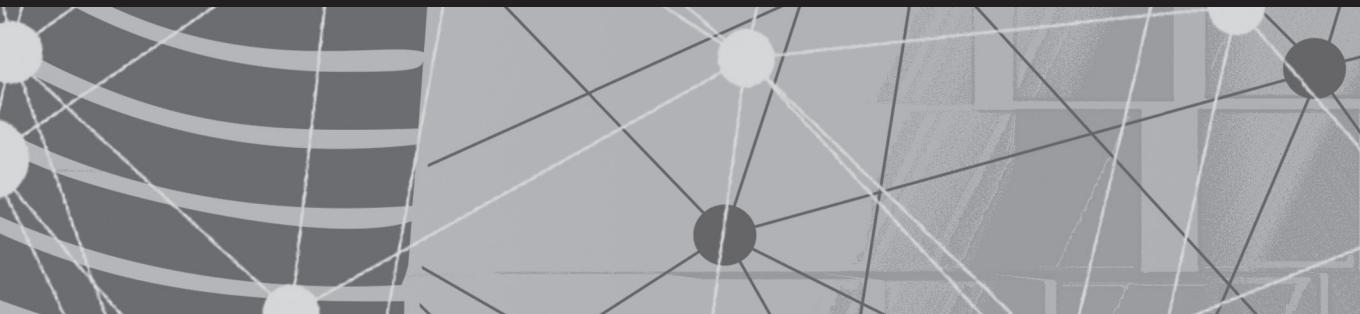
Duranti e Franks compreendem que o atributo substancial do sistema de séries, o qual foi bastante criticado à época de sua criação, consistia no desejo de se desenvolver um sistema de controle de documentos integrado – em vez de desconectado – ao mundo do *recordkeeping* corrente. As autoras atribuem a Maclean a condição de oponente vitalício a qualquer tendência de desconexão entre *records* e *archives*. Consoante destacado por Cunningham, Scott atribui o grande entusiasmo de Maclean com o sistema não apenas à solução explicitada para os problemas causados pelas alterações administrativas, mas à visão de controle intelectual dos documentos não limitada ao entendimento custodial tradicional, fato que também torna Maclean um dos precursores da abordagem de *continuum* na arquivologia.

74 REED, B. Standing on the shoulders of giants...

75 MILLAR, L. An unnecessary complication...

76 CUMMING, K. Ways of seeing...

77 HURLEY, C. The Australian (“series”) system..., tradução nossa.



Records continuum

Neste capítulo investigaremos o modelo *records continuum*. As seções tratarão de questões específicas acerca do seu cenário de desenvolvimento, abordando a fundamentação teórica e as bases intelectuais para a configuração do modelo. Realizaremos exame detalhado sobre o seu desenvolvimento, ressaltando os propósitos de seu criador, e externaremos nossas reflexões por meio da construção de quadros e sínteses que contemplam todos os elementos e enquadramentos relevantes.

Além disso, à luz da metodologia utilizada, exporemos análises realizadas por autores que discutem os enfoques precípuos do modelo em relação à teoria e epistemologia da arquivologia, ao conceito do ciclo vital dos documentos e à gestão de documentos digitais e sua aplicação teórica e prática.

Renascimento da abordagem de *continuum* na arquivologia

A abordagem assente no *continuum*, em oposição ao habitualmente suposto, surgiu na década de 1960, por intermédio dos esforços de Maclean, Scott e Penny no âmbito do CAO. Na década de 1990, verificamos o seu renascimento, vigorosamente impulsionado pelo advento da produção e utilização de documentos digitais. No que concerne à construção do pensamento contemporâneo de *continuum*, acentuamos a relevância de autores americanos, canadenses e europeus, especialmente no que diz respeito à gestão de documentos digitais e aos novos posicionamentos sobre práticas e conceitos arquivísticos.

Cumming notabiliza a relevância do artigo “Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and postmodernist era”, de Terry Cook, publicado no periódico *Archives and Manuscripts* em 1994. Nesse artigo, o autor trata de temas referentes aos possíveis problemas ocasionados pela aplicação de conceitos e métodos arquivísticos tradicionais no tratamento dos documentos digitais. McKemmish, igualmente, frisa a influência exercida por Cook:

Os trabalhos de Cook sobre documentos digitais, pós-custodialismo e avaliação funcional, fundamentados pelas reconceituações canadenses da natureza dos documentos e da proveniência, também forneceram uma pedra de toque para o desenvolvimento do pensamento australiano de *records continuum*, particularmente em relação às abordagens arquivísticas sociais.¹

¹ MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice, p. 341, tradução nossa.

Cumming também atribui ao artigo do canadense Jay Atherton, “From life cycle to continuum: some thoughts on the records management-archives relationship”, o atributo de responsável pelo que denomina renascimento do *continuum*. De acordo com Atherton,² “o impacto do computador no ciclo vital tem sido impressionante, pois com dados digitais os estágios do ciclo vital não podem ser separados. A natureza e a volatilidade dos dados registrados não o permitirão”.

Outro grande impulsor do renascimento do *continuum* foi o americano David Bearman. Tendo suas pesquisas direcionadas para a gestão de documentos digitais, Bearman defendia a importância de uma intervenção precoce quanto aos procedimentos de descrição, a fim de retratar adequadamente o contexto de produção e uso dos documentos.

Cumming realça a relevância da obra *Archival methods: arrangement and description* em 1989, e designa Bearman como um dos primeiros estudiosos americanos a identificar o cunho basilar das informações sobre a proveniência dos documentos como fundamentais para a elaboração de instrumentos de gestão. Em suma, a ênfase desse autor estava em reconhecer a descrição como uma função organizacional, em lugar de um simples recurso histórico. Assim, seguindo essa lógica, temos que a aplicação de estratégias de descrição ao longo do tempo, do início ao fim, agrega mais significado aos documentos e fortalece seu caráter evidencial.

David Bearman exerceu papel capital na profusão de ideias que foram utilizadas para a formulação do *records continuum*. Cunningham³ sobreleva as visitas regulares desse autor à Austrália durante a década de 1990, particularmente sua participação como presidente honorário no workshop “Managing the record continuum”, em 1996, na Austrália. O autor assegura que, como resultado dessas ideias, os arquivistas australianos passaram a ser chamados de “pós-custodiais” no diálogo internacional.

McKemmish⁴ assinala outros trabalhos que impactaram o desenvolvimento da abordagem do *continuum*. A autora faz referência às pesquisas de Luciana Duranti sobre a teoria arquivística europeia e diplomática, principalmente por meio das publicações da série de quatro artigos “Diplomatics: new uses for old science” no periódico *Archivaria*. Em seguida, ela cita a importância de Margaret Hedstrom, John McDonald e Hans Hofman em seus trabalhos relacionados à pioneira implementação de políticas e abordagens estratégicas para a gestão de documentos digitais no domínio do New York State Archives and Records Administration, National Archives of Canada e Netherlands National Archives, respectivamente.

Além disso, os já mencionados David Bearman e Margaret Hedstrom ocupam posição de destaque na ressignificação de teorias e “reinvenção” das práticas arquivísticas. Por fim, a autora salienta o mérito do desenvolvimento de metodologias relacionadas ao conceito de macroavaliação na esfera do Na-

2 ATHERTON, J. From life cycle to continuum..., p. 47, tradução nossa.

3 CUNNINGHAM, A. Digital curation/digital archiving: a view from the National Archives of Australia.

4 MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice.

tional Archives of Canada e na visão holandesa de avaliação funcional desenvolvida pelo projeto Pivot.⁵

A nova problemática imposta pelos documentos digitais suscitou uma reviravolta na temática recorrente nas pesquisas realizadas por autores australianos. Notamos, com base no referencial utilizado, maior necessidade de rear-ticulação da teoria do *continuum* pelos autores. Nesse ponto, percebemos que essa teoria consistia basicamente no sistema difundido por Scott.

No decorrer da década de 1990, verificamos uma série de importantes publicações dos teóricos australianos relacionadas à abordagem baseada no *continuum*, sobretudo quanto ao modelo *records continuum* articulado por Frank Upward, em conformidade com o demonstrado no quadro 7.

Quadro 7 Publicações de teóricos australianos acerca da abordagem baseada no *continuum*

Publicação	Autor	Meio	Ano
Managing the record rather than the relic	Glenda Acland	Archives and Manuscripts	1992
The Australian series system: an exposition	Chris Hurley	The records continuum: Ian Maclean and Australian archives first fifty years	1994
Are records ever actual?	Sue McKemmish	The records continuum: Ian Maclean and Australian archives first fifty years	1994
Somewhere beyond custody	Frank Upward e Sue McKemmish	Archives and Manuscripts	1994
Electronic records management in transition	Barbara Reed	Archives and Manuscripts	1994
Defining electronic records, documents and data	David Roberts	Archives and Manuscripts	1994
Problems with provenance	Chris Hurley	Archives and Manuscripts	1995
Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties	Frank Upward	Archives and Manuscripts	1996
Structuring the records continuum – part two: structuration theory and recordkeeping	Frank Upward	Archives and Manuscripts	1997
Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility	Sue McKemmish	Preserving Yesterday, Managing Today, Challenging Tomorrow: Proceedings of the RMAA 14th National Convention	1997
The making and keeping of records: (1) what are finding aids for	Chris Hurley	Archives and Manuscripts	1998
Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes and beyond: a personal reflection	Frank Upward	Records Management Journal	2000
Placing records continuum theory and practice	Sue McKemmish	Archival Science	2001

Fonte: elaboração própria

5 O projeto Pivot foi desenvolvido pelo National Archief (NA) – o arquivo nacional da Holanda – de 1992 a 2001 e teve como resultado a criação da metodologia Pivot, que consiste no empreendimento do processo de avaliação documental no âmbito das atividades dos órgãos do governo. Para mais informações sobre o projeto, indicamos o sítio do NA. Disponível em: <<http://en.nationaalarchief.nl/appraisal-appreciation/opzet-selectielijsten-engelse-dummy/retention-scheduling-using-the>>.

Configuração do modelo *records continuum*

Com o intuito de esclarecer e analisar o modelo *records continuum*, avaliamos que a melhor forma de obter êxito é seguir a lógica utilizada pelo australiano Frank Upward, seu articulador. Suas ideias foram expostas para a comunidade arquivística por meio da série de artigos “Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties”, em 1996, e “Structuring the records continuum – part two: structuration theory and recordkeeping”, em 1997, ambos no periódico *Archives and Manuscripts*.

Primeiramente, Upward presumiu pertinente o exame do que reputa pós-custodialismo, sobretudo as relações entre custódia e fisicalidade, que o autor denomina “arquivos virtuais”. Ele utiliza a abordagem realizada por McKemmish sobre fisicalidade e custódia de documentos no contexto do advento dos documentos digitais. Para a autora:

A perda da fisicalidade que ocorre quando os documentos são capturados eletronicamente está forçando os arquivistas a reavaliarem entendimentos básicos sobre a natureza dos documentos de atividades sociais e organizacionais, e de suas qualidades como evidência. Mesmo quando são capturados em um meio que pode ser sentido e tocado, os documentos como construções conceituais não coincidem com os documentos como objetos físicos. A ordenação e localização física de tais documentos compreendem uma visão de suas relações contextuais e documentais, mas não apresentam os múltiplos entendimentos do que é uma realidade complexa. O papel custodial tradicional assume outra dimensão quando é aceito que o documento é apenas parcialmente manifesto no que está nas caixas das prateleiras do arquivo. A finalidade dos sistemas de arquivo é garantir que os documentos sejam preservados no contexto de sua criação e uso e que mantenham suas qualidades como evidência, de modo que, quando recuperados para um uso futuro, seu significado e importância possam ser entendidos.⁶

Upward⁷ assinala que uma das principais tendências da concepção pós-custodial é que a profissão arquivística não pode mais ser vista como uma simples custodiadora de documentos, caso queira desempenhar um papel apropriado na gestão de documentos digitais. Ao abordar os aspectos centrais do pós-custodialismo, o autor analisa as ideias de John François Lyotard⁸ no que tange ao pós-modernismo, especialmente sobre os significados do prefixo “pós” dentro desse contexto.

Em primeiro lugar, o prefixo “pós” pode significar uma simples sucessão, fato que presume o esquecimento do passado. Essa acepção vai de encontro ao disposto na literatura pós-custodial, haja vista que os modelos custodiais permanecerão existindo e que não há a pretensão de substituição de paradigmas ou abordagens.

Em seguida, “pós” pode denotar o colapso na confiança do progresso. Upward cita que essa interpretação, no contexto do *recordkeeping*, demonstra como os documentos digitais podem destruir a credibilidade depositada nas abordagens custodiais. O autor salienta que, mesmo antes do surgimento dos

6 MCKEMMISH, S. Are records ever actual?, p. 201, tradução nossa.

7 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties.

8 LYOTARD, J. F. The postmodern condition.

documentos digitais, a teoria australiana já explicitava sinais de direcionamento para a abordagem pós-custodial, haja vista o desenvolvimento do sistema de séries. Ainda sobre o segundo enquadramento, Upward acentua uma forte característica da sociedade moderna, a complexidade que, muito influenciada pela realidade digital, também acarretou novas inquições relacionadas à propriedade, posse, guarda e controle dos documentos pelos arquivos, tornando necessária uma nova visão sobre a atribuição de autoridades e responsabilidades.

O último entendimento sobre o prefixo “pós” consiste em seu exame como uma maneira de pensar. A esse respeito, o “pensamento pós” torna-se uma corrente que sempre empurra a tendência do conhecimento estabelecido. Isso significa que aqueles que se denominam pós-custodiais estarão sempre “nadando contra a maré” em qualquer sociedade e em qualquer tempo.

Upward cita o papel dos pós-modernos na desconstrução dos dualismos modernos, oriundos do pensamento racional, caracterizado pela divisão de conceitos relacionados. Quanto ao pensamento arquivístico, notamos que sua estrutura é fortemente marcada por dualismos: documentos correntes e históricos, documentos públicos e privados, custódia e não custódia etc.

Impasses subjacentes à custódia ratificam o entendimento de Upward sobre o pós-custoditalismo, indicando que essa abordagem surgiu do colapso da confiança nos regimes de custódia física. Esse colapso, de acordo com Flynn,⁹ se justifica pelas seguintes razões: o aumento da demanda pelo acesso aos documentos para fins não históricos, principalmente sob os preceitos de requisitos legais de acesso à informação; o abismo existente entre os *records managers* e *archivists*; e o uso de fontes não arquivísticas por historiadores como fator que prejudica o *status* dos arquivos como fontes de pesquisa.

Mesmo com o reconhecimento dado às demandas expressas pelo suposto colapso da custódia arquivística, presumimos que as abordagens pós-custodiais não substituirão as custodiais, isto é, não vislumbramos um processo de ruptura. Sobre o referido assunto, Upward finaliza:

Em resumo, as abordagens pós-custodiais não precisam significar uma ruptura com o passado, apesar de sua ênfase na guarda física. Abordagens pós-custodiais já tinham surgido no momento do colapso da confiança na capacidade de lidar com regimes lineares de custódia física. Eles envolvem uma nova maneira de pensar sobre arquivos e gestão de documentos e, como tal, fornecem uma nova análise, novas formas para considerarmos diferentes associações de ideias e um paradigma que é sentido intuitivamente [...]. E as abordagens pós-custodiais desenvolvem um trabalho através do entendimento de custódia contínua e sobre as responsabilidades e autoridades envolvidas. Elas se constituem de novas orientações para as questões arquivísticas, diferentes formas de aplicar nossas habilidades e conhecimentos e em novas direções profissionais. Embora tenham surgido antes das considerações sobre a gestão de documentos digitais, isso não precisa resultar em uma divisão da profissão, a não ser que permitamos o desenvolvimento de um novo dualismo.¹⁰

9 FLYNN, S. J. A. The records continuum model in context and its implications for archival practice.

10 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one..., p. 274, tradução nossa.

Ao analisar as relações entre custódia e o processo de armazenamento da memória, Upward¹¹ trata da questão da informação como recurso alocativo e autoritário. Como recurso alocativo, a informação registrada consiste no produto material para a ação e fonte para uma ação futura. Já como recurso autoritário, a informação registrada se torna um meio de constituir a sociedade e as relações governamentais. Para abordar o disposto, o autor utiliza a noção de cadeia de custódia de Jenkinson comparada à noção de custódia distribuída. Upward¹² estabelece que em um ambiente digital a divisão das responsabilidades é mais espacial do que temporal; isso significa que

as mudanças em nossas tecnologias produziram mudanças nos meios de produção de documentos, refletindo ambientes distribuídos. Se estamos para armazenar os documentos como um recurso autoritário, temos que considerar o efeito que isso causa na sua representação, recuperação e disseminação. As melhores práticas para a defesa das qualidades autoritárias dos documentos já não podem mais ser vistas como uma cadeia linear, e o desafio é estabelecer novas formas de responsabilidades legitimadas para o armazenamento de documentos e para a custódia que reconhece as mudanças que ocorreram.¹³

Ao analisar a custódia distribuída como conceito elementar no terreno do pós-custodialismo, Hurley assevera que

o pós-custodialismo consiste na aplicação, dentro de um domínio, de uma série de regras de *recordkeeping* independentemente do local onde os documentos são mantidos dentro do sistema e independentemente de quem (desde que autorizados) as implementem. Para se ter custódia distribuída dentro de um determinado domínio, você deve primeiro identificar alguma porção do todo (e estabelecer regras especiais aplicadas apenas a essa porção), então a custódia dessa porção pode ser “distribuída” juntamente com a responsabilidade da aplicação das regras especiais. Custódia distribuída, em outras palavras, só faz sentido sob o ponto de vista da instituição arquivística.¹⁴

Sobre a teoria do *continuum*, Upward¹⁵ aborda a relevância da teoria de estruturação do sociólogo inglês Anthony Giddens, declarando que ela serviu de fundamento para o desenvolvimento do *records continuum*, à medida que fornece uma visão geral explicativa da complexidade citada acima. Com o intuito de descrever a identificação de princípios estruturais em sistemas sociais, a teoria da estruturação de Giddens pode ser aplicada ao campo dos arquivos pela análise de como o fazer arquivístico está institucionalizado e pela forma de a profissão defender sua própria existência.

De acordo com Upward, teóricos da área buscaram identificar alguns desses princípios estruturais: Luciana Duranti, nos casos do *archival bond* e *archival limit*; sir Hilary Jenkinson, nos casos de *moral defence*, *physical defence* e *chain of custody*; e também por Ian Maclean, na reanálise de conceitos

11 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part two: structuration theory and recordkeeping.

12 Idem.

13 Idem.

14 HURLEY, Chris. From dustbins to disk-drives..., p. 221, tradução nossa.

15 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one...

clássicos. Upward certifica que esses princípios estruturais se tornam flexíveis, no seu modo de expressão e implementação, no plano da prática arquivística. Com base no exposto, o autor apresenta um ponto de partida para o que pode constituir os princípios estruturais do *continuum*:

- um conceito de documentos inclusivo quanto aos documentos de valor contínuo, que reforça seu uso para propósitos transacionais, comprobatórios e de memória, e que unifica abordagens para arquivamento/manutenção, se os documentos são mantidos por uma fração de segundo ou um milênio;
- um foco nos documentos como entidades lógicas, em vez de físicas, independentemente de eles estarem em papéis ou em formas eletrônicas;
- a institucionalização do papel da profissão de arquivista, que requer uma ênfase particular sobre a necessidade de integrar o *recordkeeping* aos processos e finalidades sociais e administrativos;
- a arquivologia como base para a organização do conhecimento sobre o *recordkeeping*.

Tendo em vista o caráter espaço-temporal do modelo, Upward¹⁶ novamente recorre a Giddens,¹⁷ dessa vez utilizando a teoria de distanciamento entre espaço e tempo. O autor se baseou na proposta de quatro camadas interativas de distanciamento de Giddens, a primeira mais próxima de uma ação e a quarta, do espaço-tempo. As quatro regiões são:

- interseções de regiões e uma propagação espacial para longe dos contextos imediatos da interação;
- rotinização, que fornece uma propagação temporal para longe dos contextos imediatos da interação;
- distanciamento de tempo-espaco; e
- formas de totalidade social.

Com o intuito de contextualizar essas ideias sobre distanciamento entre espaço e tempo no âmbito da arquivologia, Upward¹⁸ as relaciona aos processos arquivísticos de criação, captura, organização e pluralização:

- criar equivale a um momento onde indivíduos estão engajados em exercer atividades como fontes criativas. A informação registrada propaga-se para longe de seu ato originador. *A criação é uma dimensão de interseção*;
- capturar equivale a um momento em que as comunicações são trazidas para uma estrutura que permite uma utilização consistente e coerente de informações por grupos de pessoas. Isso envolve a adição de informações sobre as já registradas e a sua comunicação, metadados, que desencaixam a informação do contexto imediato de sua criação. *A captura é uma dimensão de rotinização*;

16 UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond: a personal reflection.

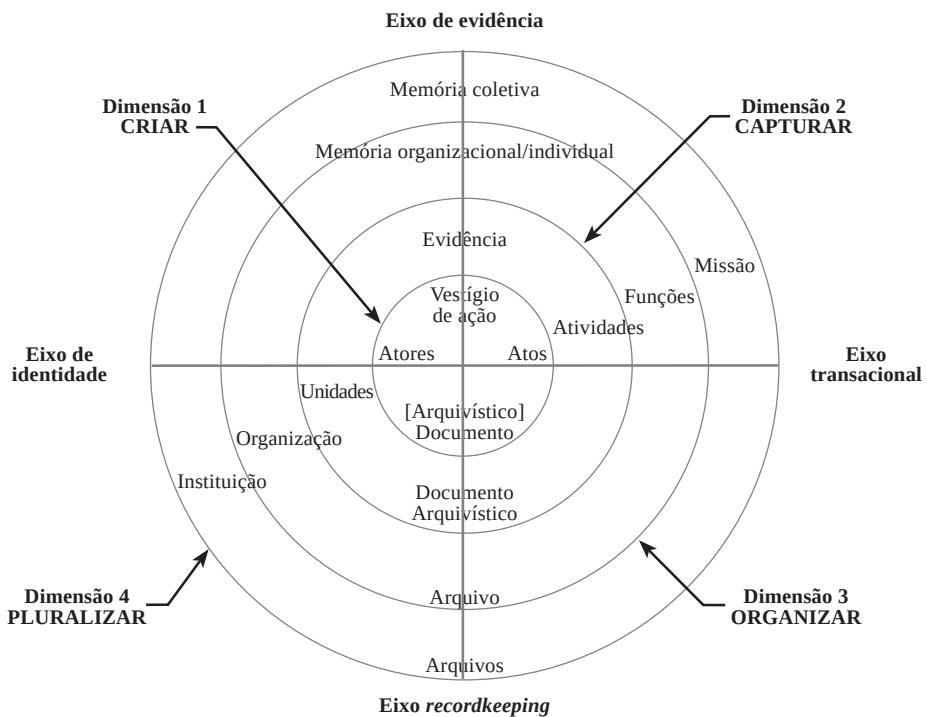
17 GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*.

18 UPWARD, F. Modelling the continuum...

- organizar equivale à necessidade de empacotar informações através de uma gama de participantes que não compartilham das mesmas estruturas de interação do grupo. Comumente, entendimentos e estruturas navegáveis têm de ser instituídos no âmbito dos sistemas para que a informação possa ser compartilhada em um espaço-tempo diferente. Esse é um processo que poderia ser descrito como a organização da memória. *A organização é o principal lócus de distanciamento do espaço-tempo;*
- pluralizar equivale ao processo de transmissão de informação para pontos além de contextos organizacionais em formas de totalidades sociais, ainda mais distantes das organizações, e todas as visões do indivíduo, dentro do qual os processos de criação e captura tiveram lugar. Essa é uma região nebulosa nos alcances mais amplos do espaço-tempo, envolvendo a memória como é formada através de totalidades sociais. *A pluralização envolve o uso de informações de maneiras que são menos previsíveis ou controláveis.*

Upward¹⁹ evidencia as propriedades do *records continuum* por meio de um modelo constituído de eixos, coordenadas e dimensões (figura 9). Os quatro eixos, que sintetizam grandes temas da arquivologia – identidade, evidência, transação e *recordkeeping* –, apresentam coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas mediante círculos concêntricos. O autor salienta que o modelo é contínuo e se trata de um construto espaço-temporal, e não de um ciclo de vida.

Figura 9 Modelo *records continuum*, 1996



Fonte: adaptado de UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one...

19 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one...

Dando início à explanação sobre os elementos do modelo, Upward²⁰ analisa os eixos e suas respectivas coordenadas, a saber:

- eixo *recordkeeping*: trata dos meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas. Suas coordenadas compreendem documento, documento arquivístico, arquivo e arquivos. O documento consiste em uma representação de uma ação. Ainda que não comunicado, ou caso já tenha sido, não denota formas para se identificar seu contexto de comunicação, exceto pelo conteúdo, contexto e estrutura dele próprio. A segunda coordenada equivale ao documento arquivístico, já ligado a outros documentos – dotado de organicidade. Segundo Upward, deve possuir camadas adicionais de contexto, a fim de que possa se “desencaixar” da condição de um simples documento, a partir de uma relação mais estreita com seu contexto de criação. O arquivo baseia-se em um conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição. Por fim, os arquivos consistem na forma plural de arquivo, constituindo-se de documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal;
- eixo de evidência: corresponde aos vestígios das ações, na evidência que os documentos podem fornecer e nas implicações exercidas na memória institucional e coletiva. Upward faz menção à abordagem australiana de *continuum* desenvolvida na década de 1950, que tinha como um de seus pressupostos a capacidade de um sistema de *recordkeeping* bem construído controlar documentos como vestígios de ações, agregando-lhes evidência e provendo memória às instituições. Ademais, o autor sobreleva que Peter Scott adicionou o último “tijolo” para a abordagem de *continuum* ao desenvolver o sistema de séries;
- eixo transacional: explicita ato, atividades, funções e missões como coordenadas. Os documentos são registros de atividades desempenhadas, transações,²¹ para a condução de negócios, e essas atividades criam relações entre os documentos. As funções de uma instituição podem ser desdobradas em subcategorias – funções, atividades e atos. Já a missão está relacionada às funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla;
- eixo de identidade: é representado pelos responsáveis pela produção e uso de documentos – atores, unidade organizacional a que o ator está associado, a organização à qual a unidade está associada e a instituição, que consiste na maneira como as identidades dos demais elementos são institucionalizadas e possuem um amplo reconhecimento social. Upward assinala que esse é o eixo da proveniência, res-

20 Idem.

21 De acordo com o National Archives of Australia. *Glossary of records management terms*, transação possui três significados: a menor unidade de uma atividade organizacional; o terceiro nível do Business Classification Scheme (BCS); e o processo de uma solicitação que está sendo realizada em um website, o serviço que está sendo recebido e/ou o reconhecimento dessa solicitação. No contexto do *records continuum*, a transação possui um significado mais amplo, já que é usada de forma genérica para se referir a atos, funções e atividades.

ponsável pelos dois principais temas da arquivologia, a noção de que os documentos devem estar ligados a um criador e de que refletem as autoridades e responsabilidades que apoiam um ato.

Aclaramos uma síntese de nosso entendimento quanto aos eixos e às coordenadas do modelo *records continuum* por meio do quadro a seguir. Frisamos que Upward²² não faz uma análise detalhada quanto à definição de todos os elementos e entidades constantes nos eixos e coordenadas, situação que terá a designação “não especificado pelo autor”. No que diz respeito à tarefa de definição dos termos, ou seja, ao processo de escolha para designar os elementos e entidades, Upward²³ alega que “nomear as partes é uma tarefa onerosa na modelagem da complexidade, e defini-las sempre levanta a questão da percepção cultural e profissional”.

Quadro 8 Síntese do entendimento sobre os eixos e coordenadas do modelo *records continuum*

Eixos		Coordenadas	
Entidades	Definição	Elementos	Definição
<i>Recordkeeping</i>	Meios utilizados para o registro de informações sobre atividades humanas	Documento	Representação de uma ação
		Documento arquivístico	Documento orgânico que se liga a outros documentos e possui contexto de produção facilmente identificado
		Arquivo	Conjunto de documentos arquivísticos de uma instituição
		Arquivos	Documentos pertencentes a inúmeras instituições, seja pela transferência espacial ou temporal
Evidência	Vestígios de ações, evidências fornecidas por documentos e implicações exercidas na memória institucional e coletiva	Vestígio de ação	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> controlam documentos como vestígios de uma ação
		Evidência	Os sistemas <i>derecordkeeping</i> agregam evidência aos documentos
		Memória institucional/individual	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória às instituições
		Memória coletiva	Os sistemas de <i>recordkeeping</i> fornecem memória coletiva
Transação	Registro de atividades desempenhadas para a condução de negócios	Ato	Subcategoria de atividade
		Atividades	Subcategoria de função. Meios para a condução de negócios. Criam relações entre os documentos
		Funções	Não especificado pelo autor
		Missão	Funções de uma instituição a partir de uma perspectiva social mais ampla
Identidade	Responsáveis pela produção e uso de documentos	Autor	Não especificado pelo autor
		Unidade	Unidade organizacional a que o autor está associado. A unidade pode ser o próprio autor
		Organização	Entidade a que a unidade organizacional está associada. A organização pode consistir em apenas um autor ou em uma unidade organizacional
		Instituição	Institucionalização da identidade dos demais elementos com amplo reconhecimento social

Fonte: elaboração própria

22 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one...

23 UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond..., p. 125, tradução nossa.

Posteriormente, Upward²⁴ externa o que denomina as dimensões do modelo, que correspondem à conexão das coordenadas presentes nos eixos. O autor salienta que “as dimensões não são limites, as coordenadas não estão invariavelmente presentes e as coisas podem acontecer simultaneamente através das dimensões”.²⁵ De acordo com Upward,²⁶ as dimensões são identificadas como: criação de documentos, captura de documentos, organização da memória pessoal e institucional e pluralização da memória coletiva.

- primeira dimensão – criar: sistema de comunicação prévia para a criação de documentos no domínio de sistemas eletrônicos (*criar o vestígio*);
- segunda dimensão – capturar: sistema de comunicação posterior; por exemplo, uma funcionalidade de registro tradicional que adiciona dados para a vinculação de documentos, os dissemina e os mantém com a inclusão de dados sobre a destinação (*capturar vestígio como documento*);
- terceira dimensão – organizar: sistema que envolve a construção, rememoração e disseminação da memória institucional (*organizar o documento como memória*);
- quarta dimensão – pluralizar: sistema de construção, rememoração e difusão da memória coletiva – social, cultural e histórica –, incluindo informação sobre o tipo necessário para um sistema de informação arquivística (*pluralizar a memória*).

Upward,²⁷ com o intuito de fazer uma contextualização, associa os eixos, coordenadas e dimensões do modelo a significativos fatos relativos ao desenvolvimento ocorrido na esfera da arquivologia australiana nas décadas de 1950 e 1960. Ao final de cada exemplo, o autor aponta a entidade do modelo à qual o assunto está relacionado.

- na década de 1950, grandes esforços foram despendidos no estudo de diferentes tipos de ação, na forma como eram sequenciadas e como os dossiês poderiam ser construídos para receber documentos, de acordo com a ordem dos processos administrativos (*eixo transacional*);
- uma grande atenção foi dada à forma como os sistemas de registro deveriam operar. O fato de grande parte dos documentos de um órgão não estar registrada propiciou a utilização de conjuntos documentais, agrupados de acordo com a forma de trabalho e as necessidades das unidades organizacionais (*segunda dimensão*);
- a memória dos órgãos era controlada por meio de técnicas de pesquisa e destinação que assumiam poder haver uma fonte principal de memória no registro, e que a informação necessária sobre documentos adicionais constantes em conjuntos documentais separados ao longo do órgão poderia ser consolidada na documentação de pesquisa e destinação (*terceira dimensão*);

24 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one...

25 Ibidem, p. 281, tradução nossa.

26 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part two...

27 UPWARD, F. Structuring the records continuum – part one...

- sobre a utilização do sistema de séries em documentos que não estavam sob a custódia de um órgão: o sistema também foi utilizado como uma forma de tratar os elementos presentes no eixo vertical do modelo, de forma dissemelhante dos elementos presentes no eixo horizontal. Essas duas vertentes distintas eram conectadas por meio de técnicas de referência cruzada (*quarta dimensão*).

Apesar de apontado como criador do modelo *records continuum*, Upward faz questão de evidenciar em suas publicações a essência colaborativa empregada na construção e no aperfeiçoamento do modelo. Entendemos, com base nos seus artigos, que a abordagem baseada no *continuum* não é uma invenção sua, mas, sim, fruto da evolução teórica e prática da arquivologia australiana iniciada na década de 1960.

O papel de Upward foi o de articular e engendrar as ideias medulares da abordagem australiana em um modelo teórico. Quanto à criação, Upward focaliza a colaboração de importantes pensadores não australianos, como Terry Cook, David Bearman e Richard Brown. Quanto ao aperfeiçoamento, acentuamos as pesquisas realizadas no contexto do Records Continuum Research Group (RCRG), da Universidade de Monash.

Alguns estudiosos são arrolados por Upward como grandes contribuidores. Sue McKemmish exerceu um papel de destaque na construção do modelo. Livia Iacovino contribuiu com seu *background* sobre as relações entre o direito e a arquivologia. Upward também ressalta a importância de Chris Hurley na elaboração de análises e exposições do modelo em seminários. A Don Schauder, Upward atribui uma considerável contribuição no que tange à teoria da estruturação de Giddens. Glenda Acland também é mencionada pelos subsídios fornecidos.

McKemmish notabiliza que essa comunidade arquivística inspirada na abordagem do *continuum*, a qual emergiu durante a década de 1990, passou boa parte de sua atuação profissional no CAO, durante as décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, podemos inferir que o *records continuum* deriva de uma evolução das abordagens desenvolvidas por Maclean, Scott e Penny.

Compreendendo o modelo *records continuum*: leituras, interpretações e reflexões necessárias

Preliminarmente, seguindo a lógica de Upward, apresentamos na seção anterior o processo de configuração do modelo *records continuum*. Neste momento, exporemos leituras e interpretações realizadas por pesquisadores da temática, com o intuito de elucidarmos pontos que habitualmente suscitam entendimentos controversos. Presumimos que a relevância do ciclo vital dos documentos no campo da arquivologia está diretamente associada ao emprego regular de uma leitura linear dos processos de gestão de documentos, feito que torna difícil o discernimento das perspectivas do modelo.

Nossa inquirição parte de sua representação gráfica, principalmente acerca da capacidade de o modelo exprimir as propriedades e perspectivas fundamentais do *records continuum*. Observamos que se trata de um construto espaço-tem-

poral, com coordenadas que se vinculam por meio de dimensões, representadas mediante círculos concêntricos. Desse ponto, notamos que são particularidades sobremodo divergentes das representações usualmente realizadas na arquivologia. Tendo em conta o fato de os eixos e as dimensões serem dependentes entre si e a possibilidade de os documentos existirem simultaneamente em todas as dimensões, percebemos que essa compreensão do profissional arquivista se torna dificultada, haja vista seu trabalho prático que tende a focar situações específicas.

A visualização dos processos de gestão de documentos de forma fragmentada e estanque pode ser equivocada. Reed²⁸ afirma que o *recordkeeping* é complexo e explicações lineares reduzem seu poder de interação. A autora sobreleva que a utilização de círculos para a representação gráfica do modelo não se mostrou expressiva para alguns arquivistas. Segundo ela, o problema está na representação por meio da transposição do modelo para um papel essencialmente plano e bidimensional, enquanto a exigência está na representação por meio de um objeto tridimensional posicionado no tempo e no espaço. Ela cita ainda que algumas tentativas de melhor expressar o modelo já foram realizadas, inclusive a do americano Brien Brothman, que consiste em uma representação que se assemelha a uma cadeia de DNA, giratória e contínua.²⁹ Quanto à de Upward, Reed perfilha pela utilização de linhas porosas ou levemente transparentes, a fim de indicar um limite que pode ser transpassado ou não, em diferentes tempos e formas.

Para a arquivista inglesa Sarah Flynn,³⁰ o *layout* circular do modelo *records continuum* – em vez de linear, o que caracterizaria a representação diacrônica do ciclo vital dos documentos – demonstra sua natureza sincrônica, posto que os documentos não estão fixados em nenhum estágio, podendo estar simultaneamente em mais de um.

Upward, ciente das apreciações feitas, explicitou algumas modificações para a representação gráfica prenunciadora em abordagem posterior. Primeiramente, o autor optou por retirar do modelo as linhas sólidas que representavam os eixos, visto que essas poderiam significar limites entre as dimensões. Em seguida, embora não explicado pelo autor, constatamos a alteração da nomenclatura do “eixo de *recordkeeping*” para “meios de *recordkeeping*”³¹ e a substituição da forma em plural dos termos “atos”, “atividades”, “funções” e “missões” para sua forma no singular. Exemplificamos a representação gráfica do modelo de acordo com o proposto por Upward.³²

28 REED, B. *Reading the records continuum: interpretations and explorations*.

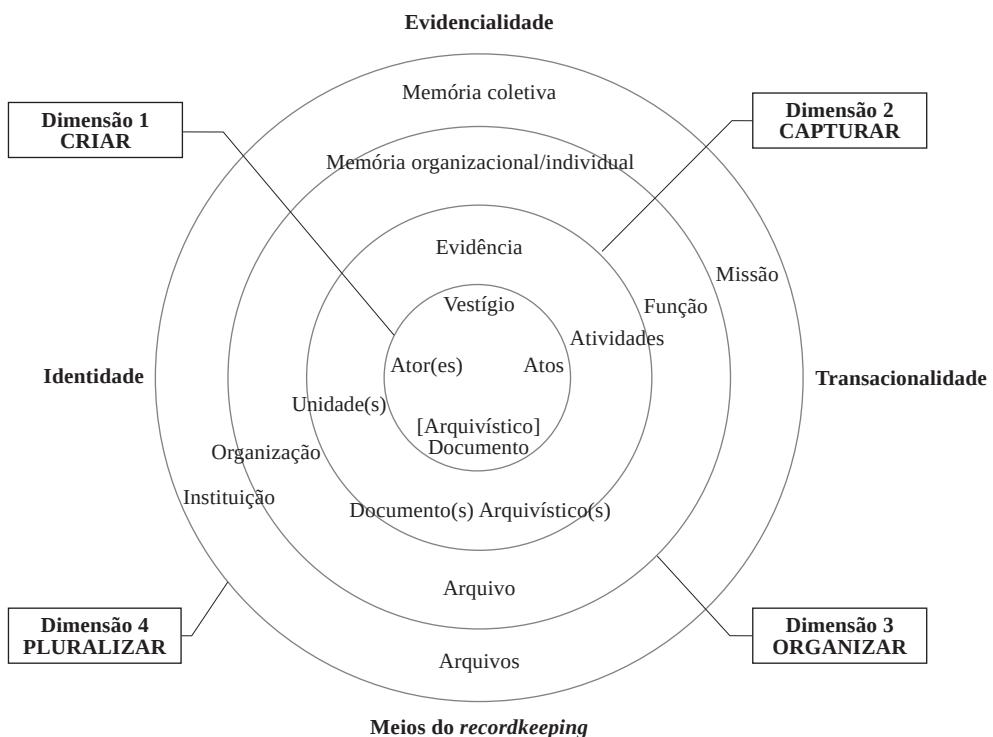
29 A referida representação é apresentada em BROTHMAN, B. *Archives, life cycles, and death wishes...*

30 FLYNN, S. J. A. *The records continuum model in context and its implications for archival practice*.

31 Optamos por utilizar o termo “meios de *recordkeeping*” como tradução para o termo *record-keeping containers*. Embora o termo *container* não conste na base de dados terminológica *Multilingual archival terminology* do ICA, verificamos sua utilização no termo *medium*, que corresponde ao termo “suporte”, em português. Salientamos que “suporte” – material no qual são registradas as informações – é insuficiente para atender a nossa finalidade, haja vista a necessidade de abranger os termos “arquivo” e “arquivos”.

32 UPWARD, F. *Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond...*

Figura 10 Modelo *records continuum*, 2000



Fonte: adaptado de UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond...

Inicialmente, quando da articulação do modelo *records continuum*, o intuito de Upward era utilizá-lo como uma ferramenta de ensino para comunicar abordagens de gestão documental baseadas na evidência. No entanto, em uma análise mais detalhada, o autor sugere que o modelo consiste em um novo paradigma para a arquivologia. Para o autor, a abordagem tradicional de *continuum*, surgida na década de 1960, não forneceu os elementos necessários para uma mudança paradigmática, haja vista a conformidade com ideias desenvolvidas em outros países, comumente relacionadas à busca por uma continuidade/integração entre *records* e *archives*. Segundo o autor, a abordagem tradicional de *continuum* era um “novo movimento” dentro de um “jogo antigo”. Ao conciliar essa abordagem com as novas tendências pós-custodiais, o autor declara que foi necessária a definição de novas regras para um “novo jogo”. Dentro desse contexto, a modificação de visão fornecida pelo *continuum*, para o autor, consiste em uma mudança paradigmática.

Quanto à leitura do modelo, seu caráter espaço-temporal culmina em algumas indagações que estão diretamente ligadas ao que Upward denomina “complexidades ocultas”, que podem resultar da leitura escalável do modelo, sem o emprego de determinações precisas de limites. No que corresponde a esse pormenor, Upward explica:

Uma organização é, por exemplo, parte da dimensão organizar ou da dimensão pluralizar? Isso é retratado no meu modelo como uma agregação de grupos, mas também é uma forma generalizada de totalidade social. Onde os limites de uma organização começam e terminam? Há sempre potenciais organizações no âmbito das organizações, embora, em alguns casos, a organização possa exatamente coincidir com um grupo de trabalho. Onde você coloca um governo? Coloquei-o na dimensão plural, a menos que eu esteja considerando em relação a algo como um parlamento quando ele se torna parte da dimensão da organização. E sobre as complexidades em relação à organização e pluralização causadas pela privatização, *extranets*, terceirização e outros múltiplos arranjos organizacionais? Nenhuma abordagem pode resolver essas complexidades, mas o *continuum* fornece as práticas recomendadas na identificação, descrição e análise delas. Ele fornece uma visão diferente do problema dentro do qual o nosso conhecimento detalhado pode ser rearranjado.³³

Fator decorrente da leitura do modelo está na sua tentativa de aplicação prática. Upward cita que esse aspecto consistiu em um dos grandes questionamentos desde a sua articulação. Para o autor, uma visão espaço-temporal traz certo desconforto para os profissionais. Contudo, na sua compreensão, o modelo apresenta uma melhor visão da realidade do que uma abordagem que separa espaço e tempo. Para sustentar esse argumento, ele cita que, nos 12 anos em que atuou como arquivista no CAO, tudo pôde ser descrito com base em uma abordagem de *continuum*. Ainda sobre a aplicação prática, Upward explica no que de fato consiste o modelo *records continuum*, já que na sua apresentação, em 1996, a mudança paradigmática ainda não era vislumbrada como possível.

Eu estou agora totalmente convencido de que o *continuum* é uma mudança de paradigma, ao invés de um simples promotor dele. Ele nunca poderá fornecer uma visão completa ou satisfatória de uma prática detalhada, mas não é isso que um ponto de vista faz. Ele fornece uma visão geral para a reorganização de nosso conhecimento detalhado e aplica nossas habilidades em contextos influenciados pela tarefa que temos à frente. O *continuum* fornece uma maneira de explicar realidades complexas em relação ao que antes costumava ser considerado como as dimensões distintas de espaço e tempo. Como um ponto de vista, apresenta uma abordagem multicamadas e multifacetada que pode ser utilizada para reorganizar conhecimento e implantar habilidades. Está em maior sintonia com as comunicações eletrônicas e com a mudança tecnológica do que a visão de ciclo vital.³⁴

Um dos mais determinantes estudos sobre o modelo foi o realizado por Sue McKemmish, e sua síntese foi publicada no artigo “Placing records continuum theory and practice”, no periódico *Archival Science*, em 2001. Nele, McKemmish trata da evolução teórica e prática do *records continuum* na Austrália, do grande debate internacional quanto às novas interpretações sobre a teoria arquivística tradicional e da “reinvenção” da prática arquivística. Para a autora, o modelo *records continuum* foi construído com bases em um conceito unificado de *records* e *archives*, que passaram a ser definidos como documentos de valor contínuo; em ideias sobre o caráter “fixo” e “mutável” dos documen-

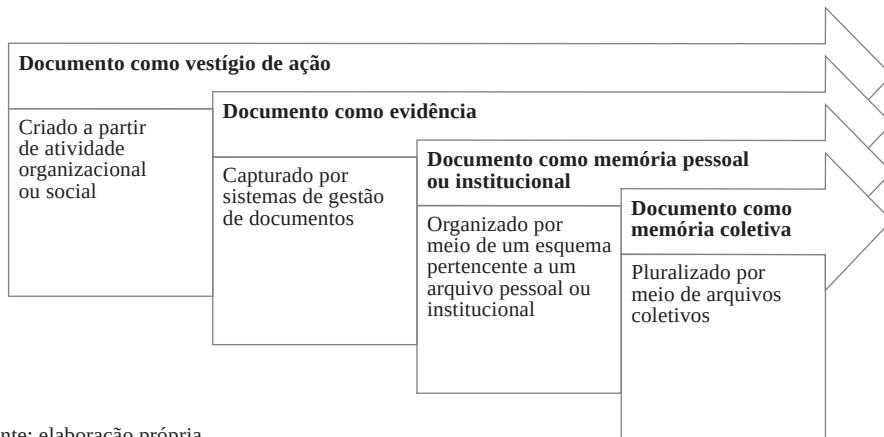
33 UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond..., p. 123, tradução nossa.

34 Ibidem, p. 128, tradução nossa.

tos, que coincidem com a noção de o documento sempre estar em um processo de devir (*becoming*); e em articulações sobre o papel da arquivologia na sociedade em relação à governança, transparência, identidade, memória e prestação de informações.

Para McKemmish,³⁵ a forma como se originam os documentos, na concepção do *continuum*, está estreitamente relacionada à sua natureza evidencial, transacional e contextual, rejeitando, assim, abordagens que têm como foco o conteúdo e o valor informacional. O modelo *records continuum* proporciona uma visão multidimensional da criação dos documentos dentro de um contexto social e organizacional, conforme ilustrado na figura 11. Dentro da perspectiva do *continuum*, os processos de *recordkeeping* fixam os documentos criados dentro de um contexto social e organizacional, preservam-nos como evidência de uma atividade, a partir de seu desencaixe do contexto imediato de criação, e lhes fornecem camadas de metadados.

Figura 11 Visão multidimensional da criação do documento dentro da perspectiva do *continuum*



Fonte: elaboração própria

Segundo McKemmish,³⁶ o modelo *records continuum* propicia um araboço para a interpretação do pensamento e da prática sobre documentos e arquivos. Como exemplo, os subsídios fornecidos por normas, políticas e diretrizes têm como intuito estabelecer regimes de *recordkeeping* confiáveis na terceira dimensão do modelo *records continuum*. Esses subsídios da terceira dimensão estabelecem sistemas e procedimentos para a criação e captura de documentos na primeira e segunda dimensões que fundamentam a evidência, bem como a capacidade de funcionar como memória individual, corporativa e coletiva.

Para a autora, o sistema de séries proporciona a estrutura necessária para a quarta dimensão, ao garantir a representação dos contextos estruturais, funcionais e documentais de criação, gestão e uso. Ademais, McKemmish cita

35 MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice.

36 Idem.

a relevância das pesquisas australianas referentes aos regimes de metadados arquivísticos, que proporcionam subsídios para a captura de camadas de metadados que cumprem os requisitos associados desde a primeira até a quarta dimensões. Ainda, a autora cita que a diplomática possibilita meios para a criação de documentos como vestígios de ação na primeira dimensão e permite, na quarta dimensão, a interpretação da forma dos documentos através do espaço-tempo.

Um dos principais resultados proporcionados pelo desenvolvimento de estudos baseados no arcabouço teórico do *records continuum*, na Austrália, foi a elaboração de um projeto de pesquisa pelo RCRG, intitulado Spirit Recordkeeping Metadata Project, que teve como principal produto o Recordkeeping Metadata Schema (RKMS). De acordo com McKemmish, esse projeto, também fundamentado no sistema de séries de Scott, tem como pressuposto o desenvolvimento de documentos vinculados a camadas contextuais de conhecimento, de modo a permitir a permanência dos significados ao longo do tempo.

Assumindo a qualidade reducionista dos modelos de metadados e descrição, haja vista a dificuldade de se representar a complexidade da realidade, McKemmish notabiliza que tais modelos, mesmo com limitações, são primordiais para a representação e compreensão do contexto de criação dos documentos, para a construção de estruturas que reconheçam sua natureza mutável e contingencial e para o reconhecimento da importância dos arquivistas na sua criação e evolução. A partir do referido projeto, tem-se a implementação de normas de metadados pelo State Records Authority of New South Wales, em 2001 (New South Wales Recordkeeping Metadata Standard), e pelo NAA, em 2010 (Australian Government Recordkeeping Metadata Standard).

Cumming³⁷ enfatiza que, nos últimos vinte anos, a teoria do *continuum* foi uma das que mais influenciou e modificou a prática arquivística. Podemos verificar suas perspectivas incorporadas à AS 4.390, norma australiana de gestão de documentos de 1996, que foi utilizada como base para o desenvolvimento da ISO 15.489, primeira e segunda partes. Para a autora, alguns enfoques do modelo foram internacionalmente codificados e têm sido ativamente aplicados em projetos de avaliação e destinação, no desenvolvimento de sistemas, em normas de metadados e em planos de preservação digital. Verificamos que a norma ISO 15.489 não traz na seção “Termos e definições” o *records continuum*. Tal termo e respectiva definição foram encontrados apenas na versão australiana da norma.

O *records continuum* comprehende toda a extensão da existência de um documento. Refere-se a um regime consistente e coerente de processos de gestão desde o momento da criação dos documentos (e antes da criação, no delineamento de sistemas de *recordkeeping*), por meio da preservação e uso dos documentos como documentos permanentes.³⁸

37 CUMMING, K. Ways of seeing...

38 STANDARD AUSTRALIA INTERNATIONAL. AS 4.390, p. 2, tradução nossa.

Para Cunningham,³⁹ a norma AS 4.390 incorpora elementos conceituais do *records continuum*. Entretanto, apesar da relevância do modelo à época da criação da referida norma, constatou-se que boa parte da equipe do NAA ainda não estava familiarizada com as ideias manifestas no modelo. Em 1998, com o intuito de preencher essa lacuna, o RCRG promoveu uma série de treinamentos para os funcionários do NAA, para que eles obtivessem o conhecimento necessário acerca do *records continuum*. Como resultado, Cunningham destaca o lançamento do website *e-permanence* pelo NAA, que compilava normas e diretrizes de *recordkeeping*, as bases do Dirks e a norma de metadados arquivísticos.

Não obstante Cumming reconheça a presença de perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum* na norma ISO 15.489, Upward⁴⁰ acredita que a metodologia Dirks – utilizada como fundamento da referida norma – é expressa de forma linear, baseada em estágios e em um paradigma antigo de análise de sistemas de informação. Para o autor, essa metodologia pode conter algumas inconsistências quanto ao desenho de um sistema, mas seu conteúdo pode ser bastante útil, quando aliado à visão proposta pelo *continuum*.

A maneira como Reed⁴¹ interpreta o modelo *records continuum* está ligada à sua própria representação gráfica, que corresponde, *grosso modo*, a uma sobreposição de círculos concêntricos. Optando por iniciar sua análise de dentro para fora, ela trata das dimensões do modelo, representadas pelos círculos, e de seus aspectos preponderantes.

A primeira dimensão (*criar*), para a autora, representa o *locus* da ação, ou seja, a área onde ela acontece, incluindo as representações das ações em documentos.⁴² As coisas que estão dentro dessa dimensão estão em processo de formação; provavelmente são versões ou expressões parciais. Dessa forma, os documentos têm potencial para se mover além do *locus* criação, mas esse potencial é incipiente, não pela ausência dos elementos de robustez necessários, mas pela falta da explicitação de conexões, fatos que ainda não permitem ao documento ser reputado como arquivístico. A jornada para o alcance do caráter arquivístico se inicia na segunda dimensão (*capturar*), no instante em que o documento é comunicado ou conectado por meio de relacionamentos com outros documentos. Agora, na segunda dimensão, eles passam a atestar evidências de ações e podem ser distribuídos, acessados e entendidos pelos envolvidos nas atividades organizacionais. Ademais, são adicionados metadados para tornar possível o conhecimento do contexto dos documentos. Frisamos que a transição dentro da segunda dimensão pode ser formal ou informal, pode envolver um ato deliberado de registro em um sistema organizacional ou uma intenção de representação pela inclusão ou agrupamento.

39 CUNNINGHAM, A. Digital curation/digital archiving...

40 UPWARD, F. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond...

41 REED, B. Reading the records continuum...

42 Reed utiliza o termo *document* para se referir aos registros de ações que não possuem caráter arquivístico e *records* para se referir aos documentos arquivísticos. REED, B., op. cit.

A terceira dimensão (*organizar*) representa uma agregação além das instâncias individuais de sequências de ações, a partir do provimento de elementos explícitos necessários à garantia da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo, excedendo os limites imediatos dos ambientes de ação. Aqui, os documentos são conciliados a vários outros que derivam de sequências de ações empreendidas para múltiplos propósitos. Essa é a dimensão dos arquivos ou fundos, isto é, todos os documentos acumulados por uma instituição para formar a memória pessoal ou institucional. Essa dimensão, em um nível de execução, é afeta ao estabelecimento de políticas ou regras concernentes às dimensões de criação e captura.

A quarta dimensão (*pluralizar*) é o ambiente social mais amplo em que os documentos são operacionalizados – o ambiente legal e regulatório que traduz as exigências sociais, desiguais para cada sociedade e período, do *recordkeeping*. Essa dimensão representa a capacidade de o documento existir além dos limites da entidade criadora e proporciona o ambiente necessário para que eles sejam capazes de satisfazer as demandas daqueles que não estão envolvidos nas ações de criação, captura e organização. Por fim, a quarta dimensão envolve a garantia de que os documentos estarão disponíveis para serem revistos, acessados e analisados para fins históricos, de *accountability* externo e para atravessar fins organizacionais, pelo tempo que for necessário.

Quadro 9 Principais aspectos das dimensões do modelo *records continuum*

Dimensão	Principais características
Primeira – Criar	<ul style="list-style-type: none"> Área onde as ações acontecem Versões ou expressões parciais de documentos Documentos com potencial arquivístico
Segunda – Capturar	<ul style="list-style-type: none"> Documentos atestam evidências de ações Adição de metadados para tornar possível o conhecimento do contexto dos documentos Documentos comunicados ou conectados por meio de relacionamentos com outros Documentos arquivísticos
Terceira – Organizar	<ul style="list-style-type: none"> Provimento de elementos explícitos necessários à garantia da disponibilidade dos documentos ao longo do tempo Arquivos ou fundos Documentos acumulados por uma instituição para formar a memória pessoal ou institucional Estabelecimento de políticas ou regras alusivas às dimensões de criação e captura
Quarta – Pluralizar	<ul style="list-style-type: none"> Ambiente legal e regulatório que traduz as exigências sociais do <i>recordkeeping</i> Capacidade de o documento existir além dos limites da entidade criadora Documentos disponíveis para serem revistos, acessados e analisados para fins históricos, de <i>accountability</i> externo e para atravessar fins organizacionais, pelo tempo que for necessário.

Fonte: elaboração própria

Em referência aos eixos do modelo, Reed⁴³ acentua que eles “agem em harmonia e também podem ser vistos como efeitos recíprocos verticais ou horizontais, que se dobram para conhecer uns aos outros”. Isso significa que os eixos de evidência e *recordkeeping* detêm uma estreita relação recíproca. Como arquivistas, estamos particularmente interessados em assegurar que o *recordkeeping* e

43 REED, B. Reading the records continuum..., p. 3.

seus meios encontrem requisitos para fornecer evidência de ações. Similarmente, a forma como o eixo transacional se relaciona com o de identidade representa o modo como as sociedades e as organizações estruturam-se para realizar suas funções.

Tendo em vista a significativa relevância dada ao caráter evidencial dos documentos na esfera do modelo *records continuum*, julgamos importante a análise de Livia Iacovino,⁴⁴ que interpreta o modelo consoante as relações entre o ganho de evidência dos documentos dentro das dimensões do modelo e seu respectivo impacto jurídico. A autora parte do pressuposto básico da evolução do caráter evidencial de registros de transações em meios de *recordkeeping*: a evidência legal como um vestígio de ação (*primeira dimensão*) ganha um maior peso probatório como parte de um sistema de *recordkeeping* (*segunda dimensão*) e também garante uma memória institucional e social autêntica (*terceira e quarta dimensões*). A fim de melhor ilustrar o disposto, exemplificamos no quadro a seguir as dimensões jurídicas do modelo *records continuum*.

Quadro 10 Dimensões jurídicas dos processos de *recordkeeping* sob a perspectiva do modelo *records continuum*

1. Criar como um documento	
Como vestígio de uma ação	Evidência legal
Como produto de uma transação	Procedimentos requeridos pela lei ou implícitos na lei Consequências legais
Como produto de um ator	Sanções e penalidades Autoria Responsabilidades legais e profissionais
2. Capturar como um documento arquivístico	
Como evidência	Direitos e deveres
Como um registro de atividades	Procedimentos exigidos pela lei ou implícitos na lei Consequências legais
Nível de documento	Sanções e penalidades (retenção de provas) Leis evidenciais e cumprimento (reoperação do aspecto de captura dos sistemas de <i>recordkeeping</i>)
Nível de unidade organizacional	Propriedade (intelectual ou real) Competências e permissões legais
3. Organizar como memória	
Memória institucional	Accountability legal da organização
Como um registro da função	Leis substantivas: universal; leis específicas da indústria; códigos/práticas
Como nível do arquivo da organização	Relato de responsabilidade Personalidade legal Legislação específica da entidade Competências legais e morais
4. Pluralizar como memória coletiva	
Memória histórica e social	Evidência autêntica ao longo do tempo
Como registro da finalidade	Mandatos/missões legais
Como arquivos	Responsabilidade com terceiros: legislação arquivística; leis de acesso à informação; leis de acesso/difusão
No nível institucional	Mandatos/poderes legais Permissão da legislação

Fonte: adaptado de IACOVINO, L. Recordkeeping and juridical governance

Explanando as dimensões jurídicas, Iacovino afirma que a primeira dimensão identifica os impactos dos requisitos legais sobre os documentos que são criados, quer tenham capacidade para ser usados como evidência – no contexto legal australiano, qualquer vestígio documental de um fato ou evento pode ser admitido como prova legal –, quer a específica documentação de uma transação seja requerida por lei, ou mesmo que existam consequências legais ou morais pela não documentação, incluindo sanções ou penalidades. A segunda dimensão está relacionada com a evidência de direitos e deveres. Para tanto, a organização deve demonstrar que os processos e sistemas de *recordkeeping* são operados de forma consistente e confiável como parte normal das funções organizacionais. Na terceira dimensão, a lei está relacionada ao *accountability* da organização, requerendo o exercício da memória institucional de várias formas. Como exemplo, a autora cita leis que obrigam órgãos a manterem documentos por determinados prazos para garantir a realização de transações. A quarta dimensão compreende o ambiente social e legal do *recordkeeping*. Nesse ponto, a lei está vinculada à manutenção em longo prazo da evidência mesmo com alterações na organização.

Records continuum x ciclo vital dos documentos

Conforme proposto no objetivo desta pesquisa, iniciaremos uma análise do modelo *records continuum* como instrumento de elucidação às limitações apresentadas pelo ciclo vital dos documentos. McKemmish⁴⁵ estabelece que a teoria australiana baseada no *continuum* passou a rejeitar, conscientemente, a visão de ciclo vital que dominou a arquivologia norte-americana durante o século XX.

A proposição de que se deve evidenciar a gestão do documento e não da “relíquia”, formulada por Glenda Acland,⁴⁶ dispõe que o ponto central da arquivologia é a evidência e não a informação. Com isso, os arquivistas não lidam com *bits* de informação flutuando livremente, mas sim com a expressão documental dos documentos. De acordo com Acland,⁴⁷ “uma mudança nessa tradicional mentalidade arquivística resultará na gestão dos documentos e do seu *continuum*, e não de relíquias no estágio final do ciclo vital dos documentos”.

Já Cook salienta que o modelo *records continuum* consiste no modelo para arquivos mais inclusivo do mundo, devido ao fato de contemplar evidência e memória no mesmo eixo, dois lados inquietos da “moeda arquivística”. Para o autor:

O modelo *continuum* também comprehende um movimento ao longo do espaço-tempo, reconhecendo que os documentos arquivísticos e seus metadados estão continuamente se modificando, se transformando e ganhando novos significados, em vez de permanecerem fixos, objetos estáticos e que isso também ocorre na puramente arquivística quarta dimensão. Ele também inclui um *insight* pós-moderno, em que o metadado arquivístico “deve ir além das questões de confiabilidade e autenticidade para considerar relações e contexto, uso e poder”.⁴⁸

45 MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice.

46 ACLAND, G. Managing the record rather than the relic.

47 Ibidem, p. 59, tradução nossa.

48 COOK, T. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage, p. 14, tradução nossa.

A comparação entre o *records continuum* e o ciclo vital dos documentos realizada por McKemmish aclara algumas das particularidades centrais do *continuum* e destaca algumas das limitações do ciclo vital ante a realidade digital:

A perspectiva do *records continuum* pode ser contrastada com a do ciclo vital. O ciclo vital argumenta que nele são claramente definíveis estágios no *recordkeeping*, e cria uma nítida distinção entre a gestão de documentos correntes e permanentes. O *records continuum*, por outro lado, tem fornecido aos arquivistas australianos uma maneira de pensar sobre a integração dos processos de *recordkeeping* de arquivos permanentes. O ciclo vital vê os documentos passando através de estágios, até que eventualmente “morram”, exceto para os “escolhidos” que reencarnam como arquivos permanentes. Uma abordagem baseada no *continuum* sugere a integração de dimensões no espaço-tempo. Os documentos são “fixados” no tempo e no espaço a partir do momento da sua criação, mas os regimes de *recordkeeping* os levam adiante e permitem a sua utilização para propósitos múltiplos, entregando-os às pessoas que vivem em espaços e tempos diferentes.⁴⁹

Nesse prisma, McKemmish defende como característica marcante do *records continuum* a sua capacidade de proporcionar uma abordagem unificada para a gestão de *records* e *archives*, visto que a visão de *continuum* vai além dos dualismos próprios do ciclo vital dos documentos. Como exemplo, a autora declara que o dualismo documento como memória *versus* documento como evidência desaparece na perspectiva do *continuum*. Segundo a autora:

Em uma visão de *continuum*, a capacidade de os documentos funcionarem como instrumentos de governança e *accountability* formam a memória, moldam a identidade e fornecem valor às fontes de informação, e estão ligadas com suas qualidades de evidência – sua transacionalidade e contextualidade. Nessa visão, os documentos não podem ser categorizados ou como evidência ou como memória. Eles são ambos. É a sua natureza evidencial que os distinguem de outras formas de informação registrada e lhes permite exercer seu papel particular na formação da memória e no molde da identidade.⁵⁰

O estudo da chinesa Xiaomi An⁵¹ sobre o modelo *records continuum* está estritamente vinculado à sua comparação com o ciclo vital dos documentos. Esse cotejo, segundo a autora, consiste na melhor forma de compreender os mecanismos práticos do modelo. Para Xiaomi An, o *records continuum* difere do ciclo vital nos seguintes aspectos: origens do modelo; elementos de definição dos documentos; principais interesses na gestão de documentos; padrões de movimento dos documentos; perspectivas do *recordkeeping*; processos de *recordkeeping*; critérios para a seleção de *archives*; momento da avaliação; o papel dos gestores de *recordkeeping*; e o empreendimento de atividades de gestão de documentos. Em seguida, Xiaomi An expõe uma comparação entre o modelo *records continuum* e o ciclo vital dos documentos, utilizando os referidos critérios, por meio do seguinte quadro:

49 MCKEMMISH, S. Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility, tradução nossa.

50 MCKEMMISH, S. Placing records continuum theory and practice, p. 352, tradução nossa.

51 AN, X. An integrated approach to records management.

Quadro 11 Comparação entre o modelo *records continuum* e o ciclo vital dos documentos

Aspectos do modelo	Ciclo vital dos documentos	Records continuum
Origens	Desenvolvido a partir da necessidade do controle e gestão efetivos de documentos analógicos após a Segunda Guerra Mundial (meio século atrás)	Desenvolvido a partir de uma maior exigência de exercer o controle e gestão de documentos digitais (atualmente)
Elementos de definição dos documentos	Entidade física	<ul style="list-style-type: none"> • Conteúdo • Contexto • Estrutura
Principais interesses da gestão de documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Centrado nos documentos, orientado para o produto • Foco nos documentos como entidades físicas tangíveis e na própria existência física dos documentos • “Mundo de papel” 	<ul style="list-style-type: none"> • Centrado na finalidade, processo orientado para o cliente • Foco na natureza dos documentos, processos de <i>recordkeeping</i>, comportamento e relacionamentos dos documentos em certos ambientes • “Mundo digital”
Padrões de movimento dos documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Baseado no tempo: <i>records</i> passam por estágios até que eventualmente morram, exceto para os escolhidos que reencarnarão como <i>archives</i> • Sequência temporal: processos referentes aos documentos ocorrem em uma determinada sequência 	<ul style="list-style-type: none"> • Multidimensional: documentos existem no espaço-tempo, não no espaço e no tempo • Simultaneidade: processos referentes aos documentos podem ocorrer em qualquer ponto de sua existência, ou até mesmo precedê-los
Perspectivas de <i>recordkeeping</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Exclusivo • Propósito único • Memória institucional ou coletiva • Valor corrente ou histórico 	<ul style="list-style-type: none"> • Inclusivo • Múltiplos propósitos • Pode ser memória institucional e coletiva • Pode ter um valor corrente, regulatório e histórico a partir do momento de criação, simultaneamente, não sequencialmente
Processos de <i>recordkeeping</i>	Existem estágios claramente definidos que criam distinções nítidas entre a gestão de documentos correntes e históricos	Os processos de gestão de documentos e arquivos permanentes devem ser integrados
Critérios para a seleção de <i>archives</i>	Valor corrente ou histórico	Valor contínuo, inclusive valor corrente e histórico
Momento da avaliação	Ao fim dos estágios do ciclo vital	Do início ao fim
O papel dos gestores de <i>recordkeeping</i>	<ul style="list-style-type: none"> • Passivo e reativo • Engessado pelo papel e estratégias de custódia 	<p>Pós-custodiais proativos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criadores de políticas arquivísticas • Designers de sistemas de <i>recordkeeping</i> e implementadores de estratégias • Consultores • Educadores/instrutores • Defensores • Auditores
O empreendimento de atividades de gestão de documentos	<ul style="list-style-type: none"> • Ações são realizadas sobre os documentos em estágios fixos, em uma sequência, e por um grupo profissional particular • <i>Records managers</i> e <i>archivists</i> não possuem atuação sobre como os órgãos criam os documentos • Responsabilidades separadas e fragmentadas de produtores, usuários, <i>records managers</i> e <i>archivists</i> 	<ul style="list-style-type: none"> • Integração dos processos de negócio aos de <i>recordkeeping</i> – as tarefas podem ocorrer em qualquer sequência, realizadas por qualquer grupo profissional • Os <i>records managers</i> não são responsáveis apenas pela manutenção, mas também pela criação de evidência sobre as finalidades e funções institucionais • Abordagem integrada de responsabilidades para os participantes e parcerias com outros <i>stakeholders</i>

Fonte: adaptado de AN, X. An integrated approach to records management

Para a autora, as vantagens do *records continuum* sobre o ciclo vital são ainda mais sobrelevadas no domínio da gestão de documentos digitais. O fato de o *continuum* integrar a gestão de *records* e *archives* fornece uma abordagem capaz de conectar o passado ao presente e o presente ao futuro. Essa abordagem integrada pode facilitar a proveniência, garantir o *accountability*, constituir memória, construir identidade e fornecer considerável fonte de informações valiosas.

Quanto às limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos, essas podem ser: a divisão artificial das finalidades da gestão de arquivos administrativos e históricos; o desmantelamento das responsabilidades dos *records managers* e *archivists* com a divisão dos papéis; a limitação das formas de pensar sobre a custódia por meio da seleção de critérios mais estreitos; e a visão dos documentos como objetos físicos tangíveis em um “mundo de papel” e em um ambiente estático.

Quanto à aplicação do ciclo vital ao contexto da gestão de documentos digitais, An assinala que a visão do documento como entidade física, que possui fases distintas de uso, é dificultada em um ambiente onde a natureza e a volatilidade dos documentos negam essa abordagem.

An conclui sua análise atribuindo ao modelo *records continuum* o atributo de ideal para a gestão integrada de *records* e *archives*, porque tem foco: nas similaridades, em vez das diferenças; nas qualidades e quantidades, em vez de apenas quantidades; nos meios coesos e positivos de pensamento, em vez de meios passivos e desiguais; na política integrada, em vez de matrizes fragmentadas; no controle integrado da política de implementação, em vez de um controle separado; nas abordagens integradas para a resolução de problemas, em vez de desmembradas; e na satisfação das necessidades dos clientes por meio da colaboração, em vez de duplicação ou sobreposição. Segundo a autora, esses argumentos reforçam que o modelo pode ser reputado como o melhor para fundamentar a gestão de documentos digitais.

Sintetizando entendimentos sobre as características predominantes e possibilidades de aplicação teórica e prática do modelo *records continuum*, frisamos o estudo realizado pela arquivista inglesa Sarah Flynn,⁵² que comprehende como as principais propriedades do modelo *records continuum*:

- um sistema homogêneo e unificado para a gestão de documentos (inclusive os documentos permanentes) em qualquer formato ao longo de seu tempo de vida, independentemente do quão longo ou curto esse tempo for;
- a existência sincrônica de documentos ou de uma acumulação de documentos em mais de uma “dimensão” de contexto e uso, em vez de um movimento diacrônico do documento ou uma acumulação por meio de um discreto e compartmentalizado estágio do ciclo vital para outro;

52 FLYNN, S. J. A. The records continuum model in context and its implications for archival practice.

- um compromisso com a concepção e a implementação de sistemas de *recordkeeping*, até mesmo antes do momento de criação dos documentos;
- a cooperação e o compartilhamento da responsabilidade sobre os documentos (inclusive sobre os permanentes) e sobre os sistemas de *recordkeeping*, particularmente entre *records managers* e *archivists*;
- o conceito de serviço para os usuários de arquivos, quer sejam internos ou externos ao âmbito do órgão produtor, ao longo do tempo de vida desses documentos;
- um sentido para o contexto de proveniência, de organização e social em que os documentos são criados e mantidos.

Além dos pontos mencionados, Flynn assevera que o modelo é significativo por três razões: primeiramente, ele estende as possibilidades de interpretação dos documentos e dos sistemas de gestão de documentos; em segundo lugar, ele nos lembra do fato de os documentos serem criados e mantidos por seus produtores, como resultado de funções e processos administrativos, em vez de fins em si mesmos; para terminar, ele enfatiza a cooperação para além das paredes de nossos arquivos.

Complementarmente, Cumming⁵³ ressalta que, para o pensamento baseado no *continuum*, a gestão eficaz do documento não pode ser segmentada em ciclos predeterminados que definem previamente ações a serem tomadas em uma fase documental “ativa” ou “inativa”. Em vez disso, o *recordkeeping* é visto como um *continuum* de atividades que, juntas, são desenvolvidas para garantir o significado, o contexto, o acesso e a evidência dos documentos capturados e mantidos ao longo do tempo. Tendo em vista a especificidade “ao longo do tempo”, a abordagem assente do *continuum* reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, ou seja, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo.

Dessa forma, após investigação dos aspectos precípuos do modelo *records continuum*, constatamos que os subsídios fornecidos pelo modelo estão estreitamente ligados às características dos documentos digitais. Por ser um modelo espaço-temporal, a gestão dos documentos não se limita a tempos ou espaços determinados e não segue, necessariamente, um processo linear. Desse modo, há a possibilidade de o documento estar simultaneamente em espaços e tempos distintos. O valor contínuo permite aos profissionais a utilização dos documentos de diversas maneiras, a fim de atender a múltiplos propósitos: como às demandas administrativas de tomadas de decisões, às demandas legais de acesso à informação e às demandas sociais pela difusão para acesso público – tudo ao mesmo tempo. Assim, fica claro, em nosso entendimento, que a abordagem australiana assente na noção de *continuum* atende às especificidades do novo paradigma, principalmente quanto às diversas perspectivas propiciadas pelos documentos digitais.

53 CUMMING, K. Ways of seeing...



Considerações finais

No decurso de nosso trabalho, com o intuito de cumprir os propósitos da pesquisa, buscamos compreender de que modo o “novo jogo” tem influenciado alguns princípios e conceitos fundamentais da arquivologia. Esse hodierno cenário foi configurado, essencialmente, a partir de novas formas de produção e uso de documentos arquivísticos. O surgimento de uma característica peculiar, a volatilidade, culminou na transfiguração do documento como objeto físico para um objeto conceitual, fato que permitiu sua não necessidade de fixação em um espaço ou tempo determinado.

O surgimento do documento arquivístico digital estimulou o desenvolvimento de ressignificações de princípios e conceitos fundamentais da arquivologia. Propusemo-nos, apoiados em tais constatações, a analisar possíveis limitações impostas pelo conceito do ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades ante as novas perspectivas advindas dos documentos digitais e investigar de que modo o modelo australiano *records continuum* pode contribuir para a elucidação dessas limitações.

Para esse fim, verificamos a relevância do ciclo vital dos documentos para a arquivologia, notabilizada, sobretudo, pela sua resistência em um duradouro lapso temporal. A partir de seu surgimento na década de 1940, a utilização para resolver os problemas de ordem prática apresentados pela grande quantidade de documentos produzidos pelas organizações modernas – fato derivado do processo de especialização e maior complexidade das atividades administrativas aliado ao aumento das demandas sociais – estendeu-se vertiginosamente de modo a trazer um padrão regular para o controle sistemático dos documentos, da sua criação à eliminação ou guarda definitiva.

À luz dos trabalhos analisados, pudemos constatar que o ciclo vital dos documentos recebeu uma ampla aceitação e forneceu subsídios para uma aplicação prática coerente em um campo heterogêneo, influenciado por tradições sociais, culturais e administrativas distintas – atribuímos a esse fato a justificativa de o ciclo vital perfazer um conceito fundamental para a arquivologia. Para tanto, investigamos o contexto de surgimento das primeiras ideias tocantes ao *records management* nos Estados Unidos da América e analisamos as mais significativas publicações do período, especialmente as realizadas por meio do periódico *The American Archivist* – principal meio para a propagação das ideias dos mais consideráveis atores responsáveis pela articulação e assentamento do ciclo vital dos documentos.

Dentre os mais expressivos fatos ocorridos nos Estados Unidos, salientamos os esforços de Emmet J. Leahy, responsável pela difusão de ideias precursoras acerca da importância da implementação de programas de destinação de documentos; a participação ativa de Margaret Norton, singularmente quanto ao reconhecimento da significância do uso administrativo dos documentos arquivísticos e pela aplicação prática do ciclo vital no estado americano de Illinois; os trabalhos realizados pelo setor privado, aspecto pouco ressaltado pelos estudiosos; a relevância da SAA e do governo norte-americano no que se refere à institucionalização do *records management*; o papel capital de Phillip C. Brooks, responsável pela representação da gestão de documentos a partir de um posicionamento baseado no *life history* dos documentos; a propagação dos *records centers*, principalmente a partir das comissões Hoover; e o uso das categorias de valor de Schellenberg, como elemento crucial na distinção entre *records* e *archives*.

Constatamos que a utilização de uma fase ou estágio para o arquivamento intermediário de documentos arquivísticos em depósitos ordinariamente denominados arquivos intermediários, *archivos intermédios*, *dépôts de pré-archivages* ou *records centers* está estreitamente vinculada à configuração do ciclo vital, especialmente no estabelecimento das três idades documentais. Essa fase intermediária surge como consequência do aumento da produção de documentos e da impossibilidade de que possam ser conservados junto a seus órgãos produtores, situação que se tornou bastante comum nas administrações públicas e setores privados de diversos países. Desse modo, independentemente das sistematizações realizadas, a fase intermediária habitualmente está presente e há autores que a consideram crucial para a constituição do ciclo vital.

Após a exposição de como o ciclo vital surgiu e se consolidou, sobrelevamos como ocorreu sua disseminação e consequente recepção de acordo com diversas tradições distintas, ensejando interpretações veementemente vinculadas às demandas práticas contingenciais de cada país. Não podemos assegurar, de maneira evidente, que o ciclo vital dos documentos é fruto do *records management* norte-americano. Verificamos em nossa pesquisa que a utilização de estágios ou fases para operacionalizar e favorecer o entendimento da gestão de documentos arquivísticos já era utilizada em outros países, como, por exemplo, França e Bélgica. Fica evidente, na nossa compreensão, que o conceito do ciclo vital dos documentos emerge de um contexto específico, intimamente conectado com a organização de documentos e com o objetivo de oferecer soluções práticas para os problemas evidenciados na época.

Ao investigar as interpretações realizadas sobre o ciclo vital dos documentos, utilizando como parâmetro as análises de proeminentes teóricos, asseveramos que emergem dois grupos que entendem as fases ou estágios de forma divergente. A primeira corrente deriva da tradição anglo-saxônica, a qual comprehende os estágios ou fases de acordo com os procedimentos e operações técnicas do *records management*. É comum, nessa conjuntura, a exclusão dos documentos de caráter permanente, sendo a última fase desse modelo de ciclo vital correspondente à destinação dos documentos. A segunda corrente está li-

gada à tradição europeia, tendo as etapas do ciclo vital equivalentes às idades – usualmente três. É comum a utilização de critérios relacionados ao local de armazenamento dos documentos e à representatividade temporal das ações que serão executadas durante a gestão.

Buscamos analisar as relações entre o ciclo vital dos documentos e as três idades documentais, comumente tratados como sinônimos. A partir do referencial examinado, concluímos que a teoria das três idades consiste na principal interpretação do ciclo vital, sendo uma sistematização bastante utilizada na arquivologia para prover soluções a demandas práticas. Nesse ponto, também esclarecemos algumas questões sobre a criação ou enunciação dos dois conceitos. Consoante nossa pesquisa, verificamos que a primeira associação da gestão documental à vida de um organismo biológico foi realizada pelo americano Phillip C. Brooks e que a utilização de idades para delimitação desse ciclo foi fruto dos trabalhos do francês Yves Perötin.

Com o intuito de acentuar as características essenciais do ciclo vital, verificamos a constante utilização de analogias. Acreditamos que esse uso se constituiu de um notável recurso didático, dado que a associação da gestão à vida de um organismo biológico foi facilmente apreendida pelos profissionais da área. As principais metáforas referem-se à vida de um organismo biológico – o qual nasce, cresce, decresce e morre – e ao uso de metáforas religiosas, intrinsecamente vinculadas à vida, que são utilizadas para designar períodos de inatividade, como purgatório, e para se referir a documentos remanescentes de eliminações, como reencarnação.

Depreendemos que as categorias de valor de Theodore R. Schellenberg – embora não somente – contribuíram para um maior afastamento dos profissionais *records managers* e *archivists* nos Estados Unidos. Tal especialização, embora singular dos países de origem anglo-saxônica, se reproduziu na forma de gestão dos documentos, consequentemente impactando os atributos centrais do ciclo vital.

Utilizando o Brasil como exemplo, mesmo que o profissional arquivista seja responsável pelo tratamento dos documentos de valor primário e secundário, a clara delimitação das atividades que serão desenvolvidas em cada estágio do ciclo vital serve como fator de distanciamento entre as atividades e os procedimentos desempenhados nos arquivos correntes, intermediários e permanentes.

No âmbito da teoria de Thomas Kuhn, conforme o seu primeiro enquadramento retratado, constatamos que o ciclo vital pode ser admitido como um paradigma *lato sensu* para a arquivologia, posto que subsiste como elemento essencial em um domínio de crenças, valores e técnicas compartilhadas pela comunidade arquivística e que demonstra ser uma solução concreta para o tratamento de documentos arquivísticos. No entanto, verificamos que as ciências sociais e humanas não detêm uma evolução regular, análoga às ciências naturais, foco dos estudos de Kuhn. Para dirimir eventuais disparidades, utilizamo-nos de referencial que analisa o caso específico das ciências sociais e humanas, principalmente a história. Dessa forma, constatamos que existem na arquiv-

logia paradigmáticas concorrentes, em que não há o predomínio ou hegemonia de uma perspectiva única.

O conceito de matriz disciplinar mostrou-se determinante em substituição à noção de paradigma, tendo em conta a necessidade de contemplação das peculiaridades das ciências sociais e humanas. Nesse prisma, a partir da matriz disciplinar, a qual se refere a um universo mais amplo de valores que dificilmente seriam colocados em questionamento pela ampla maioria dos praticantes da ciência, podemos presumir a possibilidade de coexistência de certo número de paradigmas. Tal concepção revela-se aderente à arquivologia, posto que possui um caráter social e não pode ser restringida a um único paradigma. Nesse âmbito, constatamos que o ciclo vital dos documentos integra a matriz disciplinar da arquivologia, sendo tratado muitas vezes como um princípio ou um conceito fundamental por diversos pensadores. Considerando que o ciclo vital integra a matriz disciplinar, primordial se faz frisar a importância de seus exemplares, que consistem em soluções-padrão para problemas de ordem prática e, conforme fundamentados na noção de ciclo vital e das três idades, afeiçoaram a teoria e prática arquivísticas.

Com o advento das tecnologias da informação e comunicação, vimos o direcionamento da arquivologia para questões concernentes às novas formas de produção e uso dos documentos arquivísticos, que impactaram a forma como os princípios e conceitos da área eram reflexionados. Ilustramos o que os teóricos abordavam como uma mudança paradigmática, inclusive as previsões de como a atuação dos profissionais arquivistas seria modificada frente à necessidade de readequação da prática e ressignificação desses princípios e conceitos fundamentais. Entendemos que o canadense Terry Cook, ao destacar uma série de transformações emergentes e, também, eventuais ressignificações de conceitos básicos da arquivologia, sintetiza bem o que vem a ser o novo paradigma.

No entanto, o despontamento desse novo paradigma, comumente intitulado “pós-custodial”, não pode ser vislumbrado como uma ruptura, conforme compreendido por alguns dos autores citados, haja vista a resistência do paradigma anterior até o tempo presente. Muitos estudiosos sustentam que essa substituição não ocorrerá tão facilmente, já que os fatores pelos quais emergem muitos dos princípios e conceitos da área, pilares epistemológicos, estão condicionados às demandas práticas da realidade funcional. Tendo em vista que muitas dessas demandas – sobretudo o tratamento definitivo de documentos em suporte papel – ainda possuem expressiva ingerência no momento presente, entendemos que o paradigma denominado custodial permanecerá indefinidamente. Justifica-se, assim, o fato de a arquivologia se constituir essencialmente de paradigmas concorrentes.

Concluída a investigação das características do novo paradigma, passamos à proposta de analisar o ciclo vital dos documentos de acordo com as perspectivas do novo paradigma, especialmente no seu principal enfoque, a gestão de documentos digitais. Asseveramos que as qualidades centrais do ciclo vital diferem das possibilidades proporcionadas pelo documento arquivístico

digital, ou seja, o fato de o ciclo vital apregoar a gestão ao longo de estágios ou fases distintas, com procedimentos e atividades específicos para cada fase e sua execução, geralmente, por profissionais distintos, limita as vantagens do uso do documento digital. As inúmeras possibilidades dos documentos digitais, sobretudo pelo seu caráter virtual, passaram a exigir uma gestão integrada, em que o conjunto de ações tomadas sobre os documentos não fosse limitado a um único espaço ou tempo determinado. Cabe aqui ressaltarmos que debates acerca da defesa de uma integração entre as atividades da gestão de documentos – principalmente no que diz respeito aos de cunho administrativo e histórico – não tiveram como fatores impulsionadores, exclusivamente, o aparecimento dos documentos digitais. Impasses advindos do distanciamento dos profissionais *records managers* e *archivists*, das dificuldades de aplicação estrita do conceito de *record group* e do aparecimento de leis de acesso à informação podem ser aludidos como amostras.

Ao tratar das possíveis limitações impostas pelo ciclo vital, verificamos que há uma convergência de posições dos teóricos da área, que sinalizam para a necessidade de uma readaptação. Mesmo aqueles que defendem a aplicabilidade do ciclo vital à gestão de documentos digitais, como Luciana Duranti e Heather MacNeil, sugerem uma alteração na quantidade de fases e uma maior integração entre elas. Grande parte dos estudos analisados entende que o ciclo vital se tornou inadequado para lidar com a realidade digital. As principais limitações estão relacionadas à estrita delimitação dos procedimentos e operações técnicas dentro de cada fase, o que ocasiona, por conseguinte, um distanciamento entre os profissionais que atuam nas fases. As possibilidades de os documentos digitais estarem em vários locais e tempos permitem que as fases ocorram simultaneamente, não exigindo um cumprimento sistemático e sucessivo.

Como forma de minimizar tais limitações, recorremos ao modelo australiano *records continuum*. Ao contrário do que inicialmente pensávamos em momento anterior ao levantamento dos dados da pesquisa – fato justificado pela pouca ou quase nenhuma interlocução com a teoria arquivística australiana –, verificamos que as perspectivas propiciadas pelo modelo vão muito além do que um simples contraponto ao ciclo vital, isto é, não se trata apenas de um modelo proposto com o intuito de substituí-lo. Isso significa que o *records continuum* não consiste apenas em um modelo teórico, e muito menos em uma metodologia para a implementação de um programa eficiente de gestão integrada de documentos. Conforme proposto por Frank Upward, o *continuum* consiste em uma *worldview*, isto é, utilizando tradução livre, podemos compreendê-lo como uma “visão de mundo” ou um ponto de vista mais amplo. Assim, constatamos que, dentre as diversas perspectivas proporcionadas pelo modelo, uma delas é a solução para os problemas ocasionados pelas limitações do ciclo vital ante a realidade digital.

Para contextualizar o surgimento do *records continuum*, vimos como de grande magnitude a exposição da evolução da arquivologia australiana. Para tanto, em conformidade com a metodologia adotada na pesquisa, valemo-nos de meios para analisar os fatores mais relevantes para a configuração da teoria

arquivística australiana, visando à compreensão de suas peculiaridades. Quanto às particularidades, acreditamos que a noção de *archival terroir* proposta pelo canadense Tom Nesmith explica da melhor forma o porquê de os pensadores australianos terem desenvolvido uma teoria tão inovadora.

Basicamente, até a institucionalização da arquivologia na Austrália, fato que se iniciou na década de 1950, sua evolução seguia um roteiro previsivelmente tradicional. O período foi bastante marcado pelas tentativas de consecução de autonomia para os arquivos, a fim de que profissionais, instituições e até o método de tratamento de documentos arquivísticos fossem desvincilhados do controle das bibliotecas. Schellenberg tem papel de destaque nesse feitio, uma vez que sua visita trouxe ânimo e proveu de orgulho a classe de profissionais arquivistas, razões para o impulso necessário dos trabalhos pela independência.

A situação se modificou na década de 1960, quando Ian Maclean, sob o comando do CAO, passou a buscar soluções para a resolução dos problemas dos arquivos da Austrália. Para esse fim, Maclean viajou por vários países da Europa, a fim de encontrar experiências compatíveis com o caso australiano. Por ser uma federação recente e administrativamente instável, a equipe do CAO deparou-se com uma realidade singular. A grande quantidade de transformações administrativas, principalmente a realocação de funções governamentais dentre vários órgãos, revelaram a dificuldade de aplicação estrita do conceito de *record group* e fizeram com que o arquivista Peter J. Scott sugerisse uma nova forma de administrar os arquivos australianos. Surge nesse momento o sistema de séries que, *grosso modo*, significa a dissociação da descrição dos documentos e de seu contexto, a fim de que a proveniência não seja estritamente física e possa ser respeitada ainda que intelectualmente.

Tem-se nesse momento o início de uma configuração teórica própria da Austrália, muitas vezes vista em desconformidade com os princípios e conceitos fundamentais da arquivologia. Apesar das diversas críticas recebidas quando do momento de seu aparecimento, o sistema de séries mostrou sua relevância décadas mais tarde, tendo suas perspectivas integradas às normas internacionais de descrição de documentos. Scott, conforme atribuição do canadense Terry Cook, pode ser reputado como o primeiro pós-custodial da arquivologia.

Julgamos de grande relevância dedicar uma considerável parte de nosso trabalho à compreensão do sistema de séries ou, em sua acepção mais ampla, sistema australiano. Parece-nos claro que o conceito foi basilar para o desenvolvimento do pensamento arquivístico da Austrália, moldando-o de forma peculiar a partir de uma noção de proveniência menos atrelada à ordenação física e mais intelectual. Tal virtualidade proporcionou os *insights* necessários à percepção de documentos desafixados de espaços e tempos determinados. Sobre as críticas recebidas por Scott, concordamos que a visão elementar de proveniência, firmada na simples relação um a um entre produtor e os documentos, constitui-se em um desrespeito ao princípio da proveniência, sendo imperioso para a sua plena obediência a incorporação de elementos relativos aos contextos de produção e uso.

A compreensão da noção australiana de *recordkeeping* similarmente se mostrou substancial para a contextualização do *records continuum*. De acordo com as acepções expressas sobre o *recordkeeping system*, constatamos que a terceira, a qual o trata como uma entidade contextual para o entendimento e interpretação de documentos, constitui-se de fator crucial para o progresso do pensamento arquivístico australiano. Com base nessa percepção, tem-se como finalidade precípua garantir que os documentos arquivísticos sejam preservados no contexto de sua criação e uso e que mantenham, sobremodo, suas qualidades evidenciais, de forma que, quando recuperados para um uso futuro, seu significado e importância possam ser compreendidos. Assim, a documentação sobre o funcionamento dos sistemas, isto é, o entendimento de como os documentos são criados, utilizados e mantidos é primordial para a permanência do seu genuíno significado.

Ao analisar o modelo *records continuum*, verificamos que ele se baseia na abordagem de *continuum* iniciada com a formulação do sistema de séries na década de 1960 e desenvolvida ao longo do tempo pelas mãos dos arquivistas australianos, a partir de aplicações práticas e aperfeiçoamentos teóricos. Portanto, constatamos que a década de 1990 não ambientou o surgimento do *records continuum* como um fenômeno extraordinário, tal qual pode ser pressuposto a partir de uma análise superficial, mas sim foi marcada pelo ressurgimento dos debates acerca dessa abordagem, que culminaram no seu renascimento, muito pelo ímpeto dos documentos digitais.

Upward explicita, como fundamentos do modelo, abordagens ditas pós-modernas e as teorias de estruturação e de distanciamento entre espaço e tempo, de Anthony Giddens. A partir disso, tem-se o que pode se constituir o cerne do *records continuum*, que, no nosso entendimento, consiste: na designação de um conceito inclusivo de documento arquivístico, o qual não se restringe à obtenção de valor de modo ordenado e consecutivo, mas em um valor contínuo; no foco no documento como entidade lógica, em vez de física, e consequente valorização do seu contexto de produção e uso; e na concomitância de perspectivas evidenciais e de memória, visando ao atendimento de premissas de *accountability* e de memória coletiva, simultaneamente.

O modelo teórico proposto por Frank Upward busca sintetizar essas perspectivas e representá-las graficamente por meio de um diagrama de círculos concêntricos interceptados por eixos. Por se tratar de um modelo espaço-temporal – contrariamente a um modelo linear e, por conseguinte, diacrônico, como o ciclo vital – os documentos estão em um constante processo de devir, isto é, podem atender a diferentes propósitos ao mesmo tempo. Acreditamos que essa particularidade seja a que mais distingue o *records continuum* dos outros modelos que propõem a integração das fases do ciclo vital, como a abordagem canadense conhecida como arquivística integrada. Interpretar o *records continuum* de acordo com o que estamos condicionados, uma leitura linear, impossibilita o entendimento dessas múltiplas finalidades. A partir da leitura linear, subentendemos que os documentos percorrem pelas dimensões gradual-

mente: associação com outros documentos, ganho crescente de evidência, participação no cumprimento da missão institucional e posicionamento cada vez mais amplo na estrutura organizacional.

Isso, de fato, pode ocorrer. Todavia, o que distingue o *records continuum* são as possibilidades propiciadas para que essa evolução ocorra, ou não. A abordagem fundamentada nesse modelo reconhece que os documentos servem para múltiplos propósitos, ou seja, possuem diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos, imediatamente e ao longo do tempo. Dessa forma, um documento criado e incorporado a um sistema de gestão de documentos, pode, sincronicamente, integrar a terceira dimensão, visando ao atendimento de demandas legais de acesso à informação, e a quarta dimensão, que é a responsável pela pluralização de documentos, buscando atingir fins sociais. Notabilizamos que as possibilidades são inúmeras e a coexistência em mais de uma dimensão, ou em todas ao mesmo tempo, pode ou não ocorrer.

Constatamos, do mesmo modo, que o modelo não tem o intuito de instituir soluções para problemas específicos de ordem prática, já que, conforme disposto, se trata de um ponto de vista. Sua finalidade é fornecer uma visão geral que viabilize a reorganização do conhecimento arquivístico, de forma a explicar realidades complexas que, no “antigo jogo”, eram singularizadas pela distinção entre as dimensões de espaço e tempo. Portanto, o *records continuum* consiste em uma visão em que os documentos podem possuir múltiplas finalidades em espaços distintos, para pessoas distintas, ao mesmo tempo e ao longo do tempo. Para tal fim, determinante se faz o uso do valor contínuo, que não impõe ao documento o valor primário ou secundário de cada vez, nem o aprencia como evidência ou como memória. Nesse caso, o documento pode ter os valores primário e secundário e figurar como evidência e memória no mesmo espaço e ao mesmo tempo.

A aplicação prática das perspectivas fornecidas pelo modelo *records continuum* depende diretamente do entendimento de sua natureza espaço-temporal, que Upward determina como um fator que traz desconforto para os profissionais. Admitimos que possam surgir questionamentos, mesmo após a exposição realizada neste trabalho, quanto às similaridades do *records continuum* e do ciclo vital dos documentos e, até mesmo, sugestões de que ambos sejam idênticos. Tal fato pode ocorrer quando a análise se restringe à verificação dos procedimentos e operações técnicas da gestão documental e às funções arquivísticas fundamentais – classificação, avaliação e descrição –, que permanecem as mesmas. Salientamos, novamente, que o *records continuum* não propõe uma metodologia de gestão divergente, mas um ponto de vista peculiar, em que a simultaneidade das funções pode ocorrer.

Compreendemos a visão fornecida pelo *records continuum* como fundamental para a elucidação das limitações impostas pelo ciclo vital. As possibilidades fornecidas pelos documentos arquivísticos digitais são incomensuráveis e quaisquer fatores restritivos, no nosso entendimento, não permitirão que seu usufruto seja integral. O caráter espaço-temporal do *continuum* rompe com a li-

nearidade e o engessamento impostos pelas fases do ciclo vital. No Brasil, embora reconheçamos que a atuação do profissional arquivista se dá sobre todo o ciclo vital dos documentos, ao contrário do que ocorria ou ocorre em outros países, parece-nos que tal fato não garante uma gestão integrada, posto que o distanciamento entre espaços e tempos avigorado pela separação em estágios subsiste.

Por fim, acreditamos que a presente obra se revela importante por sua tentativa de apresentar uma temática recente, e até quase inexistente, na pesquisa arquivística brasileira. Julgamos que uma maior interlocução com a teoria arquivística australiana mostra-se imprescindível, posto que os avanços ocorridos na Austrália estão no cerne das mais importantes discussões pela comunidade arquivística em âmbito internacional. Embora constatada essa lacuna, não tivemos o intuito de supri-la integralmente, uma vez que cremos na grande necessidade de que novas pesquisas sejam realizadas. O desenvolvimento de estratégias que incorporem as ideias propostas pelo *records continuum*, a fim de que sua aplicação prática seja factível e usual, são resultados que almejamos dessas pesquisas. Consideramos que os subsídios teóricos fornecidos pelo presente trabalho podem ser cruciais para estimular uma maior discussão dos principais aspectos da teoria arquivística australiana e, indiretamente, para desenvolver soluções que envolvam a utilização de sistemas de gestão de documentos digitais, sobretudo pela abordagem de perspectivas administrativas e sociais independentemente de espaços ou tempos delimitados.



Referências

- ABRANTES, P. Kuhn e a noção de “exemplar”. *Principia*, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 61-102, 1998.
- ACLAND, G. Managing the record rather than the relic. *Archives and Manuscripts*, v. 20, n. 1, p. 57-63, 1992.
- AN, X. An integrated approach to records management. *Information Management Journal*, v. 37, p. 24-30, jul./ago. 2003.
- ANGEL, H. Archival Janus: the records center. *The American Archivist*, v. 31, n. 1, p. 5-12, 1968.
- ARAÚJO, C. A. Á. Epistemologia da arquivologia: fundamentos e tendências contemporâneas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 42, n. 1, p. 50-63, 2013.
- AROMATARIS E.; MUNN, Z. (ed.). *Joanna Briggs Institute reviewer's manual*. Austrália: The Joanna Briggs Institute; University of Adelaide, 2017. Disponível em: <<https://reviewersmanual.joannabriggs.org/>>.
- ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: <<http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2014.
- ATHERTON, J. From life cycle to continuum: some thoughts on the records management – archives relationship. *Archivaria*, Ottawa, n. 18, p. 43-51, 1985.
- AUSTRALIAN LAW REFORM COMMISSION (ALRC). *Australia's federal record*: a review of Archives Act 1983. Canberra: ALRC, 1998, Report n. 85. Disponível em: <<http://www.alrc.gov.au/report-85>>. Acesso em: 7 dez. 2014.
- BAHMER, R. The National Archives after 20 years. *The American Archivist*, v. 18, n. 3, p. 195-205, 1955.
- BANTIN, P. C. Strategies for managing electronic records: a new archival paradigm? An affirmation of our archival traditions? *Archival Issues*, v. 23, n. 1, p. 17-34, 1998.
- BARROS, J. D. A. Escola histórica, paradigma, matriz disciplinar: três conceitos para a teoria da história. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 1-18, 2011.
- BARROSO, J. et al. The challenges of searching for and retrieving qualitative studies. *Western Journal of Nursing Research*, v. 25, n. 2, p. 153-178, 2003.
- BEARMAN, D. Managing the record continuum. *Archives and Museum Informatics*, v. 10, n. 2, p. 133-136, 1996.

- BELLOTTO, H. L. A especificidade da informação arquivística. *Revista Contracampo*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 21-29, 1998.
- _____. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 318 p.
- BINKLEY, R. Strategic objectives in archival policy. *The American Archivist*, v. 2, n. 3, p. 162-168, 1939.
- BOADLE, D. Reinventing the archive in a virtual environment: Australians and the non-custodial management of electronic records. *Australian Academic & Research Libraries*, v. 35, n. 3, p. 242-252, 2004.
- BRASIL. Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 1991.
- BRENNEKE, A. *Archivistica: contributo alla teoria ed alla storia archivistica europea*. Milano: Per i tipi dell'editore, 1968.
- BROOKS, P. C. The selection of records for preservation. *The American Archivist*, v. 3, n. 4, p. 221-234, 1940.
- _____. Current aspects of records administration. *The American Archivist*, v. 6, n. 3, p. 158-164, 1943.
- BROTHMAN, B. Archives, life cycles, and death wishes: a helical model of record formation. *Archivaria*, Ottawa, n. 61, p. 235-269, 2006.
- BUCK, S. Let's look at the record. *The American Archivist*, v. 8, n. 2, p. 109-114, 1945.
- CARDIN, M. Part two – records creation and maintenance: domain 1 task force report. In: DURANTI, L.; PRESTON, R. (ed.). *International research on permanent authentic records in electronic systems (InterPARES) 2: experiential, interactive and dynamic records*. Padova: Associazione Nazionale Archivistica Italiana, 2008. p. 58-118.
- CAYA, M. *La théorie des trois âges en archivistique: en avons-nous toujours besoin?* In: Elec, Conférence de l'École des chartes, 2004. Disponível em: <<http://elec.enc.sorbonne.fr/document72.html>>. Acesso em: 24 dez. 2015.
- CHELL, R. W.; YUSOF, Z. M. The records life cycle: an inadequate concept for technology-generated records. *Information Development*, v. 16, n. 3, sep. 2000.
- COOK, T. Electronic records, paper minds: the revolution in information management and archives in the post-custodial and postmodernist era. *Archives and Manuscripts*, v. 22, n. 2, p. 300-328, 1994.
- _____. Archives in the post-custodial world: interaction of archival theory and practice since the publication of the Dutch manual in 1898. *Archivum*, München, Saur, v. 43, p. 191-214, 1997a.
- _____. What is past is prologue: a history of archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, n. 43, p. 17-63, 1997b.
- _____. Beyond the screen: the records continuum and archival cultural heritage. In: AUSTRALIAN SOCIETY OF ARCHIVISTS CONFERENCE: *Beyond the screen – capturing corporate and social memory*, 2000, Melbourne. *Papers...* Melbourne: Australian Society of Archivists, 2000, p. 8-21.

- _____. Arquivologia e pós-modernismo: novas formulações para velhos conceitos. *Informação Arquivologia*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 123-148, 2012.
- COUTURE, C.; DUCHARME, D. Research in archival science: a status report. *Archivaria*, n. 59, p. 41-67, 2005.
- _____. Arquivologia, os arquivistas e os arquivos no Canadá. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 147-163, nov. 2015.
- CRESWELL, J. W. *Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 1994. 228 p.
- CRUZ MUNDET, J. R. Principios, términos y conceptos fundamentales. In: _____ (org.). *Administración de documentos y archivos: textos fundamentales*. Madrid: Coordinadora de Asociaciones de Archiveros, 2011. 488 p.
- _____. *Archivística: gestión de documentos y administración de archivos*. Madrid: Alianza Editorial, 2012. 359 p.
- CUMMING, K. Ways of seeing: contextualising the continuum. *Records Management Journal*, v. 20, n. 1, p. 41-52, 2010.
- CUNNINGHAM, A. Archival institutions. In: MCKEMMISH, S. et al. (ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 21-50. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).
- _____. O poder da proveniência na descrição arquivística: uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da Isaar (CPF). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, p. 77-92, 2007.
- _____. Digital curation/digital archiving: a view from the National Archives of Australia. *The American Archivist*, v. 71, n. 2, p. 530-543, 2008.
- _____. *The arrangement and description of archives amid administrative and technological change: essays and reflections by and about Peter J. Scott*. Brisbane: Australian Society of Archivists, 2010. 392 p.
- _____. Peter J. Scott and the Australian series system: main features and historical context. In: INTERNATIONAL COUNCIL ON ARCHIVES CONGRESS, Brisbane, 2012. *Peter J. Scott and the Australian series system: it's origins, features, rationale, impact and continuing relevance*. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.
- CUVELIER, J. *La construction des dépôts d'archives*. Besançon: Imprimerie Jacquiermin, 1909. 23 p.
- DELMAS, B. *Arquivos para quê?: textos escolhidos*. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. 196 p.
- DELSALLE, Paul. *Une histoire de l'archivistique*. Quebec: Université du Québec, 1998.
- DINGWALL, G. Life cycle and continuum: a view of recordkeeping models from the postwar era. In: EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. (ed.). *Currents of archival thinking*. Santa Barbara: Libraries Unlimited, ABC-Clio, 2010. p. 139-161.
- DOLLAR, C. M. Archivists and records managers in the information age. *Archivaria*, n. 36, p. 37-52, 1993.
- _____. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. *Acervo*, v. 7, n. 1-2, p. 3-38, 1994.

- DURANTI, L. The odyssey of records managers. *Records Management Quarterly*, v. 23, n. 3-4, p. 3-11, 1989.
- DURANTI, L.; FRANKS, P. C. (ed.). *Encyclopedia of archival science*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2015. 454 p.
- DURANTI, L.; MACNEIL, H. The protection of the integrity of electronic records: an overview of the UBC-MAS research project. *Archivaria*, n. 42, p. 46-67, 1996.
- EAMER-GOULT, J. C. *Conceiving the records continuum in Canada and the United States*. 1995. 120 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1995.
- ELLIS, J. (ed.). *Keeping archives*. Melbourne: Thorpe in association with the Australian Society of Archivists, 1993.
- EUGÊNIO, M.; FRANÇA, R. O.; PEREZ, R. C. Ciência da informação sob a ótica paradigmática de Thomas Kuhn: elementos de reflexão. *Perspectivas em ciência da informação*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 27-39, 1996.
- EVANS, D.; PEARSON, A. Systematic reviews: gatekeepers of nursing knowledge. *Journal of Clinical Nursing*, v. 10, n. 5, p. 593-599, 2001.
- EVANS, F. Archivists and records managers: variations on a theme. *The American Archivist*, v. 30, n. 1, p. 45-58, 1967.
- FENYO, M. The record group concept: a critique. *The American Archivist*, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1966.
- FLYNN, S. J. A. The records continuum model in context and its implications for archival practice. *Journal of the Society of Archivists*, v. 22, n. 1, p. 79-93, abr. 2001.
- FONSECA, M. O. K. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
- GILLILAND-SWETLAND, L. J. The provenance of a profession: the permanence of the public archives and historical manuscripts traditions in American archival history. *The American Archivist*, v. 54, n. 2, p. 160-175, 1991.
- HAM, F. Archival strategies for the post-custodial era. *The American Archivist*, v. 44, n. 3, p. 207-216, 1981.
- HEDSTROM, M. Understanding electronic incunabula: a framework for research on electronic records. *The American Archivist*, v. 54, n. 3, p. 334-354, 1991.
- HEREDIA HERRERA, A. *Archivística general*: teoría y práctica. 5. ed. Sevilla: Diputación provincial, 1991. 512 p.
- _____. *Manual de archivística básica: gestión y sistemas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2013. 287 p.
- HOLMES, O. W. The National Archives at a turn in the road. *The American Archivist*, v. 12, n. 4, p. 339-354, 1949.
- HURLEY, C. From dustbins to disk-drives: a survey of archives legislation in Australia. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (ed.). *The records continuum: Ian Maclean and Australian archives first fifty years*. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994a. p. 206-233.
- _____. The Australian (“series”) system: an exposition. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT M. (ed.). *The records continuum: Ian Maclean and Australian archives*

first fifty years. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994b. p. 150-172.

_____. *What, if anything, is the Australian series system?* 2008. Disponível em: <<http://www.infotech.monash.edu.au/research/groups/rcrg/publications/ch-australian-system.doc>>. Acesso em: 6 mar. 2015.

IACOVINO, L. Recordkeeping and juridical governance. In: MCKEMMISH, S. et al (ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 255-276. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).

JARDIM, J. M. A pesquisa em arquivologia: um cenário em construção. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (org.). *Estudos avançados em arquivologia*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 135-154.

JOHNSON, M. Archives administration in Australia. *The American Archivist*, v. 28, n. 2, p. 231-238, 1965.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; SOUZA, C. H. M. *Metodologia da pesquisa: um guia prático*. Itabuna: Via Litterarum, 2010. 88 p.

KETELAAR, E. Archivistics research saving the profession. *The American Archivist*, v. 63, n. 2, p. 322-340, 2000.

KITCHENHAM, B. et al. Systematic literature reviews in software engineering: a systematic literature review. *Information and Software Technology*, v. 51, n. 1, p. 7-15, 2009.

KLUMPENHOUWER, R. *Concepts of value in the archival appraisal literature: an historical and critical analysis*. 1988. 161 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1988.

KRAUSKOPF, R. W. The Hoover commissions and federal recordkeeping. *The American Archivist*, v. 21, n. 4, p. 371-399, 1958.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEAHY, E. Reduction of public records. *The American Archivist*, v. 3, n. 1, p. 13-38, 1940.

LLANSÓ SANJUAN, J. *Gestión de documentos: definición y análisis de modelos*. Bergara: Departamento de Cultura del Gobierno Vasco, 1993. 250 p. (Colección Ikerlanak, 7).

_____. Sistemas archivísticos y modelos de gestión de documentos en el ámbito internacional (parte II). *Revista Códice*, v. 2, n. 2, p. 39-70, 2006.

LODOLINI, E. *Archivística: principios y problemas*. Madrid: Anabad, 1993. 358 p.

LOPES, L. C. *A nova arquivística na modernização administrativa*. 2. ed. Brasília: Projeto Editorial, 2009. 416 p.

LYOTARD, J. F. The postmodern condition. IN: ALEXANDER, J. C.; SEIDMAN, S. (ed.). *Culture and society: contemporary debates*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MACLEAN, I. Australian experience in record and archives management. *The American Archivist*, v. 22, n. 4, p. 387-418, 1959.

MACNEIL, H. Archival theory and practice: between two paradigms. *Archivaria*, n. 37, p. 6-20, 1994.

MARQUES, A. A. da C. *Interlocuções entre a arquivologia nacional e a internacional no delineamento da disciplina no Brasil*. 2011. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

MARQUES, A. A. da C.; RODRIGUES, G. M. A construção do “campo científico” da arquivística no Brasil: debates iniciais e marcos temporais. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 101-117, 2008.

MCKEMMISH, S. Are records ever actual? In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M. (ed.). *The records continuum: Ian Maclean and Australian archives first fifty years*. Melbourne: Ancora Press in association with Australian archives, 1994. p. 187-203.

_____. Yesterday, today and tomorrow: a continuum of responsibility. In: NATIONAL CONVENTION RMAA, 14., 1997. *Preserving yesterday, managing today and challenging tomorrow: proceedings. Papers...* Perth: Records Management Association of Australia, 1997. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

_____. Placing records continuum theory and practice. *Archives & Museum Informatics*, v. 1, n. 4, p. 333-359, 2001.

MCKEMMISH, S.; REED, B.; PIGGOT, M. The archives. In: MCKEMMISH, S. et al. (ed.). *Archives: recordkeeping in society*. Wagga Wagga: Centre for Information Studies, Charles Sturt University, 2005. p. 159-196. (Topics in Australasian Library and Information Studies, 24).

MENDO CARMONA, C. El largo camina de la archivística: de práctica a ciencia. *Signo: revista de historia de la cultura escrita*, n. 2, p. 113-132, 1995.

_____. Consideraciones sobre el método en archivística. *Documenta & Instrumenta*, n. 1, p. 35-46, 2004.

MILLAR, L. An unnecessary complication: international perspectives on Peter Scott’s series system. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. *Peter J. Scott and the Australian series system: its origins, features, rationale, impact and continuing relevance*. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.

NATIONAL ARCHIVES OF AUSTRALIA. *Glossary of records management terms*. Canberra, 2007. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/records-management/publications/glossary.aspx>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

_____. *Your story, our history: the brief history of the National Archives of Australia*. Canberra, 2012. Disponível em: <<http://www.naa.gov.au/about-us/organisation/history/index.aspx>>. Acesso em: 3 ago. 2015.

NEW SOUTH WALES. *Glossary of recordkeeping terms*. Disponível em: <<http://www.records.nsw.gov.au/recordkeeping/government-recordkeeping-manual/introduction/glossary-of-recordkeeping-terms>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

OLIVEIRA, R. C. *Tempo e tradição: interpretando a antropologia – sobre o pensamento antropológico*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

PARKINSON, J. *Accountability in archival science*. 1993. 143 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1993.

PEARCE-MOSES, R. *A glossary of archival and records terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005.

- PENN, I. A. et al. *Records management handbook*. Hampshire: Gower Publishing Group, 1989. 249 p.
- PÉROTIN, Y. L'administration et les “trois ages” des archives. *Seine et Paris*, v. 20, p. 1-4, 1961.
- _____. Administration and the “three ages” of archives. *The American Archivist*, v. 29, n. 3, p. 363-369, 1966.
- PIGGOTT, M. The history of australian record-keeping: a framework for research. *The Australian Library Journal*, v. 47, n. 4, p. 343-354, 1998.
- _____. *Archives and societal provenance: Australian essays*. Oxford: Chandos Publishing, 2012. 334 p.
- PINHO, J. A. G. de; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 6, p. 1.343-1.368, 2009.
- PINKETT, H. American archival theory: the state of the art. *The American Archivist*, v. 44, n. 3, p. 217-222, 1981.
- QUINN, P. Australian Society of Archivists. *Archivaria*, v. 1, n. 2, p. 69-70, 1976.
- RADOFF, M. What should bind us together. *The American Archivist*, v. 19, n. 1, p. 3-9, 1956.
- REED, B. Electronic records management in Australia. *Records Management Journal*, v. 7, n. 3, p. 191-204, 1997.
- _____. Reading the records continuum: interpretations and explorations. *Archives and Manuscripts*, v. 33, n. 1, p. 18-43, 2005.
- _____. Standing on the shoulders of giants: the legacy of Peter Scott’s archival thinking. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON ARCHIVES, 2012, Brisbane. *Peter J. Scott and the Australian series system: its origins, features, rationale, impact and continuing*. Disponível em: <<http://www.ica2012.com/files/data/Full%20papers%20upload/ica12Final00414.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2014.
- RHOADS, J. B. *The role of archives and records management in national information systems*: a Ramp study. Paris: Unesco, 1989.
- RIBEIRO, F. Da arquivologia técnica à arquivologia científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras – Ciência e Técnicas do Patrimônio*, Porto, v. 1, I série, p. 97-110, 2002.
- _____. A arquivologia como disciplina aplicada no campo da ciência da informação. *Perspectivas em Gestão & Conhecimento*, v. 1, n. 1, p. 59-73, 2011.
- ROCHA, C. L. Os desafios para desenvolver um glossário comum para diferentes países e línguas no âmbito do projeto InterPARES 3: alguns exemplos da experiência do Team Brasil. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 5-20, jan./jun. 2009.
- RONDINELLI, R. C. *O documento arquivístico ante a realidade digital*: uma revisão conceitual necessária. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. 356 p. (Nova Encyclopédia, 56).
- SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 1987.

- SANTOS, V. B. dos. *A teoria arquivística a partir de 1898: em busca da consolidação, da reafirmação e da atualização de seus fundamentos*. 2011. 254 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- _____. *A arquivologia como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos*. Salvador: 9Bravos, 2015. 216 p.
- SCHELLENBERG, T. R. *Modern archives: principles and techniques*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.
- _____. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388 p.
- SCHMIDT, C. M. dos S. *Arquivologia e a construção do seu objeto científico: concepções, trajetórias, contextualizações*. 2012. 320 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SCOTT, P. J. The record group concept: a case for abandonment. *The American Archivist*, v. 29, n. 4, p. 493-504, 1966.
- SHARMAN, R. C. Australian archives in Lamb's clothing. *Archivaria*, n. 2, p. 20-32, 1976.
- SILVA, A. M. da et al. *Arquivologia: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Afrontamento, 1999. 254 p.
- SILVA, L. E. F da. *Ciência como técnica ou técnica como ciência: nas trilhas da arquivologia e seu status de científicidade*. 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- SMITH, C. The Australian series system. *Archivaria*, n. 40, p. 86-93, 1995.
- STANDARD AUSTRALIA INTERNATIONAL. AS 4390: records management, part 1: general. Australia, 1996.
- STAPLETON, R. S. *The ideas of T. R. Schellenberg on the appraisal, arrangement, and description of archives*. 1985. 104 f. Thesis (Master of Archival Studies) – School of Library, Archival and Information Studies, University of British Columbia, Vancouver, 1985.
- STEPHENS, D. O.; ROBERTS, D. From Australia: the world's first national standard for records management. *Arma Records Management Quarterly*, v. 30, n. 4, p. 3-7, out. 1996.
- STUCKEY, S. Keepers of the fame? The custodial role of Australian archives: its history and its future. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M. (ed.). *The records continuum: Ian Maclean and Australian archives first fifty years*. Melbourne: Ancora Press in association with Australian Archives, 1994.
- TANODI, A. *Manual de archivología hispanoamericana: teorías y principios*. Córdoba: Universidad Nacional, 1961.
- TAYLOR, H. A. Transformation in the archives: technological adjustment or paradigm shift? *Archivaria*, n. 25, p. 12-28, 1987.
- THOMASSEN, T. et al. The development of archival science and its European dimension. *Archol: Archivistika On Line*, Stockholm, 1999. Disponível em: <<http://www.daz.hr/arhol/thomassen.htm>>. Acesso em: 30 maio 2014.
- UPWARD, F. In search of the continuum: Ian Maclean's "Australian experience" essays on recordkeeping. In: MCKEMMISH, S.; PIGGOT, M. (ed.). *The records*

- continuum*: Ian Maclean and Australian archives first fifty years. Melbourne: Anco-ra Press in association with Australian Archives, 1994. p. 110-130.
- _____. Structuring the records continuum – part one: post-custodial principles and properties. *Archives and Manuscripts*, v. 24, n. 2, p. 268-285, 1996.
- _____. Structuring the records continuum – part two: structuration theory and recordkeeping. *Archives and Manuscripts*, v. 25, n. 1, p. 10-35, 1997.
- _____. Modelling the continuum as paradigm shift in recordkeeping and archiving processes, and beyond: a personal reflection. *Records Management Journal*, v. 10, n. 3, p. 115-139, 2000.
- UPWARD, F.; MCKEMMISH, S. Teaching recordkeeping and archiving continuum style. *Archival Science*, v. 6, n. 2, p. 219-230, 2006.
- UPWARD, F.; MCKEMMISH, S.; REED, B. Archivists and changing social and information spaces: a continuum approach to recordkeeping and archiving in online cultures. *Archivaria*, n. 72, p. 197-237, 2011.
- WILSTED, T. Kiwis, kangaroos and bald eagles: archival development in three countries. *The Midwestern Archivist*, v. 4, n. 1, p. 34-51, 1979.
- WYFFELS, C. *Archives contemporaines et dépôts intermédiaires*. Bruxelles: Archives générales du Royaume, 1972.

FORMATO: 18x26 cm

TIPOLOGIA: Tinos 11/13,37

PAPEL: off set 90 g/m² (miolo) e cartão Supremo 300 g/m² (capa)

NÚMERO DE PÁGINAS: 168

TIRAGEM: 1.000 exemplares

IMPRESSÃO E ACABAMENTO: Global Print Editora

Rua Sarah Kubitschek, 472, loja B, Darcy Vargas, Contagem, MG,

Rio de Janeiro, outubro de 2019

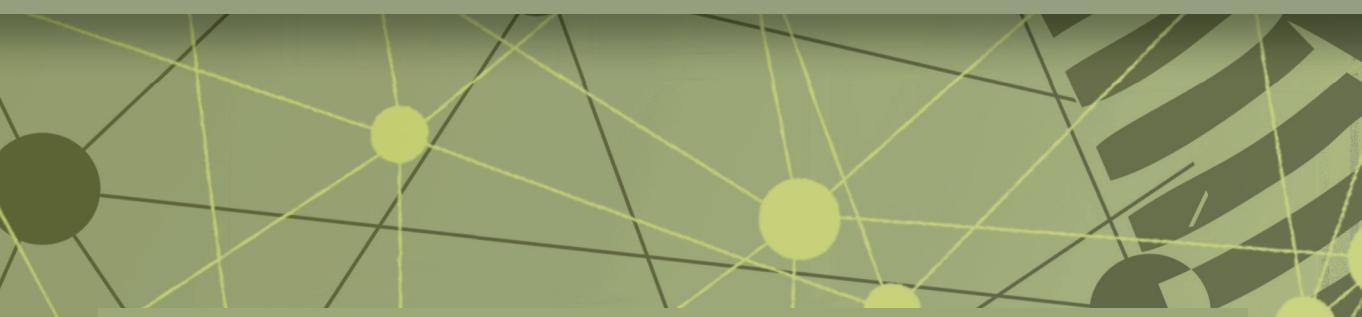


De que forma a teoria arquivística australiana, sobretudo o modelo *records continuum*, pode contribuir para a elucidação de possíveis limitações impostas pelo ciclo vital dos documentos e pela teoria das três idades diante das novas perspectivas advindas dos documentos digitais? [...] Este livro busca analisar o ciclo de vida do ponto de vista da gestão de documentos digitais, identificar o percurso histórico desse conceito, verificando sua possibilidade como conceito fundamental para a arquivologia, e, por fim, investigar as principais características da teoria arquivística australiana e do modelo *records continuum*. [...] A originalidade e profundidade desta obra permitem um mergulho na construção que o autor propõe. Os documentos digitais e todas as suas peculiaridades estão aí: é possível que princípios, conceitos e métodos pensados em contextos diferentes possam dar conta desse desafio contemporâneo?

Renato Tarciso de Sousa | Professor da Faculdade de Ciéncia da Informação da Universidade de Brasília

Em um mundo que carece de modelos comuns para a construção de redes profissionais flexíveis e ativas, esta pesquisa me parece particularmente oportuna. A abordagem de *records continuum* que ele discute sobreviveu à crise arquivística das últimas quatro décadas de desenvolvimento tecnológico. Tal modelo vem angariando simpatizantes globalmente e pode desempenhar um papel-chave na restauração da confiança nas tecnologias e na governança. O novo jogo tem importância. Potencialmente, ele pode ser interessante desde que um número suficiente de pessoas se divirta de forma criativa fazendo sua parte no multiverso arquivístico.

Frank Upward | Ex-professor da Monash University e pesquisador do Centre for Organisational and Social Informatics (Austrália)



ARQUIVO NACIONAL

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA

